

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Deise Luiza da Silva Ferraz

**DESEMPREGO, EXÉRCITO DE RESERVA, MERCADO FORMAL-INFORMAL:
REDISCUTINDO CATEGORIAS**

Porto Alegre, março de 2010

**DESEMPREGO, EXÉRCITO DE RESERVA, MERCADO FORMAL-INFORMAL:
REDISCUTINDO CATEGORIAS**

**Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Administração
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para a obtenção do título
de Doutor em Administração.**

Orientadora: Profa. Dra. Neusa Rolita Cavedon

Porto Alegre, março de 2010.

Deise Luiza da Silva Ferraz

**Tese de Doutorado apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em Administração
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Doutor em Administração.**

Conceito final:

Aprovado em dede.....

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Neusa Rolita Cavedon (PPGA/EA)
(Orientadora)

Prof. Dr. José Henrique de Faria (UFPR)

Profa. Dra. Carmen Lucia Bezerra Machado (FACED/UFRGS)

Profa. Dra. Valmiria Piccinini (PPGA/EA/UFRGS)

Ao Christopher e ao João Alberto, é claro!

O que fazer com os desempregados? Enquanto se avoluma, a cada ano, o número deles, não há ninguém para responder a essa pergunta; e quase podemos prever o momento em que os desempregados perderão a paciência e encarregar-se-ão de decidir seu destino, com suas próprias forças.

Friedrich Engels

AGRADECIMENTOS

Como dizem: “a vida não pará para fazermos o doutorado”. Que bom! São os momentos para além da tese que nos mantém firme em sua escrita. Do primeiro esboço da proposta de tese (entregue ainda na seleção para o ingresso no doutorado) a esta versão, muitos foram os desvios e as guinadas e, nos momentos de indecisão, muitas foram as pessoas que me auxiliaram, seja para dar continuidade aos projetos, seja para abandoná-los e recomeçar, seja para lembrar-me que existe vida além da academia. Sou grata a cada uma delas e aproveito este pequeno espaço para render meus sentimentos a algumas.

À Profa. Dra. Neusa Rolita Cavedon que mais do que ninguém acompanhou cada uma das mudanças e permaneceu sempre me apoiando, independente de ter concordância ou não com os meus novos modos de pensar a realidade.

Ao João Menna-Barreto, meu interlocutor intelectual mais próximo. Obrigada por problematizar os meus modos de pensar a concretude da vida, por me auxiliar quando me deparava com uma daquelas bifurcações do pensamento. Sou grata por teres sempre uma nova leitura para indicar e por passar horas discutindo minhas dúvidas, até encontrarmos uma resposta momentaneamente satisfatória.

À CAPES, pela bolsa de doutoramento no Brasil e em Portugal.

A todos os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, especialmente aos que se tornaram meus amigos e companheiros de luta. Não os nomeio em respeito a confidencialidade.

Ao Prof. Doutor José Maria Carvalho Ferreira, meu orientador no exterior, por me receber na Universidade Técnica de Lisboa, e a toda a equipe do Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações – SOCIUS.

À Profa. Dra. Valmiria Piccinini, pelos ensinamentos em sala de aula, pelos conselhos sobre o estágio-doutoral, pelas indagações e sugestões realizadas tanto no ensaio quanto no projeto de tese.

À Profa. Dra. Carmen Lúcia Bezerra Machado por me acolher carinhosamente na Faculdade de Educação, pelos conselhos quanto ao método e por apoiar e incentivar as iniciativas de pesquisa e ensino do Movimento dos Trabalhadores Desempregados.

Ao Prof. Dr. José Henrique de Faria pelos questionamentos oportunos tanto no ensaio quanto no projeto de tese. Foram críticas fundamentais e que determinaram muitas alterações na forma de pensar as relações sociais.

À Profa. Dra. Maria Angélica Alberto, uma amiga com quem partilhei gabinete em Portugal além, é claro, da companhia em momentos de descontração e que, sobretudo, em muito me aconselhou sobre a carreira docente que estou a construir.

Aos professores, funcionários e colegas de doutoramento da Escola de Administração e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Aos professores doutores Maria Tereza Flores-Pereira, Sidinei Rocha-Oliveira, Vânia Bessi e Pedro Almeida, por confiarem no meu trabalho docente.

Aos colegas de doutorado com quem partilhei todo o processo, da disciplina de Teorias Organizacionais Avançada à defesa das teses, especialmente à Luciana Marins, Amélia, Paola, Márcio Bauer, Cláudia e Renata.

Aos amigos da academia que me acompanham para além dela, especialmente, Andréa, Ivana, Marion, Leonardo, Eduardo, Osmar (*in memoriam*) e Igor.

Aos amigos que fiz durante minha estada além mar, sobretudo, Cristina, Marina, Adriana, Leonardo, Carlo, Walter, Aurora, Marcella, Diogo e Rosa. Cada um de vocês, de uma forma ou de outra, fizeram parte de um momento ímpar de aprendizado.

Aos amigos que estiveram presente em distintos momentos durante os últimos anos, especialmente, Lívia, Katiane, Catia, Luciana Machado, Marcionei, Portela, Clara, Glauco, Yara, Fabiane e Patrícia.

Ao meu grande amigo Márcio Toledo que me acompanhou na aventura lusitana, o nosso parênteses.

E por fim, aqueles que estão sempre ao meu lado. Aos meus pais, Osmar e Lourdes, que entendem meu distanciamento necessário. As minhas irmãs, Denise e Danusa, companheiras dessa incrível viagem que é viver. A Carol, minha afilhada, que em sua inocência revela a face singela do devir da mocidade. Ao meu filho, Cristopher, o abraço quente que apazigua minhas inquietudes, o sorriso alegre que suaviza o caminhar, a paciência traduzida na palavra saudade. E, ao João, pela cumplicidade, pelo companherismo, pela dedicação, enfim, por me fazer uma pessoa mais feliz.

RESUMO

Há uma relação recíproca entre um dos objetivos das ciências administrativas – aumentar a produtividade do trabalho – e o crescimento do desemprego. Contudo, este tema é pouco explorado nessa área do conhecimento. Estudos que tratam direta ou indiretamente desta problemática costumam considerar que os desempregados ou são agentes empreendedores ou estão excluídos das relações de trabalho. Intentamos abordar este tema superando essas abordagens duais. Defendemos a tese de que os desempregados compõem um estrato populacional denominado exército de reserva (ER) e que este pode cumprir, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, um duplo papel, qual seja: *regulador do preço da força de trabalho e agente contestatório do sociometabolismo do capital*. Fundamentados, principalmente, nos estudos de Marx, Oliveira e Iasi, analisamos o mercado de trabalho tal como representado por instituições de pesquisas nacionais e internacionais e os dados coletados junto aos integrantes de um movimento social formado por desempregados, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). O método dialético permitiu reconstituir o movimento dos múltiplos determinantes que sintetizaram a possibilidade de alterações qualitativas em parte do contingente em questão. Concluímos que o ER cumpre função estrutural econômica e ideológica de regular o preço da força de trabalho devido a, basicamente, dois fatores: 1) como superpopulação fluente, é uma reserva de força de trabalho que tende a deprimir o preço desta mercadoria à níveis crescentemente inferiores; 2) enquanto força de trabalho não utilizada diretamente pelo capitalista no processo de produção, os membros do ER, em sua manifestação como superpopulação estagnada, tendem a efetuar trabalhos, seja na considerada economia informal seja na economia doméstica ou ainda na economia subterrânea, que satisfazem necessidades dos membros do exército ativo (EA) e do exército de reserva em sua manifestação fluente. Ao oferecerem produtos e serviços à baixo custo ao EA e ao próprio exército de reserva, a superpopulação estagnada colabora para o rebaixamento do valor da mercadoria força de trabalho, tendo em vista que esta, segundo a lei do valor, deve equivaler ao valor dos produtos necessários a sua reprodução. O exército de reserva pode cumprir papel de sujeito contestatório à medida que as condições concretas de seu pauperismo tensionam o movimento de formação e a construção de formas organizativas de luta, possibilitando a constituição de um processo de consciência de classe mediado por momentos de negação e de consentimento ao sociometabolismo do capital. Defendemos, portanto, que no atual modo de produção capitalista em países periféricos opera-se, gradativamente, uma mudança qualitativa na consciência de classe desta parcela da classe trabalhadora que, sobretudo após o advento da reestruturação produtiva, apresenta tendência crescente de reposição contínua, isto é, mudança quantitativa que tem sido oportunizada, dentre outros fatores, pelo desenvolvimento do conhecimento administrativo.

Palavras-chave: Exército de Reserva, Desemprego, Mercado de Trabalho Formal e Informal, Inclusão e Exclusão

ABSTRACT

There is a mutual relation between one of the administrative sciences objectives – increase labor productivity and unemployment growth. However, this theme is little exploited in this knowledge field. Studies which deal direct or indirectly with this problematic usually consider that unemployed people can be enterprising agents or are excluded from labor relations. We intended to address this theme overcoming these dual approaches. We defend the thesis that unemployed people are part of a population extract known as reserve army (RA) which can have, in the current stage of production forces, a double role, namely: *regulator of the labor force price and oppositional agent of the capital's social metabolism*. Based, mainly, on the studies of Marx, Oliveira and Iasi, we analyze the labor market as it is represented by national and international research institutions and through collected data among the members of a social movement formed of unemployed people, the Unemployed Workers Movement (MTD). The dialectical method allowed us to reconstitute the movement of multiple determinants that synthesized the possibility of qualitative changes in part of the mentioned contingent. We have concluded that the RA performs an economic and ideological structural function of regulating the labor force price basically due to two factors: 1) as a fluent super population, it is a reserve of labor force, which depresses the price of this merchandise to levels increasingly inferiors; 2) as a labor force not directly used by the capitalist in the production process, the members of the RA, on their expression as a stagnant super population, tend to make works, whether in the so called informal economy, whether in the domestic economy or even in the underground economy, that satisfy needs of both the active army (AA) and the reserve army on its fluent manifestation. When offering products and services with low cost to the AA and even for the reserve army, the stagnant super population contributes to depreciate the value of the labor force merchandise, taking into consideration that according to the value law, this must be equivalent to the value of the products needed for its reproduction. The reserve army can play the role of oppositional subject whereas the concrete conditions of its pauperism tension the movement of formation and the construction of struggle organizational forms, enabling the constitution of a class consciousness process mediated by moments of denial and consent to the capital's social metabolism. We defend, therefore, that in the current capitalist way of production in peripheral countries a qualitative change gradually occurs in class consciousness of this portion of class-of-labor that shows, especially after the advent of productive restructuring, an increasing tendency of continuous replacement, that is, quantitative change which have been possible, among other factors, by the development of the administrative knowledge.

Keywords: Army Reserve, Unemployment, Inclusion and Exclusion, Formal Labor Market and Informal Labor Market

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Reciprocidade Dialética entre Natureza↔Homem↔Atividade.....	36
Figura 2: Reciprocidade Dialética entre Natureza↔Homem↔Atividade, mediada pela Propriedade↔Trabalho	38
Figura 3: Reciprocidade Dialética entre <i>Ser-classe-do-trabalho</i>↔<i>Ser-classe-do-capital</i> mediada pela Propriedade↔Trabalho	39
Figura 4: Processo dialético de totalização mediado pelos grupos (Sartre e considerações de Iasi).....	60
Figura 5: Da serialidade a instituição burocrática: a negação da negação.....	62
Figura 6: Processo dialético de totalização mediado pelo grupo de Sartre e as contribuições de Iasi	63
Figura 7: Mafalda e o Indicador de Desemprego	96
Gráfico 1: Estimativas da taxa média de desemprego nos países de economia avançada - 1998-2010 - FMI.....	100
Gráfico 2: Produto Interno Bruto - América Latina 1950-2008	105
Gráfico 3: Taxa de desemprego das pessoas de 15 anos e mais das áreas urbanas, segundo décil de ingresso	106
Gráfico 4: América Latina: total de assalariados com contrato formal, áreas urbanas 1990-2006 (a)	107
Gráfico 5: Ingresso e salários dos ocupados (em dólares de 2000)	108
Gráfico 6: Coeficiente de Gini 2006 dos países da América Latina.....	109
Gráfico 7: Distribuição do ingresso por pessoas por quintil	110
Gráfico 8: Distribuição da cota-renda (%) da população segundo décis.....	110
Figura 8: Organograma representativo da categorização da População em Idade Ativa em ocupados ou em sem trabalho	113
Gráfico 9: Distribuição da população ocupada - Formas de Contrato ^(a)	115
Gráfico 10: Rendimento médio e mediano real das pessoas ocupadas.....	116
Gráfico 11: Taxa de pessoas ocupadas que recebem menos de um salário mínimo.....	117
Gráfico 12: Rendimento médio mensal do trabalho, segundo raça e sexo no Brasil 2003	118
Gráfico 13: Rendimentos médio por formas de contrato laboral	120

Gráfico 14: Estimativa total de desempregados nas seis Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	123
Gráfico 15: Taxa de desemprego total, aberto e oculto, por sexo em 2008	124
Gráfico 16: Taxa de desemprego, segundo sexo e cor/raça, Brasil 1996-2003.....	124
Gráfico 17: Taxa de participação da população em idade ativa, setembro/2008	126
Gráfico 18: Percentual da população inativa, segundo anos de Estudo	127
Foto 1: MTD em Caminhada no 08 de março de 2009	163
Gráfico 19: Evolução dos incentivos Fundopem valores fruídos pelas empresas em % ICMS 1989 - 2004	167
Foto 2: Manifestação pela Não-Criminalização dos Movimentos Sociais	223
Foto 3: Repressão policial	225
Foto 4: Repressão policial 2	225
Gráfico 20: Percentual de residências com acesso à serviços básicos no Brasil (região urbana)	230
Foto 5: Reunião na Sede da Escola Estadual do MTD.....	238

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Concepção dos estudiosos das Ciências Administrativas acerca do trabalho .	27
Tabela 2: Abordagens adotadas nos estudos publicados nas áreas de Gestão de Pessoas, Relações de Trabalho e Comportamento Organizacional nos Anais do ENANPAD nos anos de 2006 a 2008.	28
Tabela 3: Natureza do Objeto de Estudo dos Trabalhos Analisados 2006-2008.....	29
Tabela 4: América Latina (18 países): Taxa de Desemprego, Participação, Ocupação, Assalariamento e Informalidade nas Zonas Urbanas, Mulheres, Homens e Ambos os Sexos, em 1990, 2002 e 2006 (a)	105

LISTA DE ABREVIATURAS

- ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
- BM – Brigada Militar
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior
- CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- CP – Consulta Popular
- CUT - Central Única dos Trabalhadores
- DEM - Democratas
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e de Estudos Socioeconômicos
- EA – Exército Ativo
- EIR – Exército Industrial de Reserva
- EnANPAD – Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
- ER – Exército de Reserva
- FEE – Fundação de Economia e Estatística
- FETs – Frentes Emergenciais de Trabalho
- FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- Fundopem – Fundo Operação Empresa
- GM – General Motors
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
- MNCMR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
- MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia
- MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
- MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PCdoB – Partido Comunista do Brasil
- PCT – Projeto Coletivo de Trabalho

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEA – População Economicamente Ativa

PFL – Partido da Frente Liberal

PIA – População em Idade Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PO – Pastoral Operária

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

ZH – Zero Hora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 ELABORAÇÕES TEÓRICAS MEDIADORAS	35
2.1 ALIENAÇÃO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: A PROPOSIÇÃO DE MARX ACERCA DA ONTOLOGIA SOCIAL DA PROPRIEDADE E DO CAPITALISMO.....	35
2.2 CLASSES SOCIAIS	43
2.2.1 “As metamorfoses da consciência de classe”	50
2.2.1.1 A “primeira forma de consciência” e as “cápsulas de individualidade”	53
2.2.1.2 Processo dialético de totalização mediado pelos grupos	59
2.2.2 O movimento de negação e consentimento das organizações dos trabalhadores: as décadas de 1970-1990 no Brasil.....	65
2.2.3 A classe trabalhadora e o exército de reserva.....	73
2.2.3.1 Exército de Reserva em Marx	73
2.2.3.2 O lumpemproletariado	80
3 MÉTODO	87
4 “MANIFESTO PELO FIM DA EXCLUSÃO”: A FUNCIONALIDADE ESTRUTURAL DO EXÉRCITO DE RESERVA	96
4.1 DESEMPREGO: UM PROBLEMA MUNDIAL	96
Fonte: QUINO.	96
4.1.1 Preciso diagnóstico quantitativo do desemprego.....	99
4.1.2 O mercado de trabalho Latino Americano: as estatísticas da CEPAL	103
4.1.3. O mercado de trabalho no Brasil: investigando a manifestação quantitativa do desemprego.....	111
4.1.3.1 Os ocupados da população economicamente ativa.....	112
4.1.3.2 Mercado de trabalho e os em situação de não-trabalho.....	122
4.1.3.3 População Não-Economicamente Ativa ou os Inativos	125
4.2 SUPERANDO A PSEUDO-CONCRETICIDADE DAS CATEGORIAS DO MERCADO DE TRABALHO	128
4.2.1 O Tamanho do Exército de Reserva Brasileiro	139
4.2.2 As Manifestações da Lei de Acumulação no Brasil: Oliveira e a Crítica a Razão Dualista.....	142

4.2.3 Exemplificando algumas formas de superexploração da população constituinte do ER.....	150
5 A POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÕES QUALITATIVAS NO EXÉRCITO DE RESERVA: A CONSTITUIÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE MEDIADO PELO GRUPO.....	162
5.1 OS DETERMINANTES DA CONSTITUIÇÃO DE UM MOVIMENTO DE TRABALHADORES DESEMPREGADOS.....	163
5.1.1 A conjuntura econômica tensionando o rompimento com a primeira forma de consciência.....	164
5.1.2 A conjuntura política que tensiona a constituição da fusão do grupo	176
5.1.3 O momento síntese da fusão do grupo.....	189
5.2 A SOCIABILIDADE PELO TRABALHO: AS CONTRADIÇÕES VIVENCIADAS PELO MOVIMENTO	198
5.2.1 Projeto de Alternativas de Trabalho na Periferia das Cidades como Meio de Organização da Classe trabalhadora.....	201
5.2.1.1 As Frentes Emergenciais de Trabalho: a lei do trabalho precário	202
5.2.1.2 Os Grupos de Trabalho: a superexploração mediada pela “auto-exploração” e a concorrência.....	210
5.2.1.2.1 A concorrência fragmentando a classe	211
5.2.1.2.2 A superexploração mediada pela auto-exploração	214
5.2.1.3 Os Pontos Populares de Trabalho (PPTs): a Fronteira com a Economia Popular Solidária.....	220
5.2.2 Projeto rururbano: convergindo as necessidades de trabalho, teto e terra.....	228
5.2.2.1 Assentamento Portal dos Pinheiros: a interpenetração de múltiplas realidades	233
5.2.2.2 Belo Monte: os limites de conciliar o campo e a cidade	242
5.2.2.2.1 “As questões culturais”: obstáculos ao rompimento com o ideal de ego	243
5.2.2.2.1.1 Zumbi dos Palmares II: As diferenças étnicas que justificam, mas não explicam	247
5.2.2.2.1.2 Os limites econômicos do Assentamento de Belo Monte	250
6 CONSIDERAÇÕES (AINDA QUE NÃO) FINAIS	256
REFERÊNCIAS	265

1 INTRODUÇÃO

*Penso que se o cara é um executivo
 Ele tem que executar! [...]
 A sua empresa
 Começa a enxugar
 Enxuga um, enxuga dois depois
 e de uma vez enxuga três! [...]
 Veja bem o que houve simplesmente
 Foi um aumento da população e ao mesmo tempo
 o invento da automação essa é a descrição da situação.
 Eu não tenho outra opção.
 Enxuga um, enxuga dois, depois
 e de uma vez enxuga três!*

(O Executivo-Executor - Jorge Mautner/Nelson Jacobina)

As soluções empregadas para superar a crise de acumulação da década de 1970 têm demonstrado esgotamento e exacerbado um dos limites do livre desenvolvimento do modo de controle antagônico do sociometabolismo da humanidade: o desemprego.

O debate sobre o desemprego estrutural, ao longo das últimas quatro décadas, ocupou as agendas política, científica e cultural sob diversas abordagens, ora enfatizando-o como um problema experienciado e resolvido pelo indivíduo, ora como um mal inevitável, ora como uma questão social que demanda deliberações intervencionistas do Estado na economia. Após setembro de 2008, a intervenção estatal foi, mais uma vez, intensamente mobilizada pela classe capitalista interessada na manutenção do movimento de acumulação posto em cheque em virtude da crise global que eclodiu no setor financeiro. O propalado desequilíbrio conjuntural da economia capitalista, suas conseqüências e o socorro prestado aos grandes empreendimentos privados, recrudesceram o debate do desemprego devido à impossibilidade de ignorar que cerca de 61 milhões de pessoas tendem a ingressar nos relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sob a rubrica de desempregados – acrescenta-se a este cenário, o prognóstico da Organização das Nações Unidas (ONU) que indica a existência de 2,7 bilhões de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza. Este número aponta a intensificação da pauperização de um contingente populacional considerado vulnerável pela instabilidade dos rendimentos recebidos, mas não revela a magnitude da pauperização da classe trabalhadora em sua totalidade.

A pauperização da classe trabalhadora é concreta tanto para os que já se estavam no agrupamento vulnerável quanto para os milhares que perderam seus empregos ou tiveram que flexibilizar seus contratos de trabalho. Os últimos vivenciam a diminuição dos seus

rendimentos acompanhada pelo aumento da exploração do trabalho. O mecanismo que avança esta relação inversa encontra-se na própria classe: a concorrência entre exército ativo e exército de reserva em suas múltiplas manifestações.

O exército de reserva, segundo a concepção marxiana, é uma população necessária para o modo de produção capitalista e pode se manifestar como superpopulação relativa fluente, latente e estagnada. O crescimento deste contingente populacional é intrínseco ao modo de produção capitalista, sendo a intensificação de sua reposição contínua, global, o resultado de múltiplas determinações que são detalhadas pelos estudiosos¹ que discutem a reestruturação produtiva, o uso de tecnologias de base microeletrônica, o desenvolvimento de técnicas de controle sofisticadas para a gestão da força de trabalho, as flexibilizações nas formas de contrato da compra e venda dessa mercadoria, etc.

Numa primeira análise, parece ser consensual que um dos fatores que obstaculiza a organização da classe trabalhadora em sindicatos, que combatam a pauperização dos trabalhadores almejando a manutenção de direitos conquistados historicamente e a efetivação de outras demandas, é o aumento quantitativo do exército de reserva, este utilizado como argumento para a intensificação da mais-valia absoluta. Entretanto, há autores que consideram que esse mecanismo não possui mais funcionalidade para o capital em virtude de seu aumento quantitativo em uma fase do desenvolvimento produtivo em que há uma espécie de fusão entre mais-valia absoluta e relativa. Segundo Daros (2003, p. 5), por exemplo, trata-se de um mecanismo “limitado, esgotado, sem sentido”.

No estudo desenvolvido por Marx no século XIX sobre o modo de controle do sociometabolismo da humanidade fundado na relação antagônica entre capital e trabalho, o exército industrial de reserva configura-se como *produção necessária* para o movimento de acumulação, como *mecanismo que avança* a valorização do capital e como a própria *condição de existência* do modo de produção capitalista. Muitas alterações ocorreram na relação entre capital-trabalho ao longo dos últimos 150 anos; a própria delimitação industrial pode ser questionada, mas o antagonismo não foi superado e o movimento de acumulação do capital continua produzindo, e de forma cada vez mais intensa, um contingente não considerado membro do exército ativo. Parece-nos, concreto, portanto, **que há alterações quantitativas no exército de reserva; mas estas teriam determinado alterações qualitativas do mesmo? Se ocorreram alterações qualitativas, estas teriam tornado-o desnecessário ao sociometabolismo do capital?**

¹ Entre os estudiosos destacamos: Antunes (1999), Alves (2000), Faria (2004), Holzmann (2006), Meneleu Neto (1998), Mészáros (2002; 2007), Oliveira (2006), Piccinini (2003).

Para respondermos essa questão de pesquisa, necessitamos esclarecer o que é o exército de reserva, como ele se manifesta em nossos dias e sua relação com o *ser-classe*; lembrando que esses conceitos são expressões das relações sociais e como tais são frutos de seu contexto histórico, resultante de relações sociais concretas e, portanto, mutáveis, conforme nos lembra Marx. Cabe, aos estudiosos, aprender o movimento do real – as relações sociais que os homens estabelecem entre si que são determinadas e determinantes do modo de produção e reprodução da vida – em suas múltiplas definições para a compreensão da totalidade societal. Neste sentido, afirmamos que problematizar esse conceito exige a compreensão das relações sociais estabelecidas nos países em que o modo de produção capitalista não foi resultado de um desenvolvimento histórico “interno”, mas implementado em função do desdobrar das relações sociais de outros grupos humanos, estes sim, estudados por Marx. Na América Latina em especial, e de modo exemplar, o desenvolvimento capitalista no Brasil – pois conforme o Fundo Monetário Internacional (FMI), este estaria sendo um modelo no que tange à adoção das políticas neoliberais –, onde, no decorrer do século XX, as lutas de classes tiveram momentos de avanço e retrocessos para a classe trabalhadora (GIANOTTI, 2007). Há uma crescente pauperização da classe trabalhadora, sobretudo, das parcelas de indivíduos que possuem como única qualidade a ser vendida a força física ou as habilidades manuais, pois a estes couberam essas atividades na histórica divisão social do trabalho².

Em face do desenvolvimento das forças produtivas, da expansão do capital e das políticas macroeconômicas nacionais e internacionais que tiveram como consequência um crescimento do desemprego em escala mundial, Mészáros (2002, p. 343-4) menciona a transformação do “exército de reserva do trabalho” em uma “explosiva força de trabalho supérflua”. O autor não considera que o exército de reserva tenha se tornado desnecessário ao capitalismo. Ele argumenta que, para a reprodução ampliada do capital, os indivíduos que não vendem sua força de trabalho diretamente ao capitalista cumprem um papel mais do que necessário. O caráter de supérfluo está na condição concreta de que cresce, indiscutivelmente, a superpopulação estagnada (mudança quantitativa) em uma relação inversa à redução global do tempo de trabalho socialmente necessário, isto é:

[...] como uma grande ironia da história, a dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma – no seu impulso inexorável para reduzir globalmente o

² No caso da América Latina, o CEPAL afirma que entre 1990 e 1997 houve um aumento da renda nacional bruta real dos países, mas não se alterou a questão da equidade social, uma vez que houve uma deterioração dos salários das ocupações de produtividade mais baixa.

tempo de trabalho necessário a um valor mínimo que otimize o lucro – como uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa força de trabalho crescentemente supérflua (MÉSZÁROS, 2002, p. 341).

De superpopulação estagnada à “explosiva força supérflua” (MÉSZÁROS, 2002, p. 344), sua possível mudança qualitativa, o exército de reserva encontra na pauperização de suas condições de produção e reprodução a condição necessária para que os trabalhadores reflitam a contradição capital/trabalho, e passem a negar a própria venda do trabalho enquanto mercadoria. Como pondera Traspadini (2006):

É exatamente porque o capital se valoriza a partir da intensificação da exploração do trabalho de um grande contingente de trabalhadores (homens, mulheres, crianças, idosos) que os sujeitos, com a evolução desse modo de produção, ficam a mercê da informalidade e da exclusão, desde o nascimento desse modo de produção caracterizado como capitalista, que a luta de classes, em vez de cegar, deve despertar os olhos e sentidos dos trabalhadores para a ruptura total com esse sistema que gera morte em vida (TRASPADINI, 2006, p. 12).

Em meados da última década do século XX no Brasil, indivíduos que vivenciavam concretamente sua pauperização em virtude das alterações no mundo do trabalho organizaram-se em um movimento social denominado Movimento dos Trabalhadores Desempregados e passaram a atuar como sujeitos contestatórios. As considerações de Mézáros (2006) e Traspadini (2006) apontam para a possibilidade de que alterações quantitativas no exército de reserva (ER) permitam que este se repositone na relação capital-trabalho, constituindo-se como um agente potencial contestatório e não somente como regulador de salários – mas sem deixar de sê-lo. Essa possibilidade estaria demonstrando, portanto, a constituição de uma mudança qualitativa no ER.

Intencionando responder à questão de pesquisa, analisaremos o exército de reserva – mais especificamente a manifestação da superpopulação estagnada – descrevendo-o enquanto produto e produtor de um processo de constituição de um sujeito contestatório do modo antagônico de controle do sociometabolismo da humanidade, isto é, analisar o produto necessário da relação entre capital-trabalho em um movimento de negação de seu criador. Para tanto, dados secundários acerca do mercado de trabalho e dados primários sobre a experiência da formação do Movimento dos Trabalhadores Desempregados no Rio Grande do Sul sustentarão nossas reflexões. Deste modo, temos os seguintes objetivos específicos:

- Esboçar um retrato do mercado de trabalho brasileiro, problematizando os impactos de algumas transformações que fizeram migrar indivíduos do exército ativo ao exército de reserva, e da preponderância da manifestação deste na forma de superpopulação estagnada.

- Explicar como as atividades produtivas da superpopulação estagnada colaboram para o rebaixamento do preço da mercadoria força de trabalho.
- Analisar os processos históricos que tensionaram a síntese de constituição do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, enquanto um lócus mediador da constituição do sujeito contestatário.
- Compreender o movimento de constituição da consciência de classe experienciado no Movimento dos Trabalhadores Desempregados mediados pela socialização do trabalho.

A consecução desses objetivos tenciona a defesa da seguinte tese: *o exército de reserva, no atual estágio do desenvolvimento das forças produtivas, tende a cumprir um duplo papel, qual seja: regulador do preço da força de trabalho e agente contestatário do sociometabolismo do capital*, de modo que este conceito estaria longe de indicar um mecanismo “limitado, esgotado, sem sentido”, como promulgado por Daros (2003, p. 5).

Com a defesa desta tese, tencionamos colaborar tanto com o desenvolvimento do conhecimento nos campos das Ciências Administrativas quanto para o debate entre os membros do Movimento dos Trabalhadores Desempregados. Objetivamos defender essa tese no campo da Administração para problematizarmos o movimento contraditório do desenvolvimento das forças produtivas. As Ciências Administrativas são uma área do conhecimento cujo objetivo primordial é planejar, avaliar e aprimorar técnicas que visem o aumento da produtividade do trabalho. Temos, portanto, a Administração colaborando para a redução do exército ativo por um lado e, por outro, isentando-se de investigar o que ajuda a criar e os possíveis desdobramentos da consecução daquele objetivo. Assim, contribuímos, especificamente, para o estabelecimento de discussões quanto ao desemprego nas Ciências Administrativas, posto que não seja possível considerar a existência de um debate sobre o tema nesta área do conhecimento, em virtude do pequeno número de pesquisas publicadas.

Para mensurar como se manifesta tal situação de omissão, efetuamos um levantamento nos Anais do Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD) e havia apenas um estudo publicado entre os anos de 2006 e 2008. Quando a análise é realizada nas revistas brasileiras melhor qualificadas pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o período estendido em dez anos, encontramos apenas três trabalhos. A ciência, cujo principal objetivo é desenvolver teorias e técnicas que visem à maximização do trabalho social total, isenta-se de investigar o fenômeno que ajuda a criar: a diminuição da necessidade de trabalhadores e os possíveis desdobramentos da consecução daquele objetivo.

Considerando, num primeiro momento, que o desemprego é a manifestação de um processo em que ocorre a diminuição da demanda por trabalhadores pelas empresas, podemos identificar que o assunto é abordado nos estudos administrativos como corolário do evento da demissão (CALDAS, 2000; FREITAS, 2006; PLIOPAS & TONELLI, 2007) e como discurso que engendra (im)possibilidades de inclusão social (FLEIG, PEREIRA, GRYBOVSKI e BRITO, 2005; PEREIRA, PEREIRA e BRITTO, 2007; PEREIRA, BRITTO, CARRIERI, LIMA e CAPPELLE, 2008).

Nos estudos de Caldas (2000), Freitas (2006), Pliopas e Tonelli (2007) o desemprego é a seqüência natural do evento da demissão, mas distinto deste em virtude de um lapso temporal ou do nível de análise. As últimas autoras mencionam que o desemprego é a situação em que se encontra o vendedor da força de trabalho quando ocorre a ruptura total do contrato de comercialização estabelecido entre o vendedor e o comprador daquela mercadoria, a despeito da vontade do primeiro (evento demissional) ou pela existência de algum contrato extremamente instável ao qual o trabalhador se submete por impossibilidade de negociar condições mais estáveis para a venda de sua força de trabalho (PLIOPAS e TONELLI, 2007). Nos estudos de Caldas (2000), o desemprego aparece como uma conseqüência, que se manifesta na dimensão macro-social, de um processo que faz parte do cotidiano organizacional, portanto, de um evento na/da dimensão meso (CALDAS, 2000). Por efetuarem a delimitação de fronteiras entre o processo demissional e o desemprego, os autores sustentam a existência de dois fenômenos que se tangenciam em determinado ponto específico, permitindo que a discussão centre-se no processo demissional e que o desemprego, apesar de ser um fenômeno identificado, permaneça não fazendo parte do escopo dos estudos administrativos.

Os estudos de Caldas (2000) e de Pliopas e Tonelli (2007) possuem várias considerações em comum. Ambos apontam a intensificação das demissões no Brasil após meados da década de 1980, a falta de estudos na Administração sobre o tema, o pioneirismo de seus esforços, e sugerem que futuros trabalhos devam abordar os rompimentos de contrato de trabalho, seja devido à recorrência dessa nova prática que demanda que as etapas do processo sejam incorporadas “à literatura sobre as atividades de recursos humanos” (PLIOPAS & TONELLI, 2007, p. 128), seja porque o Brasil não está “imune à praga de demissões coletivas” (CALDAS, 2000, p. 40).

Caldas (2000) inicia a incorporação do tema à literatura de recursos humanos (RH) no Brasil. O autor identifica, no processo de demissão, os moderadores (fatores) controláveis

pela empresa e que podem mitigar ou intensificar as conseqüências do processo para a organização e para os indivíduos (remanescentes e demitidos). Segundo ele, quando a empresa atenta para tais moderadores³, mais rapidamente ela readquire o comprometimento dos remanescentes, evitando possíveis prejuízos em virtude de sabotagens, queda no rendimento do trabalho, aumento do absenteísmo, etc. Pliopas e Tonelli (2007) chegam aos mesmos resultados ao analisar o discurso dos demissores e dos gestores de RH.

Percebemos que, nos estudos citados, o debate não se centra sobre a natureza do processo de demissão, mas nele enquanto um instrumento de redução de custos que, num primeiro momento, pode trazer prejuízos para a empresa caso não seja utilizado de maneira apropriada. A pouca atenção destinada ao estudo da natureza do processo demissional pode encontrar suas causas no entendimento de que este é um “mal necessário” em virtude da própria essência das organizações. O estudo de Freitas (2006) é exemplar nesse sentido. A autora hipostasia a organização enquanto um ente portador de uma substância naturalmente amoral e que tem como finalidade a maximização dos lucros. Assim sendo, as demissões são fatos corriqueiros e inquestionáveis, mas que podem ferir a dignidade humana, sendo o humano um recurso que está subsumido ao ente organizacional. Considerando que o respeito ao ser humano e à natureza têm sido discursos potencializadores da geração de lucro, nada mais lógico para as Ciências Administrativas do que colocá-lo em prática nos momentos de demissões, para não alimentar atitudes prejudiciais ao bom andamento das atividades por parte dos remanescentes. Portanto, o desemprego manifesta-se como corolário natural da existência das organizações naturalmente predadoras, mas que, para garantirem a realização de sua essência, podem desenvolver eventos demissionais requintados.

Caldas (2000) questiona o processo de enxugamento (intensificação quantitativa das demissões em curto espaço de tempo por reorganização das estruturas organizacionais) enquanto um mal necessário, mas não o processo demissional. O autor pondera que, em algumas circunstâncias, as organizações podem cortar custos por outras vias que não o

³ Para Caldas (2000) os moderadores podem ser divididos em: 1) Moderadores ativos antes do corte: estes englobam o nível em que a empresa considerou outras alternativas, a participação dos funcionários na decisão do corte, a comunicação interna e externa (comunidade e sindicato) sobre a necessidade de corte; 2) moderadores ativos durante o corte: nestes estão envolvidos a comunicação antecipada aos demitidos, a dignidade e respeito mostrados aos demitidos, a justiça dos critérios de corte e de sua aplicação, o critério e estruturação do processo, a comunicação interna durante o processo, a visão de futuro passada durante o processo, a comunicação com a comunidade e com o sindicato durante o processo; e, 3) moderadores ativos depois do corte: compreende o nível de compensação/indenização aos demitidos, a extensão da validade dos benefícios aos demitidos, a oferta de serviços/ajuda de recolocação, a oferta de serviço/apoio de retreinamento e a assistência/apoio aos remanescentes.

downsizing, contudo não o fazem pelo hábito dos gestores brasileiros de usar soluções prontas, mas nem sempre as mais indicadas. Atribuir à decisão por demitir a disseminação não racional de uma prática em pouco contribui para o entendimento de porque ela se dissemina. Uma reflexão dos motivos conduz a discussão para uma racionalidade econômica simples: se é possível reduzir custos, mesmo não sendo estritamente necessário, porque não fazê-lo, tendo em vista que isso pode viabilizar a maximização do lucro, objetivo central para qualquer administração que segue os ditames do sociometabolismo do capital? Ou ainda, se o risco de prejuízos com o processo de demissão pode ser minimizado por meio do controle dos moderadores e a “rentabilidade” que dele resulta é maior que as perdas, por que não fazê-lo? Ou seja, não se trata do processo de enxugamento ser um mal necessário ou um modismo, mas de ele oportunizar o aumento da produtividade, em síntese, gerar mais-valia absoluta e/ou relativa. Se ele oportuniza isso, por que não fazê-lo?

A intensificação quantitativa dos processos de demissão identificada por Caldas é mencionada por Pliopas e Tonelli (2007) como uma razão para que os estudiosos das organizações investiguem os processos a fim de produzir um conhecimento que possa auxiliar na condução de práticas de RH que minimizem os prejuízos organizacionais e individuais. As autoras salientam que, antes do início do século XXI, os estudiosos brasileiros das Ciências Administrativas não se ocupavam das discussões sobre o evento de ruptura do contrato de compra e venda da força de trabalho (PLIOPAS e TONELLI, 2007) por não ser este um fato recorrente no país. Discordamos das autoras, pois como demonstrou Fischer (1987), demissões eram uma constante em empresas brasileiras nas décadas de 1970 e 1980. Segundo a autora, havia pelo menos três formas de gestão dos recursos humanos utilizada para a obtenção de valor excedente. Uma dessas formas é denominada como “selvagem” por basear-se na jornada de trabalho ampliada e no pagamento de salários abaixo do necessário para suprir as necessidades básicas do ser humano. Outra forma é sustentada pelo uso intensivo de mão de obra de baixa qualidade oportunizada pela incorporação de inovações tecnológicas que determinam o ritmo do trabalho e demanda supervisão direta, como o modelo fordista. A terceira forma de gestão dos recursos humanos apresentada pela autora evidencia a relevância que cumpre o exército de reserva ao permitir a utilização intensa do trabalho pela sistemática da alta rotatividade. Nessas duas décadas, em particular, as demissões eram usadas como meio de deprimir o preço da força de trabalho, sem alterar significativamente o tamanho da organização, uma vez que a exploração da mais-valia absoluta era oportunizada pelo uso da mão-de-obra extensiva. A reengenharia não é responsável pela introdução do processo de

demissão nas empresas, mas pela sua intensificação, em virtude da possibilidade da exploração da mais-valia relativa por meio de novas formas de organização do trabalho e da introdução de tecnologias de base microeletrônica (FARIA, 2004c). Portanto, a falta de estudos sobre o processo de demissão no Brasil não se justifica pela ausência de sua prática, mas porque, para discuti-lo, foram necessários dois movimentos intrinsecamente relacionados, quais sejam: a introdução de abordagens nos estudos organizacionais que não se sustentam tão somente em pressupostos funcionalistas⁴ e a necessidade de elaborar o discurso da valorização do ser humano para o movimento de valorização do capital.

Pliopas e Tonelli (2007, p. 128) identificam que o discurso de valorização do ser humano é a “retórica necessária para a sustentação das práticas congruentes com a economia de livre mercado”, cabendo à área de Recursos Humanos elaborá-la. Mas ao invés de identificar nessa função do RH a alavanca dos estudos sobre o processo demissional, imputam a ela o encargo de manter as demissões obscurecidas. Seria então coincidência o fato da implantação do neoliberalismo no Brasil intensificar-se em meados de 1990 e, a partir de 2000, termos um aumento significativo, ainda que relativamente inexpressivo, sobre o processo demissional nos anais e revistas da Administração? O próprio estabelecimento da fronteira entre o conceito de demissão e o de desemprego é da “natureza” do objeto estudado ou um recorte intencional dos estudiosos, que abordam o primeiro como instrumento e reificam as relações sociais de causação do mesmo? Reificação necessária para a validação da hipótese da existência de dois momentos seqüenciais e autônomos, dos quais as Ciências Administrativas apenas devem ocupar-se do processo demissional por este localizar-se no nível meso, de modo que o objeto obscurecido não é o processo demissional, mas o fenômeno do desemprego como um todo. Mesmo quando os estudiosos da Administração buscam entender o desemprego, eles reproduzem a distinção entre este e o processo demissional, por considerar ambos não como resultados das relações antagônicas entre capital e trabalho, mas como um “mal inevitável”, que, conforme postula o ditado, “pode vir para o bem”.

Fleig, Pereira, Grybovski e Brito (2005, p. 88) demonstram que o desemprego pode ser a panacéia aos sofrimentos causados pelo emprego:

Ao considerar o contexto global atual competitivo e excludente, nos discursos em que o significado do trabalho ressalta o sofrimento da incerteza e um sentimento de

⁴ Optamos por não realizar uma discussão acerca dos paradigmas presentes nas Ciências Administrativas, mas destacarmos, por exemplo, que se por um lado os estudos interpretacionistas e pós-moderno permitiram demonstrar que os recursos humanos também sentem, pensam e significam; por outro, a exaltação das diversidades e potencialidades dos trabalhadores auxiliam na criação discursiva da valorização do humano sem tensionar sua subsunção real à valorização do capital.

“prisão psicológica”, o desemprego emerge como a libertação e a oportunidade de construir um futuro mais liberto, livre do sofrimento da incerteza, da instabilidade das relações trabalhistas.

Neste estudo, os autores imputam a liberdade ao empreendedor e ao trabalhador autônomo, o desempregado em seu papel ativo que ratifica que o trabalho permanece central na constituição das relações sociais e que a perda de um emprego é o veículo para a exclusão social e potencializante de novas formas de inclusão, pela resignificação do trabalho.

Há de atentarmos que todo emprego é um trabalho, mas que nem todo trabalho é emprego, visto que o último é uma das formas institucionalizadas da compra daquela mercadoria. A falsa generalização do emprego enquanto sinônimo de trabalho decorreu de uma situação historicamente localizada em virtude da adoção do modelo de bem-estar-social. Efetuar essa distinção é fundamental para desmistificar a “liberdade” trazida pela resignificação do “trabalho” pelos desempregados enquanto novos sujeitos sociais.

Os três artigos sobre desemprego encontrados nas revistas de Administração são resultados dos estudos de Maria Cecilia Pereira, sua dissertação e tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras. Em linhas gerais, o objetivo das pesquisas foi investigar a representação do desemprego no Brasil. No primeiro texto, a autora e demais co-autores (FLEIG, GRYBOVSKI e BRITO, 2005) identificam a necessidade de desconstruir as representações sociais do emprego para (re)construir possibilidades de novas formas inclusivas de sociabilidades pela resignificação do trabalho. No segundo texto, Pereira e os co-autores José Pereira e Mozar Brito, discutiram o emprego como veículo para o exercício da cidadania e a impossibilidade de exercê-la em função da condição de desempregado (condição de excluído). O terceiro texto, resultante da tese de doutorado, conclui que “a exclusão é a consequência da condição de trabalhador não-empregável, sem condições competitivas para a conquista de novos empregos ou trabalho” (PEREIRA et. al., 2008, p. 63) e que a situação de desemprego representa novas possibilidades de trabalho para além do emprego, permitindo a constituição de novos sujeitos sociais.

Partilhamos de algumas considerações realizadas pelos autores nos três trabalhos, sobretudo, na questão sobre a constituição de “novos sujeitos” em face das modificações nas relações de trabalho e acerca da necessidade de compreender o fenômeno desemprego para além das estatísticas sociais, o que necessita de estudos que contribuam “para o avanço nas formas clássicas de estudo do desemprego, principalmente no campo da administração” (PEREIRA, BRITO, CARRIERI, LIMA e CARVALHO, 2008, p. 66). Mas, discordamos de

pontos fundamentais como a dualidade incluído/excluído e sobre que há uma resignificação do trabalho nos termos da análise realizada pelos autores supracitados.

Com o objetivo de compreender o fenômeno para além do cenário construído pelos números, Pereira et. al. (2008) partem do pressuposto de que o conhecimento é uma construção social e que a análise depende da forma como os sujeitos compreendem esse fenômeno. Concordamos com esse pressuposto epistemológico, mas ele é insuficiente para compreender o fenômeno em sua totalidade. Quando a análise foca-se apenas no elemento discursivo dos inquiridos, apreende-se apenas uma das manifestações do fenômeno, neste caso, aquela em que o desempregado aparece ora como incluído, ora como excluído. O pesquisador, enquanto sujeito que participa da construção social (e histórica) do conhecimento, não pode ignorar que o sujeito investigado faz parte “do social”, a despeito de seu sentimento de exclusão, e colabora para a (re)produção do sociometabolismo do capital de múltiplas maneiras, como veremos adiante. Sendo assim, é necessário relacionar os sentidos quanto ao desemprego construídos pelos sujeitos aos múltiplos fatores que extrapolam suas práticas discursivas, que as condicionaram e que por elas foram condicionadas.

A resignificação do trabalho, identificada por Pereira et. al. (2008), aparece também nos estudos dos processos demissionais de Pliopas e Tonelli (2007) e Caldas (2000). Os primeiros autores indicam que os sentidos últimos atribuídos ao desemprego apresentam os seguintes elementos: empregabilidade, competitividade, precarização nas relações de trabalho, problema social, questionamento do sistema e inclusão social. Empregabilidade, competitividade e precarização das relações de trabalho aparecem nos estudos dos processos demissionais como um dos moderadores presentes nos projetos de auxílio aos demitidos. Transformá-los em empreendedores ou em gestores-de-si diminui a percepção sobre competitividade entre os trabalhadores e atenua possíveis obstáculos às flexibilizações das leis trabalhistas, ademais essas práticas sustentam o discurso da inclusão pelo trabalho e não pelo emprego levantados por Pereira et. al. (2008, p. 63) que acrescentam:

Os elementos questionamento do sistema e inclusão social ilustram esse discurso, pois, por meio desses conceitos, reflete-se o sentido de que o desemprego pode gerar oportunidades alternativas ao trabalho assalariado industrial, como o empreendedorismo e o cooperativismo, por exemplo.

As alternativas ao trabalho assalariado industrial não podem ser consideradas como uma resignificação do trabalho, mas do emprego. Os autores advogam que o desemprego está relacionado a uma percepção que o trabalhador possui da inclusão social dar-se por meio de um contrato rígido de trabalho e das garantias de seguridade social, representadas pela carteira

de trabalho. As formas alternativas de trabalho não trazem consigo os direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, pois os contratos de compra e venda da força de trabalho prescindem da carteira assinada, de modo que a perda dos direitos ressignifica as formas de venda da força de trabalho e não o trabalho, pois ela continua sendo uma mercadoria a ser comercializada tanto para os pesquisados quanto para os pesquisadores.

Percebemos que os autores reproduzem a confusão entre os conceitos de emprego e trabalho. Isto deve-se ao fato de que, nas Ciências Administrativas, são pouquíssimos os trabalhos que problematizam o qualitativo mercadoria. Verificamos isso ao analisar a concepção que os estudiosos da Administração possuem sobre o trabalho em uma análise dos artigos publicados na divisão temática Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho e na área de Comportamento Organizacional da divisão dos Estudos Organizacionais nos encontros da ANPAD entre os anos de 2006 e 2008. Os resultados dessa análise demonstram que mais de 90% dos artigos concebem o trabalho enquanto um simples recurso, um fato material, conforme tabela abaixo.

Concepção dos Estudiosos sobre o Trabalho	GPR – A (2006-2008) Valor Relativo (%)	GPR – B (2006-2008) Valor Relativo (%)	EOR – B (2006-2008) Valor Relativo (%)
Recurso	91,3	83,3	88,0
Recurso Nefasto	6,3	12,5	4,9
Não se Aplica	2,5	4,2	7,0
Total	100,0	100,0	100,0

Tabela 1: Concepção dos estudiosos das Ciências Administrativas acerca do trabalho

Fonte: Elaborada pela autora

Quando os estudos problematizam as relações entre empregadores, a concepção quanto ao trabalho não foi analisada (Não se Aplica); os demais estudos apresentaram o trabalho enquanto recurso, e dentre estes distinguimos os que analisaram as conseqüências negativas para o trabalhador, por considerar que o trabalho traz consigo malefícios para a saúde físico-psíquica do ser humano (Recurso Nefasto).

Partindo do pressuposto do trabalho enquanto mercadoria, as pesquisas ocupam-se das mais diversas abordagens. Identificamos, por exemplo, que os principais interesses são: compreender as formas de adaptar os trabalhadores às demandas da organização, de controlá-los e de desenvolver as qualidades do recurso para melhor fazer uso dele, aumentando assim a produtividade do trabalho social (Aumento da Produtividade do Trabalho), como pode ser verificado na tabela abaixo.

Abordagem dos Estudos nas áreas analisadas (2006-2008)	Valores Absolutos			Valores Relativos		
	GPR-A	GPR-B	EOR-B	GPR-A (%)	GPR-B (%)	EOR-B (%)
Aumento da Produtividade do Trabalho	141	40	121	88,1	55,6	85,2
Conservação Social	14	19	7	8,8	26,4	4,9
Descrição Crítica ao Aumento da Produtividade do Trabalho	2	1	2	1,3	1,4	1,4
Descrição Crítica das Relações de Trabalho	0	2	0	0,0	2,8	0,0
Crítica Fatalista	0	1	0	0,0	1,4	0,0
Crítica Transformadora	0	1	0	0,0	1,4	0,0
Outros	3	8	12	1,9	11,1	8,5
Total	160	72	142	100,0	100,0	100,0

Tabela 2: Abordagens adotadas nos estudos publicados nas áreas de Gestão de Pessoas, Relações de Trabalho e Comportamento Organizacional nos Anais do ENANPAD nos anos de 2006 a 2008.

Fonte: Elaborada pela autora

Na área de Relações de Trabalho, destaca-se a abordagem da concertação social, ou seja, a perspectiva de que é possível conciliar os interesses do capital e do trabalho minimizando as conseqüências negativas para o trabalhador sem prejudicar os interesses organizacionais. Em geral, as organizações e seus interesses permanecem sendo hipostasiadas, tal qual no estudo de Freitas (2006).

Os estudos que discutem o trabalho enquanto um recurso nefasto para o trabalhador tendem a adoção da perspectiva da concertação social ou a perspectiva crítica. Dentre os estudos críticos, apenas um texto conclui indicando a necessidade de transformação social para alterar as condições de desigualdade, destacando a naturalização da força de trabalho enquanto mercadoria. Os demais não ultrapassam as descrições ou o fatalismo. Em virtude disso, é comum a percepção de que os estudos críticos desconstroem (expõem as feridas) e “não colocam nada no lugar”. O limite destes estudos está justamente em criticar as conseqüências negativas do trabalho não problematizando o que as causam. E, assim, esses novos sujeitos libertos das mazelas do emprego, para as Ciências Administrativas, passam de demitidos a excluídos e, destes, a público-alvo de ações de responsabilidade social ou a portadores de uma nova forma de fazer economia onde carecem ser profissionalizados; mas tudo isso é dito sem o estabelecimento de uma relação entre esses múltiplos movimentos possibilitantes da apropriação do trabalho social total por um grupo social específico, a classe capitalista.

A apropriação da força de trabalho pela classe burguesa é possibilitada não apenas pela expropriação no interior das empresas privadas, mas também pela via da mediação do

Estado. A gestão dos recursos humanos na esfera pública é uma preocupação dos estudiosos da Administração, como vemos na tabela 3.

Área	Natureza do objeto de estudo dos trabalhos analisados 2006-2008 (absoluto)			Natureza do objeto de estudo dos trabalhos analisados 2006-2008 (percentual)		
	GPR-A	GRT-B	EOR-B	GPR-A	GRT-B	EOR-B
Privado	92	32	67	58	44	47
Público	24	10	19	15	14	13
Público e Privado	10	4	4	6	6	3
Teórico	6	5	21	4	7	15
Mercado de Trabalho	5	11	6	3	15	4
Outros	8	8	8	5	11	6
Terceiro Setor	5	0	4	3	0	3
Análise de Publicações	3	1	5	2	1	4
Não Consta	7	1	8	4	1	6
Total	160	72	142	100	100	100

Tabela 3: Natureza do Objeto de Estudo dos Trabalhos Analisados 2006-2008

Fonte: Elaborada pela autora

A preocupação em compreender as relações de trabalho efetuadas no setor público ocorre pelo menos por um motivo. O Estado é um grande empregador e, em geral, em virtude da necessidade de cumprir suas próprias leis, as relações de trabalho são menos flexíveis do que as que ocorrem no setor privado, tendo, portanto, o preço da mercadoria força de trabalho menos vulnerável às oscilações da demanda do capital por trabalho. Isso, em determinado contexto social, onera o orçamento público e reduz as verbas disponíveis para investimentos, que geralmente são apropriadas pelo setor privado. Este é um dos motivos pelo qual a classe capitalista demanda o enxugamento do quadro burocrático do Estado e a criação de técnicas que aumentem a produtividade do trabalho neste setor da economia, fomentando a realização de estudos administrativos.

Não é nosso objetivo elaborar uma teoria marxiana de Estado, mas faz-se necessário atribuir, neste texto, um significado a esta entidade. De forma sucinta, problematizaremos as colocações de Poulantzas (1986) com base nas discussões de Gramsci (2001) sobre a distinção entre sociedade civil e sociedade política para estabelecer algumas considerações a respeito do papel mediador do Estado na luta entre as classes.

Poulantzas (1986, p. 42) menciona que o “Estado possui a função particular de constituir o fator de coesão dos níveis de uma formação social”, permitindo designar que um Estado se caracteriza pela autonomia dependente das lutas econômicas e das lutas políticas, do poder político e do poder econômico, dos interesses econômicos de classe e dos interesses políticos de classe (POULANTZAS, 1986).

Essa autonomia decorre da ausência de um sujeito fixo, de modo que:

a legitimidade deste Estado está agora baseada, não na vontade divina implicada no princípio monárquico, mas no conjunto dos indivíduos-cidadãos formalmente livres e iguais, na soberania popular e na responsabilidade laica do Estado para com o povo. [...] O próprio “povo” é erigido em princípio de determinação do Estado [...] enquanto massa de indivíduos-cidadãos, cujo modo de participação em uma comunidade política nacional se manifesta no sufrágio-universal, expressão da “vontade geral” (POULANTZAS, 1986, p. 119).

Entretanto, como a igualdade e a liberdade são apenas uma abstração que segue os parâmetros do sistema jurídico moderno, este Estado acaba por constituir a coesão a partir das características de um dos níveis de formação social, no caso, a classe burguesa. Portanto, o Estado capitalista, possui um sujeito fixo, que em última instância, baseia sua legitimidade na *vontade divina do capital*.

As relações que ocorrem no Estado Classista Burguês pode ser compreendidas pela relação entre o que Gramsci (2001) denominou sociedade política (Estado) e sociedade civil. A primeira pode ser entendida pela função hegemônica que o grupo dirigente (formação social) exerce sobre o grupo social (totalidade das formações sociais), bem como pelo comando expresso no poder jurídico; a segunda, é o conjunto de organismos “chamados internos ou privados” que exercem as funções educativa e ideológica. Essa distinção entre sociedade política (Estado) e sociedade civil, permite algumas confusões, como a despolitização de todas as esferas sociais que não estão vinculadas diretamente à estrutura burocrática e aos poderes (determinados segundo o regime político) do Estado. E assim, não se atenta para a própria consideração de Gramsci (2001, p. 85) de que a “[...] sociedade civil, que também é o ‘Estado’, aliás é o próprio Estado”, que é utilizado por um grupo, com interesses próprios, mas em nome de uma falsa representação do interesse geral do povo-nação (não-fixação do sujeito).

Segundo Poulantzas (1986, p. 186), tais interesses próprios, no Estado, manifestam-se enquanto interesses políticos, mas com fins econômicos⁵. Deste modo, as lutas políticas entre

⁵ Lembramos que a distinção entre interesses econômicos e políticos é mais para fins de compreensão da

as classes são expressão de suas lutas econômicas que ocorrem mediadas pelo Estado. Aquele autor menciona que a:

[...] garantia de interesses econômicos de certas classes dominadas, da parte do Estado capitalista, não pode ser concebida, apressadamente, como limitação do *poder* político das classes dominantes. É certo que ela é imposta ao Estado pela *luta política e econômica das classes dominadas*: isto apenas significa, contudo, que o Estado não é um utensílio de classe, que ele é o Estado de uma sociedade dividida em classes. [...] Por outras palavras, é sempre possível traçar, de acordo com uma conjuntura concreta, uma *linha de demarcação*, abaixo da qual essa garantia de interesses econômicos de classes dominadas por parte do Estado capitalista não só não põe diretamente em questão a relação política de dominação de classe, mas constitui mesmo um elemento dessa relação.

O atendimento, por parte do Estado, das demandas da classe trabalhadora, em geral, estão ligadas à própria reprodução das classes, à guisa de exemplo: políticas públicas de moradia, saúde, alimentação, educação, dentre outras. Se, por um lado o Estado, ao realizar tais políticas, atende demandas da classe trabalhadora, seus interesses econômicos imediatos – e isto muitas vezes pode contrariar os interesses econômicos de curto prazo da classe dominante, por outro vai ao encontro do interesse político da mesma, permitindo, assim, atender seus interesses econômicos de longo prazo e a manutenção de seu *status quo*.

Os estudos administrativos cujo objeto de estudo são os empreendimentos públicos demonstram a perpetuação da preocupação com os interesses do capital, uma vez que dos 48 trabalhos publicados na área de Gestão de Pessoas e dos 23 publicados na área de EOR-B, respectivamente, 42 e 21 objetivavam o aumento da produtividade do trabalho.

A necessidade da apropriação do trabalho para a manutenção da situação daquele grupo social específico é o que impõem aos cientistas da Administração – e de demais áreas – os horizontes intelectuais. Isto é, a existência de um conjunto de interesses econômicos-culturais-históricos necessários à perpetuação do sociometabolismo do capital determina restrições no campo de visibilidade cognitiva da ciência, impossibilitando que esta defronte-se com certas problemáticas (LÖWY, 1994) – no caso, o caráter de mercadoria do trabalho, pois é necessário repor o pressuposto da mercantilização do trabalho enquanto lei natural do metabolismo social para seguirmos o desenvolvimento deste modo de produção e velar suas contradições⁶.

totalidade social do que uma essência do real.

⁶ Chauí (2007, p. 144) explica a diferença entre desenvolvimento e devir. Nas palavras da autora: “O *devir* é a sucessão temporal dos modos de produção ou o movimento pelo qual os pressupostos de um novo modo de produção são condições sociais que foram postas pelo modo de produção anterior e serão repostas pelo o novo modo. O *desenvolvimento* é o movimento interno de um modo de produção para repor seu pressuposto,

As Ciências Administrativas, ao assumirem o ponto de vista da propriedade privada, naturalizam os seus interesses e analisa as relações a partir da necessidade de maximizar o uso do trabalho social para a maximização do lucro. O aumento da produtividade do trabalho é o meio para alcançar aquele fim, sendo possível mediante o aumento da mais-valia absoluta e relativa que causam danos aos trabalhadores (o suporte material da mercadoria força de trabalho). Deste modo, tanto ao produzir estudos que maximizem o uso do recurso trabalho, diminuindo a demanda por trabalhadores, ou que descrevam os males que isso causa ao trabalhador, os estudiosos não rompem com a concepção de uma atividade produtiva alienada que, durante o século XX, manifestou-se, sobretudo, como emprego, oportunizando a confusão entre esses dois termos e relegando as discussões do desemprego para outras áreas da ciência, posto que este seja um problema macro social e que ocorre em virtude do alcance dos interesses da propriedade privada. Ou, como na crítica de Marx (2004, p. 91-2), à economia da época:

A economia nacional não conhece, por conseguinte, o trabalhador desocupado, o homem que trabalha (*Arbeitsmenschen*), na medida em que ele se encontra fora da relação de trabalho. O homem que trabalha (*Arbeitsmensch*), o ladrão, o vigarista, o mendigo, o desempregado, o faminto, o miserável e o criminosos. São figuras (*Gestalten*) que não existem *para ela*, mas só para outros olhos, para os do médico, do juiz, do cozeiro, do administrador da miséria, fantasmas [situados] fora do seu domínio. As carências do trabalhador são assim, para ela, apenas a *necessidade* (*Bedürfnis*) de conservá-lo *durante o trabalho* a fim de que a *raça dos trabalhadores não desapareça*.

Portanto, a diminuição da demanda por trabalhadores somente passa a ser problema para os estudiosos da organização enquanto variável de curto prazo que afeta a produtividade dos remanescentes ou enquanto possibilidade de condicionamentos de novos sujeitos demandados pelo capital (empreendedores, gestores-de-si, empregabilidades) – em suma, durante o trabalho.

Para compreendermos o fenômeno do desemprego para além das estatísticas sociais, mas sem reduzi-lo à variável de curto prazo, para estudá-lo enquanto uma manifestação histórica resultante de múltiplas determinações, e tentar romper com os pressupostos

transformando-o em algo posto”. O trabalho livre e a propriedade privada foram os pressupostos do modo de produção capitalista originários das contradições do modo de produção feudal e que levaram este a extinção. Deste modo, a mercantilização do trabalho não é natural, mas assim necessita aparecer por ser a condição de existência do próprio modo de produção capitalista que necessita repô-lo. Os estudiosos das Ciências Administrativas, em sua maioria, vêm colaborando para a naturalização desses pressupostos e isso é preciso, não somente em virtude das necessidades econômicas, mas também porque “A força de um modo de produção não vem apenas de sua capacidade econômica para repor seus pressupostos, mas também de sua força para manter nos membros da formação social o sentimento da naturalidade desses pressupostos até que as novas contradições destruam tal sentimento e exibam a violência histórica do sistema”.

presentes na maioria dos estudos efetuados nas Ciências Administrativas que fazem com que essa área do conhecimento conceba o ser humano apenas enquanto recurso, necessitamos que a base das “generalizações teóricas” seja a relação ontológica fundamental e não sua “forma alienada: a mediação da mediação reificada” (MÉSZÁROS, 2006, p. 104).

Nosso esforço reside, portanto, em elaborar um trabalho que possa ser classificado enquanto um *estudo crítico em Administração* que realmente tenha rompido com os fundamentos epistemológicos e metodológicos que estão servindo ao capital, de modo que ele agregue-se aos esforços efetuados por alguns estudiosos das Ciências Administrativas, tais como: Faria, Campos, Ponces, Lago, Paes De Paula, Misoczky, dentre outros, que tensionam as contradições capital-trabalho em um dos campos onde é gestada a legitimidade científica da subsunção do trabalho e onde a técnica da gestão é aperfeiçoada com o intuito de maximizar a exploração da mais-valia absoluta e relativa.

Ao assumir o ponto de vista do trabalho, objetivamos contribuir também para o debate sociológico das classes sociais e da possibilidade da constituição da consciência de classe para além do locus restrito da empresa privada. Com essa discussão intencionamos acrescentar alguns argumentos novos ao debate sobre ações políticas que visam à convergência de forças intra classe trabalhadora a fim de fortalecer esta no embate com a classe capitalista. Especificamente, vislumbramos colaborar com a luta de classe não apenas no âmbito da elaboração abstrata da realidade, mas também, problematizando tais abstrações nas relações concretas efetuadas no e por meio do Movimento dos Trabalhadores Desempregados.

Este trabalho não busca dar uma resposta conclusiva e acabada a eles, mas fornecer subsídios para a discussão, pois é pela *práxis* do Movimento que eles desenvolverão a ciência de quem são, de quem estão sendo e de suas possibilidades. Como destaca Faria, não cabe à teoria crítica entregar soluções prontas, visto que estaria em dissonância com sua base teórico-epistemológica. Cabe à teoria crítica, nos estudos organizacionais indicar que: “A compreensão da vida nas organizações e sua dinâmica exigem um esquema teórico-metodológico dialético, que seja capaz de responder às questões que afetam a vida cotidiana dos sujeitos das mais variadas formas [...]” (FARIA, 2007, p. 3). Eis nossa intenção, fornecer ao MTD um esquema teórico-metodológico dialético que auxilie no processo de pensar a si mesmo nesse movimento de tornar-se para si.

A elaboração deste esquema será exposta aqui de modo que o próximo capítulo apresenta as reflexões teóricas que medeiam nossa proposição do todo-pensado. A discussão da alienação permite delinear de forma abstrata a separação da sociedade em duas classes

sociais antagônicas: *a classe trabalhadora* e *a classe capitalista*. Após, faremos algumas considerações quanto as discussões sociológicas que envolveram ambos os estratos sociais a partir de Marx, dando destaque para as considerações de Iasi (2006) que, ao estudar o movimento de constituição da consciência de classe no processo de totalização mediados pelo grupo, desenvolveu uma teoria marxista da subjetividade. Ao problematizarmos, o movimento de constituição da consciência de classe no Brasil, inquirimos a possibilidade do exército de reserva configurar-se como agente neste movimento. Com isso, fez-se necessário um resgate do conceito em Marx, mas especificamente n'O Capital, como também debater a imputação à parte desse contingente populacional do qualitativo de *lumpemproletariado*. Essa discussão careceu uma leitura sistemática de vários escritos de Marx que foi sintetizada no último item do capítulo teórico. O capítulo 3 apresenta algumas considerações teóricas relativas ao materialismo dialético, bem como a explanação sobre as formas de coleta de dados. Como os instrumentos de coleta são demandados pelo objeto estudado, tivemos neste estudo que averiguar dados quantitativos (manifestação quantitativa do ER) e qualitativos (a constituição de um uma consciência de classe mediada pela *práxis* do MTD). Eles foram analisados em dois capítulos diferentes, 4 e 5, mas não de forma independente. Por fim, no capítulo 6, sistematizaremos os argumentos apresentados ao longo do texto a fim de concluirmos à favor de nossa tese e com fé no homem e na mulher de que é possível estabelecermos relações sociais para além do capital, tendo em vista ser a transcendência da auto-alienação do trabalho uma necessidade histórica – como veremos a seguir, a partir das considerações de Mészáros sobre a alienação em Marx.

2 ELABORAÇÕES TEÓRICAS MEDIADORAS

Neste capítulo apresentaremos as teorias que medeiam o processo de construção do todo-pensado. Segundo as colocações de Karl Marx, a teoria, para ser radical, necessita ir a raiz dos fenômenos sociais, sendo que a raiz é o próprio homem. Na análise das relações sociais, aquele autor identifica que a reprodução humana se realiza por meio da atividade, mas que, em determinado momento histórico, ela está alienada e determina todo o complexo conjunto de alienações que permite a perpetuação da exploração do homem sobre o homem. Eis porque a realização da crítica ao capital carece iniciar pelo entendimento da teoria da transcendência da auto-alienação do trabalho.

2.1 ALIENAÇÃO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: A PROPOSIÇÃO DE MARX ACERCA DA ONTOLOGIA SOCIAL DA PROPRIEDADE E DO CAPITALISMO

O homem, aqui e doravante no sentido de *homo sapiens*, se distingue de outras espécies que habitam o planeta em virtude de consciência sobre a própria atividade⁷. É desta consciência que Marx nos fala na famosa comparação entre o ato de arquitetar edifícios e de construir colméias⁸. A condição de possibilidade dessa consciência não é outra coisa senão a *atividade*, característica ontológica do homem. E há atividade porque, primordialmente, há *existência*. É esse o sentido ontogenético do materialismo de Marx quando, contra o idealismo, insistia que a existência precede toda e qualquer “essência”.

A atividade medeia a (re)produção da existência do homem, transforma a natureza, o homem, as relações entre homem-natureza e homem-homem.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (Marx, 1996, p. 207)

⁷ Essa “consciência sobre a atividade” – entendimento filosófico formulado desde muito antes de Marx, aliás – tem sido elaborada de diferentes maneiras pelas sociologias. “Racionalização”, “reflexividade”, “discursividade” etc. são alguns dos termos propostos para defini-la. Aqui, manteremos a mesma proposição terminológica de Marx.

⁸ Cf. *O Capital*, volume I, capítulo VII.

Segundo Mészáros (2006, p. 108), para Marx o “primeiro ato histórico do homem é a criação de sua primeira necessidade nova”. O homem não se (re)produz enquanto indivíduo, mas enquanto espécie, o que quer dizer que a (re)produção do ser biológico somente pode se realizar enquanto ser social. Deste modo, o conceito de *Homem* em Marx, coincide com o conceito de *Ser Social*. O fato do ser biológico somente ser possível enquanto ser social implica divisão social do trabalho. Essa divisão social do trabalho só existe enquanto está sendo, ou seja, só existe enquanto modalidade concreta e particular de realização. É essa condição de realização enquanto realização particular da condição ontogenética geral que indica porque, para Marx, a (re)produção humana só se realiza mediada por novas necessidades. Tal movimento é de reciprocidade dialética entre natureza-homem-atividade, como demonstra a ilustração de Mészáros (2006, p. 99) reproduzida abaixo. Vemos que o homem (H) tanto produz a indústria ou atividade produtiva (I) quanto é produzida por ela; tanto altera a natureza (N) quanto é alterado por ela.

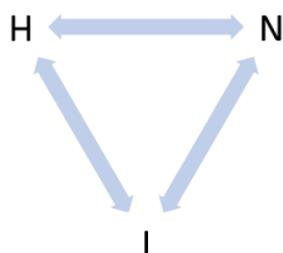


Figura 1: Reciprocidade Dialética entre Natureza↔Homem↔Atividade

Fonte: MÉSZÁROS, 2006, p. 100

Nessa dinâmica recíproca a atividade humana é o móvel de mediação por excelência da (re)produção da existência, de maneira que todos os construtos sociais que conhecemos são obra da atividade humana. Mas esse fato social primordial encontra-se naturalizado pelos agentes dos fatos sociais, que não se reconhecem como instituidores do mundo instituído com que se deparam cotidianamente. Os produtos da atividade humana são percebidos como *coisas* de gênese misteriosa, como objetos externos à agência humana. Esse fenômeno foi designado por Marx como a *auto-alienação do trabalho*. Por isso é que uma teoria da alienação é a crítica primeira e fundamental do empreendimento de crítica radical de Marx (MÉSZÁROS, 2006), porque é essa situação de alienação que é condição de possibilidade intrínseca da propriedade privada, que, por sua vez, nada mais é que trabalho social reificado. “O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se social (*sachlich*), é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é

a sua objetivação” (MARX, 2004, p. 80). A objetivação do trabalho não é necessariamente sua alienação, posto que a alienação não se verifica na objetivação em si, mas no não reconhecimento do produtor na objetivação produzida. Não reconhece na objetivação sua subjetividade. A “vida” que o homem conferiu ao objeto torna-se uma potência autônoma diante dele, independente dele e, quanto mais objetiva-se o trabalho, quanto mais objetos são produzidos, mais o homem torna-se escravo de sua criação⁹. A efetivação do trabalho é a desefetivação do trabalhador (MARX, 2004). Os trabalhadores (T) assim perdem o controle sobre quando e como efetivam o trabalho, porque este é subsumido à propriedade privada. Os produtores estranham a coisa produzida – eis o *estranhamento da coisa*, outra faceta do fenômeno da alienação.

Há uma relação contraditória entre propriedade privada e trabalho social, cujo agravamento

[...] demonstra a contradição mais interna do sistema produtivo existente, e contribui enormemente para a sua desintegração. Assim a auto-objetivação na forma de auto-alienação perde sua justificação histórica relativa e se torna um anacronismo social indefensável (MÉSZÁROS, 2006, p. 107)

Por isso que a transcendência (*Aufhebung*¹⁰) da auto-alienação do trabalho é, segundo Mézáros (2006), “a chave para a o entendimento da teoria de alienação de Marx”. A transcendência é compreendida como possibilidade necessária da união dos opostos em uma determinada fase do desenvolvimento histórico onde as contradições existentes no sistema de regulação da atividade produtiva estão paralisando o desenvolvimento imanente da espécie humana. (O aspecto negativo da auto-alienação do trabalho só pode ser compreendido a partir do entendimento do trabalho em sua universalidade transcendente – apenas deste ponto de vista se pode compreender a parcialidade do trabalho estranhado e sua relação contraditória com a propriedade privada.)

⁹ Salientamos que, em virtude de inúmeros apontamentos realizados por Marx em outros escritos, podemos considerar que essa objetivação do trabalho não necessariamente depende de um suporte material, pois o trabalho fixado no objeto, assim o está por este produto ser *social*. Seria simplista considerar que a objetivação da atividade se reduz à produção de algo tangível, tocável; o objeto, portanto pode ser algo intangível desde que seja socialmente reconhecido como o resultado de uma atividade e que medeie as relações sociais enquanto portador de valor de uso e, sob o modo antagônico de controle do social, com valor de troca. Essa ressalva é importante para as discussões atuais acerca do trabalho imaterial, enquanto atividade abstrata relacionada à subjetividade (LAZZARATO, 2001) que está em inter-relação recíproca com o trabalho material, ambos, segundo Antunes (2006, p. 124) “elementos fundamentais no mundo produtivo (industrial e de serviços) contemporâneo”.

¹⁰ *Aufhebung* é termo utilizado por Marx e que não tem tradução direta para o português. Pode compreender os significados das seguintes palavras em português: *transcendência*, *supressão*, *preservação* e *superação* ou *substituição* pela *elevação* a outro *nível* (unidade dos opostos).

Para Marx a alienação do trabalho é a raiz causal de todo um complexo de alienações – religiosas, científicas, culturais, etc. (MÉSZÁROS, 2006), pois a reificação do trabalho implica a reificação da subjetividade do agente do trabalho. Mézáros, deste ponto de vista, re-elabora a figura apresentada anteriormente para demonstrar como a introdução da mediação Propriedade Privada ↔ Trabalho altera a reciprocidade dialética entre natureza↔homem↔atividade, conforme ilustrado na Figura 2.

Temos o homem (H) dividido entre a propriedade privada (P) e o trabalho (T), o que determina a constituição de uma natureza alienada (NA) e de uma atividade produtiva alienada (indústria alienada, IA). As série de relações recíprocas decorrentes disso são constituídas pelas tríades: P ↔ IA ↔ NA; T ↔ IA ↔ NA; P ↔ T ↔ IA e P ↔ T ↔ NA.

O desaparecimento do “homem” desse quadro, sua supressão prática por meio das mediações de segunda ordem de P e T [...] significa que não só há agora uma *separação* em cada elo dessas relações alienadas, mas também que o **trabalho** pode ser considerado como simples “*fato material*”, em lugar de ser visto como agente humano da produção (MÉSZÁROS 2006, p. 104, grifos do autor).

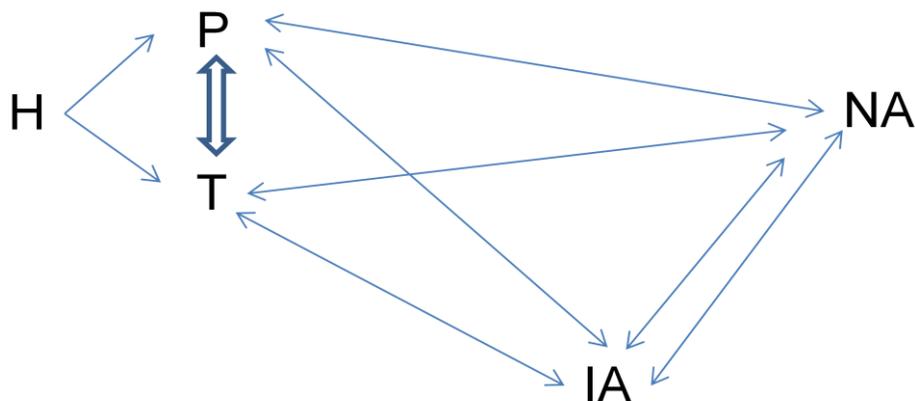


Figura 2: Reciprocidade Dialética entre Natureza↔Homem↔Atividade, mediada pela Propriedade↔Trabalho

Fonte: Mézáros, 2006, p. 103.

Se o produto da atividade humana é estranho ao seu produtor, isso decorre já no processo da objetivação e, assim, o homem se aliena no próprio ato de trabalho, conforme menciona Marx:

Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. [...] o trabalho é *externo (äusserlich)* ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (MARX, 2004, p. 82-3).

Até aqui, descrevemos dois aspectos da alienação: o *estranhamento de si* ou *auto-estranhamento* e o *estranhamento da coisa* ou *estranhamento da natureza*.

Há um terceiro aspecto da alienação que é a *alienação do homem com relação ao seu ser genérico*. À medida que o homem estranha de si a sua natureza e a sua atividade, ele estranha de si sua relação com o gênero humano. Nas palavras de Marx (2004, p. 85):

O objeto do trabalho é portanto a *objetivação da vida genérica do homem*: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contempla-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele. Conseqüentemente, quando arranca (*entreisst*) do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua *vida genérica*, sua efetiva objetividade genérica [...] faz-se da vida *genérica* apenas um meio para a vida individual.

Da alienação com relação ao ser genérico, decorre que o produtor estranha sua relação com os outros produtores circundantes, que lhe aparecem à consciência como competidores. Temos a *alienação do homem com relação ao outro homem*.

Na relação do trabalho estranhado cada homem considera, portanto, o outro segundo os critérios e a relação na qual ele mesmo se encontra como trabalhador (MARX, 2004, p. 86).

A introdução da mediação Propriedade Privada ↔ Trabalho altera a reciprocidade dialética entre natureza-ser social-atividade, porque a naturalização dos processos sociais de trabalho possibilita grupos de trabalhadores e grupos de proprietários de meios de trabalho, opondo uma *ser-classe-do-capital* (SCC) e uma *ser-classe-do-trabalho* (SCT). A economia das trocas entre estes dois grandes grupos é bastante assimétrica, porque o segundo só consegue (re)produzir sua existência à medida que emprega sua capacidade de trabalho para valorizar os valores possuídos por *outrem*. A classe produtora é esmagada pela auto-alienação e a classe proprietária tem nela a fonte de seu poder, porque a naturalização das relações de trabalho bloqueia a reflexão crítica sobre o sentido e a necessidade da atividade.

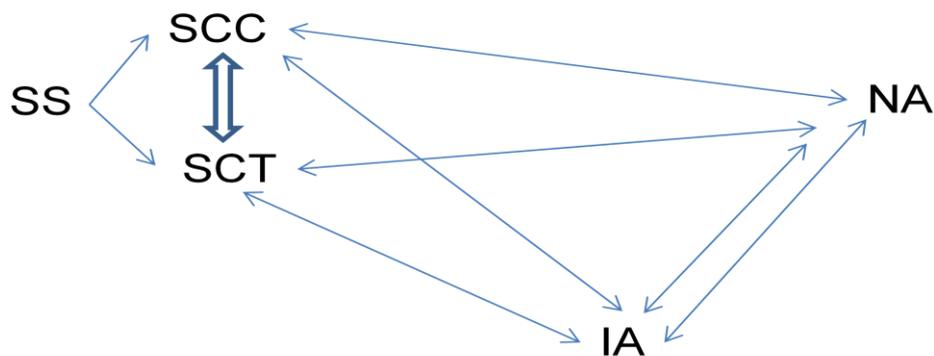


Figura 3: Reciprocidade Dialética entre *Ser-classe-do-trabalho* ↔ *Ser-classe-do-capital* mediada pela Propriedade ↔ Trabalho

Fonte: elaborado pela autora.

Ao estudar essas relações estabelecidas entre capital-trabalho, Marx (1996a) formulou a lei geral da acumulação capitalista e demonstrou como a acumulação do capital condiciona alterações na classe trabalhadora. Ele destaca enquanto fatores determinantes para a compreensão dessas alterações a correlação existente entre a composição valor e a composição técnica, expressa na composição orgânica do capital. A composição valor é o padrão de distribuição do capital entre sua parte constante e sua parte variável, ou seja, o valor dos meios de produção e o valor da força de trabalho (montante dos salários), respectivamente. Já a composição técnica do capital expressa a relação entre “a massa dos meios de produção e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para o seu emprego” (MARX, 1996a, p. 245).

O entendimento da composição orgânica do capital é importante pois alterações em quaisquer de seus componentes é fator decisivo na demanda por vendedores da força de trabalho – o que não pode ser tomado como sinônimo de demanda do capital por trabalho. A diferença entre demanda por trabalhadores e por trabalho está relacionada à capacidade de exploração de mais trabalho por um mesmo montante de trabalhadores, ou seja, a capacidade de consumir ao máximo a mercadoria – aquilo que os estudos administrativos costumam referir por “aumento de produtividade do trabalho”. Assim, é possível um aumento na demanda por trabalho sem um aumento equivalente na demanda por trabalhadores, porque a força de trabalho é tratada enquanto mercadoria – sendo que parte substantiva do valor dessa é apropriado por seu comprador¹¹.

Sua [do capitalista] finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contenham uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável (MARX, 1996a, p. 251).

¹¹A mercadoria, segundo Marx (1996a), é um objeto externo e que possui propriedades que satisfazem as necessidades humanas. Assim, a utilidade da coisa é igual a seu valor de uso, que por sua vez é determinada pelas propriedades do corpo de satisfazer uma certa necessidade humana. O valor de uso só se realiza mediante seu uso ou consumo. No capitalismo, o valor de uso é tanto o valor material da riqueza quanto o portador material do valor de troca. Em uma relação mercantil o valor de troca entre duas mercadorias prescinde de uma grandeza comum entre coisas diferentes. Essa grandeza comum não está relacionada às propriedades naturais das coisas que estão sendo trocadas. Abstrai-se seu valor de uso, restando-lhes apenas uma propriedade comum: serem produto do trabalho – a força de trabalho tem, portanto, um duplo caráter, qual seja: satisfazer as necessidades sociais (valor de uso) e satisfazer as múltiplas necessidades de seus produtores, à medida que o produto de seu trabalho é permutável por outra espécie de trabalho (valor de troca). Entretanto, a mercadoria força de trabalho não produz apenas o valor de uso (dispêndio humano a ser gasto durante o processo de trabalho) nem apenas valor de troca (assumido aqui como salário), mas também, mais-valia. Deste modo, o capitalista, segundo Marx (1996a, p. 305) “Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia”.

Portanto, o trabalhador, ao vender sua força de trabalho, coloca em ação o montante do capital constante, produzindo tanto o montante necessário para equalizar o preço da sua mercadoria vendida ao preço das mercadorias necessárias para suprir suas necessidades (salário), como também sobretrabalho (condição necessária para a produção do lucro). Essa dupla produção da força de trabalho encontra-se em relação inversamente proporcional:

[...] podemos considerar tanto o salário quanto o lucro, quando comparamos um com o outro, como cotas-parte do produto do operário. [...] Estão na razão inversa um do outro. A cota parte do capital, o lucro, sobe na mesma proporção que a cota-parte do trabalho, o salário, cai, e inversamente. O lucro sobe na medida em que o salário cai e cai na medida em que o salário sobe (MARX, 2006, p. 56).

Neste sentido, o preço da força de trabalho é fator determinante para a taxa de lucro do capitalista. É fator imprescindível de ser controlado para garantir o processo de acumulação crescente de valores, pois um aumento da massa salarial, considerando que os demais componentes da composição orgânica do capital permaneçam constantes, representa um decréscimo quantitativo de trabalho expropriado pelo capitalista. Segundo as análises de Marx, o mecanismo de acumulação – abstraídas as lutas sociais – trataria de manter o valor da força de trabalho em níveis que correspondam às necessidades de acumulação do capital, pois o decréscimo no lucro retrai a taxa de crescimento do capital, reduzindo a demanda por força de trabalho e atuando, assim, sobre o preço dessa mercadoria, de modo a colocá-la novamente em patamares que beneficiam o capitalista em seu processo de expropriação. Assim, nestas condições “é a diminuição do capital que torna excessiva a força de trabalho explorável ou, antes, seu preço” (MARX, 1996, p. 252).

Marx demonstra, então, que não há uma “lei natural” de crescimento da população que faça com que esta esteja em excesso ou em falta frente ao capital, alterando o preço da força de trabalho. É o processo de acumulação do capital que ora torna a massa de trabalhadores excedente para as necessidades do capital, ora faltante. Assim, Marx explicita como o movimento absoluto do capital é a relação entre grandezas dependentes: o trabalho não-pago e o trabalho pago “da mesma população trabalhadora” e não uma relação entre grandezas independentes: o capital e o tamanho da população trabalhadora.

Outro fator que influencia o preço da força trabalho, que já aludimos acima, é a taxa proporcional de valorização dos valores, ou seja, a produtividade do trabalho social.

“[...] o grau de produtividade social do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, durante um tempo dado, com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma em produto” (MARX, 1996a, p. 254).

Os meios de produção podem tanto ser consequência como condição necessária para o aumento da produtividade do trabalho. É condição necessária, por exemplo, o uso de tecnologias poupadoras de força de trabalho vivo; é consequência, o produto – maior quantidade de matéria-prima transformada por essa força de trabalho. Percebemos que nesse caso houve uma alteração da composição técnica do capital, ou seja, um montante maior de meios de produção é mobilizado por uma mesma ou até uma menor quantidade de força de trabalho. Alterações na composição técnica do capital alteram também sua composição valor: há um acréscimo na relação entre o valor do capital constante e capital variável. Marx exemplifica numericamente que esse acréscimo repercute na demanda por força de trabalho, ou, em outras palavras, na oferta de “postos de trabalho”.

Importante destacar também que, segundo Marx (1996a), junto ao processo de acumulação desenvolve-se um processo de centralização do capital. Para este autor, ambas são características do modo de produção capitalista e desenvolvem na mesma medida a concorrência e o crédito. Não nos cabe adentrar aqui na discussão desses fatores, apenas sumariamente evidenciar que a centralização do capital é impulsionada pela concorrência entre os capitalistas, e esta é mediada pelo barateamento das mercadorias, que por sua vez, dependem da produtividade do trabalho. Assim, nas palavras de Marx (1996a, p. 259):

[...] a centralização assim reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho [vivo].

Em suma, o processo de acumulação e de centralização do capital expandem a acumulação de capital e acarretam na produção de um excedente de força de trabalho. O excesso de trabalhadores, diferente do que postulava Malthus, não é resultado de algum crescimento geométrico vegetativo, mas do processo de acumulação e centralização característico do modo antagônico de controle do sociometabolismo da humanidade.

Para discutir os devires de acumulação e centralização do capital, Marx (1996a) tratou a dinâmica capitalista na condição de construto típico-ideal, pois abstraiu as lutas sociais à medida que elas interferem na “livre realização” das “leis naturais da economia” que pretendia demonstrar. Mas, uma vez apreendida a formulação abstrata do processo de acumulação e centralização do capital, é imprescindível considerar que tais devires do capitalismo são realizados enquanto relações sociais concretas, passíveis de conflito, dominação e, portanto, invenção. Tais relações sociais concretas são assimétricas em termos de poder, o que permite definir estratos populacionais em função de homologias nas relações

de poder nas quais se inserem seus agentes. A sociologia de Marx propõe que a disposição de poder mais fundamental no capitalismo é aquela que opõe usurpadores dos valores coletivamente produzidos e produtores de valor que são proprietários de não mais que uma capacidade de agregar valor aos valores de outrem, de modo que há, fundamentalmente, uma classe de produtores e uma classe de proprietários. Teorizar sobre classes sociais é, portanto, imperativo e será objeto de considerações no próximo item.

2.2 CLASSES SOCIAIS

Segundo Hirano (1974, p. 78), na concepção de Marx “[...] a classe é uma determinação de uma dada formação social, num dado momento histórico e num dado tipo de produção social”. Se, por um lado, essa sentença é bastante precisa em indicar pressupostos sociológicos de Marx, por outro é verdade que o conteúdo prático (no sentido de prática sociológica) a ser relacionado a seus termos não está de todo dado aí, e é móvel de intensa polêmica tanto entre os marxistas como entre os críticos de Marx, porque o que está em jogo na interpretação dessa sentença são aspirações políticas, mais que eventuais intenções exegéticas.

Até a década de 1960, segundo Gurvitch, poucos autores negavam “a existência das classes sociais na sociedade contemporânea ou a luta das classes entre si”. (GURVITCH, 1966, p. 11). Mas, ao final daquela década, um ciclo de conflitos políticos em diversos países fundamentou um marco a partir do qual passou-se a debater a existência ou não das classes em “sentido clássico”. Alguns decretaram o fim ou morte das classes (GORZ, 1982), e, desde então, vários argumentos foram elaborados para corroborar a certidão de óbito proposta por alguns intelectuais. Por outro lado, concorria uma representação extremista de uma sociedade dividida em duas classes fixas e inalteradas ao longo da história, sustentada, em grande parte, numa leitura um tanto quanto simplista dos escritos de Marx e Engels, que superestimava o sentido histórico do *Manifesto Comunista*, um panfleto destinado a discutir a conjuntura europeia de 1848, e não a de 1968... Na terceira reedição do *Manifesto*, o prefácio de Engels já alertava para a importância de haver precauções quanto a uma leitura simplista do documento. Este tratava-se de um pequeno escrito, polêmico e de estilo intenso, que objetivava ser uma contribuição dos autores para o debate atinente à formação de um partido comunista; suas reflexões teóricas pretendiam o diálogo com a luta política da época, e não

uma sociologia da estratificação social – o que não quer dizer que Marx não tenha pretendido elaborar essa sociologia.

É conhecida a intenção de Marx de sistematizar o conceito de classes sociais no último capítulo d'*O Capital*, o que não teve tempo de fazer em virtude de seu falecimento. Entretanto, suas considerações a respeito foram expressas em muitos outros estudos. Para compreender, portanto, o conceito de classes sociais desse autor é necessário analisar sistematicamente seus trabalhos, tendo em vista que “as referências encontradas em suas obras são esparsas, muitas vezes por demais genéricas, outras vezes altamente abstratas e às vezes têm a marca de suas especificidades históricas com significação restrita e historicamente determinada por uma dada formação social” (HIRANO, 1974, p. 68).

Marx elaborou reflexões sobre as classes sociais em escritos como *A ideologia alemã* (1846) e *A miséria da filosofia* (1847), e também há *As lutas de classe em França* (1850) e *O 18 do Brumário de Louis Bonaparte* (1852), que são estudos empíricos de classes sociais historicamente localizadas no tempo e no espaço, manifestações históricas particulares das classes sociais em suas múltiplas determinações. São nessas obras que Marx apresenta termos como *fração de classe*, *classe de transição*, *massa indefinida e desintegrada*, *facções*, *setores*, *pequena burguesia*, *lumpem-proletariat* etc. Por sua vez, ao discutir a reprodução simples em *O Capital*, rumou a um maior grau de generalização desse conceito – por estar tratando-o no âmbito constitutivo do processo de produção e reprodução do capital “e não da formação histórica” (IASI, 2006, p. 56), ou como afirma Mészáros (2008), por tratar-se da análise do capital e não do capitalismo. Nesse processo, Marx afirma a divisão da sociedade em duas classes fundamentais: “a classe operária, que não dispõem mais do que de sua força de trabalho e a classe capitalista, monopolizadora tanto dos meios de produção quanto do dinheiro” (MARX, 1996, p. 375).

Do estudo sistemático das obras em que Marx discute as múltiplas determinações que constituem as classes sociais, Hirano (1974, p. 84) resume que, sobretudo:

[...] e) esta separação [proprietários do meio de produção (instrumentos de trabalho) e os proprietários da força de trabalho] determina a divisão entre dois grupos sociais fundamentais: capitalistas e operários; f) em termos sintéticos, é uma oposição entre salário e capital, mas esta oposição não é uma oposição abstrata; ao contrário, o salário é o preço que o capitalista paga pela parte da força de trabalho que se adquire no mercado, cujo valor é uma determinação do movimento de produção e reprodução social desta força de trabalho, que se “determina pelo *valor dos artigos de primeira necessidade* exigidos para produzir, desenvolver e perpetuar a força de trabalho”; g) neste sentido é uma oposição entre o trabalho e o capital cujas as condições objetivas são: pelo lado do capital, a luta pela perpetuação desse sistema de trabalho assalariado, e pelo lado do trabalhador, a luta pela abolição daquele sistema; h) é neste contexto que se coloca a luta de classes como luta política – e a

luta política pressupõe a consciência das condições objetivas de sua classe, de outras classes e da sociedade como uma totalidade articulada; [...]

Nessas considerações de Hirano, encontram-se, sucintamente, os três principais fatores constituintes das classes sociais referidos por Marx, quais sejam: 1) a estruturação econômica, 2) os conflitos que se desenvolvem no campo político de acordo com distintos interesses contingentes e necessários das classes e 3) a consciência desses interesses, que são tanto constituintes quanto constituídos pelos e nos embates entre as classes. De maneira que, como recorda Faria (2004b, p. 67),

[...] não pode existir um conflito de classes que seja essencialmente político ou ideológico, assim como não pode existir um conflito de classes que seja essencialmente econômico, pois estas esferas estruturais compõem o conjunto de um modo de produção.

Ou, nas palavras de Marx (2007, p. 192): “Não afirme que o movimento social exclui o político. Não existe nunca movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social”. E esses fatores têm de serem considerados levando-se em conta ainda que o movimento de mundialização do capital se desenvolveu de forma particular nos diferentes contextos.

Em seus estudos teóricos, como já aludimos acima, Marx demonstrava seus argumentos procedendo através de abstrações generalizantes, coisa da qual muitos de seus leitores descuidaram. Mas, basta compararmos a quantidade de estratos populacionais que Marx arrola numa análise de conjuntura como *O 18 do Brumário de Louis Bonaparte* com os que refere n’*O Capital* para termos ciência do sentido do uso das categorias de classe nos seus estudos teóricos em economia política. Assim, ao definir sinteticamente o burguês como detentor dos meios de produção e o proletário como aquele que tem por única propriedade sua força de trabalho, estamos operando num alto grau de generalização. E o conceito nunca pode pretender substituir o concreto, porque, parcial por definição, nunca comporta todas as implicações deste. Concordamos com Iasi (2006, p. 17) quando este afirma que a classe “não é um ser fixo e dado de uma só vez”.

Quanto aos critérios objetivos que permitem generalização e abstração do *ser-classe*, salientamos que, diferente da leitura superficial vulgar, meios de produção são aqui entendidos não apenas como máquinas, ferramentas, prédios etc. utilizados no setor industrial, enquanto setor fundante da economia estudada por Marx no século XIX, mas também os meios que permitem ou obstaculizam a produção, distribuição e circulação de qualquer mercadoria, independente da substância que a comporta (“matéria”, “idéia”, “sentimento” etc.) e da necessidade que satisfará (“física”, “psíquica”, “afetiva” etc.). Em épocas que a

produção de conhecimento é rapidamente introduzida no circuito de produção-distribuição-circulação de mercadorias, a criação intelectual ou a capacidade de comunicar um significado podem ser consideradas meio de produção tanto quanto uma caldeira. Ademais, é considerar que

As classes não se definem apenas pela posição objetiva no seio de certas relações de produção e de formas de propriedade, mas na concepção de Marx, as classes se formam e se constroem em permanente movimento de negação, ora como indivíduos submetidos à concorrência, ora como órgãos vivos do capital em seu processo de valorização, ora como personificação de interesses de classes em luta, ora como aspectos subjetivos da contradição histórica entre a necessidade de mudar as relações sociais e a determinação das classes dominantes em mantê-las. (IASI, 2006, p. 17)

Atentar para os diferentes momentos de manifestação da constituição do *ser-classe* e para a heterogeneidade do mesmo não implica, necessariamente, conceder ao desejo discursivo do fim das classes, tampouco concordar com proposições de estratificação que se eximem de discutir características estruturais das relações sociais (como o fazem certos modelos de estratificação por renda, por consumo, por categoria profissional etc.). Como afirma Faria (2004b, p. 64), “não é o salário que define a classe operária, pois o salário é apenas uma forma de distribuição do produto social, abrangendo as relações de mercado e as formas de contrato de compra e venda de força de trabalho”. Considerar o que se chama de “mercado de trabalho” como parâmetro para definições das classes é não perceber que a própria heterogeneidade que caracteriza as relações sociais nesse mercado é determinada pela alienação do trabalho objetivado como também a determina, segundo relações recíprocas; é não perceber que as formas pelas quais se manifestam a compra e a venda do trabalho determinam e são determinadas pelo *ser-classe*.

Os indivíduos singulares formam uma classe somente a medida em que têm de promover uma luta contra outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela (MARX & ENGELS, 2007, p. 63).

O *ser-classe* é determinado multiplamente em virtude das relações entre $P \leftrightarrow T$. Em determinados momentos históricos o *ser* das classes manifesta-se enquanto embate político, quando os interesses contingentes e os interesses necessários da *classe trabalhadora* e da *classe capitalista*, respectivamente, tencionam alterações na forma de controle do sociometabolismo do capital – eis os momentos em que as classes encontram-se travando uma luta de classes. Em outros momentos, a classe parece estar ausente das relações sociais;

todavia, nesses momentos em que o *ser-classe-do-trabalho* está concedendo ao capital, as classes manifestam-se nas determinações cotidianas da vida social, condicionando o indivíduo a manter-se em concorrência com outros homens da mesma classe.

No caso da *classe trabalhadora*, a concorrência pode se dar enquanto oposição entre um contingente de trabalhadores ativos e um contingente de superpopulação relativa, conforme palavras de Marx (1996a, p. 259):

O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, nessa base, o despotismo do capital. Assim que, portanto, os trabalhadores desvendam o segredo de como pode acontecer que, na mesma medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia, e que na medida em que a força produtiva de seu trabalho cresce, até mesmo sua função de meio de valorização do capital se torna cada vez mais precária para eles; assim que descobrem que o grau de intensidade da concorrência entre eles depende inteiramente da pressão da superpopulação relativa [...]

Contudo, essa mesma fragmentação que, em momentos de concessão ao capital, parece criar uma cisão intra-classe, pode também atuar em seu devir como elos de identificação de classe, uma vez que cada fragmento é uma parte da totalidade da estrutura social e, em suas determinações recíprocas, criam as possibilidades da identificação com o todo antagônico da relação capital-trabalho. Concordamos, portanto com a afirmação de Iasi (2006, p. 59): o “fato de os indivíduos, esta abstração com a qual o pensamento liberal envolve o ser social humano, estarem submetidos à determinações de classe é que os levam, em certos momentos, à possibilidade de agir como classe”.

[...] assim que eles [Exército Ativo e de Reserva], então mediante *Trade's Unions* etc., procuram organizar uma atuação conjunta planejada dos empregados com os desempregados para eliminar ou enfraquecer as ruinosas conseqüências daquela lei [da demanda e da oferta] natural da produção capitalista sobre sua classe, o capital e seu sicofanta, o economista político, clamam contra a violação da “eterna” e, por assim dizer, “sagrada” lei da demanda e oferta. É que toda solidariedade entre os empregados e desempregados perturba a ação “livre” daquela lei (MARX, 1996a, p. 259).

A mobilização política em defesa de interesses contingentes pode vir a possibilitar o tensionamento das relações estabelecidas entre as classes sociais em sua totalidade, desnaturalizando as estruturas sociais de produção mútua das classes e intencionando a luta entre elas – ainda que essa não tenha sido a intenção inicial de seus agentes.

A (re)produção mútua das classes se dá como se as relações sociais estabelecidas sob o capital fossem leis universais que se impõem sobre o homem, e não produtos sociais da própria forma de organização do modo de produção e distribuição econômica e de organização política. Tais relações estruturadas e estruturantes geram condições objetivas e

subjetivas de classes reciprocamente correspondentes, de maneira que o enriquecimento de uma impescinde do empobrecimento da outra.

O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e realização, abstrata, existente na mera corporalidade do trabalhador, numa só palavra, o trabalhador como trabalhador assalariado. Essa constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a condição *sine qua non* da produção capitalista (MARX, 1996a, p. 195).

A ruptura com o que se pode chamar lógica da (re)produção do sociometabolismo do capital passa por estranhar criticamente tal conjunto de “leis” que nos são impostas com o *status* de leis naturais. Mészáros (2008) destaca a inexorabilidade entre uma consciência de classe e um interesse de classe e, a partir dos estudos de Marx, grifa as diferenças qualitativas entre os interesses das diferentes classes que compõem a estrutura social. Para este autor, à *classe capitalista* interessam mudanças que possam perpetuar o controle antagônico do sociometabolismo da humanidade, enquanto que à *classe trabalhadora* essas mudanças apenas reforçam sua subsunção formal e ou real. O autor ainda menciona a relação entre os interesses individuais e os interesses das classes e como suas diferenças entre as duas classes. Para a *classe capitalista*, os interesses individuais coincidem com os interesses gerais da classe enquanto que para a *classe trabalhadora* tal coincidência é apenas contingente. Explicando melhor: os interesses dos diferentes indivíduos da *classe capitalista* são necessários para a perpetuação do sociometabolismo do capital, de modo que os interesses contingentes desses indivíduos, tomados ou não em grupos, tendem a coincidir com os interesses necessários da classe, sua consciência necessária de classe.

Por outro lado, os interesses dos indivíduos da *classe trabalhadora* podem ou não dar continuidade progressiva a constituição da consciência da tarefa histórica que cabe ao agente do trabalho, em virtude de necessitar a compreensão das interrelações contraditórias do sociometabolismo do capital em escala global. Enquanto a ação dos sujeitos do trabalho mover-se no plano dos aspectos isolados da contradição, manifestando apenas os interesses contingentes de determinados grupos sociais, estes podem ser limitadores do vir-a-ser classe em si e para si, pois, depende da capacidade desses interesses serem introduzidos na estrutura de subordinação do trabalho ao capital, de tal modo que os interesses de mudanças contingentes de curto prazo podem emergir na contra-mão dos interesses necessários da auto-extinção das classes; e coincidir diretamente com as necessidades da perpetuação do movimento de produção e acumulação do capital. É nesse sentido, por exemplo, que Marx

menciona que a greve, instrumento de luta dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que pode propiciar ganhos para estes também oportuniza, por outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas.

Deste modo, cabe ressaltar a crucialidade para a *classe trabalhadora* da identificação de seus interesses necessários e de seus interesses contingentes. A interconexão de ambos tende a potencializar a possibilidade do movimento progressivo da consciência de classe – da contingente à necessária, do indivíduo à classe – enquanto que a não compreensão do todo articulado desses interesses tende ao devir da regressividade na progressividade do movimento da constituição da consciência de classe necessária (IASI, 2006). E é neste sentido que Iasi (2006), Antunes (1999), Alves (2000) e Mészáros (2002) alertam para a necessidade de *organizações mediadoras* (sejam estas sindicatos, partidos, movimentos sociais etc.) enquanto lócus onde se efetiva a *práxis* do *ser-classe*, ou seja, de mobilização de interesses necessários e contingentes. Em suma, um processo de desenvolvimento da *consciência-do-ser-classe-do-trabalho* está inexoravelmente ligado à intencionalidade das ações.

Por essas razões que consideraremos em pormenor, adiante, alguns estudos de três marxistas brasileiros que procuram dar conta das diferentes dimensões de estruturação e desenvolvimento do *ser-classe-do-trabalho* no Brasil. Partiremos de Iasi (2006), que se debruça sobre o processo de desenvolvimento da consciência de classe analisando os múltiplos momentos do movimento do indivíduo ao grupo e deste à classe em seu estudo intitulado *As metamorfoses da consciência de classe*. Outro autor cujas reflexões mencionaremos na seqüência é Alves (2000), que também se dedica a análises do *ser-classe* no Brasil. E, se ambos os autores em nenhum momento desconsideraram as relações recíprocas entre as classes, é Francisco de Oliveira (2003) que demonstra de modo mais exemplar os múltiplos determinantes da constituição histórica da estruturação social antagônica brasileira, de maneira que igualmente trataremos de suas colaborações em uma subseção própria.

2.2.1 “As metamorfoses da consciência de classe”

O historiador dos conflitos sociais pode intrigar-se com uma questão que é a seguinte: em determinadas situações acontecem processos de severos confrontos, episódios violentos (e não nos referimos estritamente à violência física) nos quais tomam parte milhares ou milhões de pessoas, e que depois costumam ser descritos como “grandes momentos da história” ou algo parecido; esses episódios de rupturas dão lugar a processos de institucionalização, no sentido de que o que foi subversivo passa a ser parte da “normalidade” das coisas. Como entender esses processos senão recorrendo à analogia clássica dos ciclos, que estariam sempre aí a se repetir, eternamente? Todo incendiário estaria condenado ao devir de bombeiro? É precisamente essa questão que intriga e inspira o estudo de Mauro Iasi, cujo título indica o terreno em que o autor focaliza o trato do problema: *As metamorfoses da consciência de classe*.

Em nossos estudos, buscamos compreender que essa aparente circularidade só pode ser entendida se incluirmos o fenômeno da consciência no conjunto das relações que determinam o ser social e as classes. (IASI, 2006, p. 16)

É uma problemática ousada à que Iasi (2006) se propõe, pois *consciência* é largo alvo de debate filosófico e sociológico. Consciência enquanto algo como interioridade é uma formulação pós-aristotélica que provém do neoplatonismo estóico, escola que elaborou a consciência enquanto relação privada do homem consigo mesmo, vetor de desligamento das coisas e dos outros e de ligamento consigo. O cristianismo assentaria nesses pressupostos estóicos o entendimento da separação alma-mundo, mas os cristãos não foram os únicos que aderiram a noção de subjetividade (ABBAGNANO, 2000). Para certificarmos-nos da extensão e influência desse debate, basta verificar a quantidade de filosofias que reconhecem alguma espécie de realidade interior e que trabalham com oposições entre interior e exterior. Nas Ciências Sociais, o debate também se estende em grandes proporções; Marx, Weber, Durkheim, Mauss, Lèvi-Strauss, Bourdieu, Giddens, Habermas – só para citarmos alguns dos estudiosos mais prezados no ensino acadêmico das Ciências Sociais – trabalham, resguardadas suas peculiaridades, com alguma noção de interior/exterior, subjetivo/objetivo, etc. Por vezes, a noção de consciência é preterida em prol de noções como reflexividade, discursividade ou racionalidade, mas todas compartilham a noção de subjetividade. E tudo isso sem mencionar como tal debate complexifica-se em disciplinas como Pedagogia, Lingüística, Psicologia ou Psicanálise!

Iasi (2006) se propõe a estudar o fenômeno da consciência a partir das formulações filosóficas e sociológicas elaboradas por Marx, pois o interesse de Iasi, além do sentido estritamente sociológico¹², é também o de um militante que se interessa pela *práxis* crítica e que tem em Marx referência fundamental de crítica radical do capitalismo. O tema da subjetividade é uma problemática cara ao debate marxista, porque durante muito tempo a leitura positivista dos escritos de Marx soterrou a discussão da subjetividade, tratando-a como aspecto desimportante dos fenômenos sociais. Até a década de 1950 ou 1960, poucos estudos de inspiração marxista haviam se ocupado seriamente de questões sobre a subjetividade. Uma vultuosa exceção foi *História e consciência de classe*, de György Lukács (2003), publicado em 1923 e que conquistou influência sobre uma ampla gama de trabalhos posteriores, como os de Habermas, Merleau-Ponty, Adorno, Benjamin e Marcuse, por exemplo. E mesmo após os anos 1960, a ortodoxia do “marxismo oficial” dos partidos comunistas de outrora mantinha a discussão da subjetividade apartada da crítica ao capitalismo; no debate quanto à consciência de classe não havia muita coisa a debater – cada classe tinha uma consciência própria e, se esta não estava se manifestando “corretamente”, tratava-se apenas de “despertá-la” e ponto final. Na contramão desse entendimento, Iasi (2006) refuta a consciência como essência, seja latente ou manifesta, e também duvida que a classe encontra-se instituída à revelia dos seus próprios agentes. A seguir, reconstruiremos mais sistematicamente os passos desses argumentos.

Como a problemática de Iasi (2006) se inscreve em compreender os processos de subversão das relações de poder, os movimentos de formação de consciência de classe que lhe interessam são aqueles que possibilitam “rompimento com as amarras que prendem nossas mentes à reprodução da ordem que nos conforma” (IASI, 2006, p. 16), bem daquele tipo que intriga a figura do historiador político que evocamos acima. Vemos que Iasi (2006) reafirma as considerações de Marx e Engels n’*A ideologia alemã* sobre que a consciência de classe não pode ser compreendida sem apreendermos como as classes estão manifestando-se concretamente em determinado contexto sócio-histórico particular, pois nenhuma classe é “portadora metafísica de uma ‘missão histórica’” (IASI, 2006, p. 26), bem como a consciência de classe não “reside” no indivíduo ou na sociedade – essa polarização tão equivocada quanto recorrente –, mas num conjunto de “mediações que ligam as determinações particulares e genéricas do ser social” (IASI, 2006, p. 25). E a consciência de classe determina ao mesmo

¹² O livro *As metamorfoses da consciência de classe* deriva da tese de doutorado apresentada pelo autor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP).

tempo em que é determinada pelo ser social, de maneira que podemos defini-la como estrutura estruturante que é ela mesma estruturada¹³.

Temos em jogo aí um *ser social* cuja unidade de estratificação é uma *classe*. Que Iasi quer dizer com isto?

O ser da classe trabalhadora não está somente no momento particular de sua expressão cotidiana, nem na abstração sociológica de um sujeito histórico, mas precisamente no movimento que leva de um até outro. Não está num operário andando com suas mágoas e incertezas pela rua, nem em sua classe agindo como sujeito de um determinado período histórico por meio dos instrumentos criados em sua ação. O ser da classe e, portanto, sua consciência, estão no movimento que leva destas trajetórias particulares até conformações coletivas, de modo que estas são constituídas pela multiplicidade de ações particulares ao mesmo tempo que as ações particulares são constituídas por cada patamar coletivo objetivado. O ser e a consciência da classe, portanto, estão mais no processo de “totalização” do que na “totalidade” enquanto produto [...] pois aqui também o produto costuma esconder o processo. (IASI, 2006, p. 75)

Diríamos, por conseguinte, que o ser social é as relações que os agentes praticam, o movimento que medeia trajetórias de indivíduos e de coletivos – as “mediações que ligam” referidas há pouco. A *classe* é unidade sociológica privilegiada para se apreender os movimentos do ser social porque é irredutível ao indivíduo ou a sociedade (seja lá o que signifiquem essas noções...). Ela, a classe, só existe enquanto mediação a ligar, quanto classe de relações homólogas.

A classe trabalhadora não existe como abstração sociológica, assim como os partidos que esta classe cria e destrói em seu contínuo processo de formação. Do mesmo modo que não tem existência o universo em si mesmo fora do choque acidental e fortuito dos elementos materiais que o compõem enquanto universo. Nada tem existência fora de seu processo de mediação, ou seja, nada adquire sua concretude fora do múltiplo processo de suas determinações. No interior deste movimento de perpétua constituição e negação das formas particulares que constituem o todo, este se expressa tanto nos momentos particulares que conduzem ao todo como na forma genérica em que os diferentes momentos particulares produzem suas sínteses históricas. (IASI, 2006, p. 74)

O que não significa, para Iasi (2006), que classe seja absolutamente contingente. Ela também é um determinado tipo de mediação *necessária* devido às condições ontogenéticas da sociabilidade capitalista, conforme já discutimos acima.

¹³ A fórmula da estrutura estruturada e estruturante foi bastante difundida através do trabalho do sociólogo francês Pierre Bourdieu, que a reputava como uma das elaborações mais caras à sociologia. Há uma famosa passagem de Marx na qual ele demonstra operar com a mesma lógica, que é a de considerar a ação humana como instituinte instituída: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar e nessa linguagem emprestada.” (MARX, 1997, p. 21).

Reconstituiremos em síntese os passos dos argumentos de Iasi (2006). Para isso, é importante saber que o autor mobiliza no estudo de que estamos tratando proposições elaboradas por Freud, Elias e Sartre, visando sempre dialogar com Marx, seu principal interlocutor. Em Freud, Iasi (2006) busca uma teoria da primeira forma de consciência, baseada num padrão de reciprocidade dialética entre *ego* e *superego*; de Elias, adota entendimentos à respeito dos processos contemporâneos de individualização; em Sartre, toma uma teoria da formação dos grupos e busca resolver o impasse da subjetivação da objetividade e objetivação da subjetividade que este vislumbrou. Vejamos tudo isso em pormenor.

2.2.1.1 A “primeira forma de consciência” e as “cápsulas de individualidade”

Iasi mobiliza Freud porque está intrigado sobre “como se dá a transformação das relações sociais em funções psicológicas”, “como este conjunto de relações interioriza e forma nos indivíduos de uma certa época sua consciência social” (IASI, 2006, p. 134). Freud desenvolveu uma noção de dialética psíquica – cujo vetor de realização é concebido em termos da tríade *id-ego-superego* – que Iasi (2006) julga pertinente à questão. O indivíduo nasce carregado com uma realidade somática pulsional e instintiva (*id*). Ocorre uma frustração nesse indivíduo quando ele percebe que o mundo circundante não é uma extensão do seu corpo e que desejar não basta para acioná-lo. Essa primeira frustração funda o “eu” (*ego*), que cumpre o papel de veículo de mediação subjetiva entre duas objetividades (pulsões somáticas e mundo externo). Inicialmente, o *ego* tem por critério de orientação tão somente o “princípio do prazer”, no sentido de que o mundo externo é apreendido apenas na condição de meio para realização das demandas do *id*. Paulatinamente, contudo, o neófito interioriza normas e valores que não implicam necessariamente prazer, e que são demonstrados pelos adultos circundantes, constituindo o *superego*. Agora, o mundo externo não está mais tão externo, digamos, pois se instalam na psique princípios mundanos que não coincidem necessariamente com as demandas por prazer: princípios morais, etc. Devido à internalização do mundo social na forma de *superego*, o *ego* passa a mediar duas instâncias que agora são internas à psique. E o *ego* vai tender a priorizar as exigências do mundo externo veiculadas

pelo *superego* ante as exigências do *id*; promove a castração dos desejos em troca da sobrevivência (eis o famoso *complexo de Édipo*).

Esse processo da dialética psíquica inaugura uma primeira forma de consciência, que se institui mediada por relações de afetividade vivenciadas por um neófito ainda incapaz de racionalizar sobre o mundo que o cerca. É a família¹⁴ que constitui o primeiro lócus mediador por via do qual se dá a primeira internalização do mundo exterior, a mais fundamental para a sedimentação da psique. Esta primeira forma de consciência é o que se manifesta socialmente enquanto aquilo que costumamos referir por senso comum.

Um argumento importante no qual Iasi (2006) insiste é o de que esse movimento da dialética psíquica nos permite compreender que o controle social, a dominação, é subjetivada como *autocontrole* e como *carga afetiva*, e não como “meras idéias” que podem ser facilmente substituídas por novas idéias. A primeira forma de consciência é pré-ideológica, é mais uma estruturação das possibilidades de pensar do que os pensamentos propriamente ditos. (A ruptura subversiva da ordem não se produz apenas com bons discursos, portanto.) Essa questão da conversão da ordem social em valores subjetivos remete Iasi (2006) à considerar os estudos de Elias, que se dedicou justamente a estudar problemas sociológicos implicados na relação entre estruturas sociais e estruturas de personalidade.

Elias, em *A sociedade dos indivíduos* (1994), comenta a produção histórica desse ser social particular que conhecemos por indivíduo¹⁵. Para ele, o dualismo sociedade-indivíduo decorre da compreensão datada da distinção do homem em corpo-mente, possível graças ao processo de diferenciação das funções sociais (divisão social do trabalho) caracterizado por crescente complexificação da interdependência e debilitação dos laços grupais. Elias (1994) dispõe os fundamentos que Iasi (2006) adotou para afirmar que o controle social é internalizado como autocontrole e como repressão dos impulsos, visando oportunizar uma realização do ideal de *ego*. O ideal de *ego* está relacionado ao processo histórico de individualização, em virtude do qual o homem deve experimentar-se enquanto algo distinto e independente do seu grupo, sendo esse processo de autonomização e diferenciação uma

¹⁴ Convém frisar as limitações da concepção de família que Freud considera – núcleo burguês “tradicional”, composto por pai, mãe e prole. Contemporaneamente, encontram-se uma multiplicidade de formas de configuração familiar que demonstram não ser a família burguesa “a” família. À guisa de exemplo, estudos como os de Fonseca (1997, 2004), Cavedon e Ferraz (2003), Eccel et. al. (2007), dentre outros, comunicam distintos arranjos familiares. Contudo, cremos que essa limitação não altera o sentido do argumento de Freud, que é o de indicar o papel “socializador” do grupo próximo com que o neófito convive regularmente em seus primeiros anos de vida.

¹⁵ O tema é extremamente profícuo em Elias, de maneira que não consideraremos com maior detalhe suas discussões sobre individuação e individualismo. Para tanto, indicamos a leitura de *O processo civilizador*, obra de Elias que fundamenta o debate em *A Sociedade dos indivíduos*.

realização socialmente exigida (Elias, 1994). O processo de especialização não oportuniza a todos as mesmas possibilidades desta realização, criando uma tensão que não resulta de uma presumida relação “entre necessidades não-sociais e naturais do indivíduo e as exigências artificiais de uma ‘sociedade’ fora dele”, mas sim “de tensões e de dificuldades de cada pessoa, ligadas às normas peculiares de comportamento de uma sociedade” (ELIAS, 1994, p. 121), de maneira que “a carga somática pulsional ao se expressar já o faz assumindo uma forma que a condiciona e a distancia da pura existência físico-natural” (IASI, 2006, p. 182). A crítica à Freud aqui é patente. Iasi (2006) pondera que, mesmo considerando as limitações da análise de Freud em virtude da naturalização da idéia de indivíduo que promove, a dialética psíquica que este evidencia é fundamental para a compreensão da interiorização do exterior.

Outro desdobramento da exigência de autocontrole, que se intensificou à medida do processo de divisão social do trabalho, foi que, se por um lado o indivíduo deve autonomizar-se crescentemente, por outro seu grau de interdependência social complexificou-se e sua *identidade-nós* esmaeceu, o que exige, por sua vez, mais reposição de autocontrole... De modo que, atualmente, produz-se *indivíduos encapsulados*. No momento histórico em que vivemos, a forma preponderante de ser-e-estar no mundo é a das cápsulas de individualidade (Elias, 1994). Para Iasi (2006), esta forma particular de ser-e-estar é generalizada pelas “engrenagens do capital” ao longo de um processo de violenta expropriação, no qual a generalidade do ser social particulariza-se e a particularidade, universaliza-se.

A individualização do ser social é uma pré-condição para que os livres vendedores de trabalho se apresentem ao mercado, assim como é essencial para a forma privada de apropriação dos meios de produção e, mediante este ato, também do valor excedente gerado no processo de consumo da mercadoria força de trabalho. No reino da igualdade todos os indivíduos disputam entre si, sejam uma vaga no mercado de trabalho, seja na livre concorrência entre capitalistas, e esta guerra é disciplinada pelas “leis do mercado” e suas mãos invisíveis (IASI, 2006, p. 195).

Assim, na sociedade das cápsulas de individualidade, “a consciência imediata só pode assumir a forma de consciência do eu” (IASI, 2006, p. 207), e um “eu” que tenderá a (re)produzir continuamente os parâmetros da primeira forma de consciência. Não é em virtude de alguma grande coerência interna que essa consciência permanece ao longo do tempo, mas porque ela recria a si mesma constantemente, principalmente através da mediação da família, como já aludimos anteriormente, que propicia a vivência primária do ser, e cujo processo básico Iasi agora resume em sete pontos fundamentais:

1) O novo ser social vivencia relações preestabelecidas e que para ele se apresentam como realidade dada;

- 2) Por se inserir em relações preestabelecidas, o novo ser desenvolve a percepção da parte como se fosse o todo, de modo que aquilo que “é vivido particularmente como uma realidade pontual torna-se a realidade”. Este aspecto leva ao mecanismo de “ultrageralização”, ou seja, a pessoa passa a julgar o todo pela parte em que se insere;
- 3) Assim as relações vividas imediatamente perdem seu caráter histórico e cultural e tornam-se “naturais”, aspecto este que está na base da percepção de que “sempre foi assim e sempre será”;
- 4) Devido ao fato de que o novo ser apresenta suas exigências pulsionais num contexto determinado, a satisfação das necessidades deve respeitar um conjunto de normatizações que não são definidas por quem apresenta o impulso, mas por um *outro*, que, na situação histórica em que nos encontramos, unifica no processo de identificação os objetos de desejo e de punição, portanto a realização do desejo implica a aceitação da autoridade;
- 5) Este conjunto de normatizações não permanece externo, mas é interiorizado na formação do superego, a função de controle se transforma em autocontrole, a agressividade concentra-se no superego e tem como complemento a identificação com a figura da autoridade externa. A partir daí, o *ego* administra as tensões entre as demandas pulsionais e as restrições externas como um equilíbrio interno, autocontrole;
- 6) Devido à natureza distinta dos impulsos, na forma atual das relações familiares, a criança, tendo concentrado seu processo de identificação em um número restrito de objetos, se vê enredada em sentimentos ambivalentes de amor e ódio, em nome do equilíbrio e integridade física (ameaçada real ou simbolicamente) abre mão do desejo em nome da sobrevivência;
- 7) Submetido às relações dadas como reais, uma vez interiorizados os valores centrais deste “real” (particular, mas que se apresenta como universal) e passando a assumi-los como seus, o novo ser social passa a atuar na continuidade de suas relações a partir desta matriz, zelando por sua continuidade e reprodução. (IASI, 2006. p. 198-9)

A (re)produção social, mesmo de uma consciência encapsulada na forma do “eu”, não tem outra maneira de se processar senão coletivamente. Já Marx e Engels indicaram que a consciência é, antes de qualquer coisa, “conexão limitada com as outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente” (*apud* IASI, 2006, p. 200). A consciência é relacional e por isso mesmo que está plenamente permeada pelas contradições e antagonismos típicos das relações sociais sob o sociometabolismo do capital. Por exemplo: a ética liberal-burguesa do trabalho e da mobilidade social, subjetivada afetivamente pelo ser social, acarreta uma situação em que o trabalhador enxerga na venda de sua força de trabalho a única possibilidade de deixar de fazer parte... da classe trabalhadora. Trabalhar mais horas por dia, mais dias por mês, mais meses por ano; trabalhar à serviço de mais de um empregador, ser autônomo, procurar sempre novas oportunidades de emprego; desenvolver competências, ser trabalhador flexível – quantos trabalhadores consomem suas vidas assim, convencidos de que estão se movendo em direção ao abandono da condição de trabalhador. Contudo, essas práticas, que são estratégias de valorização da mercadoria força de trabalho, tendem a produzir em duas conseqüências:

1. Por mais criativos, talentosos e flexíveis que sejamos, é inerente ao processo de (re)produção do capital que “não haja trabalho” para todos; os obstáculos da mobilidade social são, em geral, creditados ao sistema de méritos, o que faz encobrir a questão realmente determinante – é a posição ocupada pelo indivíduo no processo produtivo o condicionante do acesso ou não à qualificações, *networks* e postos de trabalhos mais rentáveis, limitando a muito poucos chances efetivas na “luta heróica [da mobilidade social] a ser empreendida pelo indivíduo” (IASI, 2006, p. 234).

2. Um possível aumento na renda se faz acompanhar pelo aumento do desgaste físico-psíquico, que deteriora a mercadoria vendida (força de trabalho), reduzindo sua possível vida útil para o capital. Inúmeros estudo sobre prazer-sofrimento no trabalho (LADEIRA & COSTA, 2007), qualidade de vida (SALIM, 2003; MARCONDES, 2003), mecanismos de resistência (BESSI, 2009; GRISSI, 2009) e assédio moral (FREITAS, 2007; HELOANI, 2004; COSTA, 1995) corroboram esse entendimento. Por outro, aquele aumento não ocorre sem a correspondência proporcional no aumento da produtividade do trabalho entregue ao capital que, por sua vez, intensifica a concorrência intra-classe trabalhadora, tendendo a um decréscimo do valor da mercadoria no mercado de trabalho, isto é, efetiva-se a tendência do decréscimo do possível primeiro aumento do rendimento no âmbito geral. Tal luta heróica e individualizada evolui num crescente de agressividade e tende a resultar cada vez menos e menores vantagens reais para os vendedores de força de trabalho.

A (re)produção do senso comum a respeito da mobilidade social é possível porque, segundo Iasi (2006), encontra sustento numa tripla correspondência entre: a) valores constituintes da consciência encapsulada; b) idéias aceitas pelo grupo imediato; e c) possibilidades concretas no mercado de trabalho – às vezes, de fato, algum trabalhador “atinge o sucesso”, que será exaustivamente propagandeado, em que pese essa eventual ascendência de alguns só se realizar à custa do descarte de muitos. Essa tripla correspondência é operante, na verdade, na (re)produção de todo senso comum. Tenho minha subjetividade, que está em acordo com determinadas relações que funcionam nos mercados em que estou inserido e vice-versa; e ambos – espaços sociais concretos e consciência individual – só podem se processar coletivamente, por certo, sendo que os grupos imediatos são a mediação primordial desse “se processar coletivamente”. Onde reside, então, alguma possibilidade de ruptura subversiva com o senso comum praticado pelo ser social? Quando há *crise* em algum dos pólos dessa tripla correspondência. Esta é a deixa para irmos à Sartre, acompanhando os passos de Iasi (2006).

O Sartre que ele mobiliza não é aquele de *O Ser e o Nada* (1943), que se ocupava com o desenvolvimento de uma fenomenologia extremamente subjetivista, mas o Sartre de *Crítica da razão dialética* (1960), que havia se aproximado razoavelmente de Marx, sem abandonar, contudo, alguns pressupostos caros à fenomenologia e pelos quais Iasi (2006) se interessa grandemente, aliás. Sartre (*apud* IASI, 2006, p. 207) propõe uma noção, a de *projeto*, que comentaremos a seguir para melhor ilustrar os argumentos deste sobre a subversão do senso comum: o indivíduo encontra-se diante de um “campo de possibilidades” determinadas a partir do qual pode agir em direção ao “ainda não existente”, consumir um projeto por via de uma *práxis*; e toda *práxis* é, ao mesmo tempo, negativa, porque pretende superar as determinações, e positiva, porque institui por meio dos possíveis. Trata-se de uma dialética do objetivo e do subjetivo, onde a *práxis* enquanto execução de um projeto

[...] é um passo do objetivo ao objetivo por meio da interiorização; o projeto como superação subjetiva da objetividade em direção à objetividade, entre as condições objetivas do meio e as estruturas objetivas do campo dos possíveis, representa em si mesmo a unidade movente da subjetividade e da objetividade, que são as determinações cardinais da atividade. O subjetivo aparece então como momento necessário do processo objetivo. (Sartre *Apud* IASI, 2006, p. 208)

Há, dessa maneira, aquilo que Sartre denomina movimento de *totalização*, cuja notação pode ser representada enquanto objetividade → subjetividade → objetividade, e assim sucessiva e ininterruptamente, pois o indivíduo é o ato que empreende em devir de totalização. A *práxis* negativa tem o caráter de negação da negação, porque nega as determinações que negam o que seria a *livre-práxis* do projeto, mas sob a condição de não ter por onde romper totalmente com o que nega. Iasi (2006, p. 213) recorda que já Freud “nos explica que a dinâmica encerrada no complexo de Édipo culmina na identificação com o objeto que queríamos negar”.

Nossa atual configuração de divisão social do trabalho, marcada pela concorrência generalizada entre indivíduos encapsulados, é caracterizada por Sartre como uma “pluralidade de solidões” onde estamos “reunidos, mas não integrados” (*apud* IASI, 2006, p. 215). Isso é o que Sartre denomina situação de *serialidade*.

Um membro da série pode ser trocado por outro, ou mesmo todos, que a natureza da série não se altera, indicando que a serialidade é individualizante e, ao mesmo tempo, absolutamente impessoal. [...] me vejo como parte isolada e singular e a rede de relações que me une aos outros aparece na forma de uma contingência absolutamente acidental. (IASI, 2006, p. 216-217)

Essa serialidade é possível em virtude das individualidades encapsuladas, introjetadas já na constituição da primeira forma de consciência. Mas, na busca pela realização dos

projetos de vida que são constituídos na relação subjetiva do indivíduo com a objetividade alienada, há também a possibilidade do rompimento com a primeira forma de consciência – quando o “tripé” imbricado na (re)produção do senso comum, já supracitado, conhece uma crise, definida como uma “não-correspondência entre a antiga visão de mundo e o mundo real em movimento” (IASI, 2006, p. 231). Ora, se a situação de consciência encapsulada e de respectiva serialidade provém da internalização das relações sociais objetivas, a inserção em novas relações sociais acarretará novas internalizações, de qualidade diferente. Como o movimento sociometabólico só se realiza enquanto mediação pela via dos grupos imediatos, é óbvio os grupos são lócus fundamentais de consumação de alguma ruptura subversiva do senso comum, pois operam como as mediações fundamentais de realização da objetividade.

2.2.1.2 Processo dialético de totalização mediado pelos grupos

Discutir os grupos como mediadores *sine qua non* de (re)produção e subversão é ter de encarar a questão sobre como os grupos podem impactar na constituição psíquica. Freud, segundo Iasi (2006), opina que a situação de grupo produz alterações mentais significativas nos indivíduos porque propicia um afrouxamento das restrições conscientes, o que, por sua vez, permite ao indivíduo dar vazão às cargas pulsionais recalçadas. Esse entendimento faz sentido porque Freud associa o estado de grupo à barbárie; a civilidade seria a racionalidade consciente, cuja melhor encarnação é na forma de consciência individual. Iasi (2006) critica Freud aí, acusando-o de inverter o sentido da relação – não é o indivíduo a condição de possibilidade do grupo, mas o contrário. Mas, entende que, se descontarmos os preconceitos de Freud, podemos assumir que o “ser social transformado em indivíduo vive no grupo a experiência de se dissolver novamente em ser social e neste processo, não por acaso, os elementos de certa ordem de relações sociais que funcionavam como imposições restritivas internalizadas se fragilizam” (IASI, 2006, p. 271), pois o grupo “apaga momentaneamente os traços distintivos do indivíduo e permite ao ser social expressar-se [...] integrado como os demais e não em relação de rivalidade competitiva” (IASI, 2006, p. 280).

Contudo, situação de grupo não é, necessariamente, sinônimo de livre *práxis*. Há de se diferenciar grupos de organizações e instituições. Grupo é aquilo que está ao nível da co-presença, da vida cotidiana, que é regida por instituições; e, entre elas e os grupos, a mediação

é operada pela forma organizações. Sendo que “a interdependência dos níveis assume um caráter de reprodução institucional” (IASI, 2006, p. 283). De maneira que a inquietude que provém das contradições em crise abre um campo de possibilidades onde as ações do grupo podem tanto se movimentar rumo ao devir de uma criação-recriada da sociedade dos indivíduos como ao devir de alterações drásticas nos padrões de sociabilidade. Para melhor demonstrar esse processo dialético de totalização mediada pelos grupos, elaboramos a ilustração abaixo.



Figura 4: Processo dialético de totalização mediado pelos grupos (Sartre e considerações de Iasi)

Fonte: Elaborada pela autora

A inquietude experimentada subjetivamente quando de uma crise ante as contradições vivenciadas, objetiva uma não adequação à individualidade seriada vivida anteriormente. A individualidade negada – que não é o mesmo que negação da serialidade – é o ponto que permite o devir da identificação positiva com outros indivíduos, cuja individualidade seriada também está sendo negada. Nesse processo de identificação o auto-interesse imediato revela-se, em sua conexão com um todo-parcial, como um “interesse comum” de um coletivo seriado. O fator que age na transformação do coletivo serial em grupo é a “impossibilidade da impossibilidade” que atua em algum ponto essencial à preservação da vida, ou seja, em algum momento a reprodução da vida está impossibilitada e a impossibilidade de alterar a impossibilidade de viver leva os indivíduos a criarem lócus de *práxis* livre: tem-se o princípio do movimento rumo à fusão do grupo. O que determina a continuidade do movimento é a

constituição de relações de interdependência entre os membros do grupo para a sustentação da coesão interna contra o externo, aquilo que é coletivamente negado. Eis a primeira negação do processo dialético de totalização do grupo.

Com a intencionalidade de manter-se em negação com a impossibilidade da impossibilidade de perpetuar a possibilidade de criação e recriação da nova *práxis*, o grupo em fusão elabora, ainda que não formal e sistematicamente, seu estatuto enquanto poder difuso de jurisdição, o qual é por Sartre chamado de “juramento”. O estatuto tende a demonstrar para os membros do grupo que por meio da reciprocidade da interdependência entre eles o movimento de negação da serialidade e a nova *práxis* pode perpetuar-se. Se o grupo juramentado instituiu-se pelo estabelecimento de um estatuto que o preserva enquanto grupo em relação a ameaça externa, qualquer negação desse estatuto dentro do grupo cria um inimigo interno. Este carrega consigo a ameaça de iminente da desagregação ao mesmo tempo em que intensifica a fraternidade recíproca entre os membros. O inimigo interno cumpre a função de manter a tensão no movimento rumo à totalidade. Esse tensionamento pode tanto levar a desagregação, e por conseqüência a volta à serialidade, quanto a definição de *práxis* permanentes, ou seja, à formalização do juramento, entendida enquanto especialização das funções e a distribuição de tarefas – temos assim, depois do momento da fraternidade-terror, o grupo organizado. O grupo organizado¹⁶ é a objetivação das subjetividades vivenciadas coletivamente. Com a objetivação, a livre *práxis* torna-se processo e o que antes era projeto coletivo, que a *práxis* livre visava como fim, passa a um fim-em-si-mesmo: o grupo instituiu-se. O grupo como instituição não se “apresenta mais como uma força que diante da impossibilidade da impossibilidade se move para a ação, mas constitui ele próprio, parte de um novo campo prático-inerte que se move pela reprodução da inércia de certas impossibilidades” (IASI, 2006, p. 293).

A objetivação do grupo em uma instituição impõe-se diante do indivíduo-membro como uma estrutura própria que deve ser seguida e respeitada. O indivíduo-membro já não reconhece que esta estrutura foi ele quem criou, não reconhece na objetividade da instituição sua subjetividade, eis novamente a objetivação como estranhamento, eis o indivíduo-membro transformado em indivíduo-institucionalizado. O movimento do grupo surge, neste momento, como uma organização burocrática e Sartre vê aí o fim do movimento sendo imposto pela negação da negação, ou seja, pela criação de uma nova serialidade.

¹⁶ Destacamos que o grupo pode organizar-se de distintas maneiras e optar por instituir-se enquanto ente jurídico conforme as leis de cada país. Podemos, portanto, ter a formação de partidos políticos, organizações sindicais ou os movimentos sociais, estes, via de regra, não reconhecidos juridicamente.

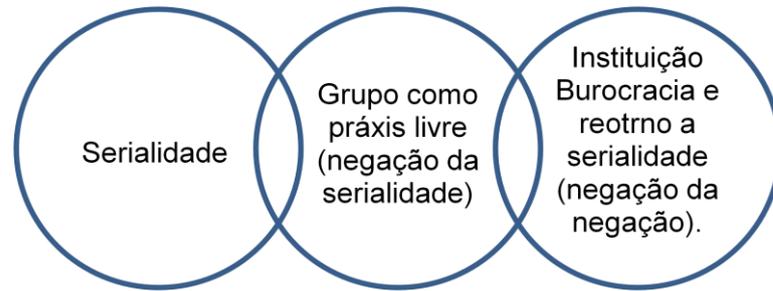


Figura 5: Da serialidade a instituição burocrática: a negação da negação

Fonte: Iasi (2006, p. 297)

As alterações subjetivas que ocorrem nos indivíduos produzem objetivamente uma nova subjetividade – jamais voltamos a ser o que éramos, contudo, ser algo completamente diferente pressupõe a criação de condições materiais totalmente novas, tarefa que temos dificuldade de efetivar, pois a superação dialética não é um recomeçar partindo do nada, mas de objetividades e subjetividades já apreendidas e, na maioria das vezes, apreendidas como naturais. Deste modo, a superação das contradições pressupõem movimentos concomitantes de destruição do antigo e construção do novo, como explicita Marx ao afirmar que o novo, de certa forma, já está contido no velho.

Quando indivíduos seriais constroem como novo a serialidade da organização burocrática temos a volta da serialidade, mas não o fechamento de um ciclo, como crê Sartre, pois o movimento ocorre seguindo um curso espiral. Sob esse movimento, percebemos que a negação da negação possui duas possibilidades de movimento, quais sejam: avançar na progressividade, quando o grupo identifica-se como classe; ou, regressar na progressividade, quando a serialidade da organização burocrática torna-se permanente. O quadro abaixo apresenta o processo dialético de totalização apresentado por Sartre bem como a introdução da possibilidade da identificação do grupo com a classe, efetuada por Iasi (2006), rompendo assim a concepção cíclica do existencialismo sartriano.

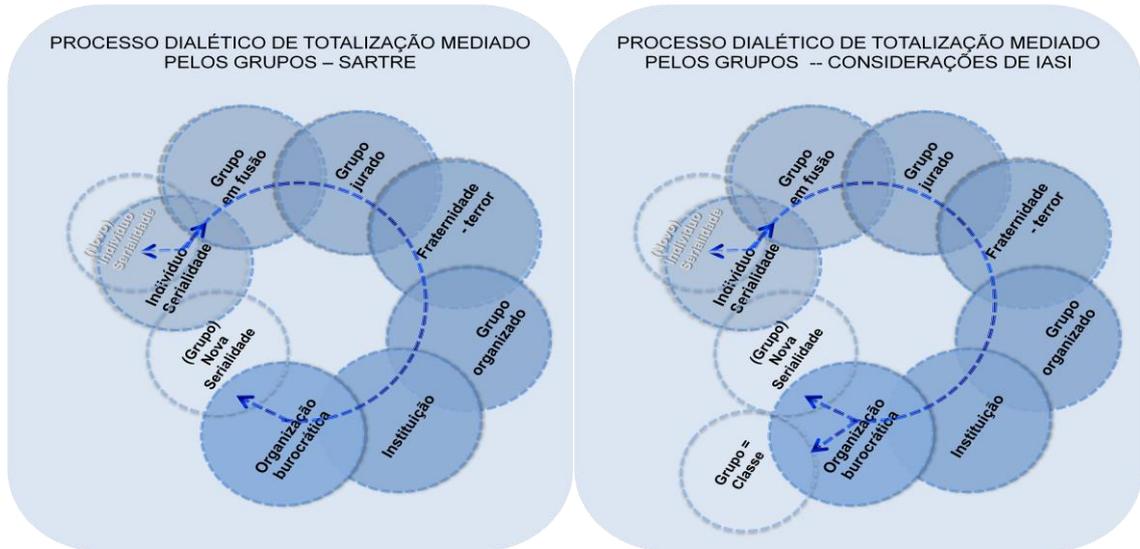


Figura 6: Processo dialético de totalização mediado pelo grupo de Sartre e as contribuições de Iasi
Elaborado pela autora com referência em Iasi (2006)

Nas palavras do autor:

Este [o grupo em nova serialidade burocrática] não é apenas o mais provável desfecho, como também é o mais verificável; no entanto, a dimensão da análise ficando presa ao grupo e esta à inteligibilidade individual nos impede de supor a condição de que este movimento do grupo encontre as condições de uma fusão que vai muito além dele e que a natureza da impossibilidade enfrentada ser produz a parti de uma contradição mais abrangente que ameaça a continuidade da produção social da vida em níveis societários. Essa particular circunstância, a nosso ver, produz uma identidade, ação e correspondente momento do movimento da consciência que não pode simplesmente ser reduzido aos mecanismos do grupo, muito menos derivados dos mecanismos individuais. Esse é o salto do grupo em direção à classe. (IASI, 2006, p. 307)

Segundo Iasi (2006), o que possibilita o avanço na progressividade é a percepção dos membros do grupo de que o complexo das contradições em que estão envolvidos vai além do auto-interesse ou dos interesses imediatos do grupo, pois se trata das contradições essenciais do controle antagônico do metabolismo social. São as contradições que produzem a impossibilidade da impossibilidade de reprodução da vida humana enquanto espécie, possibilitando a constituição da consciência de classe necessária, a constituição do grupo hegemônico dinâmico como a nova negação da serialidade pela compreensão do complexo de contradições – o movimento de classe em si e para si, a possibilidade de alterar as instituições das formas instituintes.

Por outro lado, Iasi (2006) não desconsidera a possibilidade do devir de uma conformidade, quando ocorre um novo consentimento da classe trabalhadora ao capital, o que seria caracterizado como movimento de regressividade na progressividade. Este movimento

de regressividade na progressividade é possibilitado em virtude da classe trabalhadora identificar-se

[...] tanto como aquele que luta corajosamente contra o capital como, também, com aquele que vence na vida e passa a sair nas revistas sociais que mostram a vida de nossa “melhor sociedade”. Isto pelo simples fato que a classe trabalhadora e os indivíduos que a compõem são simultaneamente seres da ordem do capital e seres com a potencialidade de confrontar com esta mesma ordem [...] (IASI, 2006, p. 65)

Porque a consciência tem por base fundamental nossa primeira forma de consciência, não rompemos em definitivos com os valores e normas do capital, uma vez que, como destaca o autor, caminhamos “dentro da ordem do capital, antes de ser contra ela e iniciar nossos passos além dela” (IASI, 2006, p. 353). Superar esses valores e construirmos novos valores prescinde da possibilidade da concretude das novas relações sociais pautadas pelo novo. Na ausência dessas possibilidades, a superação dos valores do capital ocorre apenas na idealidade e não se sustenta. Mas, concomitantemente, essa idealidade pauta ações concretas no sentido de fazer com que tal desejo de superação possibilite o movimento de um devir: o real pensado e desejado em real concreto, pela negação do real vivido em ação, para usar os termos sartrianos, o projeto permitindo a negação do campo-inerte e as possibilidades da livre *práxis*.

Ademais, segundo Iasi (2006), podemos verificar esse movimento tanto rumo a superação quanto no processo de institucionalização e burocratização dos grupos que se amoldam ao modelo do capital, que paralisam o movimento de constituição da consciência de classe ao condicionarem suas ações de negação à subordinação do trabalho ao capital, às demandas específicas dos grupos; em outras palavras, aos interesses contingentes não conectados de forma estratégica ao complexo de contradições do todo. Por isso, Iasi (2006, p. 519) afirma que a compreensão do *ser-da-classe* e de sua consciência implica apreender o *processo* de totalização, pois é aí que ele se revela e não na totalidade já acabada, determinada aprioristicamente.

O que queremos destacar é que, na concretude das relações sociais contemporâneas, as classes sociais permanecem. Mas, não como um ente fixo e pré-determinado, mas como o movimento do *ser social* nas múltiplas manifestações do *ser-das-classes*. Para apreendermos o *ser-da-classe-do-trabalho* devemos considerar o conjunto de determinações do seu *ser*: definido pela relação recíproca da *classe capitalista* e *classe trabalhadora* – a unidade e identidade dos contrários – e suas propriedades (meios de produção, renda, trabalho); sua posição nessa relação; sua possibilidade de constituir-se como sujeito histórico; e, sua consciência. Determinações que as constituem como uma unidade do diverso. Constituição

que passa, conforme Iasi (2006, p. 353),

[...] por momentos que vão desde seu amoldamento à ordem do capital, sua identidade primeira como uma classe particular do capital, sua ação contra o capital como limitação geral que leva à sua transformação na direção de uma classe para si, ou na construção de uma alternativa para além do capital. [...] no transcorrer destes momentos corresponde também a certas formas de consciência, ora fragmentada nas cápsulas individuais, ora em fusão de grupos imediatos, ora em fusão de classe, ora como sujeito histórico, ora, ainda, como dissolvida novamente na alienação estranhada.

Como tentamos demonstrar, a consciência de classe é uma manifestação do movimento de constituição da classe enquanto sujeito histórico, por isso apreendermos os movimentos da *classe trabalhadora* no Brasil ocorridas a partir da década de 1970 em seus múltiplos momentos nos permitirá uma reflexão sobre a possibilidade de compreendermos a constituição de sujeito histórico no atual estágio do desenvolvimento das forças produtivas.

2.2.2 O movimento de negação e consentimento das organizações dos trabalhadores: as décadas de 1970-1990 no Brasil

Neste item, queremos destacar o processo histórico do movimento da *classe trabalhadora* no Brasil recente¹⁷. Essa descrição torna-se relevante para apreendermos os movimentos de amoldamento ao capital que ocorrem após um período de grande mobilização da classe trabalhadora – meados de 1970 a início de 1990 – e, sobretudo, o momento de nova serialidade das organizações (grupos) que se constituíram rumo à classe naquela época, problematizando como essa nova serialidade é rompida, possibilitando o desenvolvimento simultâneo tanto da serialidade quanto da negação da nova serialidade enquanto um movimento particular de avanço na progressividade.

É consenso, independente da corrente teórica que os intelectuais se filiam, que na década de 1970 vivenciou-se uma crise no modelo de produção e acumulação do capital em esfera mundial. Trata-se da crise do modelo de produção fordista (MÉSZÁROS, 2002). Esta foi uma crise estrutural do capital que, pela primeira vez, combinou baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação (ABRAMIDES e CABRAL, 2003). Os traços mais

¹⁷ Consideramos desnecessária a realização de um retrospecto detalhado acerca da década de 1970 no mundo e no Brasil. Vamos apenas ressaltar os fatores determinantes que possibilitaram que uma parte da sociedade brasileira passasse a negar o campo inerte em que atuavam.

evidentes dessa crise eram a redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro; a hipertrofia da esfera financeira; a crise do Estado do Bem-Estar-Social e o incremento acentuado das privatizações (ANTUNES, 1999, p. 29-30).

Segundo Antunes (1999, p. 29), um dos elementos causais para a queda da taxa de lucro do capital foi o “aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção”. O final da década de 1960 e início da década seguinte foram de mobilizações sociais em diversas regiões do mundo, como resposta a *classe capitalista* iniciou

[...] um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neo-liberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, [...] a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho [...] (ANTUNES, 1999, p. 31).

No Brasil, não foi diferente, o que não significa o mesmo de não ter sido uma manifestação particular. A década de 1970 propiciou ao capital ganhos extraordinários, tanto que passou a ser conhecida como a década do “milagre econômico”; todavia, como lembra Keck (1988), os trabalhadores que compunham a força ativa na efetivação do milagre viviam sob o pesadelo do arrocho salarial. O setor secundário brasileiro teve uma rápida expansão; por exemplo, em 1960 empregava cerca de 3 milhões de trabalhadores e, em 1980, esse número chegava a casa dos 10 milhões; quase metade (47%) dos postos de trabalhos foram criados no estado de São Paulo. Nessa época, teve-se a sensação de que o pleno emprego seria uma realidade (o crescimento da oferta de emprego era maior do que o crescimento da população economicamente ativa e do crescimento da população urbana), a despeito dos baixos níveis salariais – 36% dos trabalhadores do ABC paulista recebiam 1 salário mínimo e 61% até 2 salários mínimos. Relevante mencionar que eles eram considerados por estudiosos como a elite da classe trabalhadora brasileira, como destacam tanto Keck (1988) quanto Santana (1999). Este cenário era possibilitado em virtude da política econômica brasileira adotada pelo regime ditatorial beneficiar o capital, pois restringia as lutas por aumentos salariais uma vez que os índices de reajustes eram decretados pelo Estado.

Em suma, na década de 1970, o crescimento econômico brasileiro estava sendo efetivado às custas dos trabalhadores e sob um cenário de censura e repressão. A reação ao cenário político-econômico da época manifestou-se de diversas maneiras e emanou de distintos grupos sociais. Temos, por exemplo, a Organização dos Advogados do Brasil alavancando uma campanha pela instauração do Estado de Direito; os órgãos de imprensa

pressionando pela redução da censura; os movimentos camponeses reorganizando-se, com apoio da Igreja, em prol da luta pela reforma agrária; a organização de movimentos urbanos, apoiados sobretudo pela Pastoral Operária (PO), para reivindicar infra-estruturas básicas (energia elétrica, água potável, saneamento básico, calçamentos, escolas, postos de saúde, etc.) nos bairros que não paravam de crescer em virtude do êxodo rural das décadas anteriores; o movimento operário reorganizando-se a fim de conquistar os devidos reajustes salariais e possibilidades de participação, reorganização que ficou conhecida como o “novo sindicalismo”; setores patronais que se organizavam a fim de possibilitar o relaxamento de algumas restrições econômicas impostas pelo Estado e de algumas leis trabalhistas que impossibilitavam a negociação coletiva entre empregados-empregadores (KECK, 1988). Corriam também alterações no mercado mundial, ao qual não era mais benéfico que países que se configuravam como potenciais mercados consumidores e fornecedores de mão de obra barata permanecessem com suas “fronteiras fechadas”. Urgia a abertura de mercado dos países considerados de terceiro mundo. A confluência desses distintos interesses foi o que potencializou a manifestação do *ser-classe-do-trabalho* numa luta econômica-política contra o *ser-classe-do-capital*. Momentos de sínteses dos movimentos do indivíduo à classe estão expressos na constituição do Partido dos Trabalhadores (PT) e do “novo sindicalismo”.

O “novo sindicalismo” conseguiu vitórias significativas nas décadas de setenta e oitenta do século passado, entretanto, após a redemocratização do país, essas instituições se depararam com uma ofensiva do capital, que teve como momento predominante a implementação do modo de produção toyotista (ALVES, 2000). Frente a isso, Antunes (1997, p. 153) destaca a “crescente definição *política e ideológica* no interior do movimento sindical brasileiro. É uma postura cada vez *menos* respaldada numa *política de classe*. E cada vez mais numa política para o *conjunto* do país, o ‘país integrado do capital e do trabalho’”.

Por sua vez, a trajetória do PT é apresentada por Iasi (2006) como uma organização que conclui a implementação do que negava. O partido que almejava uma democracia da e para a classe trabalhadora acaba estabelecendo justamente a aliança com os opressores, em nome da integração nacional supracitada por Antunes (1999). Conforme destaca Iasi (2006, p. 10), a trajetória do Partido dos Trabalhadores “deve ser entendida como fenômeno social em sua singularidade, ou seja, por meio de suas mediações concretas no interior da sociedade capitalista”. O autor procura compreender as mediações concretas pelas quais um partido de “vertente marxista que apresenta a dinâmica social como expressão da luta de classes”, em seu processo de totalização, consente ao capital e coloca-se como apaziguador na busca da

concretização de uma concertação social. Para tanto o autor analisou 20 anos de história do PT, focando, sobretudo, as teses defendidas nos encontros nacionais e as histórias dos militantes que romperam com sua primeira forma de consciência, identificaram-se com o grupo e tencionaram a constituição da consciência de *classe-em-si-e-para-si*. Deste estudo, decorre que o partido que representava a classe trabalhadora sustentado por uma compreensão das relações antagônicas entre o capital-trabalho, a partir de meados da década de 1980 buscou estabelecer correlações de força no cenário político pós-ditadura. Num primeiro momento, efetuou uma aproximação com a pequena burguesia e distanciou-se de sua posição de negação ao capital na luta entre as classes. Por meio de sucessivas concessões, o movimento de objetivação de uma forma de organização da classe que oportunizava a livre *práxis* rumou em direção a institucionalização das mesmas e culminou em uma objetivação-alienada, de modo que a identificação com o partido passa pela compreensão dos trabalhadores enquanto indivíduos encapsulados, cujos objetivos teriam harmoniosamente convergido rumo aos interesses do capital. Nas palavras do autor:

Novamente a classe trabalhadora viu o produto de sua ação distanciar-se, objetivar-se em algo que se tornava cada vez mais estranho a ela. [...] da mesma forma que os produtos do trabalho convertidos em mercadorias se afastam daqueles que os produziram e voltam como uma força estranha, de modo que os produtos dominam os produtores, na ação histórica do ser social, convertido em classe, primeiro em si e depois para si, são produzidas e objetivadas organizações e instituições que em um momento corresponderam ao movimento livre da *práxis*, expressaram a fusão de classe e deram guarida ai seu juntamente, mas que podem igualmente se distanciar e se estranhar novamente, condenando de novo aqueles que as construíram à serialidade estranhada, transformando os sujeitos da história novamente objetos (IASI, 2006, p. 563-4).

O movimento do “novo sindicalismo” seguiu o mesmo rumo. Alves (2005), ao estudar o movimento sindical no Brasil defende a tese de que, a partir da ofensiva do capital no campo da produção, constituiu-se um novo e precário mundo do trabalho. As hipóteses que o autor desenvolve são assim expressas por ele:

- 1) Há uma crise no sindicalismo no Brasil, que se acentua a partir do governo Collor. Ela é percebida pelas limitações do sindicalismo de contestar a lógica do capital e passar a desenvolver práticas neocorporativista de cariz propositivo.
- 2) O principal determinante da crise é o desenvolvimento da reestruturação produtiva, sobretudo a passagem do toyotismo restrito ao toyotismo sistêmico e que promove uma crise de objetividade e subjetividade no mundo do trabalho.
- 3) O toyotismo é o momento predominante do complexo de reestruturação produtiva e atua pela captura da subjetividade “operária” pela lógica do capital, instaurando um obscurecimento da perspectiva de classe (debilitação político-ideológica) e assim, impactando na luta de classes no país (ALVES, 2000, p. 10-1).

As considerações de Alves (2000) objetivam demonstrar que a reestruturação produtiva – não compreendida apenas em seu aspecto tecnológico –, que tem em seu momento predominante o toyotismo, é uma nova manifestação da racionalidade no âmbito da produção que, concomitantemente, cria um novo e precário mundo do trabalho caracterizado por “dualidades”, quais sejam: 1) pelos ocupados que vivenciam, por um lado, a precarização e desqualificação contínua, e por outro, as novas especializações e qualificações de determinados segmentos; e, 2) pelo desemprego estrutural – contingentes de novos excluídos sociais: desempregados estruturais ou subproletariado tardio, segundo definições do autor. Assim, no que Alves considera o centro da produção moderna, há tanto trabalhadores formalmente empregados como trabalhadores contratados mediante contrato flexível e por projeto, cujas subjetividades foram cooptadas a fim de diluir o antagonismo de classe pela aparente convergência de interesses entre capital e trabalho. Há todo um contexto sócio-histórico analisado pelo autor que condicionou, no Brasil, a concretização da racionalidade intra e entre empresas ao lado de uma irracionalidade social. Deste contexto, Alves (2000, p. 11) salienta que o impulso à fragmentação da classe ocorre “em virtude do desemprego estrutural e a proliferação da precarização de empregos e salário”.

Alves não compreende a reestruturação produtiva apenas enquanto revolução digital molecular ou de base microeletrônica e ressalta, sobretudo, a importância da dimensão da organização e gestão da produção. O valor universal do toyotismo é construir uma nova hegemonia do capital na produção, por meio da captura da subjetividade pela lógica do capital, rearranjando relações de consentimento e a coerção capitalista. Trata-se de:

[...] um estágio superior de racionalização do trabalho, que não rompe, a rigor, com a lógica do taylorismo-fordismo [...] entretanto, no campo da gestão da força de trabalho, o toyotismo realiza um salto qualitativo na captura da subjetividade operária pela lógica do capital, o que o distingue, pelo menos no plano da consciência de classe, do taylorismo-fordismo” (ALVES, 2000, p. 31).

As colocações desse autor vão ao encontro da proposta de Faria (2004c, p. 203) de que “as novas tecnologias de processo seriam mais bem classificadas se fossem denominadas de fordismo de base microeletrônica, e as tecnologias de gestão, especificamente, de fordismo comportamental sofisticado”. Tanto Faria (2004c) quanto Alves (2000) citam explicitamente o papel relevante das técnicas desenvolvidas por estudiosos das Ciências Administrativas e aplicadas por profissionais da gestão de pessoas no interior das empresas e entre as empresas, sobretudo, nos contratos de terceirização (que tendem intensificar formas de contratação que

não seguem os critérios estabelecidos pelas leis do trabalho representada pela carteira de trabalho assinada).

Segundo Alves (2000), o momento predominante da reestruturação é o toyotismo e este é uma organização racional da produção, reposta num grau mais elevado de captura da subjetividade do trabalhador, efetuada por técnicas mediadoras que são desenvolvidas e aplicadas por profissionais de distintas áreas, sobretudo, a nosso ver, da Administração, conforme pode ser verificado na pesquisa apresentada na introdução deste que aponta que cerca de 88% dos estudos dos últimos três anos na área de gestão de pessoas objetivam colaborar para a maximização do recurso trabalho, ou seja, para intensificar a extração de mais-valia.

Faria e Meneghetti (2007), em estudo realizado com trabalhadores brasileiros de origem asiática que atuam no Japão em empresas que operam o modelo Toyota de organização da produção, verificaram que as dimensões determinantes para o sequestro da subjetividade do trabalhador são: relação identitária trabalhador-empresa, valorização e insubstituibilidade do trabalhador-indivíduo, solidariedade com o grupo, eficácia produtiva e envolvimento total. As técnicas específicas de cada empresa ou os modelos generalistas adotados pelas organizações buscam atuar nessas dimensões a fim de garantir o aumento da “tolerância subjetiva” e, conforme menciona o primeiro autor em outro texto:

[...] as empresas [...] desenvolveram eficientes programas de recursos humanos baseados em esquemas manipulativos de comportamento, implementaram igualmente programas de qualidade de vida no trabalho, criaram associações esportivas e culturais e estruturas internas de assistências social e psicológicas sem que, de muitos sindicatos e partidos operários surgisse qualquer questionamento ou atitude política conseqüente (FARIA, 2004c, p. 218).

Alves (2000), por sua vez, debruça-se sobre os determinantes que gestaram o arrefecimento do sindicalismo brasileiro justamente quando a ofensiva do capital concretiza a subordinação-formal-intelectual do trabalho ao capital. Para este autor, presenciamos na atual ofensiva do capital na produção um novo conteúdo da subsunção do trabalho ao capital. A subsunção real agora se manifesta pela subordinação-formal-intelectual do trabalhador, possibilitando um aprofundamento no grau de estranhamento.

[...] a subsunção da subjetividade operária pela lógica do capital é algo posto – e repostado – pela lógica de acumulação capitalista. Só que é com o toyotismo que a captura da subjetividade operária adquire o seu pleno desenvolvimento, um desenvolvimento real e não apenas formal. [...] As novas relações industriais (gestão da força de trabalho) não elimina o antagonismo entre capital e trabalho assalariado, “pelo contrário, significam uma nova forma de organizar (e de

gerenciar) a exploração do 'trabalho vivo', constituindo uma subsunção real da subjetividade operária à lógica do capital (ALVES, 2000, p. 42 e 59).

A captura da subjetividade do trabalhador no e pelo processo produtivo organizado sob a lógica toyotista atua em prol do capital de duas formas, pela intensificação da expropriação objetiva da subjetividade do trabalhador e, concomitantemente, pela subjetivação do objetivado vivenciado de forma participativa e alienada sob um processo de trabalho estranhado (sendo que as técnicas mediadoras nesse processo de expropriação subjetiva e reforço do senso comum são desenvolvidas pela área de RH. Contudo, abrimos um parêntese para mencionar que os gestores, técnicos e auxiliares administrativos desses setores estão tão submetidos a esse processo quanto os trabalhadores que eles submetem, pois geralmente, são trabalhadores assalariados desempenhando determinada atividade segundo a especialização da divisão social do trabalho efetuada pelo sociometabolismo do capital).

[...] O cerne principal da crise do sindicalismo é a sua incapacidade (ou limitação estrutural) de preservar o seu poder de resistência de classe à sanha da valorização, diante da nova ofensiva do capital na produção e do novo (e precário) mundo do trabalho (ALVES, 2000, p. 85).

Em suma, refletindo sobre as colocações de Alves (2000) sobre do contexto sócio-histórico brasileiro nos últimos 15 anos do século passado, é possível considerar que a impossibilidade da impossibilidade que tensionou o movimento do indivíduo-trabalhador ao grupo e do grupo sindical à classe subsumiu-se ao desejo da implantação de uma democracia. Nessa implementação, a classe obteve algumas vitórias jurídico-legais, mas após a intensificação da implementação de políticas de cunho neoliberais, as derrotas no campo econômico determinaram o arrefecimento do movimento político da classe e esta esmaece, mediada pelas suas organizações representativas, em uma nova serialidade, efetuando um consentimento que foi condicionado como condicionante das possibilidades da efetuação da perda dos direitos do trabalhador brasileiro.

Destacamos, entretanto, que, nenhum desses dois movimentos exemplificados aqui, de regressividade na progressividade são, como pode parecer à primeira vista, resultados de ações individuais de dirigentes isolados em nome do auto-interesse, mas expressam um movimento da classe que tem sua subjetividade capturada pelo capital, em virtude, sobretudo dos postulados do modelo toyotista de produção, conforme reflexões de Faria e Meneghetti (2007). Sequestro que acirra a concorrência entre os trabalhadores, fragmentando e fragilizando a *classe trabalhadora* na luta com a *classe capitalista*. Posto isso, deparamo-nos com um complexo de relações sociais que revelam que as organizações da *classe*

trabalhadora refletem um momento de “tolerância subjetiva” (FARIA, 2004, p. 218) experienciado pelos trabalhadores-encapsulados. Tolerância que tem naturalizado, para os trabalhadores, a defesa dos interesses do capital, como se deles fossem. A *classe trabalhadora* consente, com pouca resistência, ao movimento ofensivo do capital que, a fim de otimizar sua acumulação produz de forma intensa um contingente cada vez maior de indivíduos que vende a mercadoria força de trabalho sem ter assegurado nenhum direito, muitas vezes, nem o de receber o valor que seja suficiente para a (re)produção da vida, intensificando a pauperização classe.

Os movimentos de totalização vivenciados pela *classe trabalhadora* nas décadas de 1970 e 1980 podem ser sintetizados no amoldamento de duas importantes organizações que consentiram a ofensiva política-econômica-ideológica do capital e, de certo modo, ora auxiliaram ora tentaram obstaculizar a reestruturação produtiva, que tendo como seu momento predominante o toyotismo, tanto cooptou os trabalhadores, quanto intensificou a produção do exército de reserva e o processo de pauperização de grande parte do contingente populacional que só possui sua força de trabalho para vender. Essa produção faz-se também necessária enquanto fator condicionante para a possibilidade de cooptação e, por via de consequência, para o aumento da produtividade.

Esse contingente populacional sob qual recai as condições mais precárias de (re)produção da vida é discutido por Marx (1996a) em *O Capital*, mas é uma parte de seus escritos que pouco foi investigada pelos estudiosos. O exército de reserva, por estar envolto por discussões econômicas, pois é decorrente das reflexões de Marx quanto a lei de acumulação do capital, fez com que a categoria fosse entendida como isenta de conteúdo político. E, a pauperização que atinge os trabalhadores que permanecem muito tempo neste contingente populacional é, quando discutida nas avaliações conjunturais da classe, normalmente, usada como critério para imputar aos indivíduos empobrecidos à qualificação de *lumpem*. Portanto, parece-nos haver uma confusão tanto da categoria exército de reserva, sua importância econômica e política para a *classe trabalhadora* e seu processo de pauperização, quanto da categoria *lumpemproletariado*. Essa confusão pode ter consequências desfavoráveis para a organização da *classe trabalhadora*.

Presenciamos um exemplo de tal confusão na avaliação do Partido dos Trabalhadores que, em 1986, ao analisar a estrutura das classes no Brasil, verificou a existência de um setor de “marginalizados’ [...] engrossado pelas levas de desempregados que cresciam nos últimos anos” (IASI, 2006, p. 397) e que não possuíam função enquanto sujeito político-econômico

tendo em vista o seu devir: “um dos destinos prováveis é a criminalidade, o tráfico de drogas, a prostituição e a violência de formas 'anti-sociais’” (IASI, 2006, p. 397). Em suma, estes desempregados efetivariam as atividades designadas por Marx (1996a) como específicas do *lumpemproletariado*.

Desprovido de funções políticas pelos integrantes das organizações de esquerda no Brasil, o exército de reserva, chega ao século XXI perdendo também suas função econômica, para alguns intelectuais. Segundo Daros (2003), o exército de reserva trata-se de um mecanismo “limitado, esgotado, sem sentido” (2003, p. 5).

Partindo das considerações que realizamos até o momento, nos questionamos em relação à impossibilidade de indivíduos que não participam do exército ativo, mas que permanecem tendo apenas sua força de trabalho para vender, não se manifestarem enquanto sujeitos políticos, não terem funcionalidade para o capital, ou seja, serem *superfluos*. Para poder entender o que o exército de reserva está sendo, carece discutirmos como esta categoria foi construída, uma vez que a atualização de qualquer conceito necessita tanto da concretude das relações sociais que ele busca expressar quanto da reconstituição do seu processo histórico de constituição. Para tanto, retornamos a Marx.

2.2.3 A classe trabalhadora e o exército de reserva

O exército de reserva, em Marx, é um conceito que expressa a existência de um contingente populacional que constitui a classe trabalhadora e que possui uma determinada funcionalidade no movimento de valorização, mesmo não incorporando, de forma estável e “direta”, trabalho vivo no processo produtivo industrial. Vejamos os desdobramentos da existência dessa superpopulação relativa para a *classe trabalhadora* e para a *classe capitalista*.

2.2.3.1 Exército de Reserva em Marx

Marx (1996a) observou que sob o modo capitalista de produção, indivíduos que possuíam como condição de vida *sine qua non* comercializarem sua força de trabalho

manifestam-se em dois grandes grupos populacionais: o exército ativo (EA) e o exército de reserva (ER) ou superpopulação relativa. Como destaca Viana (2006), para Marx, sob o modo de produção capitalista, o exército de reserva coincide com a superpopulação relativa. Segundo aquele autor, toda forma de organização social possui um *quantum* populacional considerado excedente, mas sob o sociometabolismo do capital essa superpopulação possui uma funcionalidade estrutural, por este motivo ambas definições podem ser consideradas sinônimos.

Analisando a relação entre o crescimento do capital e a formação da classe trabalhadora, Marx (1996a) identificou que o desenvolvimento da indústria concomitantemente à necessidade de mais trabalho para a valorização do capital demanda inversamente um número menor de trabalhadores. A diminuição da demanda por trabalhadores criava assim um exército de indivíduos que, apesar da liberdade da venda de sua força de trabalho, não encontrava um comprador a quem vendê-la. Por outro lado, participavam do EA aqueles trabalhadores que vendiam, *de forma direta e por um período contínuo*, sua força de trabalho a um capitalista, tendo, portanto, a mercadoria força de trabalho sendo consumida e expropriada constantemente.

A situação da Irlanda do século XIX também foi analisada por Marx (1996a) que demonstrou que esse país agrário, que efetuava sua revolução agrícola e lançava milhares de indivíduos à condição de trabalhador livre sem ter onde trabalhar, produzia, ao lado de um exército industrial de reserva, um exército agrícola. Mas, como esse excedente populacional migrava para os pólos industriais – Inglaterra¹⁸ –, passava a compor um grupo que está disponível para os capitalistas da indústria, reforçando a idéia de que o exército de reserva manifesta-se como industrial, pois tratava-se, majoritariamente, de uma força de trabalho em potência para a grande indústria.

[...] tal conceito fixou-se nas experiências dos desocupados industriais ou que afluíam para as cidades em busca de empregos tipicamente industriais. Por esse motivo, tornou-se mais comum e recorrente nas análises acadêmicas o termo “exército industrial de reserva” do que “superpopulação relativa de trabalhadores” (BOSI, 2008, p. 105).

Ou seja, atentamos para o qualitativo industrial referir-se a uma particularidade histórica: o trabalho estar disponível para a produção do *capital industrial*. A disponibilidade do trabalho não ocorre apenas neste setor, de modo que, o qualitativo “industrial” pode ser

¹⁸ No livro O Capital, Marx utiliza várias páginas para descrever as condições de vida dos trabalhadores que ele considera participe do ER. Na descrição destaca as condições de moradia e as sucessivas migrações que permitiam a venda esporádica do trabalho.

suprimido, pois o importante a destacar é a existência de trabalhadores disponíveis à contratações.

Marx (1996a, p. 260), depois de discutir a lei geral da acumulação capitalista, e verificar as alterações qualitativas contínuas em sua composição, conclui: “[...] com o crescimento do capital global na verdade também cresce seu capital variável, ou a força de trabalho nele incorporada, mas em proporção continuamente decrescente”; e acrescenta que em momentos de crescimento econômico o número de ocupados aumenta, mas “em proporção decrescente em relação à escala de produção”. Segundo suas teorizações, essa diferença proporcional decrescente elevar-se-ia com o avanço da produtividade do trabalho. Com isso, mesmo em fases de crescimento do ciclo econômico, presenciáramos a não-redução do contingente populacional de reserva, pois

Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, ela cai progressivamente com o crescimento do capital global, ao invés de, como antes se pressupôs, crescer de modo proporcional com ele. (Marx, 1996, p. 249)

Há, portanto, um decréscimo exponencial na taxa de absorção do dos trabalhadores em relação à escala de produção do capital global. A lógica exposta por este autor sobre a ampliação/redução do exército de reserva considera que a variação está intrinsecamente relacionada aos ciclos econômicos de expansão ou retração do capital. Meneleu Neto (1998) realiza uma leitura contemporânea desta relação e menciona que, no neoliberalismo, essa lógica não se reproduz diretamente, visto que há uma reposição invertida do exército de reserva proporcionada pela introdução da tecnologia de base microeletrônica, que, ao possibilitar uma fase de ascendência de acumulação do capital, não efetuou a retração daquele. Portanto, o alerta que Marx (1996a, p. 271) fazia no século XIX de que, em momentos de crescimento, o número de ocupados cresce, mas “em proporção decrescente em relação à escala de produção”, culminou na concreta inversão da relação, havendo, portanto, um crescimento negativo da absorção do exército de reserva em relação ao aumento da escala de produção.

O uso da microeletrônica no capitalismo possibilitou uma reorganização dos processos de trabalho (FARIA, 2004c). Tal reorganização, ao necessitar de um menor dispêndio de energia humana para a execução do trabalho, permite que o capitalista aumente cada vez mais a exploração da mais-valia e careça cada vez menos de mão-de-obra, alterando a composição orgânica do capital (relação ou proporção entre a parte constante – valor das matérias-primas, máquinas, equipamentos e instalações – e a parte variável – força de trabalho). O que não

alterou é que o movimento de acumulação do capital “proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado” (Marx, 1996a, p. 263). ***O exército de reserva é, portanto, produto do movimento de produção, acumulação e centralização do capital.***

[...] a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente *supérflua* ou *subsidiária*, ao menos no que concerne às necessidades de aproveitamento por parte do capital. [...] As oscilações do ciclo industrial recrutam a superpopulação e tornam-se os mais enérgicos agentes de sua reprodução (MARX, 1996, p. 261-3).

A superpopulação relativa manifesta-se conforme as palavras que grifamos do trecho extraído de O Capital (1996): *supérflua* ou *subsidiária*. As destacamos em virtude do que iremos discutir adiante, quando considerarmos a formação do ER em países cujo desenvolvimento desse modo antagônico de controle do metabolismo social é resultante de múltiplas determinações que foram condicionadas pelo próprio movimento de mundialização do capital.

O exército de reserva é também alavanca de acumulação do capital, pois a distribuição da classe trabalhadora em exército ativo e de reserva condiciona o movimento geral dos salários. Uma vez que o último tanto pressiona o primeiro, no que se refere à produção de mais-valia absoluta, quanto, em momentos de expansão do capital, minimiza as pretensões de aumentos salariais. “A superpopulação relativa é, portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão de obra se movimenta” (MARX, 1996, p. 269), de modo que paira sobre os trabalhadores a lei da concorrência. Nas palavras de Marx (2004, p. 36):

[...] o trabalho é uma mercadoria: se o preço é alto, a mercadoria é muito procurada; se é baixo, é muito oferecida; como mercadoria, o trabalho deve baixar cada vez mais de preço: o que força a isso é em parte a concorrência entre capitalistas e trabalhadores, em parte a concorrência entre trabalhadores;...

Corroborando, portanto, o mecanismo da concorrência na classe trabalhadora que beneficia o capital mediante o aumento do sobretrabalho – aumentando a produtividade do trabalhador. O ER figura como elemento econômico-ideológico, pois impõe ao trabalhador do EA consentimento às exigências do capital. A sombra da concorrência faz com que haja minimização das resistências coletivas frente à ofensiva do capital ao lado do desenvolvimento de resistências individuais que causam mais danos à saúde do trabalhador do que custo aos proprietários dos meios de produção, uma vez que este rapidamente pode

substituir aquele por outro vendedor que o movimento de acumulação tratou de produzir. Assim, o ER enquanto elemento econômico-ideológico fragiliza a organização do exército ativo e garante a fusão da mais-valia absoluta e relativa.

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à *ociosidade forçada* em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social (MARX, 1996, p. 256-7).

Como já discutido, *o adequado*, abstraindo as mobilizações sociais, é regulado pelo próprio mecanismo do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Ao comentar a discussão do exército de reserva n’O Capital, Gorender (1996, p. 42) menciona que este “representa elemento estrutural indispensável ao modo de produção capitalista e daí sua incessante reconstituição mediante introdução de inovações técnicas [...]”. O autor segue afirmando que o exército de reserva apresenta, em Marx, duas importantes funções, quais sejam:

O exército industrial de reserva funciona como regulador do nível geral de salários, impedindo que se eleve acima do valor da força de trabalho ou, se possível e de preferência, situando-o abaixo desse valor. Outra função do exército industrial de reserva consiste em colocar à disposição do capital a mão-de-obra suplementar de que carece nos momentos de brusca expansão produtiva, por motivo de abertura de novos mercados, de ingresso na fase de auge do ciclo econômico etc. (GORENDE, 1996, p. 42).

Ou, conforme palavras de Marx (1996a, p. 270):

O capital age por ambos os lados ao mesmo tempo. Se por um lado, sua acumulação multiplica sua demanda de trabalho, por outro multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua “liberação”, enquanto, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a porem mais trabalho em ação [...]

Pelo discutido até o momento, podemos mencionar que a superpopulação relativa é, concomitantemente, uma *produção necessária* para o movimento de acumulação, *um mecanismo que alavanca* a valorização do capital e a *própria condição de existência* do modo de produção capitalista. *Produção necessária* porque ao capital é imprescindível à existência do recurso trabalho em abundância, mercadoria sempre à disposição que permite, via concorrência, a intensificação do aumento da mais-valia absoluta e relativa – *mecanismo que alavanca* –; sem a existência desse contingente de trabalhadores disponíveis, o exército

ativo teria a possibilidade concreta de eliminar a expropriação da mercadoria força de trabalho inviabilizando a realização do lucro, reside aí, a manifestação do ER como *condição de existência* do modo de produção capitalista.

Diferente do que alguns críticos de Marx mencionam, ele não economiciza as relações sociais, mas demonstra, partindo das relações sociais, como se dá o movimento econômico sob modo de controle social efetuado pelo capital. O Capital, enquanto exposição abstrata desse movimento das leis econômicas, está aparentemente despido de subjetividades humana. Aparentemente, pois, em nenhum momento em Marx, as leis figuram como independentes das relações sociais. Elas, assim, aparecem em virtude da forma autônoma que adquirem em relação ao ser humano que se aliena em seu modo de (re)produção da vida de modo tal que o criador submete-se à criatura.

Após verificar as alterações que a valorização do capital implica no contingente populacional de trabalhadores, Marx (1996a) percebeu que o exército de reserva não era um conjunto homogêneo; manifestava-se, à época, de três formas distintas, quais sejam: como *superpopulação relativa fluente* ou *líquida*, como *superpopulação relativa latente* e como *superpopulação relativa estagnada*.

Na descrição da manifestação do contingente populacional relativamente *superfluo* ou *subsidiário* do século XIX, a superpopulação fluente aparece formada por trabalhadores das indústrias modernas que, ora são atraídos, ora repelidos das unidades produtivas, em decorrência dos ciclos econômicos de acumulação do capital. A superpopulação relativa latente se encontra sob as condições precárias de trabalho no campo e, portanto, está em iminência de transferir-se para o proletariado urbano – realidade irlandesa analisada por Marx (1996), em virtude do avanço do capital sobre as formas não-capitalista de produção ainda existentes no meio rural. Este exército agrário disponível para as necessidades da agricultura capitalista, que absorve parte da força de trabalho mas repele uma parte numericamente superior, produz uma população que está “à espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência [para o proletariado urbano]”. A superpopulação relativa estagnada “constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular”, onde o “máximo do tempo de serviço é o mínimo de salário” (MARX, 1996a, p. 272). Marx aponta que este grupo é o que aumenta progressivamente, seja pelas alterações qualitativas no capital orgânico que empurram os indivíduos para o exército de reserva – industrial, agrário, etc. – seja pelo crescimento vegetativo da população absoluta.

A superpopulação relativa foi ainda distinguida por Marx em um grupo de indivíduos aptos para o trabalho, em um grupo composto por candidatos aptos ao trabalho e, por um terceiro grupo, cujos indivíduos estão incapacitados para o trabalho. No primeiro, estavam aqueles indivíduos que fazendo parte da superpopulação fluente poderiam ser rapidamente inseridos no exército ativo em caso de crescimento das atividades produtivas. No segundo grupo, estavam tanto as crianças quanto as mulheres, estes rapidamente absorvidos quando o processo de trabalho deixou de carecer de *quantum* determinado de força física. O terceiro grupo era composto pelos indivíduos que não seriam mais aproveitados segundo o modo hegemônico de produção de mais-valia, por já terem esgotado suas forças de trabalho ou por não possuírem uma mercadoria que atenda qualitativamente às demandas do capital; trata-se, em geral, dos inválidos, degradados, incapazes, etc.

Após discutir as formas de manifestação do exército de reserva, Marx (1996a) ressalta uma característica que perpassa, com diferentes graus de intensidade, as três formas de ser superpopulação relativa, qual seja: a pauperização, sendo o pauperismo a condição em que vive o “mais profundo sedimento da superpopulação relativa”. A pauperização do exército de reserva atinge com maior intensidade a superpopulação estagnada e culmina com a constituição de uma **superpopulação consolidada**. Ou seja, compõe o exército de reserva uma parcela de indivíduos que não mais sairá desse segmento da classe trabalhadora, não mais venderá sua força de trabalho diretamente a um capitalista de forma estável. A constituição dessa superpopulação consolidada é inerente ao próprio modo de produção capitalista.

[...] ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1996a, p. 275).

Quanto ao pauperismo, Marx (1996a, p. 273) acrescenta ainda:

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. **Sua produção** está incluída na produção da superpopulação relativa, sua **necessidade na necessidade dela**, e ambos constituem uma **condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza**. Ele pertence ao *faux frais* [falso custo] da produção capitalista que, no entanto, o capital sabe transferir em grande parte de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média.

Grifamos¹⁹ parte deste enxerto d'O Capital para pontuarmos que a produção do exército de reserva e a produção de sua pauperização são manifestação de um mesmo processo, o movimento de acumulação do capital. Portanto, estes dois momentos de um mesmo fenômeno são, conforme Marx já havia evidenciado, ***produto necessário, alavanca e condição de existência da acumulação do capital.***

Posto isso, é relevante considerar que Marx realiza essas reflexões sobre a pauperização da superpopulação relativa abstraindo o que ele chama de *lumpemproletariado*; eis porque cremos ainda haver confusão entre estas duas categorias. Nas palavras do autor:

[...] o mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo. Abstraindo vagabundos, delinqüentes, prostitutas, em suma, o *lumpemproletariado* propriamente dito [...] (MARX, 1996a, p. 273).

Portanto, ao falar de um setor da classe proletária que vive a concretude de sua pauperização, Marx excluiu o chamado *lumpem*. Por que do ER o autor abstrai o *lumpemproletariado*? Este não se manifestaria como produto necessário, alavanca e condição de existência da acumulação do capital? Com o objetivo de responder tal questão, primeiro carecemos entendê-la nas reflexões do próprio autor.

2.2.3.2 O lumpemproletariado

Karl Marx não desenvolve teoricamente a categoria denominada *lumpemproletariado*. Em seus escritos²⁰ há apenas descrições sumárias das atividades desenvolvidas pelos indivíduos que ele classifica como fazendo parte desse estrato. O *lumpemproletariado* aparece sempre quando o autor está discutindo, especialmente, a análise empírica de determinado momento histórico, de certos acontecimentos sociais datados. Por sua vez, são raras as menções ao *lumpemproletariado* em obras onde expõem suas considerações abstratas sobre o

¹⁹ Além dessa discussão, gostaríamos de mencionar que uma forma de transferir esses “falsos custos para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média” está revestida pelo discurso e pela prática da responsabilidade social. Não entraremos nessa discussão aqui. Apenas, desejamos pontuar como as técnicas desenvolvidas por estudiosos das Ciências Administrativas colaboram com o movimento do acúmulo do capital tanto para sofisticar e garantir a expropriação da mercadoria força de trabalho intra-empresa, como também, para tal transferência dos falsos custos.

²⁰ Destacamos que todas as considerações realizadas nesse item se referem às obras de Marx disponíveis em língua portuguesa, especialmente os livros: A Ideologia Alemã (2007), O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte (1971), As lutas de Classe em França de 1848 a 1850, O Manifesto Comunista, A Sagrada Família, Preço, Salário e Lucro, A Miséria da Filosofia, Os Manuscritos Economicos-Filosófico, Tese sobre Feuerbach e O Capital.

do modo de produção capitalista. À guisa de exemplo, n'O Capital²¹, a palavra aparece pouquíssimas vezes.

Em virtude da escassez de explicações do autor em relação à essa categoria, muitas polêmicas surgiram. Por isso, nos propomos a realizar uma análise, ainda que não completa, do contexto em que Marx considera relevante falar em/no *lumpemproletariado*. Para, somente após, estabelecermos algumas considerações a propósito da relação entre exército de reserva e o *lumpem*.

Tomaremos, para tanto, cinco obras do autor, quais sejam: A Ideologia Alemã, O Capital, O Manifesto Comunista, As Lutas de Classe em França e O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte (1971). N'O Manifesto Comunista (2002), escrito mais popular de Marx e Engels, a categoria *lumpemproletariado* aparece apenas uma vez, quando os autores discutem o caráter revolucionário, conservador ou reacionário das classes. Eles argumentam que o *lumpemproletariado* é, como por inércia, jogado à revolução; e tende, em virtude de sua condição de vida, a ser persuadido pelos setores das classes reacionárias para aderir à luta em nome dos interesses dos últimos.

As condições de vida do *lumpemproletariado*, apresentadas pelos autores, estão vinculadas à decadência das camadas mais baixas da velha sociedade, ou seja, da sociedade feudal. Nas palavras dos autores o *lumpemproletariado* é a “putrefacção passiva das camadas mais baixas da velha sociedade” (MARX, 2002, p. 42), sejam essas camadas os servos que migravam para o meio urbano e eram, como desta Perrot (1988), andarilhos; sejam a decadente aristocracia que estava em progressivo estado de falência.

Em A Ideologia Alemã, os autores ao discutirem as alterações nas relações de produção e de intercâmbio ao longo da história, mencionam que, em Roma, “Os plebeu que se situavam entre os livres e os escravos, jamais superaram a condição de uma espécie de *lumpemproletariado*” (MARX e ENGELS, 2007, p. 70). Neste enxerto, eles estão discutindo os casos em que há imposição de uma forma menos desenvolvida de produção e intercâmbio aos povos conquistados. Usam para isso a conquista do Antigo Império Romano do Oriente pelos turcos, apontando que o modo de produção que passou a ser hegemônico no Império após a conquista era baseado no escravismo, o que colocava em relação direta os cidadãos proprietários e os escravos e, no limiar dessa relação, tendo apenas um caráter político, estava

²¹ MARX, Karl. **O Capital Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996

a plebe. Portanto, neste contexto a plebe parece não ter significativa influência nas relações de produção e intercâmbio e, quando necessário, figura como um fator político.

Seguindo nos escritos de Marx, vamos encontrar essa categoria de forma recorrente em *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte* e *As lutas de Classe em França de 1848 a 1850*. Nestes, o autor faz uma análise dos acontecimentos de um determinado período histórico sob a perspectiva das classes sociais. Ou seja, como se configuraram as lutas de classe nesse país, quais foram as condições determinantes que levaram Luis Bonaparte ao poder e ao golpe de 1852. Não cabe realizar aqui uma descrição detalhada dos fatos, mas destacar como o *lumpemproletariado* manifestou-se como um dos múltiplos agentes decisivos nessa luta de classes no país que encabeçou a revolução política na Europa.

Segundo os acontecimentos históricos, Luis Bonaparte usava táticas não muito escrupulosas como formas de ação política; estas eram consideradas amorais e são avaliadas como uma atitude coerente como o que era o estadista: “o príncipe do *lumpemproletariado*”, segundo Marx. O autor destaca que Luis Bonaparte é o chefe do *lumpemproletariado* – reunido na Sociedade 10 de Dezembro – e, descreve este grupo como sendo composto por:

Lado a lado com elegantes arruinados, de meios de fortuna e origens duvidosos, aventureiros e bastardos, devassos da burguesia, encontravam-se vagabundos, soldados reformados, ex-presidiários, forçados foragidos das galés, saltimbancos chantagistas, *lazzaronis*, carteiristas, trapaceiros, jogadores, alcoviteiros, donos de bordéis, carregadores, escriturários, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de facas, soldados, mendigos - em suma, *toda essa massa complexa desintegrada e flutuante*, a que os franceses apelidam de “boémia” (MARX, 1971, p. 85-6).

A nota de rodapé utilizada para explicar o termo italiano *Lazzaronis é esclarecedora em relação à função desse grupo social*, nela consta:

[...] *alcunha dada em Itália aos lumpemproletários, aos elementos desclassificados; os lazzaroni eram freqüentemente utilizados pelos círculos monárquico-reaccionários na luta contra o movimento democrático e liberal* (MARX, 1971, p. 85).

Lembramos que para parte dessa massa enriquecer significa, na maioria das vezes, satisfazer necessidades contingentes, como é o caso dos soldados que são persuadidos por Bonaparte, tornando-se um dos grupos que apóia o estadista, mediante o pagamento de festas, bebidas e fartos banquetes. Trata-se, portanto, de suprir uma necessidade que, em outra discussão Marx vai apontar como sendo o único momento de felicidade do trabalhador, tendo em vista que a vida do proletariado “começa quando termina essa atividade [o trabalho], à mesa, no bar, na cama” (MARX e ENGELS, 2006, p. 36).

No caso desses dois escritos de Marx, o ponto em destaque é a forma como estava manifestando-se o *ser-da-classe-do-trabalho*, pois essa não é uma categoria determinada *a priori*. O movimento de não identificação entre alguns indivíduos e as classes, que revela a formação de um grupo denominado de *lumpemproletariado*, personifica-se na pessoa de Bonaparte. Este e seus seguidores, segundo Marx²², não sendo um representante legítimo de nenhum dos interesses em jogo na luta de classes, agindo segundo seu caráter ordinário e apoiado pelo *lumpemproletariado*, pode então atuar nas fraquezas de seus oponentes, ora beneficiava setores de uma classe em detrimento da outra, ora beneficiava esta em detrimento daquela. Mas, sobretudo, segundo Marx (1971, p. 157-8):

Bonaparte gostaria de aparecer como o benfeitor patriarcal de todas as classes. Mas não pode dar a uma classe sem tirar de outra [...] Mas o mais importante neste processo, em que se tira à França para que em seguida lhe seja dado o que lhe foi roubado, são as percentagens que, durante as transações vão ter aos bolsos do Chefe e dos membros da sociedade 10 de dezembro.

No âmbito da discussão do contexto histórico analisado em ambos os livros, permitimo-nos ponderar que a característica determinante do *lumpemproletariado* é menos sua posição e influência econômica no modo de produção capitalista do que as alianças, ações e apoios que este grupo politicamente estabelece com outras classes sociais, estas por sua vez, com posição definida na organização da Estrutura de Apropriação e Política da sociedade em questão, portanto, com interesses de classes definidos e menos fragmentário. Assim sendo, este grupo tende a não ter papel fundamental nas relações de produção e de intercâmbio em determinada época do desenvolvimento das forças produtivas, sendo, quando muito, utilizado como um fator de influência política. Isso vai ao encontro das colocações presentes no Manifesto Comunista e em A Filosofia Alemã, pois como vimos, no contexto em que essa categoria aparece o que sobressai é a discussão política e o *lumpemproletariado* é considerado como resquícios de uma parcela social decorrente do modo de produção anterior e suas alianças reacionárias.

Contudo, não desconsideramos que as alianças políticas sejam conseqüências de interesses econômicos, pois, em geral, os ganhos auferidos pelas atividades desenvolvidas por indivíduos que compõem essa massa complexa descrita por Marx, são oportunizadas pelo modo antagônico de controle do metabolismo do social e, a despeito desses indivíduos serem

²² Não cabem aqui todas as discussões realizadas no livro, mas é fundamental destacar que a vitória de Luis Bonaparte é resultado de múltiplos e contraditórios acontecimentos e que, em verdade, Marx considera-o como um oportunista que soube aproveitar-se das fraquezas de cada uma das classes e frações de classes (burguesia financeira, burguesia fundiária, burguesia industrial, pequena burguesia, proletariado, pequeno camponês) envolvidas nas disputas político-econômicas da França à época.

ou não proprietários dos meios de produção, alterações nesse modo podem vir a impossibilitar a realização das suas atividades eliminando seus relativos ganhos. Compreende-se, portanto, a tendência desses setores da sociedade realizarem alianças reacionárias, uma vez que a massa complexa desintegrada e flutuante tem como interesse único enriquecer independente dos meios usados para isso.

Com isso, destacamos que o *lumpemproletariado* pode ser composto por indivíduos que fluem de diversos setores de todas as classes de determinada sociedade não possuindo, necessariamente, entre eles condições idênticas de vida, oposição, interesses, necessidades e costumes congruentes – características que definem uma classe, conforme aponta Marx e Engels n'A Ideologia Alemã (2007, p. 63) – de modo que, o que prepondera são os interesses imediatos e individuais de cada um dos membros desse grupo não coeso; em suma, o que parece ser prioritário são as condições de reprodução da existência; para uns tais condições são as suficientes para se manter vivo, para outros as que garantem a manutenção do sociometabolismo do capital a fim de assegurarem a continuidade de atividades viabilizada por uma sociedade baseada na exploração de *outrem*, em suma, para manter seus *status quo*.

Portanto, conforme indica Bottomore (2001, p. 223), o *lumpemproletariado*, considerado por Marx “o lixo de todas as classes” tem seu principal significado não

[...] tanto na referência a qualquer grupo social específico que tenha papel social e político importante, mas antes no fato dele chamar a atenção para o fato de que, em condições extremas de crise e de desintegração social em uma sociedade capitalista, grande número de pessoas podem separar-se de sua classe e vir a formar uma massa “desgovernada”, particularmente vulnerável às ideologias e aos movimentos reacionários (BOTTOMORE, 2001, p. 223).

Entendemos ser um equívoco considerar o *lumpemproletariado* como sendo apenas uma parte marginal da classe trabalhadora que não possui consciência de classe nem poderá vir a desenvolvê-la. Este termo não pode ser, em virtude de sua complexidade e do contexto histórico em que esses grupos são constituídos e acionados, traduzido literalmente como “os trapos do proletariado” ou como uma subclasse da população humana, conforme nos indicam o senso comum transmitido pelos dicionários e, muitas vezes, aceitos nos círculos de pessoas que se autodenominam comunistas²³.

É necessário considerar que esta categoria, por ser composta por indivíduos que praticam as mais diversas atividades e se originam de distintos setores sociais – desde

²³ *The lowest, most degraded stratum of the proletariat. Used originally in Marxist theory to describe those members of the proletariat, especially criminals, vagrants, and the unemployed, who lacked class consciousness. 2.The underclass of a human population. (<http://www.bartleby.com/61/83/L0288350> - acessado em 13/05/2009)*

burgueses decadentes, até os que habitam as camadas mais pauperizadas da sociedade, sobrevivendo, geralmente, de atividades consideradas ilícitas e ou imorais como: roubo, prostituição, etc. –, não permite estabelecer a relação direta entre as condições de pauperismo dos indivíduos e sua participação no *lumpemproletariado*. Isto seria uma análise demasiada simples que pode vir a obstaculizar discussões e ações importantes para a classe trabalhadora. Descartamos, portanto, a possibilidade da pauperização ser condição suficiente para determinar a classificação de indivíduos na categoria do *lumpemproletariado*, se assim o fosse, toda a classe trabalhadora estaria fadada a este grupo, pois conforme já indicamos “A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, [...] do lado da classe que produz seu próprio produto como capital” (MARX, 1996a, p. 275).

O uso da pauperização como um critério para a classificação do *lumpemproletariado* é encontrado na tese de doutorado de Estenssoro (2003) intitulada “Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina”. Nesta, o autor efetua um vasto levantamento estatístico sobre a pobreza na região e afirma que existem cerca de 211 milhões de pobres nessa parte do continente. No Brasil, no ano de 2002, a Fundação Getúlio Vargas teria estimado que o número de pessoas que vivem em condições de miserabilidade aproximar-se-ia dos 50 milhões (29,3% da população à época). Seriam todos esses indivíduos *lumpemproletários*? Grosso modo, podemos afirmar que, segundo o autor supracitado, sim.

Estenssoro (2003) que se aproxima da abordagem da teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento, entende o *lumpemproletariado* como sendo uma “*fração da classe trabalhadora*”, mas que não “é uma *fração do exército industrial de reserva* devido a sua característica marginal, ilegal ou indigente” (ESTENSSORO, 2003, p. 265). Neste sentido, o autor define o *lumpemproletariado* pela condição de pobreza e pelas atividades que realiza.

Ademais, ele diferencia a categoria exército de reserva da categoria da superpopulação relativa, sendo que a primeira compõe a segunda juntamente com o *lumpemproletariado*. O autor segue afirmando que tanto o exército de reserva quanto o *lumpemproletariado* são as condições de existência da produção capitalista, entretanto, não demonstra concretamente em que medida assim se manifestam. Ele apenas demonstra a formação de uma parcela pauperizada da população em virtude da lei de acumulação do capital. Nestes termos, o *lumpemproletariado* não seria condição do sociometabolismo do capital, mas apenas um produto deste em virtude daquela lei. Ou seja, para apresentar essa categoria como “condição de existência do capitalismo” teria que demonstrar que a mesma é imprescindível à acumulação, tal como demonstra Marx acerca do exército de reserva. Mas se ele assim

comprovasse em que seria válido distinguir o *lumpemproletariado* do ER, visto que ambos cumprem as mesmas funções no modo de produção capitalista?

Creemos não ser necessário seguir argumentando conceitualmente com Estenssoro, antes de estabelecer uma relação com as relações sociais concretas. Estas delimitam os conceitos e não o contrário.

Lumpemproletariado, Exército de Reserva, Classes Sociais, Consciência de Classes... são abstrações do concreto, sendo que o concreto somente *é* o que *está sendo*. Importa, portanto, delimitar o que eles são numa relação com os sujeitos reais. Deve-se reparar que para nós se trata de *delimitar* e não de desvelar a verdade última ou algo similar, e isso por vários motivos. Dentre eles, porque a apreensão intelectual *é* sempre uma apreensão conceitual, e um conceito nunca pode pretender resumir, substituir ou subsumir o concreto, pois, parcial por definição, nunca comporta todas as implicações deste; porque buscar atingir um “conceito essencial” seria incorrer em essencialismo, e nenhuma classe “*é* um ser fixo e dado de uma só vez” (IASI, 2006, p. 17); porque não se pode pretender instituir a classe à revelia de seus próprios agentes, alerta de Iasi (2006) que já referimos *supra*. O fato de, no capitalismo, serem irremediavelmente necessários alguns padrões de mediações que configuram classes, não autoriza supor que a complexidade dessas relações sociais possam ser adequadamente subsumidas a um esforço cognitivo. Que fique claro, portanto, que a delimitação de tais conceitos *é* sempre a proposição de um *todo-do-pensamento* que não deve ser confundido com as práticas concretas, como assevera Marx em *Contribuição à crítica da economia política* (*apud* IASI, 2006, p. 55):

[...] para a consciência, portanto, o movimento das categorias surge como ato da produção do real [...] cujo resultado *é* o mundo; e isto [...] *é* exato na medida em que a totalidade concreta enquanto totalidade-de-pensamento, enquanto concreto-de-pensamento, *é* de fato um produto do pensamento, da atividade de conceber; ele não *é* pois de forma alguma o produto do conceito que engendra a si próprio, que pensa exterior e superiormente à observação imediata e à representação, mas um produto da elaboração de conceitos a partir da observação imediata e da representação. O todo, na forma em que aparece no espírito como todo-do-pensamento, *é* um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo do único modo que lhe *é* possível, de um modo que difere da apropriação desse mundo pela arte, pela religião, pelo espírito prático. Antes como depois, o objeto real conserva sua independência fora do espírito [...]

Para elaborarmos a *totalidade-do-pensamento* acerca das relações sociais estabelecidas pelos trabalhadores que se encontram num processo de pauperização em virtude das distintas formas contemporâneas da venda da força de trabalho e da expropriação do trabalho, descreveremos a seguir como efetuamos o processo de “apropriação do mundo”.

3 MÉTODO

Buscamos nos filiar à metodologia própria de uma abordagem dialético-materialista, que se assenta em três pressupostos fundantes: a contradição, a totalidade e a historicidade dos fenômenos humanos.

Para Marx, todo conhecimento produzido pela ciência deve estar comprometido com o desvelar das contradições da realidade e com a superação das mesmas, de modo que toda ciência é ciência verdadeira quando revolucionária. Löwy (2003, p. 19) afirma:

O marxismo não é uma teoria crítica como as outras, não visa simplesmente descrever ou explicar, mas sim *transformar* a realidade, visa uma transformação revolucionária. Trata-se, portanto, de compreender a realidade para transformá-la revolucionariamente a partir de um ponto de vista de classe, do ponto de vista das classes dominadas.

Marx (1996b, p.39), na Introdução à Crítica da Economia Política, apresenta o método dialético-materialista como a maneira de compreender, explicar e analisar a realidade sem resvalar no reducionismo, nas tautologias e nas abstrações realizadas pelos cientistas.

Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso. [...] Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa [...] Chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos as mais simples.

Tal método deve percorrer o processo contraditório da constituição real do que é mais imediato e atingir o concreto “como um sistema de mediações e de relações cada vez mais complexas e que nunca estão dadas às observações” (CHAUI, 1980, p. 48). Deste modo, “O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 1996b, p. 39).

Triviños (1987) menciona que o materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo, que “estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 51). A base do materialismo histórico é apresentada por Marx e Engels n’A ideologia Alemã. As considerações realizadas referem-se ao fato dos ideólogos da época tomarem a consciência (entendida como representações, conceitos, pensamentos) como autônoma e como grilhões da sociedade. Nesse sentido, a luta dos homens constituiria apenas

como uma luta contra as ilusões da consciência. Assim, contra uma concepção idealista da história, os autores mencionam que

Não se trata, como na concepção idealista da história, de buscar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer sempre no solo real da história; não de explicar a *práxis* a partir da idéia, mas de explicar as formações ideológicas a partir da *práxis* material. [...] Tal concepção mostra que a história não acaba se resolvendo na “consciência de si”, como “espírito do espírito”, mas que em cada uma de suas fases, encontra-se um resultado material, uma reunião de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e entre os indivíduos, que cada geração transmite a geração seguinte; uma massa de forças produtivas, de capacidades e de condições que, embora sendo em parte modificada pela nova geração, prescreve a essas suas próprias condições de existência e lhe imprime um determinado desenvolvimento, um caráter particular. Demonstra assim que as circunstâncias fazem os homens assim como eles fazem as circunstâncias (MARX e ENGELS, 2006, p. 66).

Nesse sentido, toda relação social deve ser entendida em sua historicidade, considerando o desenvolvimento histórico e sua transformação.

A historia é a historia do modo real como os homens reais produzem suas condições reais de existência. É a historia do modo como se reproduzem a si mesmo [...] como produzem e reproduzem suas relações sociais [...]. É também história do modo como os homens interpretam todas essas relações, seja numa interpretação imaginária, como na ideologia, seja numa interpretação real, pelo conhecimento da história que produziu ou produz tais relações. (CHAUI, 1980, p. 47).

Toda relação social é condicionada por sua história e também condicionante da mesma. Marx e Engels (2006) evidenciam uma das três características importantes da concepção materialista, qual seja, a concretude do mundo. Destacamos que optamos por usar a palavra concretude para expressar a concepção materialista, posto que está última denominação já causou algumas dificuldades de interpretação, sobretudo em pesquisadores entendem “matéria” tal como concebido pela física newtoniana. Quando falamos em dialética materialista, não estamos reduzindo a discussão ao objeto palpável, mas a fatos sociais concretos, aqueles que condicionam nosso processo de construções abstratas, dos quais, essas concepções abstratas também fazem parte. A matéria é uma realidade objetiva, concreta. Trata-se da primazia da existência em relação ao “essência”. Faria (2007, p. 17) menciona que “resultante da relação entre a matéria e a consciência” é a prática social, sendo que esta somente é o que *está sendo*. Eis a concretude da qual a ciência deve se ocupar. Uma vez que está é, conforme menciona Triviños (1987, p. 52), cognoscível.

E, por último, o materialismo afirma que o mundo é *conhecível*. Esta fé na possibilidade que tem o homem de conhecer a realidade se desenvolve gradualmente. No começo, apenas o homem pode distinguir o objeto, fenômeno ou processo por sua qualidade. Só depois de um processo que pode levar milhares de

anos, séculos, meses, ou diferentes dimensões de duração, o homem é capaz de conhecer os aspectos quantitativos, a essência, a causa etc. do objeto.

Quanto à possibilidade de conhecer o concreto, Faria (2007) menciona que ela ainda encerra uma crença religiosa na ciência. Por considerar que a ciência é “produzida pelos sujeitos” que estão condicionados pela materialidade-histórica em que vivem, o referido autor alerta que o mundo é *relativamente* cognoscível. Concordamos com o este autor, sobretudo, em virtude do que discutimos acima sobre as delimitações dos conceitos, da proposição de uma *todo-do-pensamento* que não deve ser confundido com as práticas concretas

Pensamos não ser necessário alongar a discussão do desenvolvimento histórico da própria dialética, que teve seus primeiros pensadores ainda na Antiguidade. Mas, mencionamos que as reflexões de Hegel foram importantíssimas para o desenvolvimento da dialética materialista, pois, de Hegel, “Marx conserva o conceito de dialética como movimento interno de produção da realidade cujo motor é a contradição” (CHAUI, 1980, p. 46). Para Marx, porém, a contradição não é do Espírito (*Geist*) consigo mesmo, mas entre homens reais em condições históricas e sociais reais.

Engels (2006, p. 122) comenta, em *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*, a concepção dialético-materialista realizando uma crítica ao idealismo hegeliano:

Isto é, decidindo-se a conceber o mundo real - a natureza e a história - como este se apresenta a todo aquele que o aborda sem quimeras idealistas preconcebidas; decidindo-se a sacrificar, implacavelmente, todas as quimeras idealistas que não concordassem com os fatos, encarados estes em seu próprio encadeamento e não em uma concatenação imaginária. E na realidade o materialismo nada mais é senão isso.

Em seu próprio encadeamento, grosso modo a totalidade. Löwy (2003, p. 16) menciona que a totalidade é o entendimento da realidade social como um “todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder sua relação com o conjunto”. Na dialética, a concepção de totalidade é o que permite entender a dimensão de cada elemento e a síntese desse conjunto; em suma, a estrutura significativa. A relação do todo com as partes, das partes entre si e das partes com o todo alerta que os diversos aspectos da realidade estão entrelaçados constituindo unidades contraditórias. Segundo Löwy (2003, p. 17) “Uma análise dialética é sempre uma análise das contradições internas da realidade”.

Cheptulin (1982, p. 28), ao comentar as categorias de contrário e de contradição determinadas por Hegel, afirma:

Os aspectos e os laços que elas (categoria de contrário e de contradição) refletem só são efetivamente assimilados no estágio do movimento do conhecimento, dirigido para a essência, quando aparece a necessidade de apresentar o objeto em seu movimento, em seu aparecimento e em seu desenvolvimento, quando, a propósito disso, surge a questão da origem do movimento, da força motora que condiciona seu vir-a-ser, sua vitalidade e a passagem de um estágio de desenvolvimento para outro.

Nessa citação o autor referencia uma das três leis da dialética, a lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa. Conforme Konder (2004), as demais são: a lei da interpretação dos contrários e a lei da negação da negação. Este autor lembra que essas leis não são artigos fixos, pois a dialética não se presta a fixações apriorísticas e imutáveis.

Faria (2007, p. 18) resume em quatro pontos os aspectos dessas leis. Para o autor:

- i. tudo se relaciona. [...] A conexão entre os fatos não é um detalhe, mas uma condição de sua totalidade, não uma particularidade, mas uma universalidade. A pesquisa dialética precisa, sempre, avaliar seu objeto do ponto de vista das condições que o condicionam e explicam, da interação entre os fatos e entre estes e o cientista, [...].
- ii. tudo se movimenta. [...] Reduzir a realidade a um de seus aspectos, reduzir o processo a um de seus momentos, acreditando que o que é será, é desconhecer a dialética. [...]
- iii. tudo muda. Existem duas espécies de mudanças. As mudanças quantitativas, que são transformações simples, que não interferem na natureza essencial do objeto/fato; as mudanças qualitativas, que são as passagens de um estado a outro. A segunda não acontece sem a primeira: mudanças mínimas vão se acrescentando e provocando, em determinados momentos um salto ou uma mudança de qualidade. [...] muitas vezes o pesquisador não pode observar a mudança qualitativa, pois a mesma se encontra em processo;
- iv. tudo resulta do choque (da luta) dos contrários. Da interação das forças contrárias, em que uma nega a outra, e de sua superação, surge a terceira, que é a negação da negação, a síntese, o novo. [...] cada tese, sendo a síntese de um processo anterior, traz consigo sua antítese, e desta contradição, nova síntese se produz. Também aqui nem sempre o pesquisador pode observar a síntese, pois está ainda não surgiu, pois não foi gerada pela interação e superação das forças contraditórias.

Ressalto que, em Marx, a contradição se “estabelece entre homens reais em condições históricas e sociais reais e se chama *luta de classes*” (CHAUI, 1980, p. 47), sendo dela que derivam os conceitos e suas validades; percorrê-la, portanto, é o caminho que deve perseguir um cientista comprometido com a necessidade histórica de transcendência da auto-alienação do trabalho. Em geral, as ciências ocultam as contradições por estarem submetidas à lógica do capital.

Alves (1987, p. 37) menciona que a manutenção da ideologia burguesa é sustentada pelo pressuposto científico de neutralidade e verdade. O discurso científico legitima o capitalismo, está ao seu serviço. Na Administração isso se evidencia, pois, como demonstrou Faria (2004c, p. 143) “A ideologia da gestão capitalista [...] mascara o interesse específico do capital [...] colocando em seu lugar teorias gerais nas quais procuram demonstrar o quão

corretas são as concepções capitalistas de justiça ou democracia industrial”. O estudioso das Ciências Administrativas que deseja assumir o ponto de vista das classes dominadas precisa tanto revelar esse quanto apresentar alternativas à gestão autocrática. Como bem lembrou Faria (2004, p. 146), elas existem, mas não figuram nos livros de ensino da Administração. Para tanto, o uso do método dialético permite desvelar as contradições do mundo real conduzindo a construção de conhecimentos científicos comprometidos com o ponto de vista da *classe trabalhadora* em oposição às abstrações realizadas pela lógica cartesiana de ciência.

Nesta tese buscamos estudar aquilo que se costuma denominar “mundo do trabalho”, utilizando o método materialista dialético para a compreensão das contradições existente na relação capital-trabalho que têm possibilitado a reposição contínua do exército de reserva (seu aumento quantitativo) a ponto de tensionar nele alterações qualitativas. Ao nos debruçarmos sobre estes dois aspectos, necessitamos lançar mão tanto de dados coletados com o uso de instrumentos próprios para pesquisas quantitativas, quanto coletarmos dados qualitativos, que explorem com profundidade a intencionalidade dos agentes. Como menciona Faria (2007), o imprescindível é que os instrumentos possam captar o fenômeno estudado.

O abstrato que se oferece à observação da manifestação quantitativa do exército de reserva está contido nos índices que delineiam, de forma imediata, o mercado de trabalho efetuando um corte dual entre indivíduos empregados-desempregados ou ocupados-desocupados, conforme predileção do órgão de pesquisa. Independente da nomenclatura adotada, o que percebemos é a redução das possibilidades de manifestação da população trabalhadora a dois grupos: um deles necessário a movimento de produção, reprodução e acumulação do capital e outro, quantitativamente maior, empobrecido, “excluído”, e *quicá*, desnecessário para o sociometabolismo do capital. Tem-se assim, a produção discursiva da existência de incluídos-excluídos que baliza decisões públicas e privadas, na forma de medidas paliativas de redistribuição da renda e de projetos de responsabilidade social corporativa.

Objetivamos problematizar tal dualidade a partir da construção e questionamento do cenário do mercado de trabalho produzido pelas pesquisas estatísticas e, assim, percorrermos as múltiplas mediações que possibilitam delinear as manifestações concretas do exército de reserva em países considerados como em desenvolvimento. Para tanto, nos apoiamos em dados secundários, ou seja, coletados por outras instituições de pesquisa, tais como: Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU), Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), Departamento Intersindical de Estatística e de Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Fundação de Economia e Estatística (FEEF), dentre outros.

Pochmann (2001) menciona que esses organismos utilizam diferentes metodologias para mensurar o número de desempregados, o que muitas vezes impossibilita comparações entre dados nacionais ou reflexões longitudinais sobre os dados dentro de um mesmo país. Apesar disso, os resultados dessas aferições são considerados oficiais e servem como balizadoras nas tomadas de decisões político-econômicas tanto dos Estados quanto dos organismos internacionais, por esse motivo, tal como Pochmann (2001), não faremos questionamentos *a priori* das fontes e dos métodos de pesquisas utilizados para mensurar a manifestação quantitativa do desemprego. Sendo assim, temos ressalvas quanto aos números publicados, mas eles são os que se utiliza oficialmente enquanto variável de direcionamento de políticas econômicas e sociais. Isso justifica tanto usá-los quanto problematizá-los.

Reflexões teóricas, acompanhadas por exemplos de atividades produtivas desenvolvidas pela superpopulação relativa, permitem relativizarmos sua propalada “exclusão” e compreender *se e como*, segundo movimento contraditório, concomitantemente auxilia para a acumulação do capital e constitui-se como potencial sujeito contestatório do modo antagônico de controle do sociometabolismo da humanidade, sua alteração qualitativa. A análise da formação de um movimento social composto por membros do exército de reserva – MTD – possibilita compreendermos os condicionamentos históricos que permitiram o movimento de constituição da consciência de classe, mediados pelas sociabilidades do trabalho, em um grupo social que normalmente é concebido como desprovido das possibilidades de manifestar-se como sujeito histórico.

No estado do Rio Grande do Sul, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados está organizado em várias regiões (Porto Alegre e Região Metropolitana, Região Serrana, Região Sul), seja enquanto assentamentos rururbanos ou núcleos por local de moradia. Em geral, as condições de vidas deles não são diferentes da realidade da maioria dos trabalhadores que residem localidades periféricas das grandes cidades, isto é, dificuldade de acesso aos meios de transporte, à escolas que possuam ensino qualificado, à rede de saúde, ao saneamento básico. Nos assentamentos, quando do início da pesquisa, ainda havia assentados que não possuíam acesso à energia elétrica e que suas residências eram barracos de lona. Atualmente, todos já estão morando em casas que, normalmente, combinam materiais como madeira e tijolos, mas há os que estão construindo a partir de permacultura.

A dificuldade de freqüentar regularmente o ensino público, seja pela necessidade de trabalhar, seja pela proposta pedagógica não ser adequada à realidade da população, seja porque as possibilidades que o estudo oportuniza à alguns indivíduos da classe não são postas à maioria que vive nas regiões periféricas, a despeito de estar estudando ou não, contribui para o baixo nível de escolaridade entre os integrantes do MTD. Contudo, o Movimento tem possibilitado outras formas de acesso à educação que permite o desenvolvimento do conhecimento e a busca pela reinserção no sistema escolar. Este movimento de retorno reflete no aumento de integrantes que são secundaristas (normal ou EJA), graduandos, graduados, mestrando, mestres e, em breve, doutorandos. A busca pela qualificação não visa a preparação para atuar nas empresas capitalistas, mas um esforço para que o conhecimento e as técnicas desenvolvidas para auxiliarem na valorização do capital sejam apropriados para outros fins, para contribuir com a classe trabalhadora e a construção de uma sociedade futura.

Para a elaboração do estudo junto a este Movimento utilizamos as técnicas de entrevistas semi-estruturadas, a história de vida, a observação participante e a análise documental. Os dados foram coletados ao longo dos anos de 2007 e 2008. Foram entrevistadas dez pessoas do Movimento; entre elas há quem participe desde 1995 dos debates quanto a organização dos desempregados e outros que se agregaram ao processo já durante o movimento de constituição do mesmo. Alguns desses entrevistados integram ou integraram a direção estadual do movimento, outros ainda não participaram de tal instância. Os mesmos foram indicados para as entrevistas por terem acompanhado o movimento desde seus primórdios ou por estarem bastante envolvidos nos projetos do MTD. (Assim, entrevistamos membros do coletivo de educação, do coletivo de trabalho e do coletivo das frentes de massa). As entrevistas tiveram uma duração média de três horas, em geral, distribuídas em dois encontros de noventa minutos. Nelas, eles pontuaram as histórias do movimento, seus dilemas e como as superaram ou não.

Após transcrição das entrevistas, identificamos em cada relato os temas recorrentes, os dilemas e as complementaridades entre as informações. Nas análises das entrevistas, priorizamos a compreensão dos processos de resolução dos dilemas (condicionantes internos e externos) e como esses condicionaram novos dilemas que demandaram novas soluções, tencionando o movimento de constituição da consciência de classe. Portanto, não serão as discordâncias internas que aparecerão no primeiro plano, mas os momentos de superação dessas. Em virtude disso, quando mencionamos nas análises que o “MTD agiu”, não estamos

hipostasiando a organização, mas mencionando a *práxis* dos integrantes que preponderaram momentaneamente no movimento de totalização.

Três membros do movimento – duas mulheres e um homem – nos contaram suas histórias de vida, permitindo que compreendêssemos o movimento de rompimento com a primeira forma de consciência. As histórias não são relatadas integralmente neste estudo, aparecem de forma esparsa, são mobilizadas mais como substrato para compreender como se manifestam “sentimentalmente” a impossibilidade da impossibilidade do que para delinear as particularidades da existência individual.

Para preservar a identidade dos participantes deste estudo, optamos pela não divulgação de seus nomes; quando nos referirmos a eles no texto, optamos por atribuir-lhes pseudônimos. Deste modo, quando mencionamos os militantes, eles são identificados com os seguintes nomes: Ernesto, Rosa, Bartolina, Paulo, Margarida, Chico, Caneca, Dorcelina, Antônio, Salete e Frida. Foram entrevistados também dois sindicalistas, ambos, quando da realização das entrevistas (2007), presidentes dos sindicatos dos metalúrgicos de duas cidades gaúchas.

Outra técnica utilizada para a coleta de dados foi a observação sistemática. Durante os dois anos dedicados à coleta de dados, a observação foi realizada em distintos espaços de atuação do Movimento, desde cursos de formação até participação em manifestações públicas. Durante dois meses a atuação como professora em um dos cursos de formação de jovens permitiu registrar os obstáculos para a concretização dos cursos de (re)qualificação profissional. A participação em três cursos de formação, dois realizados na Escola Estadual do MTD, na cidade de Gravataí, e um no Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, oportunizou descrever as intersubjetividades estabelecidas nos cursos de caráter político-pedagógico. Um dos cursos teve a duração de três dias (sexta-feira, sábado e domingo), os demais, ocorreram durante a manhã e tarde, em um único dia. A presença em reuniões de avaliação em um dos assentamentos rururbanos permitiu averbar os entraves da viabilidade econômica desses projetos e a elaboração de propostas para superá-los. Marchar ao lado dos desempregados pelas ruas da capital gaúcha, em várias oportunidades, permitiu vivenciar à violência física e simbólica vivenciada cotidianamente pelos indivíduos que ousam negar o opressor.

O MTD não possui muitos registros escritos, por isso, com o intuito de complementação dos relatos orais, mas, sobretudo, para apreendermos os distintos movimentos do real, as diferentes formas que as práticas podem ser descritas com a finalidade

da construção de uma narrativa ideológica, privilegiamos também a análise dos documentos da imprensa local, especialmente do jornal Zero Hora, veículo impresso de maior tiragem do estado. Para tanto, foi efetuada pesquisa nos arquivos deste jornal a fim de obter informações que fizessem qualquer tipo de referência ao MTD. Encontramos um total de 42 reportagens no período de oito anos. A primeira foi publicada no ano de 2000 e será apresentada no decorrer das análises.

Os dados não foram analisados isoladamente, buscamos realizar o cruzamento entre os diferentes relatos, seja dos integrantes do MTD, seja dos sindicalistas, da mídia impressa, das estatísticas divulgadas pelos órgãos de pesquisa, das observações realizadas; pois a intenção não é isolar o movimento contraditório, mas encontrarmos as múltiplas determinações que condicionam as alterações quantitativas e qualitativas do exército de reserva, as contradições existentes no processo de totalização rumo à classe. Em suma, a classe em movimento sobre a perspectiva dos agentes em processo de pauperização. Sendo que o crescimento mundial do desemprego é o fenômeno que se impõem à observação e por onde começaremos expondo nossas análises, uma vez que é o desemprego, segundo Mészáros, um dos limites do capital. Vejamos como nossas análises corroboram a afirmação deste autor.

4 “MANIFESTO PELO FIM DA EXCLUSÃO”: A FUNCIONALIDADE ESTRUTURAL DO EXÉRCITO DE RESERVA

Neste capítulo vamos problematizar a reposição contínua do exército de reserva, desvelando o mercado de trabalho para além do cenário imediato criado pelos índices de desemprego; para tanto, traçamos tal cenário utilizando pesquisas publicadas por organismos internacionais e nacionais citados anteriormente. Objetivamos também delinear a funcionalidade do contingente que compõe a superpopulação relativa, sobretudo, em sua manifestação estagnada, para a valorização do capital em países considerados em desenvolvimento. Para tal, mobilizaremos tanto as considerações teóricas de Francisco de Oliveira (2003) que versam sobre a manifestação da lei de acumulação do capital e da produção histórica deste contingente populacional no Brasil, quanto estudos que analisaram atividades desenvolvidas no denominado setor informal da economia e de como ela alavanca o movimento de acumulação do capital.

Iniciaremos a argumentação pontuando a universalidade do problema do desemprego para, na seqüência, discutirmos a particularização deste fenômeno no Brasil, que amparada por reflexões teóricas permitirá, como veremos, abstrairmos a funcionalidade do exército de reserva no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

4.1 DESEMPREGO: UM PROBLEMA MUNDIAL



Figura 7: Mafalda e o Indicador de Desemprego
Fonte: QUINO.

As relações estabelecidas entre o capital e o trabalho no decorrer dos trinta anos gloriosos foram reelaboradas após a crise que irrompeu na década de 70 do século XX. Tal

reelaboração manifestou-se como uma ofensiva do capital sobre o trabalho na produção (Alves, 2005). A reorganização nas formas de produção marcada pela introdução de novas técnicas de gestão da força de trabalho e de uma tecnologia de base microeletrônica alterou a composição orgânica do capital, deprimindo a demanda por trabalho vivo: eis o fenômeno denominado desemprego estrutural. Segundo Mészáros (2007) o desemprego é um dos limites para a perpetuação do sociometabolismo do capital.

[...] alcançamos um ponto no desenvolvimento histórico em que o desemprego se coloca como um traço dominante do sistema capitalista como um todo. Em sua nova modalidade, constitui uma malha de interrelações e intermediações pelas quais hoje se torna impossível encontrar remédios e soluções parciais para o problema do desemprego em áreas restritas, em agudo contraste com as décadas do pós-guerra de desenvolvimento em alguns países privilegiados, nos quais os políticos liberais podiam falar sobre o *pleno emprego em uma sociedade livre* (MÉSZÁROS, 2007, p. 145).

A sociedade com o pleno emprego, nas últimas décadas, demonstrou seu esgotamento. Teríamos chegado a uma fase do desenvolvimento das forças produtivas que, nem em algumas “sociedades ilhas” seria possível repetir o momento histórico do estado do bem estar social, pois diferente do que propugnaram alguns autores (DE MASI, 2000, por exemplo) as alterações na base tecnológica não liberaram o homem para o ócio, para o lazer, para a auto-realização, mas sim para a pauperização dos que vivem sem emprego ou para a intensificação da jornada laboral pela liberdade espaço-temporal adquirida via tecnologias de comunicação. Outrossim, é visível a transferência de trabalho para outros locais do globo terrestre. A partir da década de 1970, países denominados desenvolvidos assistiram, com maior ou menor resistência dos trabalhadores, grandes indústrias gradualmente transferirem suas plantas produtivas eliminando postos de empregos nessas economias e criando, relativamente em menor quantidade, em outros países. Esses últimos passam a ser denominadas pela ONU como países em desenvolvimento ou como países de economia avançada de industrialização recente.

Apesar do grau intenso de alterações vivenciado nas formas de organização do trabalho, a ONU comporta-se como um agente que procura manter presente o desejo anacrônico da classe trabalhadora de efetivação de uma organização do mercado de trabalho que somente se concretizou em alguns países “privilegiados” do continente europeu, em virtude de um contexto histórico específico que incluía a super-exploração da força de trabalho de outros países, um acordo explícito de cooperação para a reconstrução de países no pós-guerra e a bipolaridade das forças político-econômicas mundial. Deste modo, conforme

veremos adiante, o desejo fomentado pela ONU e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) de um mercado pleno de trabalho decente é uma ideia que não encontra no concreto a possibilidade de efetivação, nem onde já foi uma realidade, tampouco onde as características de um mercado de trabalho precário, com altos índices de desemprego, crescente informalidade, etc., são o que sustentam a produção, centralização e acumulação do capital.

No Brasil, o emprego com carteira assinada aproxima-se do conceito de trabalho decente (OIT). Entretanto, nem todo ser humano que trabalha, ou melhor, que é um assalariado, é necessariamente um trabalhador empregado com carteira assinada, devido à demais possibilidade de compra e venda dessa mercadoria. À guisa de exemplo, mencionamos os trabalhadores prestadores de serviços domésticos sem carteira assinada, os trabalhadores por conta própria, os estagiários, os associados de cooperativas, dentre tantos outros. Todos esses trabalhadores, em condição de assalariamento, fazem parte do que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera ocupados, a população economicamente ativa ocupada (PEA-Ocupada). A interrupção temporária da venda da mercadoria força de trabalho ou a tentativa de mudança de comprador coloca os indivíduos sob uma categoria denominada desocupado ou desempregado, segundo denominação do Departamento de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), independente de estes ter sido ou estar sendo um empregado. Deste modo, os índices de desemprego parecem pouco revelar sobre a malha de interrelações e intermediações na qual se encontram os trabalhadores frente às alterações do mercado de trabalho em esfera global. Neste sentido, concordamos com Pereira et. al. (2008) quanto a necessidade de estudarmos o desemprego para além do cenário quantitativo, contudo, destacamos que não podemos prescindir da descrição numérica para a compreensão do fenômeno e seus desdobramentos.

Um dos desdobramentos do aumento do desemprego mundial é a discussão da diminuição da demanda por trabalho vivo para o movimento de acumulação do capital, que transformaria o trabalho dos desempregados em algo supérfluo e, por via de consequência, esse contingente populacional tornar-se-ia desnecessário, sem funcionalidade, para o sociometabolismo do capital.

Para discutir o caráter supérfluo dos desempregados, proporemos um esboço da manifestação quantitativa das relações de compra e venda da mercadoria força de trabalho. Acrescentamos que a mundialização do sociometabolismo do capital engendra malhas de interrelações e intermediações particulares nas distintas economias inseridas no mercado mundial, haja vista que a forma de cada país participa desse mercado – segundo a divisão

internacional do trabalho – é tanto condicionante quanto condicionada pela disponibilidade da mercadoria força de trabalho e, neste sentido, as discussões do desemprego nacional necessitam estar conectadas com o movimento de mundialização da economia.

É com o intuito de apreendermos a incidência do desemprego e de outras formas de manifestação da compra e venda da força de trabalho em diferentes países, que utilizaremos os números divulgados por alguns organismos internacionais sobre o mercado de trabalho, conforme mencionado anteriormente.

4.1.1 Preciso diagnóstico quantitativo do desemprego

O caráter supérfluo do trabalhador pode ser apreendido, em um primeiro momento, pela magnitude da expansão do desemprego na crise global que atingiu o sistema em 2008. Segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho, em 2009 ingressaram no desemprego, em todo o mundo, um número total de trabalhadores que pode variar de 39 a 61 milhões (SOMAVIA, 2009). Estes números não são maiores devido às medidas político-econômicas tomadas pelos membros do G20²⁴ que protegeram ou criaram cerca de 7 a 11 milhões de ocupações – o desemprego, nos países desse grupo, representou um aumento na taxa global de 29% a 43%. Segundo Somavia (2009), caso não houvesse a intervenção econômica do Estado ou se esta fosse retirada antes de uma recuperação estável da economia, a situação do desemprego seria insustentável – em algo, o diretor geral da OIT parece concordar com Mészáros (2007).

Considerando os números apresentados, questionamos qual seria a insustentabilidade gerada pela inserção de 7 a 11 milhões de pessoas no desemprego em relação à amplitude da variação, estimada em 22 milhões, com a qual a instituição trabalha? Ou, em face de outro cenário construído pela estimativa também divulgada por ele que prevê um crescimento demográfico da força de trabalho mundial, entre 2009-2010, em 90 milhões de pessoas, demandando, portanto, a criação de postos de trabalhos em similar magnitude quantitativa para absorver tamanha oferta desta mercadoria. Em virtude da possibilidade de respostas tão

²⁴ Os países membros do G20 são: Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul, Turquia, Reino Unido, representados por seus ministros da economia e diretores dos bancos centrais. Participam ainda a União Européia, representada pela presidência rotativa da Comissão e do Banco Central Europeu.

amplas quanto à variação entre a estimativa máxima e mínima do número de desempregados no mundo apresentadas pela OIT, preferimos concordar com Mészáros (2007, p. 145) quanto ao desemprego ser “um traço dominante do sistema capitalista como um todo” e manifestar-se como um dos limites absolutos do capital. Limite que engendra situações insustentáveis para a produção e reprodução da vida de bilhões de pessoas que já se encontravam em situações de desemprego ou de trabalho precário e sub-remunerado antes mesmo da última crise financeira do capital ou que está a ingressar no mundo do trabalho tendo como perspectiva a incerteza da venda ou não de sua mercadoria e a possibilidade de cair na denominada categoria dos inativos, grupo populacional que não é considerado nas estatísticas do desemprego. Mas, antes de passarmos a essas problematizações, optamos por precisar um pouco mais a manifestação quantitativa do desemprego em alguns países considerados de economia avançada pelo Fundo Monetário Internacional e divulgado em abril de 2009 no relatório *Perspectiva da Economia Mundial*²⁵.

Neste relatório, o FMI discrimina dentre as principais economias avançadas o desempenho das economias asiáticas recentemente industrializadas, conforme gráficos abaixo.

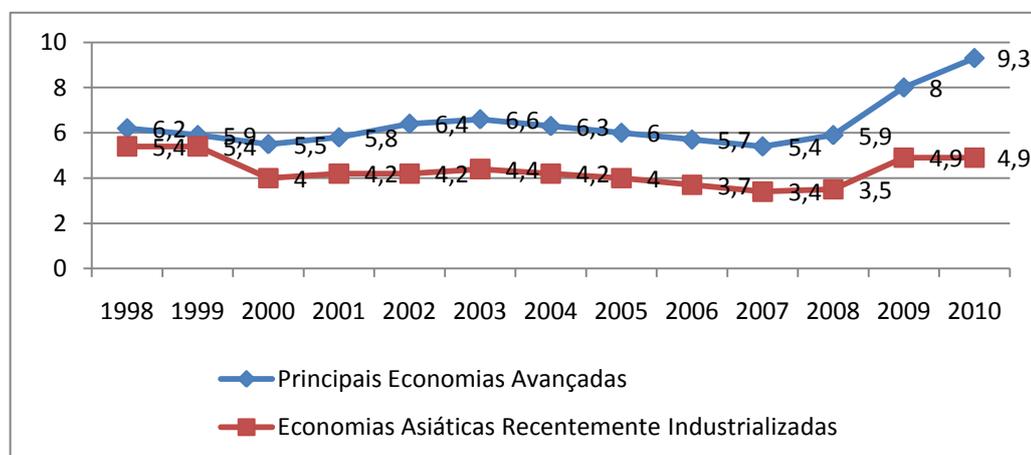


Gráfico 1: Estimativas da taxa média de desemprego nos países de economia avançada - 1998-2010 - FMI
Fonte: Perspectivas de la Economía Mundial – Abril de 2009 – Crisis y Recuperación – FMI

Observando o gráfico, percebemos certa estabilidade nos índices de desemprego nos principais países de economia avançada na última década, até esta ser abalada, no ano de 2008, pela crise financeira global do capital. Estudos do FMI que compararam o comportamento dos diferentes índices (PIB, Produção Industrial, taxa de desemprego,

²⁵ Em 2006, os seguintes países faziam parte das Principais Economias Avançadas: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido. Fazem parte das Economias Asiáticas Avançadas Recentemente Industrializadas os seguintes países: Coreia, Cingapura, Hong Kong e Taiwan (República da China).

comércio total, fluxo de capitais e consumo de petróleo) nas crises de 1975, 1982, 1991 e a atual constataram que a taxa de desemprego – considerando apenas esses países –, teve uma alteração mais intensa que os demais índices, seu crescimento tem sido de 2,5% (FMI, 2009, p. 14). O relatório mencionou ainda que essa crise pode elevar os níveis de desemprego nos países avançados, de modo que eles sejam superiores a 10% no final de 2009 e seguirá em alta até 2011 (FMI, 2009, p. 87). A conclusão do Fundo sobre o colapso no sistema financeiro afirma que estamos vivendo a recessão mais grave da história do pós-guerra e que ela tem como característica particular sua sincronidade mundial.

Ao todo, é estimado que, de setembro de 2008 até agosto de 2009, foram suprimidos cerca de 6,9 milhões de empregos somente nos Estados Unidos da América. O método utilizado para tal mensuração é a contabilização dos pedidos de auxílio desemprego. Considerando que as regras para a distribuição do benefício não são iguais entre os Estados, ponderamos que há trabalhadores que não têm o direito a tal seguridade. Ademais, vencido o período de recebimento do benefício, se o desempregado não encontrou um novo posto de trabalho, deixa de ser contabilizado para fins do cálculo do índice. Estes dois fatores tendem a minimizar os índices de desemprego, que é estimado ser, em 2009, uma taxa próxima aos 10%, maior valor desde a crise de 1929 e superior aos 8,9% projetados pelo FMI.

Observamos ainda que as taxas não são superiores devido às negociações entre empregados/empregadores, que permitiram a redução da carga horária e de salários, amenizando destruições dos postos de trabalhos. Caso essas alterações não fossem realizadas, economistas norte-americanos projetavam taxas de desemprego beirando os 17%. Não é difícil concluir, quando se considera o processo de “flexibilização” das relações de trabalho, que as negociações efetuadas ocasionam a pauperização da classe trabalhadora e mascaram os efeitos do desemprego norte-americano, além de impossibilitar que estes trabalhadores figurem nos índices que norteiam as decisões políticas.

O cenário não é diferente para o Japão e o Reino Unido. O primeiro não experimenta taxas de desemprego tão altas desde a Segunda Guerra Mundial, e o último desde a crise de 1971. No Japão, é calculado que, em julho de 2009, havia 3 milhões e 590 mil pessoas desempregadas o que representa a destruição, em um ano, de cerca de um milhão de ocupações. Foi dificultada, para os japoneses, a venda da mercadoria força de trabalho, segundo dados divulgados pelo Ministério da Administração Interna, para cada 42 vagas existentes há 100 concorrentes, isto é, para cada 42 pessoas que conseguem efetuar a venda da sua força de trabalho há 58 que permanecerão no desemprego. Por sua vez, o Reino Unido,

entre os meses de março e maio de 2009, apresentou a taxa de desemprego situada na casa dos 7,6% – superior aos 7,4% estimados –, o que representa um número absoluto de aproximadamente 2 milhões 380 mil trabalhadores que, segundo o chefe do governo britânico, Gordon Brown, em pronunciamento oficial, não são apenas estatísticas, mas pessoas que necessitam ser ajudadas. Contudo, destacamos que o número de pessoas que necessitam auxílio em virtude da condição de não vendedor da força de trabalho deve ser superior as estatísticas oficiais, pois nos três países aqui referenciados as taxas são calculadas a partir da demanda pelo auxílio-desemprego, colocando à margem dos cálculos uma população que não atende aos critérios necessários para receber ajuda do Estado – um exemplo disso é a condição do trabalhador imigrante ilegal.

Ao que se refere às taxas de desemprego ao longo das últimas duas décadas anteriores, a crise financeira global para os países de economia avançada recentemente industrializados da região asiática (Coréia, Cingapura, Hong Kong e República da China), observamos que entre 1988 e 1997 a taxa é em média de 2,2% da população ativa enquanto que, no final da década seguinte, o desemprego alcança índices de 4,3%. Em uma década, a taxa média de desemprego nesses países dobrou. Outrossim, somamos ao cenário do desemprego na Ásia, em 2008, aproximadamente 235 milhões de trabalhadores chineses, conforme pronunciamento do ministro de Recursos Humanos e Estabilidade Social da República Popular da China, Yin Weimin (dados divulgados pela imprensa chinesa, e reproduzidos pela BBCBrasil). Aquele número corresponde à expectativa do governo chinês que foi noticiada em 1994 e que previa que em 10 anos cerca de 268 milhões de trabalhadores do país perderiam seus empregos caso não fossem adotadas medidas apropriadas, mas não citadas no referido relatório (MÉSZÁROS, 2007, p. 145). Pelo que indicam os números atuais, parece que nenhuma ação foi efetivada para a redução da tendência do aumento do desemprego na China, a despeito desta nação ser considerada um milagre econômico pelo Fundo Monetário Internacional (MÉSZÁROS, 2006). Mas, como lembra Mézáros (2006, p. 331), os órgãos internacionais e os jornais liberais ocidentais possuem a velha “tradição de elogiar os outros ‘milagres’ – desde o alemão e o italiano até o japonês e o brasileiro – que no devido tempo se esvaziam todos”.

Os números até aqui expostos demonstram que o desemprego ganhou dimensões expressivas nas diferentes partes do mundo, atingindo tanto países desenvolvidos como EUA, Reino Unido e países da zona do euro (Itália, França, Espanha), como países do oriente, sejam eles avançados ou emergentes em desenvolvimento. Somente a atual recessão econômica

lançou no desemprego, até julho de 2009, cerca de 10 milhões e 280 mil pessoas – considerando apenas os dados referentes aos Estados Unidos da América, Reino Unido e Japão. Estes somaram-se à aproximadamente 260 milhões de pessoas que se encontravam desempregadas em solo italiano, francês, alemão, japonês e chinês. Esses números já são consideravelmente elevados, mas representam uma quantidade relativamente pequena, pois ainda não consideramos as pessoas que se encontram em tal situação em países como a Índia – que segundo comenta Mészáros (2007, p. 144), no ano de 1993, contava com um grupo populacional de desempregados composto por 336 milhões de pessoas –, Argentina, Uruguai, em suma os pertencentes à América Latina. Com o intuito de compreender como se manifesta o desemprego nesta parte do globo, elaboramos o próximo item.

4.1.2 O mercado de trabalho Latino Americano: as estatísticas da CEPAL²⁶

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe, orientada pelas metas de Desenvolvimento do Milênio estipuladas pela Organização das Nações Unidas, vem monitorando as condições do mercado de trabalho, pois ambas as instituições compartilham a crença na premissa de que para erradicar a pobreza faz-se necessário crescimento econômico acompanhado pelo desenvolvimento de um mercado de trabalho com pleno emprego, cujas atividades sejam produtivas²⁷ e decentes; pois assim esse comportar-se-ia como mecanismo de transferência da renda. Sob essa perspectiva, é a impossibilidade de acesso a empregos de qualidade o fator determinante para a contínua reprodução da pobreza e das desigualdades sociais na parte latina do continente americano. Deste modo, discutir sobre desemprego na América Latina é abordar, inexoravelmente, a questão da redução da pobreza e da miséria²⁸.

²⁶ A maioria dos dados apresentados nesse item foi retirada do relatório elaborado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe, em 2008, intitulado “Panorama Social de América Latina”. Quando os dados provirem de outra fonte, a mesma será referenciada.

²⁷ Atividades produtivas são entendidas pela OIT como a relação entre PIB/População Ocupada, uma vez que esta poderia refletir o ingresso de renda dos trabalhadores via emprego.

²⁸ En el estudio, la Comisión Económica para América Latina y el Caribe proyecta que la pobreza en la región aumentaría 1,1% y la indigencia 0,8%, en relación con 2008. De esta forma, las personas en situación de pobreza pasarán de 180 a 189 millones en 2009 (34,1% de la población), mientras que las personas en situación de indigencia aumentarían de 71 a 76 millones (13,7% de la población). Estas cifras indican un cambio en la tendencia de reducción de la pobreza que venía registrando la región. Los nueve millones de personas equivalen a casi un cuarto de la población que había superado la pobreza entre 2002 y 2008 (41 millones de personas), gracias al mayor crecimiento económico, la expansión del gasto social, el bono demográfico y las mejoras distributivas, según el estudio. (CEPAL).

Fleig et. al (2005, p. 77) mencionam que não se pode confundir miséria com desemprego, que aquela existe antes mesmo da sociedade capitalista, sendo nesta forma de organização social que eles estão relacionados em função dos baixos salários que “não permite uma existência decente”. A observação dos autores é pertinente ao pontuar que a perpetuação da miséria, sob o sociometabolismo do capital, passa necessariamente pela mercantilização do trabalho, posto que é justamente a existência de um mercado de trabalho que produz, lado a lado, a acumulação do capital e a pauperização da classe trabalhadora, como já mencionava Marx (1996a).

Mas é preciso efetuar uma ressalva quanto à naturalização da existência da miséria. Ela não é, como fazem parecer os autores, algo que sempre existiu e permanecerá existindo. A produção de um grupo social que vive em condições de miserabilidade está relacionada com a distribuição dos produtos do trabalho social da riqueza social. Quando há apropriação destes produtos por um grupo social determinado, outros grupos carecem do que lhes foi tomado criando-se desigualdades nas condições de (re)produção da vida. Os baixos salários são uma das manifestações da apropriação desigual dos produtos do trabalho social, por meio da propriedade dos meios de produção, de modo que discutir o desemprego é problematizar a pauperização dos trabalhadores, seja esta extrema ou não, pois a questão central é o processo de pauperização mediado pela apropriação capitalista dos produtos do trabalho social.

O horizonte intelectual presente no trabalho de Fleig et. al. (2005) e dos membros dos organismos internacionais, não permite que a discussão da miséria e pobreza seja posta nos termos de apropriação do trabalho social, e deste modo, eles buscam minimizá-las por meio do discurso inclusivo, os primeiros por novas possibilidades para além do emprego (empreendedorismo, gestores-de-si, cooperativas, etc.), os segundos pela elaboração discursiva da possibilidade de construir um mercado de trabalho com pleno emprego, desde que haja crescimento econômico.

O crescimento econômico tem sido alcançado. A despeito das crises e recessões vividas nas últimas seis décadas ou, conforme palavras de Pochmann (1998, p. 105) “[a economia latino americana] cresceu apesar da intensa instabilidade monetária e da descontinuidade econômica verificada no período em análise”, a uma média de 4,1% entre 1950 e 2008²⁹ (CEPAL, 2008).

²⁹ Países considerados na pesquisa do CEPAL: Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional de), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haítí, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Perú, República Dominicana, Uruguai, Venezuela (República Bolivariana de)

Dados apresentados pela CEPAL demonstram que o PIB da América Latina aumentou significativamente ao longo das últimas décadas, sendo que de 1990 a 2006, teve o montante aumentado em 64%; por sua vez, ao contrário do que seria previsto, ao assumir a premissa de que crescimento econômico erradicaria a pobreza pela criação de emprego, o desemprego seguiu aumentando neste período.

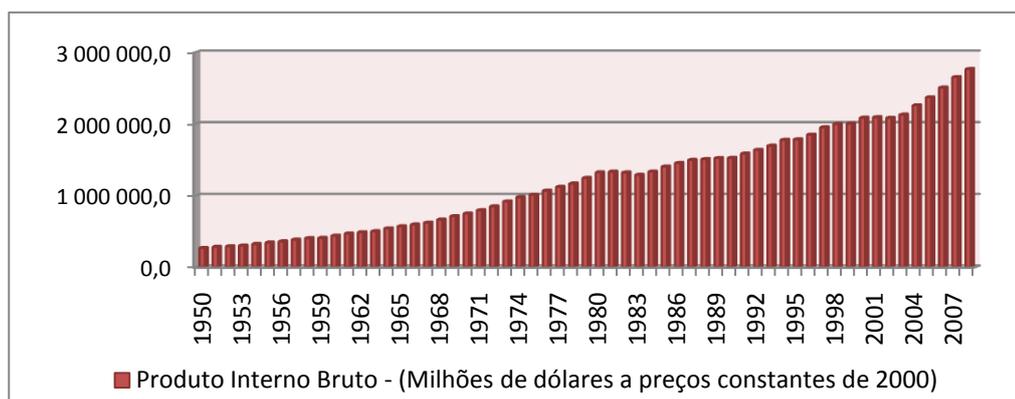


Gráfico 2: Produto Interno Bruto - América Latina 1950-2008

Fonte: Panorama Social da América Latina, 2008. Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

No quadro abaixo podemos verificar que houve significativa flutuação da taxa de desemprego durante os últimos 16 anos, sendo que, em 2006, as taxas encontravam-se superiores as de 1990, demonstrando os efeitos da reestruturação produtiva.

	Ambos os Sexos			Mulheres			Homens		
	1990	2002	2006	1990	2002	2006	1990	2002	2006
Taxa de Desemprego (b)	6,2	10,5	8,6	6,9	12,5	10,4	5,8	9,1	7,1
Taxa de Participação	60,3	64,4	65,8	43	51,4	54,2	79,8	78,9	78,9
Taxa de Ocupação	56,6	57,6	60,2	40	45	48,6	75,2	71,8	73,3
Taxa de Assalariamento	67,5	66,3	67,4	63,9	67,6	68,2	69,7	65,4	66,8
Taxa de Informalidade (c)	48,5	47,2	44,9	54,5	52,6	50,7	45	43,5	40,5

Tabela 4: América Latina (18 países³⁰): Taxa de Desemprego, Participação, Ocupação, Assalariamento e Informalidade nas Zonas Urbanas, Mulheres, Homens e Ambos os Sexos, em 1990, 2002 e 2006 (a)

Fonte: Panorama Social da América Latina, 2008. Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

a - Média Ponderada

b - As taxas de desemprego obtidas a partir das enquetes das casas da Colômbia, Panamá e República Dominicana incluem o desemprego oculto

c - Corresponde ao percentual de ocupados em setores de baixa produtividade, na média ponderada não está incluída a Colômbia.

³⁰ Foram excluídos deste grupo, pela CEPAL, em relação ao grupo usado para calcular o PIB, Cuba e Haiti. Ambos países não representam nem 3% do PIB total da região.

Segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe, dos dezoitos países considerados para a pesquisa do desemprego no período de 1990 a 2006, nove tiveram piores nesse índice, com destaque para Argentina, Brasil, Colômbia e Uruguai, cujas “piores foram significativas” (CEPAL, 2008, p. 106). Os diagnósticos indicam ainda que: “O panorama de forte crescimento econômico dos últimos anos foi acompanhado pela persistência de problemas estruturais de informalidade e escassa proteção social”³¹, realidade não capturada pelos índices de desemprego (CEPAL, 2008, p. 111).

Se a persistência de taxas de desemprego na América Latina tem impossibilitado a erradicação da pobreza, vemos que são justamente as pessoas que se encontram nessa situação as mais atingidas pela não-possibilidade de estabelecer contratos de trabalho por um período contínuo, pois, conforme gráfico abaixo, verificamos que o desemprego é realidade para 23% das pessoas situadas até o décil I (os mais pobres). Agregando os quatro primeiros décis, temos que a incidência do desemprego aproxima-se dos 40% da população economicamente ativa.

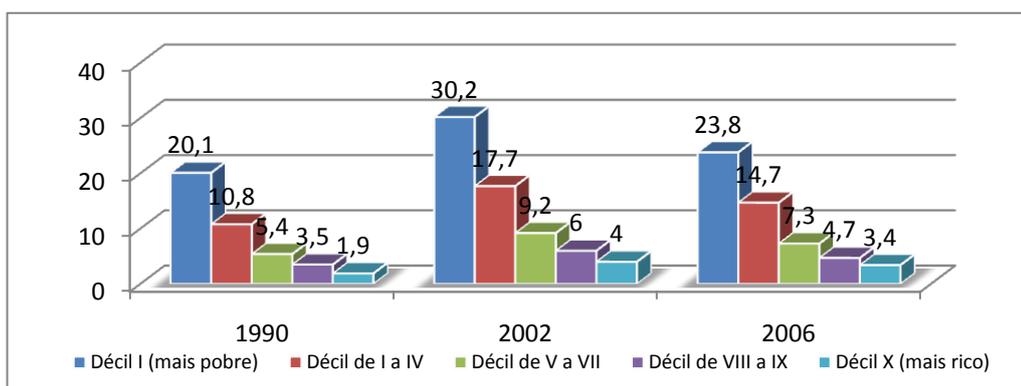


Gráfico 3: Taxa de desemprego das pessoas de 15 anos e mais das áreas urbanas, segundo décil de ingresso

Fonte: Panorama Social da América Latina, 2008. Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

Quando verificamos a incidência do desemprego segundo dados demográficos, percebemos que ele atinge de forma mais intensa as mulheres. Em 2006, a taxa de desemprego feminina era de 10,5% e a masculina de 7,1%.

A pauperização dos trabalhadores pode ser confirmada não apenas em virtude das taxas de desemprego, mas também pela “qualidade” do emprego e pelas formas de contratos estabelecidos. Os estudos divulgados pela CEPAL demonstram que, geralmente, a criação de novos postos de trabalho ocorrem mais no setor informal (de baixa produtividade) da

³¹ “El panorama de fuerte crecimiento económico de los últimos años ha estado acompañado de persistentes problemas estructurales de informalidad y escasa protección social”.

economia do que no setor formal (alta e média produtividade) conforme comentam Bialakowsky et. al. (2007, p. 159): “Segundo a CEPAL, durante a última década, 70% do aumento do emprego concentrou-se no setor informal [...]”.

Segundo dados do Anuário (2008) no período de 1990 a 2006 presenciamos a diminuição do número de trabalhadores assalariados nos setores de produtividade média e alta, e o crescimento global da informalidade que, no último ano referenciado, atingiu aproximadamente 43% da população economicamente ativa ocupada.

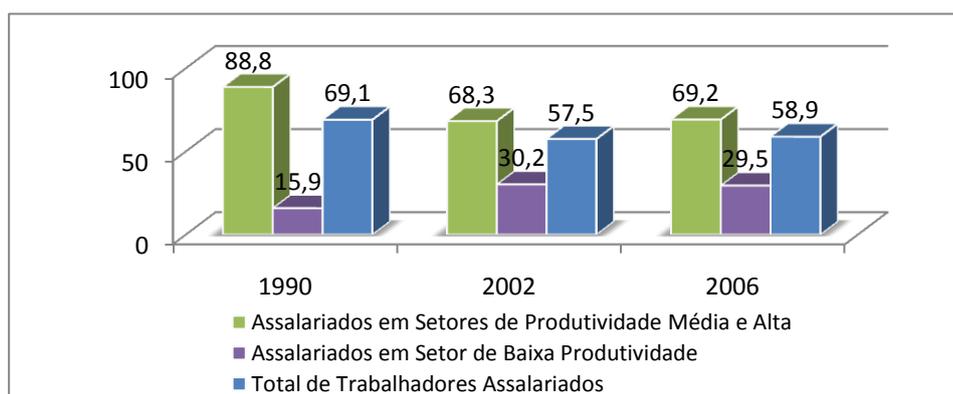


Gráfico 4: América Latina: total de assalariados com contrato formal, áreas urbanas 1990-2006 (a)

Fonte: Panorama Social da América Latina, 2008. Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

a - Assalariados urbanos de 15 años y más que declararon ingresos laborales (no incluye trabajadores no remunerados).

Em relação à distribuição da informalidade entre os setores de produtividade média e alta e o de baixa produtividade, verificamos que no primeiro houve um aumento de 19,6 pontos percentuais, enquanto que no segundo houve a diminuição em 13,6 pontos. Com isso, percebemos que a informalidade que pode estar sendo eliminada em um setor, está crescendo em outro. E não podemos deixar de considerar que mesmo um contrato formal em setores de baixa produtividade não propicia ao trabalhador uma condição de vida similar ao assalariado com contrato formal nos setores de alta e média produtividade, pois os primeiros possuem remuneração inferior aos últimos, como demonstra gráfico abaixo.

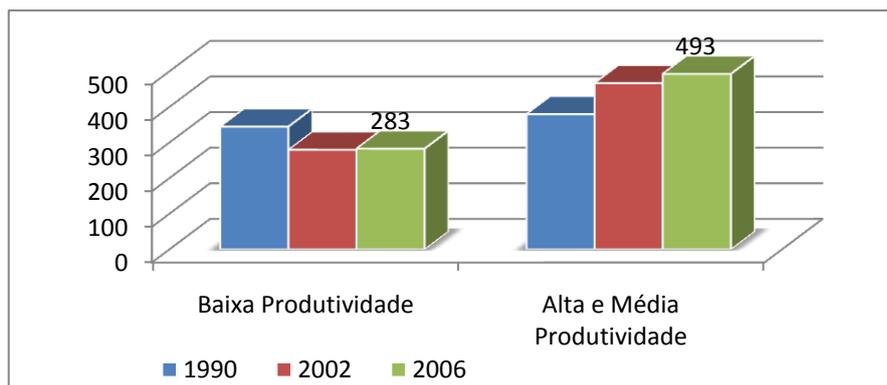


Gráfico 5: Ingresso e salários dos ocupados (em dólares de 2000)

Fonte: Panorama Social da América Latina, 2008. Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

Os dados demonstram que os trabalhadores do setor de baixa produtividade perderam, substancialmente, seus ingressos monetários, ocorrendo o barateamento de sua mão de obra e intensificando a exploração do trabalho. Por outro lado, podemos observar um aumento das remunerações pagas aos trabalhadores do setor de alta e média produtividade. Entretanto, ao compararmos este gráfico com o anterior, nos questionamos se este aumento do preço da mercadoria força de trabalho não estaria sendo um aumento aparente e à custa da informalidade praticada neste setor que vêm crescendo nos últimos anos.

Verificamos também uma diferença no preço da força de trabalho referente ao sexo do trabalhador. A média salarial do homem ocupado, em 2006, é superior à média da mulher, assalariada em 108 dólares. Além de receber menos pela sua força de trabalho a maioria das mulheres latino-americanas não participam do sistema de seguridade social; ao todo, apenas 15,4% estão filiadas – a masculina também não é significativa (25,5%), mas é superior a das mulheres.

A disparidade entre os filiados à seguridade social fica mais aguda quando considerado a divisão da população segundo montante de ingressos monetários. Neste caso, apenas 16,3% da população ocupada pertencente aos décimos mais pobres (I e II) possuem garantidos sua seguridade social; por sua vez, no segmento oposto (IX e X décimos) temos que 51,3% da população ocupada possui tal filiação.

Em suma, a despeito de a América Latina estar tendo, nas últimas seis décadas, um crescimento econômico anual, em média, de 4,1%, estamos cada vez mais distante da construção de um mercado de trabalho com pleno emprego. Concluimos isso tendo por base apenas os dados apresentados pelas instituições que promulgam a viabilidade da construção deste a partir daquele. Sob a nossa perspectiva, os dados apresentados pela CEPAL em seu

Panorama Social da América Latina permitem ponderar que são as formas de exploração do trabalho e superexploração do mesmo que vêm se intensificando historicamente nesta região do globo, que permitiram o constante crescimento econômico da região, pois não é mera coincidência as últimas seis décadas corresponderem, justamente, aos anos de 1946 a 2006, período em que há a intensificação e consolidação da implementação do modo de produção capitalista, cujo desenvolvimento tem produzido e intensificado as desigualdades na região.

Entre os países com maior desigualdade na América Latina, temos o Brasil, que por sinal, apresenta um dos maiores coeficientes de Gini do mundo – este coeficiente mensura a distribuição da renda numa determinada região, o valor zero corresponde à perfeita distribuição e o 1,0 a concentração total. Segundo Estenssoro (2003, p. 119), o coeficiente de Gini oscila de país para país ao redor do mundo, sendo seu limite inferior igual a aproximadamente 0,25 e o superior a aproximadamente 0,60. O Gini global da América Latina é de 0,43, tendo a Venezuela com coeficiente de menor valor e o Brasil com maior concentração de renda, atrás apenas de Honduras, penúltimo país da América Latina em capacidade de crescimento econômico.

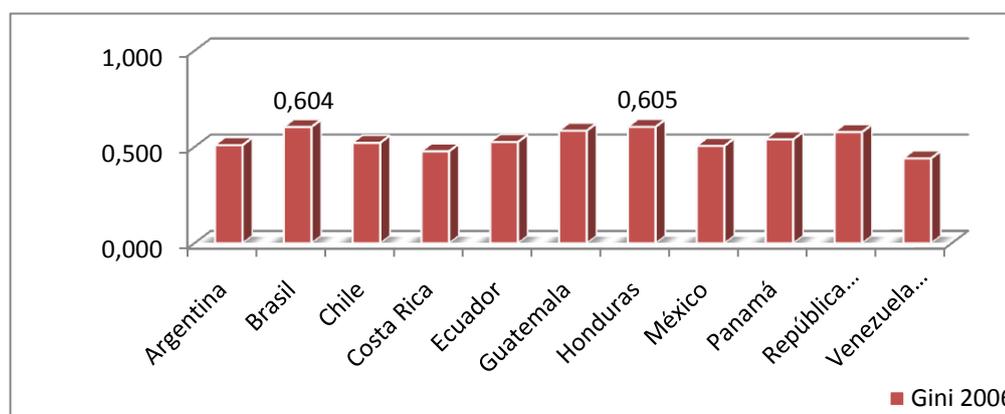


Gráfico 6: Coeficiente de Gini 2006 dos países da América Latina

Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Divisão de Estatística e Projeções Econômicas. Estatísticas Sociais Unidade, com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

O elevado valor no coeficiente de Gini demonstra o grau da concentração de renda no Brasil, que ao ser discriminado, segundo sua distribuição por quintil populacional, indica que 20% dos brasileiros possuem aproximadamente 65% da renda nacional, conforme podemos observar graficamente a “divisão do bolo” no país.

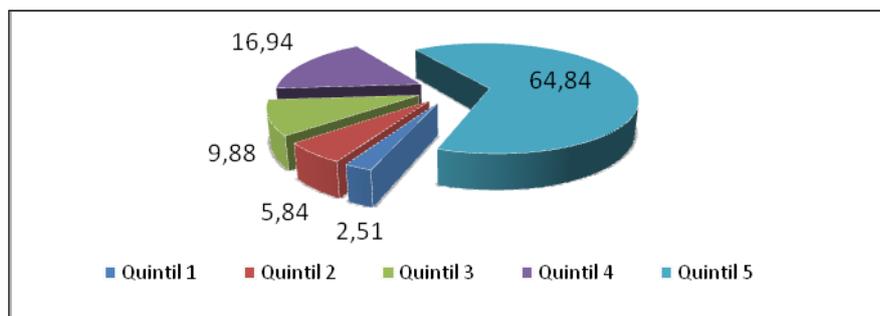


Gráfico 7: Distribuição do ingresso por pessoas por quintil

Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Divisão de Estatística e Projeções Econômicas. Estatísticas Sociais Unidade, com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

O grau da concentração é mais impactante quando analisamos a distribuição da renda por decil, pois nesse caso, os dados indicam que dos 65% que pertencem aos 20% mais ricos, cerca de 74% estão nas mãos de apenas 10% destes, demonstram um hiato até mesmo na distribuição entre os que mais possuem renda no país. Por sua vez, o restante da renda nacional total, ou seja, 35% é distribuída entre os 80% da população, conforme apresentação gráfica abaixo.

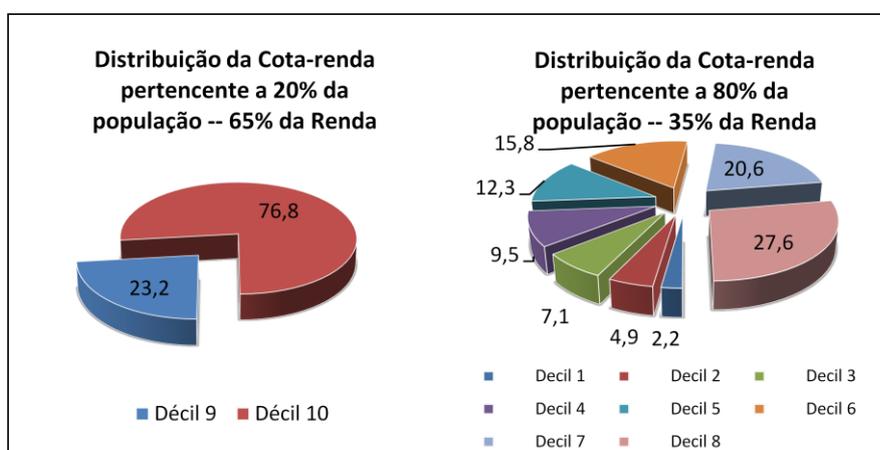


Gráfico 8: Distribuição da cota-renda (%) da população segundo décimos

Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Divisão de Estatística e Projeções Econômicas. Estatísticas Sociais, com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

Ao considerar o montante da renda, esses 76,8% correspondem a aproximadamente 50% da renda nacional. A outra metade do montante é dividida por 90% da população de maneira nada equânime, aos 40% mais pobres (décimos 1, 2, 3 e 4) cabem 8,35% da renda total, ou ainda como destaca a nota técnica número 13 da Unafisco:

Apesar da tímida melhoria ao longo do tempo, [...] a situação [da] distribuição de renda no Brasil é bastante aguda. Em 2007, 12,48% da renda estava nas mãos dos

1% mais ricos da população enquanto que os 50% mais pobres detinham apenas 14,74%.

Demonstram-se assim, não ser mera coincidência que cerca de 30% da população brasileira se encontra abaixo da linha da pobreza, segundo dados divulgados pela CEPAL. Em 2006, quando o Brasil apresentava o coeficiente de Gini de 0,604 ele aparecia no *ranking* das economias do mundo em décimo primeiro lugar. No *ranking* das economias da América Latina, o Brasil ocupa o primeiro lugar. Grosso modo, podemos mencionar que o modo de produção capitalista, no país, trata-se de uma manifestação particular do fenômeno genérico, sua particularidade permite confirmar a tendência à concentração e centralização do capital, colocando em descrédito a premissa da ONU de que o crescimento econômico – produção e reprodução do capital – é condição determinante para a erradicação da pobreza, ou seja, para distribuição mais equitativa do capital, via a constituição de um mercado de trabalho pleno de emprego decente.

Para um melhor panorama da manifestação da produção e reprodução do capital e dos impactos no mercado de trabalho brasileiro, apresentaremos alguns índices elaborados por órgãos de pesquisa nacional, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Fundação de Economia e Estatística e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, IBGE, FEE e DIEESE, respectivamente.

4.1.3. O mercado de trabalho no Brasil: investigando a manifestação quantitativa do desemprego

Os órgãos supracitados elaboram pesquisas sobre o mercado de trabalho do Distrito Federal e de cinco regiões metropolitanas brasileiras – Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre e São Paulo. As pesquisas são domiciliares e o público inquirido são pessoas com idade igual ou superior a 10 anos – apesar de ser ilegal a contratação de mão de obra infantil, o DIEESE considera necessária a inserção desse segmento nas pesquisas em virtude da realidade social do Brasil, mas adverte que o efeito quantitativo pouco incide nos indicadores globais.

Os resultados auferidos pelas pesquisas informam de um modo geral, a situação do mercado de trabalho do país e são reconhecidos oficialmente como balizadores para as decisões político-econômicas. No entanto, destacamos que quando os números são

apresentados não em percentuais, mas em seu valor absoluto, estão mensurando apenas a quantidade de indivíduos que se encontram em determinada situação e que residem nas seis regiões metropolitanas supracitadas, deste modo não podemos ignorar que a mensuração quantitativa absoluta deve ser muito superior aos números apresentados neste trabalho.

Os indivíduos com mais de 10 anos de idade compõem o grupo denominado População em Idade Ativa (PIA), ou seja, pessoas que supostamente encontram-se aptas, física, psíquica e intelectualmente, para, em virtude de sua vontade e liberdade, estabelecer um contrato laboral de venda ou compra da força de trabalho. A Comissão Econômica para América Latina e Caribe estima que, em 2010, a PIA do Brasil será de aproximadamente 163 milhões (83 milhões de homens e 80 milhões de mulheres).

Os dados referentes à PIA divulgados pelo IBGE representam cerca de 25% da população em idade ativa total no Brasil, isso devido ao corte geográfico utilizado nas pesquisas. Assim, em agosto de 2009, segundo dados desse instituto, a PIA era de aproximadamente, 41 milhões de pessoas, por sua vez, a população economicamente ativa – PEA – compreendia aproximadamente, um número total de 23 milhões e 40 mil pessoas nas referidas regiões. Essa comparação entre a estimativa do PIA mensurada pela CEPAL (aproximadamente 163 milhões) e a mensurada pelo IBGE (aproximadamente 41 milhões) demonstra a impossibilidade de compreender a situação concreta em que se encontram os indivíduos que não estão localizados geograficamente nas regiões metropolitanas estudadas. Apesar deste alerta, optamos, por falta de dados mais precisos sobre o mercado de trabalho nacional em sua totalidade, em considerar as informações divulgadas por essas instituições.

Iniciamos a descrição do mercado de trabalho brasileiro atentando para como a PEA está dividida. Para isso, verificaremos as possibilidades de classificação segundo instrumento utilizado para coleta de dados, para depois apresentarmos a quantificação dos distintos grupos classificatórios.

4.1.3.1 Os ocupados da população economicamente ativa

O questionário utilizado pelo IBGE permite, em um primeiro momento, distinguir a PIA em dois grupos: o da população ocupada e a “sem-trabalho”. As perguntas realizadas a partir dessa divisão permitem quantificar as especificidades do primeiro grupo e ainda

distinguir o segundo grupo em trabalhadores sem emprego ou em inativos (população inativa). O organograma abaixo, construído a partir das questões do formulário, indica o que é necessário estar fazendo ou não para ser considerado como um ocupado ou um “sem-trabalho”.

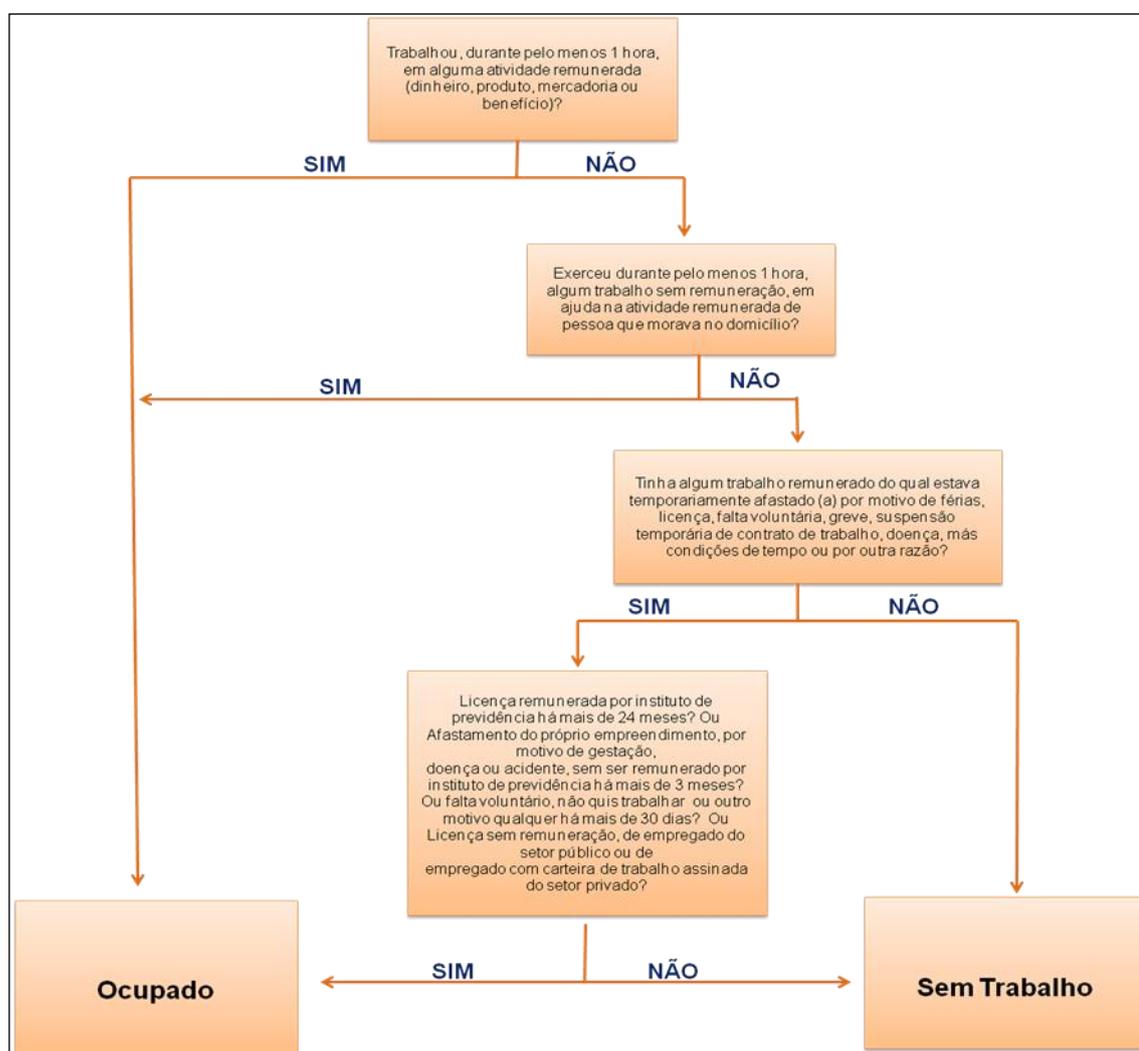


Figura 8: Organograma representativo da categorização da População em Idade Ativa em ocupados ou em sem trabalho

Fonte: Elaborada pela autora

Segundo este esquema, observamos que para fazer parte da população ocupada, basta, na semana de referência da pesquisa, ter executado algum tipo de atividade, por pelo menos uma hora, com ou sem remuneração em espécie, ou também, se não tiver exercido tal atividade, ter respondido sim a uma das seguintes questões:

Licença remunerada por instituto de previdência há mais de 24 meses? Afastamento do próprio empreendimento, por motivo de gestação, doença ou acidente, sem ser remunerado por instituto de previdência há mais de 3 meses?

Falta voluntária, não quis trabalhar, ou outro motivo qualquer há mais de 30 dias?

Licença sem remuneração, de empregado do setor público ou de empregado com carteira de trabalho assinada do setor privado?

Destacamos que o questionário, como está estruturado, permite identificar a quantidade de pessoas que contribuiu, direta ou indiretamente, por meio de sua atividade, mesmo que seja por apenas 1 hora, para a produção, reprodução e circulação do capital, pois conforme a Séries Relatório Metodológicos, considera-se trabalho em atividades econômicas o exercício de:

Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento, etc.) na produção de bens e serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) no serviço doméstico; ou c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, em ajuda na atividade econômica de membro da unidade domiciliar. Obs: Não se inclui no conceito de trabalho o exercício de: - ocupação sem remuneração desenvolvida em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; e - ocupação na produção para o próprio consumo ou uso de membro(s) da unidade domiciliar.

Em suma, é classificado na categoria população economicamente ativa ocupada todo o trabalhador que nos sete dias anteriores a pesquisa tenha, 1) de forma regular, efetuado trabalho remunerado independente de ter ou não procurado outro tipo de trabalho; 2) efetuado trabalho remunerado sem regularidade e não tenha procurado por outro trabalho; 3) trabalho não-remunerado em negócio de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procurar por outro trabalho. Nesta categoria, “excluem-se as pessoas que nos últimos sete dias realizaram algum trabalho de forma excepcional” (DIEESE). Para o IBGE, a categoria de pessoas ocupadas é formada por indivíduos de 10 anos ou mais que, na semana de referência da pesquisa, pode ser enquadrada em um dos critérios a seguir: 1) ser empregado, com ou sem carteira; 2) ser trabalhador por conta própria; 3) ser empregador; ou, 4) ser trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar que era conta própria ou empregador. Quantitativamente, essas categorias, assim se manifestam:

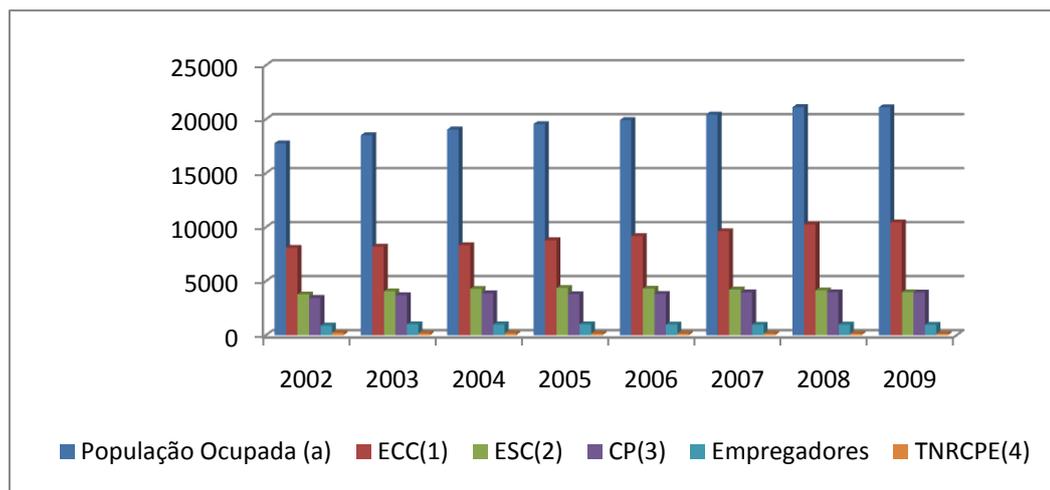


Gráfico 9: Distribuição da população ocupada - Formas de Contrato ^(a)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Tabelas Disponíveis, Séries Históricas.

- (a) – Estimativa em 1000 pessoas.
 (1) – Trabalhador Ocupado com Carteira Assinada
 (2) – Trabalhador Ocupado Sem Carteira Assinada
 (3) – Trabalhador Ocupado por Conta Própria
 (4) – Trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar que era Conta Própria ou Empregador

Observamos que há pequenas alterações no número de trabalhadores por conta própria a partir do ano de 2003, se considerada a alteração quantitativa do ano anterior. Segundo estudos realizados por Holzmann (2006) com dados referentes ao ano de 2002, “o trabalho por conta própria é o desaguadouro do desemprego assim como é o trabalho doméstico remunerado”. Eis os novos agentes identificados por Plioplas e Tonelli (2006) e Pereira et. al. (2008) que encontraram no desemprego a possibilidade de libertar-se dos malefícios do trabalho. Tendemos a concordar com a autora supracitada, uma vez que, pelo gráfico, observamos que a ocorrência do decréscimo dos trabalhadores sem carteira ou por conta própria depende de um aumento significativo de postos de trabalho com carteira e que seja superior ao crescimento da população em idade ativa com desejo e ou necessidade de ingresso no mercado de trabalho. Relacionado a isso ainda, ponderamos que o aumento do trabalho com carteira assinada repercute no aumento do trabalho doméstico remunerado em função de uma melhora nos rendimentos e de uma relativa estabilidade temporal desses rendimentos que permitem aos trabalhadores a destinação de parte destes ao pagamento de prestações de serviços. Os trabalhadores domésticos são uma categoria que “[...] se expande e se contrai em função da redução ou aumento da oferta de postos de trabalho [formal]”, conforme análise de Holzmann (2006, p. 83).

Para termos um indicativo, ainda que superficial, das possíveis condições de vida em que se encontram a população ocupada, inclui-se a necessidade de identificarmos como são as

remunerações adquiridas em troca do trabalho efetuado. O questionário utilizado pelo IBGE aufer a média e a mediana salarial recebida pelo inquirido no período de referência, os dados divulgados permitem um indicativo do *quantum* populacional que, ao serem ocupadas, conseguem assegurar a reprodução de suas condições materiais de forma satisfatória, como também permitem um indicativo da ineficácia do mercado de trabalho brasileiro enquanto mecanismo de redistribuição de renda, tendo em conta o hiato existente entre a média e a mediana dos rendimentos reais efetivamente recebidos pela população ocupada, conforme gráfico a seguir.

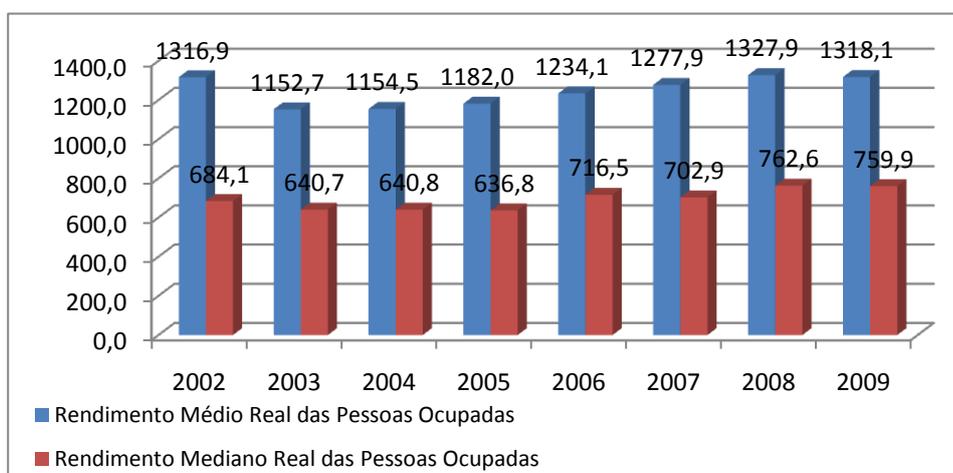


Gráfico 10: Rendimento médio e mediano real das pessoas ocupadas

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego mar.2002-ago.2009.

- Notas: 1. Inflacionado pela média ponderada do INPC das seis regiões metropolitanas.
2. Exclui trabalhadores não remunerados e trabalhadores que receberam somente em benefícios

Observando o gráfico, percebemos que a média salarial no Brasil, nos últimos dois anos, ultrapassou a faixa dos R\$ 1.300. Contudo, 50% da população ocupada que é remunerada por seu trabalho, em moeda, recebia menos que a metade desta média, indicando que há uma significativa discrepância entre os rendimentos reais mais altos e os mais baixos. Outro dado que demonstra a discrepância entre os salários é o cálculo do índice que considera o rendimento das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento mensal por horas semanais inferior ao salário mínimo por 40 horas semanais, em relação ao total de pessoas ocupadas na semana de referência, ou seja, a taxa que indica o percentual de sub-remuneração.

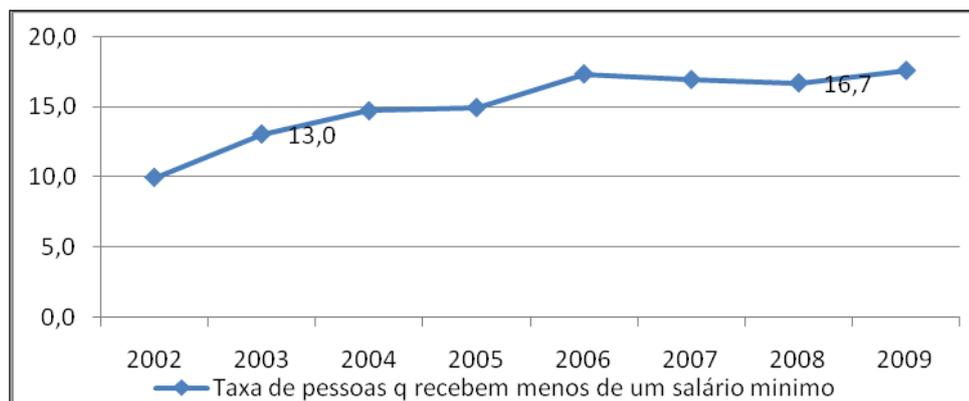


Gráfico 11: Taxa de pessoas ocupadas que recebem menos de um salário mínimo

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego mar.2002-ago.2009.

Esse índice, por exemplo, demonstra que, em 2008, aproximadamente 16,7% da população ocupada possui uma remuneração efetiva inferior a um salário mínimo – em números absolutos, isso significa que, aproximadamente, três milhões e oitocentas mil pessoas não têm acesso a renda mínima estipulada por lei, nas seis regiões metropolitanas estudadas. Ademais, considerando a mediana daquele ano, cerca de 10 milhões e quinhentos mil indivíduos (33,3%) considerados como pertencentes ao grupo da população ocupada recebendo entre quatrocentos e quinze e setecentos e vinte e seis reais.

Para ter uma idéia do perfil das pessoas que recebem as menores remunerações, o Programa Igualdade de Gênero e Raça publicou um estudo, em 2003, que demonstra ser a população negra a que está situada mais abaixo nas representações gráficas da distribuição da renda. Tomando os dados da média salarial (R\$ 1152,07), da mediana (R\$ 640,07) e do percentual (13%) da população que recebia menos de um salário mínimo que no referido ano era de R\$ 240, podemos concluir, a partir do gráfico abaixo, que o conjunto populacional que fica com os menores valores da remuneração são os homens negros, seguido pelas mulheres de mesma cor.

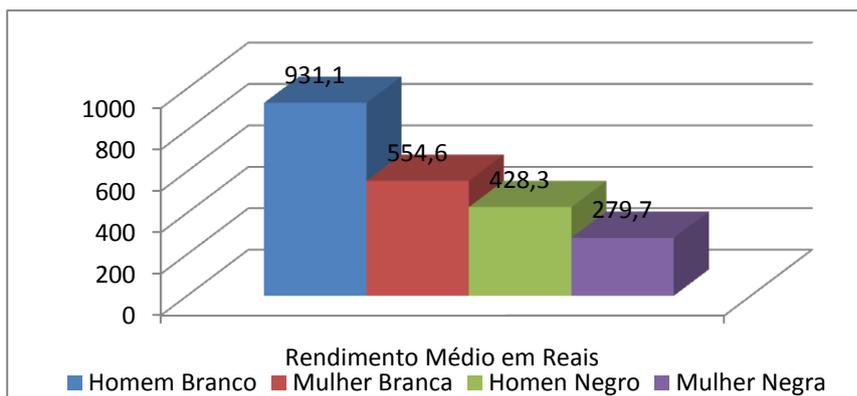


Gráfico 12: Rendimento médio mensal do trabalho, segundo raça e sexo no Brasil 2003

Fonte: Programa Igualdade de Gênero e Raça – UNIFEM – Diretoria de Estudos Sociais - IPEA

O baixo rendimento recebido pelos trabalhadores negros, acrescido da baixa escolaridade os coloca, segundo considerações de Holzmann (2006, p. 89), num movimento circular vicioso. Nas palavras da autora:

Baixo padrão de escolaridade que dificulta o acesso a ocupações melhor remuneradas, o que, por sua vez, inibe a obtenção de recursos culturais e de profissionalização, constitui um círculo vicioso no qual os segmentos não-brancos da população estão aprisionados, mais acentuadamente do que o conjunto da população, cujas condições, no todo, não são alentadoras.

Considerando o conjunto da população trabalhadora, podemos questionar se os valores indicados no gráfico acima são suficientes para garantir a satisfação plena das necessidades básicas de um indivíduo e, por consequência, de sua família, se o aumento desses rendimentos ou da qualificação seria condição suficiente para romper com o “círculo vicioso” apresentado pela autora. Essas são questões que deixamos em aberto, no momento; mas, adiantamos que, segundo estudos do DIEESE, em 2008, o salário mínimo necessário³² deveria estar na casa dos R\$ 2.000, com pequena variação para cima ou para baixo, conforme mês de referência. Ou seja, bastante distante até mesmo da cifra do salário médio auferido de R\$ 1.327 reais e 4,3 vezes maior do que supostamente seria o mínimo que todo trabalhador deveria receber por 44 horas semanais de trabalho.

³² Salário mínimo necessário: Salário mínimo de acordo com o preceito constitucional "salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim" (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV). Foi considerado em cada mês o maior valor da razão essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, Chegamos ao salário mínimo necessário (DIEESE - <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml> -- acessado em 01/10/2009)

Mencionamos ainda que essa população ocupada e remunerada muito aquém do considerado ideal pelo DIEESE é a maior pagadora de impostos no país, sejam eles diretos ou indiretos, conforme destaca Pochmann (2008, p. 7):

Isso ocorre fundamentalmente porque são os mais pobres que terminam pagando mais tributos no país. No ano de 2003, por exemplo, o peso da tributação sobre o rendimento das famílias com até dois salários mínimos mensais (menos de 830 reais de 2008), alcança quase 49%. Ou seja, a cada dois reais que recebe, a família transfere quase um real aos cofres públicos na forma de tributos. Já uma família com rendimento superior a trinta salários mínimos mensais (acima de 13,5 mil reais de 2008) comprometia menos de 27% com tributação.

Retornando à mediana, esta apresenta certa variação ano a ano, pois há um aumento no valor da mesma seguida por recuo. Mas comparando o período em sua totalidade, verificamos leve aumento no valor mediano dos rendimentos. Isso pode ser causado pelo impacto dos aumentos concedidos ao salário mínimo que passou de R\$ 260 em 2002 para R\$ 465 em 2009. Mas este aumento parece também determinar o aumento na taxa das pessoas que recebem menos do que o limite mínimo legal, visto que de 2002 a 2009 essa taxa vem aumentando consideravelmente.

Há um indicativo de que as pessoas que são sub-remuneradas, não estão alocadas no setor público, em virtude da condição de ilegalidade de pagamentos inferiores à hora de salário mínimo; contudo, quanto a isso Holzmann (2006) destaca em seu estudo que o Estado brasileiro descumpra seu próprio dispositivo institucional, uma vez que, em 2002, foi verificado que 8,8% dos servidores públicos não recebiam nem sequer um salário mínimo. Entretanto, esse percentual parece não ter forte impacto na média global dos rendimentos do funcionalismo público, conforme apresentação gráfica dos rendimentos médios por formas de contrato. Esse gráfico demonstra que os funcionários públicos permanecem sendo os melhores remunerados em média, – isto tem algumas implicações relevantes para a luta de classes, conforme já pontuamos na introdução deste trabalho –, seja em virtude dos altos salários de magistrados e outros setores do funcionalismo que elevam a média, seja por uma remuneração mais homogênea entre outras especialidades contratadas pelo setor ou, ainda, em virtude da sua posição relativa – ou seja, os funcionários públicos são mais bem remunerados pelo fato dos demais trabalhadores terem rendimentos inferiores.

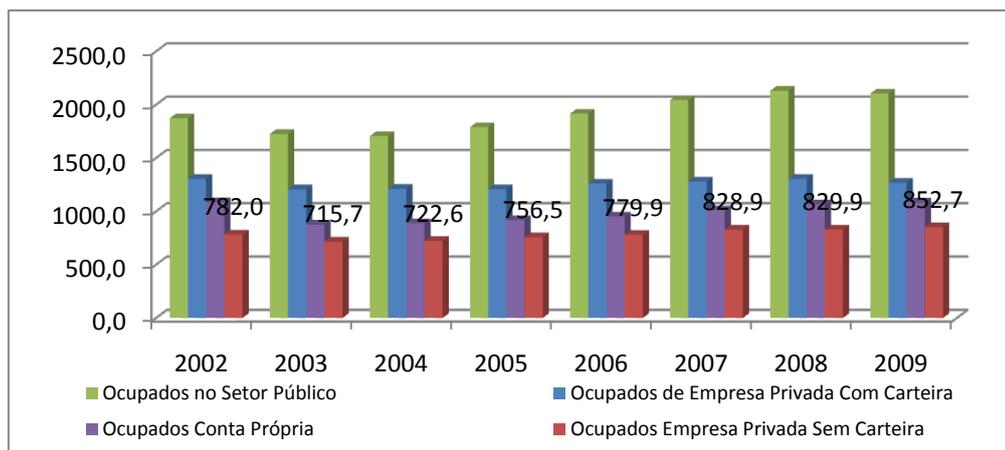


Gráfico 13: Rendimentos médio por formas de contrato laboral

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego mar.2002-ago.2009.

Notas: 1. Inflacionado pela média ponderada do INPC das seis regiões metropolitanas.

2. Exclusive trabalhadores não remunerados e trabalhadores que receberam somente em benefícios

Os empregados de empresas privadas que possuem a carteira assinada constituem o grupo de trabalhadores que, em média, recebe o segundo maior rendimento, mesmo tendo de descontos referentes. Com isso, verificamos que diferente do discurso propugnado pelos adeptos do empreendedorismo, trabalhar por conta própria ou sem carteira assinada para uma empresa privada, em média, é menos vantajoso para o trabalhador, pois, em geral, além de uma remuneração maior, os empregados do setor público e os do setor privado com carteira assinada ainda possuem os benefícios da seguridade social garantidos. Já os trabalhadores que não possuem esse documento assinado e os que trabalham por conta própria, para terem assegurados as garantias legais, devem, individualmente, contribuir para a previdência social, tendo, portanto, que reservar parte de sua remuneração para esse fim. Quanto à situação destes últimos, Holzmann (2006, p. 86) conclui:

Rendimentos mais baixos; não filiação à seguridade social, portanto sem acesso a apoios institucionais em situações que o impeçam de trabalhar e obter seu sustento; atividade irregular e descontínua, desempenhada em condições pouco satisfatória são fatores associados ao trabalho por conta própria. Essa condição, idealizada na figura do empreendedor independente, contém, de fato, uma massa expressiva de trabalho precarizado, que não deixa de se expandir, correspondendo tanto às iniciativas de flexibilização das relações de trabalho quanto ao desemprego.

Uma forma de mensurar o tamanho do setor informal no país é pelo trabalho prestado sem o registro na carteira. Conforme Noronha (2003), essa seria uma abordagem popular do conceito de mercado informal, que mescla a interpretação de economistas e de juristas. Consideramos que ser empregado com a carteira assinada é, ainda, a situação que apresenta maiores garantias de efetuação dos direitos conquistados pelos trabalhadores, enquanto as

reformas mais profundas na CLT não alterarem até mesmo esses direitos. Deste modo, ter a carteira assinada é a formalização de contrato que determina as regras de sociabilidades em níveis formais por permitir as conquistas da *classe trabalhadora*, no Brasil. Consideramos, portanto, o contrato com ou sem carteira assinada uma forma de qualificar a relação capital/trabalho como formal ou informal, o que leva a conclusão de que cerca de 852 milhões de pessoas, em 2009, estavam na informalidade, segundo dados do IBGE.

A distribuição das ocupações no país por sexo e raça demonstra que os empregados domésticos, cujos valores da remuneração são os mais baixos, são mulheres e não-brancas. Assim, percebemos que o conteúdo do trabalho desempenhado por homens negros e mulheres negras, as formas contratuais a que são submetidos e, por via de consequência, os rendimentos adquiridos com a atividade executada, coloca essa parcela da população em uma situação de vulnerabilidade social.

Em suma, analisando a população em idade ativa demonstramos que ser um ocupado, no Brasil, não é sinônimo de ser empregado, muito menos de ser um indivíduo cujas as condições materiais de produção e reprodução da vida estejam garantidas. Quando muito, a classificação de ocupado, para a grande maioria, apenas permite identificar que estes conseguem manter a reprodução da força de trabalho sendo efetuada. Outrossim, um ocupado pode também figurar nos índices de desemprego, basta ter concretizado alguma ação para encontrar outro comprador para sua força de trabalho. De forma que a compreensão do que é ser um desempregado ou um empregado submetido a condições precárias de trabalho e sub-remuneração exige uma reflexão para além dos índices divulgados pelas agências de pesquisa, como já ponderava Pereira et. al. (2008). Antes de efetuarmos esta reflexão, vejamos como continua a descrição estatística do mercado laboral no país.

A essa população em idade ativa considerada pelos órgãos de pesquisa como ocupada somam-se as pessoas que estão em idade ativa, mas que se encontram em situação de não-trabalho, conforme denominação usada pelo IBGE; ou de desemprego, segundo denominação do DIEESE. Neste trabalho usamos ambas denominações como sinônimo, mas dando preferência ao uso do termo grifado pelo último órgão de pesquisa citado. Descreveremos, a seguir, a situação deste grupo populacional no mercado de trabalho a fim de complementarmos a compreensão do quadro do grupo populacional denominado População Economicamente Ativa (PEA).

4.1.3.2 Mercado de trabalho e os em situação de não-trabalho

Os dados referentes ao conjunto populacional que se encontra em situação involuntária de não-trabalho, seja por falta de oportunidade, seja por desempenhar atividades com uma periodicidade irregular e que demonstra desejo de mudança são denominados desempregados e, normalmente, são subdivididos segundo distintas condições de desemprego. Para o DIEESE, tais condições são assim definidas:

[...] **desemprego aberto:** pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias;

desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;

desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

A taxonomia do desemprego em aberto e oculto permite distinguir pessoas que estão de fato sem executar nenhuma atividade laboral no período de referência e pessoas que, por exercerem certas atividades precárias – uma vez que as condições concretas exigem a submissão a distintas formas de exploração – almejam encontrar algum tipo de trabalho que melhore suas condições de (re)produção. Portanto, tendo ou não efetuado atividades laborais, a vontade de encontrar nova ocupação coloca esses indivíduos em um mesmo grupo, o de desempregados.

Destacamos que, os indicadores referentes tanto ao contingente populacional ocupado quanto ao contingente de desempregados são construídos sempre em referência ao PEA (cerca de 60% da PIA). Assim, por exemplo, em um índice de desemprego de 14,2% (2009) não estão contabilizados um grupo expressivo da população (cerca de 40%) que por estarem sem ocupação por um período superior 349 dias, é considerado inativo, mesmo permanecendo disposto a trabalhar, caso trabalho houvesse, conforme veremos adiante.

Voltando ao cenário do mercado de trabalho estudado pelos órgãos de pesquisa nas seis regiões metropolitanas, segundo dados do DIEESE, em 2008 havia cerca de 2 milhões e 812 mil indivíduos fazendo parte da população economicamente ativa que se encontravam em condição de desemprego. Como pode ser observado no gráfico abaixo, em 2003, o número de

desempregados nessas regiões alcançou a casa dos 3 milhões e 777 mil, quando então entra em um período decrescente, até ser interrompido pela última crise global do sistema capitalista que, em apenas três meses, elevou o número de desempregados a quantidade próximas as registradas nos anos de 2006.

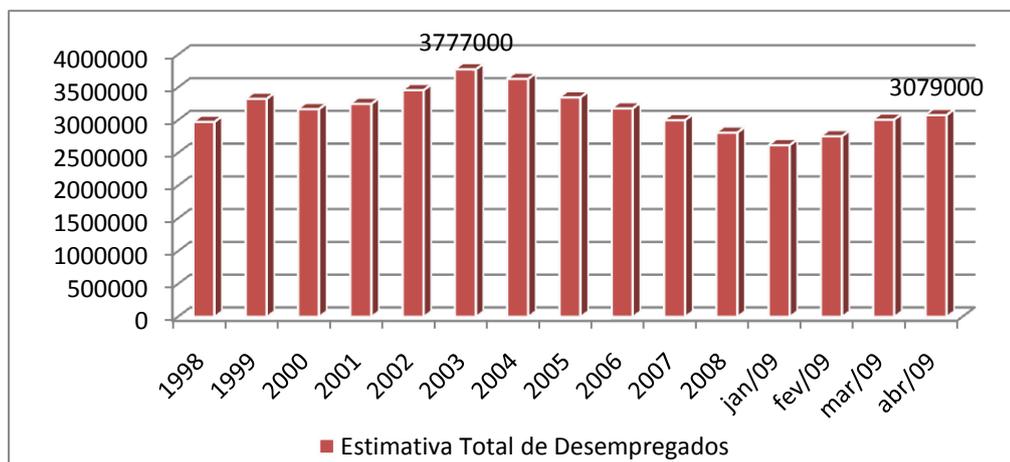


Gráfico 14: Estimativa total de desempregados nas seis Regiões Metropolitanas e Distrito Federal

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Elaboração: DIEESE -

Nota: Projeções populacionais baseadas em dados censitários do IBGE (Censo Demográfico 2000).

Ao que se refere à distribuição do desemprego entre os homens e mulheres, os dados divulgados demonstram que, nos últimos dez anos, aumentou o hiato entre a quantidade de mulheres desempregadas e o número de homens na mesma condição, com uma pequena diminuição neste a partir do mesmo colapso referenciado que propiciou o desemprego tanto deles quanto delas, atingindo de forma absoluta mais os primeiros. Contudo, essa redução no fosso é quase inexpressiva porque a diferença entre os sexos reduziu-se em apenas 35 mil. Se em 2008 havia 430 mil mulheres desempregadas a mais que o número de homens, em abril de 2009, esse número foi reduzido em 107 mil, uma vez que havia 323 mil mulheres a mais desempregadas em relação ao número de homens que era de 1 milhão 378 mil (o de mulheres 1 milhão 701 mil).

Ao fazermos a distinção do desemprego entre aberto e oculto e como ele está distribuído entre a população negra e não negra destacamos que as mulheres são quem mais se encontram em situação de desemprego aberto e submetidas a trabalhos em condições precárias, almejando possibilidades melhores (desemprego oculto). Isso corrobora a afirmação, mencionada anteriormente, da condição de vulnerabilidade em que se encontram a população negra e, sobretudo, a mulher negra.

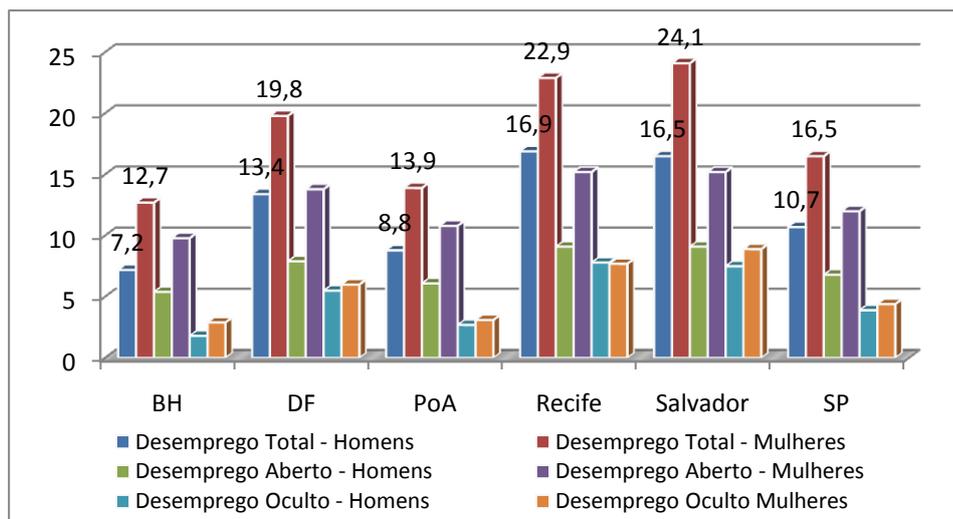


Gráfico 15: Taxa de desemprego total, aberto e oculto, por sexo em 2008

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Elaboração: DIEESE -

Nota: Projeções populacionais baseadas em dados censitários do IBGE (Censo Demográfico 2000).

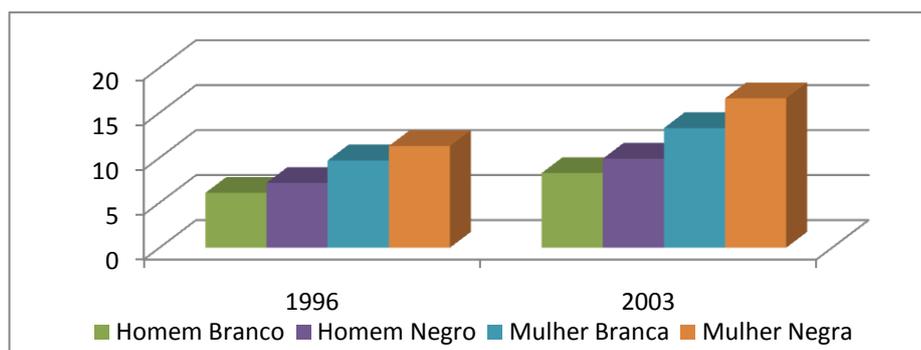


Gráfico 16: Taxa de desemprego, segundo sexo e cor/raça, Brasil 1996-2003

Fonte: Programa Igualdade de Gênero e Raça - UNIFEM - Diretoria de Estudos Sociais - IPEA

Segundo dados do IBGE, a taxa de desemprego médio no ano de 2009 foi de 14,2%. O contingente de desempregados nas regiões pesquisadas foi estimado em 2 milhões e 844 mil (em 2008, este valor era estimado em 2 milhões e 799 mil). O aumento dos índices de desemprego que ocorreu no primeiro semestre do ano foi atribuído à crise global do capital, mas a retomada do decréscimo permite ponderarmos se esta culpabilização não é demasiada, pois há possibilidades de que o cenário econômico mundial tenha possibilitado um ajuste para baixo nas folhas de pagamento das empresas no Brasil, por meio da prática da demissão de trabalhadores para posterior contratação a um preço inferior da mercadoria. Essa prática é corrente no país, como já mencionava Keck (1998). Destacamos que os altos índices de rotatividade das empresas além de garantir rebaixamento dos salários ainda implica a fragilidade da classe. Adiante, faremos uma discussão das possibilidades que a crise criou

para diversos setores enxugarem suas folhas de pagamento sem redução da produtividade e da margem de lucro.

Se considerarmos a distribuição demográfica do desemprego por faixa etária, temos que os mais atingidos são os jovens de 15 a 17 anos com um índice de desemprego de 29,1% em 2009. Destacamos também a faixa seguinte, dos 18 aos 24 anos, cuja incidência de desemprego é de 18,2%. Os índices diminuem para 6,9% e para 3,1% respectivamente, para as faixas de 25 a 49 anos e para as pessoas acima de 50, conforme pesquisa mensal de emprego realizada pelo IBGE.

Interessante observar a face jovem do desemprego (e que pode estar sendo minimizada pela categoria de trabalho denominada estágio, ou em outras palavras, maneira legal e formal de baratear a força de trabalho em nome do aprendizado prático, mas que rapidamente tende a efetuar no estagiário a vontade de procurar “algo melhor”), pois essa mesma face revela-se na população inativa, conforme veremos a seguir.

4.1.3.3 População Não-Economicamente Ativa ou os Inativos

Na população em idade ativa há um grupo de pessoas que parece optar pela não inserção nas relações de comercialização do trabalho, seja como um vendedor ou como comprador desta mercadoria, e com isso são excluídos, numericamente, da população economicamente ativa, pois supõem-se que, ao não entrar numa relação de comercialização, não colaboram, de forma ativa, para o movimento de produção e acumulação do capital, passando a fazer parte do grupo populacional dos inativos.

Um inativo é aquela pessoa que “não está ocupada ou desempregada” (FEE). Na inatividade incluem-se pessoas que não procuraram trabalho nos últimos 30 dias, mas que “realizaram algum trabalho de forma excepcional porque lhes sobrou tempo de seus afazeres principais” (DIEESE, 2009). Segundo o DIEESE, em 2008, a população em idade ativa, nas seis regiões metropolitanas estudadas, está, conforme gráfico abaixo, dividida entre a população economicamente ativa e a população inativa, da seguinte forma:

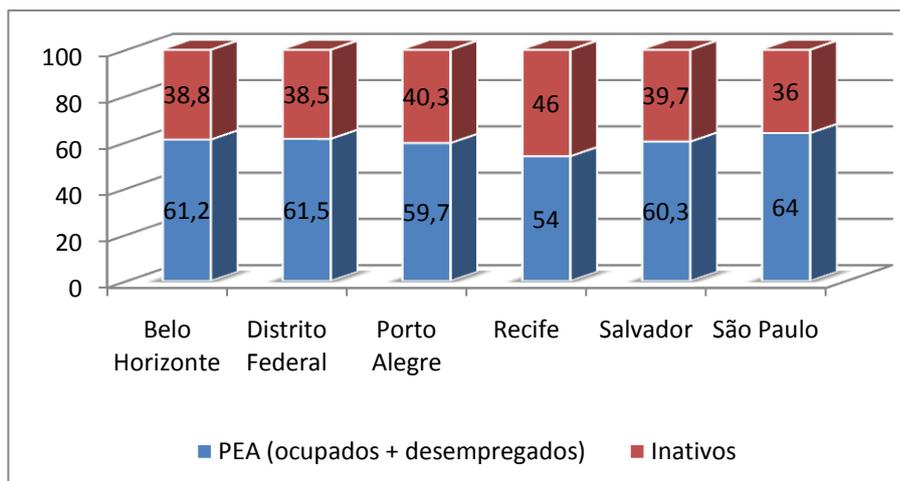


Gráfico 17: Taxa de participação da população em idade ativa, setembro/2008

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaboração: DIEESE

Estudos do IBGE permitem conhecer algumas características demográficas dessa população de aproximadamente 17 milhões e 500 mil pessoas inativas em 2009, das quais 64% são mulheres. Cerca de 70% dos inativos estão localizados na faixa etária de 10 a 17 anos ou superior a 50 anos. O IBGE questiona os entrevistados quanto a vontade ou não de ingressar no PEA, a resposta negativa a pergunta, no referido ano, foi dada por aproximadamente 87% das pessoas que compõem a população inativa. As tabelas divulgadas não permitem estimar numericamente quantas pessoas que possuem entre 10 e 17 anos ou acima de 50 disseram não, mas uma análise nos dois índices apresentados – 70% e 87% – demonstram a possibilidade de o segundo estar relacionado com o primeiro.

Relacionando a quantidade de pessoas com idades entre 10 e 17 (31% do PI), e a distribuição da população segundo anos de estudo, podemos considerar que muitos dos indivíduos que figuram nos índices da população inativa e demonstraram não ter vontade de trabalhar na semana de referência da pesquisa parecem estar nos bancos escolares, preparando-se, quem sabe, para o futuro ingresso no mercado de trabalho, com a expectativa de tomar parte da população economicamente ocupada. Precisamos ponderar dois pontos quanto a essa localização da PIA. Primeiro, o alto índice de desemprego que atinge a faixa etária dos 15 aos 17 anos pode estar levando esses adolescentes a continuarem investindo em seus estudos, buscando atender ao discurso da necessidade de qualificação para o melhor ingresso no mercado de trabalho; por outro lado, essa melhor qualificação pode, futuramente, repercutir nos índices de desemprego das faixas etárias mais velhas, pela substituição da força de trabalho, portanto, não necessariamente, qualificar os jovens e diminuir as perspectivas de desemprego para eles possa alterar a condição geral do mercado de trabalho ou, como

mencionava Oliveira (1987, p. 58): “Dito de outro modo, [...] a concorrência dos mais jovens expulsa os mais velhos da força de trabalho ou os joga para as ocupações chamadas de ‘conta própria’ ou autônomos”.

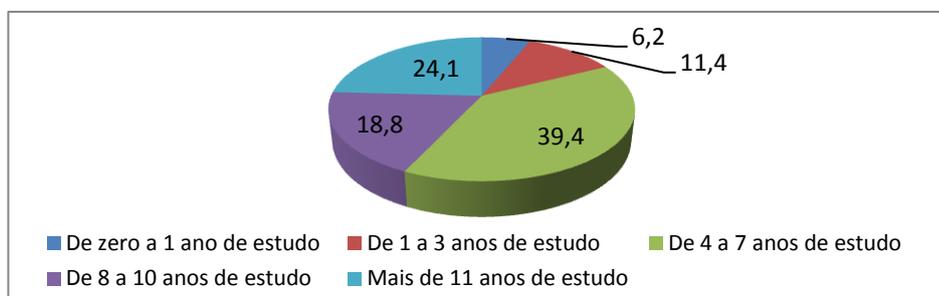


Gráfico 18: Percentual da população inativa, segundo anos de Estudo

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego mar.2002-ago.2009.

Do conjunto populacional dos inativos, 13% disseram ter vontade de trabalhar, destes aproximadamente 5% são definidos como marginalmente ligados à população economicamente ativa, pois trabalharam ou procuraram alguma atividade laboral nos 365 dias anteriores a entrevista, ou seja, faziam parte da população economicamente ativa em um momento como ocupado, em outro como desempregado, e em virtude da não reinserção foram transferidos de grupo populacional, a despeito da vontade ou não de comercializar sua força de trabalho.

Em suma, ponderamos que a população inativa não se mostra alheia a realidade do mercado de trabalho, pois a pertença a esse grupo não parece ser uma vontade voluntária para a maioria deles, mas conjuntural, seja pela possibilidade de qualificação profissional, seja pela impossibilidade de reingresso; impossibilidade que pode estar impulsionando esses indivíduos a efetuarem trabalhos excepcionais, mesmo que estes não o recolquem no grupo dos ocupados ou dos “sem-trabalho”. Os números divulgados não permitem aprofundar as reflexões acerca desse conjunto de pessoas, mas o apresentado até aqui, subsidiará as discussões que faremos a seguir com o intuito de problematizarmos os conceitos utilizados para as descrições do mundo laboral.

4.2 SUPERANDO A PSEUDO-CONCRETICIDADE DAS CATEGORIAS DO MERCADO DE TRABALHO

Analisando os dados apresentados é possível confirmar que, nos último 40 anos, a intensificação do desemprego é um problema global. Países desenvolvidos não têm conseguido soluções plausíveis e sustentáveis, para retornar ao patamar do pleno emprego, e países em desenvolvimento, assim se encontram por propiciar uma simbiose entre postos de trabalhos formais e informais que distorce a pauperização e vulnerabilidade de grande parte da classe trabalhadora, principalmente por alimentar o senso comum dos trabalhadores de que o índice de desemprego divulgado mensalmente está diretamente relacionado ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social. O que faz deste número um elemento significativo para angariar aprovação popular que desobstaculiza a efetivação de políticas públicas que beneficiam o capital e o argumento da criação de empregos diretos e indiretos tornar-se quase inquestionável na arena das decisões político-econômicas. Tal argumento é retroalimentado por meio da elaboração discursiva de organismos internacionais que depositam a solução para as desigualdades sociais na criação de um mercado pleno de trabalho decente.

Os dados quanto ao crescente desemprego em países desenvolvidos reafirmam a impossibilidade da mundialização de um mercado de trabalho ao moldes do estado do bem-estar social. Todavia, isto vem sendo subestimado pelos órgãos orientadores de ações político-econômicas. Mais grave do que subestimar é adotar a diretriz de efetivação de um mercado de trabalho latino americano com pleno emprego e trabalho decente como uma das metas do milênio para erradicar a pobreza. Segundo os organismos internacionais, a pobreza nos países da América Latina está relacionada a um problema estrutural do mercado de trabalho, qual seja: este ser composto por dois setores, o formal e o informal, em cujas condições de trabalho, renda e seguridade social são bastante distintas.

Em virtude da precarização dos postos de trabalho na América Latina ter atingido os denominados setores de alta e média produtividade, a OIT tem reavaliado o poder explicativo da relação entre estes e as condições de formalidade e informalidade dos trabalhadores. Segundo esta organização, classificava-se, utilizando uma abordagem de viés neoclássica, o trabalhador em formal ou informal segundo sua inserção na estrutura produtiva, que era dividida em dois setores: um formal, com alta ou média produtividade, com maior nível de

investimento, com crescimento relativamente alto e com proteção social efetiva; outro informal, onde teríamos o setor de baixa produtividade, com débil potencial de crescimento e baixo nível de proteção social. “Por conseguinte, são considerados informais, trabalhadores independentes não qualificados, trabalhadores familiares não remunerados – ou aprendizes –, proprietários e empregados das micro-empresas e serviço doméstico” (CEPAL, 2008, p 108).

Contudo, nas últimas décadas, a OIT averiguou a existência de trabalhadores ligados ao setor formal que compartilham a mesma situação de instabilidade laboral, baixas remunerações, acesso obstaculizado à seguridade social e de submissão a contratos de trabalho que não respeitam as leis trabalhistas vigentes nos países (direito à férias, à licença maternidade, à aposentadoria, etc.), condição vivenciada até então pelos trabalhadores do setor informal. No primeiro caso, os números alcançam os 30,8% dos assalariados do setor de média ou alta produtividade – setor formal – sob as condições descritas, no setor informal este percentual alcança a casa dos 70,5% (CEPAL, 2008, p. 110). Em face disso, discute-se uma nova perspectiva classificatória do mercado de trabalho que tenha como unidade de análise o emprego do trabalho e não mais o grau de produtividade do setor em que a empresa opera. Assim, vislumbra-se abarcar as condições concretas dos trabalhadores de ambos os setores. Nessa perspectiva, a OIT introduziu o conceito de trabalho decente e de mercado informal, com o objetivo de complementar o debate da (in)formalidade.

A CEPAL utiliza o conceito de trabalho decente desenvolvido pela OIT em 1999. Este engloba as seguintes dimensões de análise do mercado laboral: oportunidade de acesso a um emprego produtivo em condições de liberdade, equidade, seguridade e dignidade. Segundo esse conceito, toda a pessoa que possui o desejo de trabalhar deveria ter garantida a oportunidade de escolher (liberdade) um emprego que garantisse o seu bem-estar e de sua família (emprego produtivo), neste, não deveria sofrer nenhum tipo de discriminação (equidade), não colocar em risco sua saúde e ter garantias futuras de proteção social (seguridade), podendo ainda, participar das decisões relativas às condições laborais (dignidade) e de organizações sindicais, devendo conciliar o tempo destinado ao trabalho ao tempo destinado à família – isto independente do valor recebido pelo seu trabalho e da posição que ocupa na estrutura produtiva, ou seja, da função exercida na divisão social do trabalho. Na prática, um trabalho decente, segundo a CEPAL (2008, p. 115):

[...] garantiria salários adequados, contratos estáveis, seguras condições de trabalho (como acidentes e doenças profissionais), acesso a sistemas de saúde, filiação e contribuição para os sistemas de bem-estar. Alcançar o pleno emprego produtivo e trabalho decente na América Latina é fundamental para reduzir a

pobreza e a desigualdade de renda, que tem sua causa mais profunda do funcionamento do mercado de trabalho.

O emprego produtivo³³ é um dos constituintes do trabalho decente e se traduz pela relação entre o produto interno bruto e o número de ocupados de um país, assim, um dos fatores determinantes para garantir mercado pleno de trabalho decente é o aumento da taxa PIB/População Ocupada. Lembramos que a população ocupada de uma região é composta, geralmente, pelos indivíduos que pertencem a população economicamente ativa e que estão empregados ou efetuando algum trabalho em troca de alguma espécie de remuneração no período da pesquisa ou, ainda, que sejam trabalhadores independentes ou empregadores (CEPAL, 2008).

Assim, para garantir o pleno emprego produtivo ideado pela ONU, seria necessário aumentar a oferta de postos de trabalho, intencionando o aumento da população. Para aumentar o denominador, segundo orientação da ONU, é imprescindível que haja crescimento econômico – aumento do numerador. Todavia, se o aumento de ambos os fatores for proporcional, não há desenvolvimento do emprego produtivo, pois a relação PIB/PO permanece a mesma. Com isso, concluímos que é necessário um crescimento econômico superior a criação de postos de trabalho – o que não parece ser difícil, pois conforme destaca Salama (1997, p. 2005), atualmente o crescimento do “[...] Produto [interno bruto] cria menos emprego do que antes à taxa de um dado crescimento [...]”. Sabe-se que o crescimento econômico está intrinsecamente relacionado à produtividade do trabalho, que cresceu exponencialmente após a introdução das tecnologias de base microeletrônica, e não ao emprego produtivo. Nesse sentido, o primeiro permite o crescimento econômico ao mesmo tempo em que possibilita a destruição de postos de trabalho, portanto, diminuí-se a população ocupada. Bem, tendo aumentado a produtividade do trabalho e o PIB, seguido da diminuição do denominador, alcança-se um índice que aponta haver emprego produtivo, mas este não é reflexo da existência de um mercado de trabalho pleno de empregos, mas o seu oposto:

[...] a indústria perde empregos que o aumento dos serviços não pode reabsorver e o desemprego atinge níveis muito elevados. [...] então pode-se pensar que a dificuldade de encontrar empregos formais na indústria, no comércio ou nos serviços se traduzirá por um crescimento do emprego informal de estrita sobrevivência e do desemprego, isto é, da pobreza, o que já se pode observar. (SALAMA, 1997, p. 205-206).

³³ Ressaltamos que não se deve confundir o conceito de emprego produtivo utilizado pela OIT e demais organismos internacionais e o conceito de trabalho produtivo marxiano, ou seja, o último é compreendido como trabalho produtor de mais-valia e não como a relação entre PIB/População Ocupada.

Como visto o aumento do PIB não garantiu a redução do desemprego nos países da América Latina. Então, parece estarmos diante de um paradoxo, pois conforme a ONU, OIT e CEPAL, o crescimento econômico – mensurado pelo aumento do PIB – tem ocorrido em paralelo com o crescimento do trabalho informal e do desemprego; ou seja, pela redução da população ocupada e pela não efetividade do trabalho decente, o que torna o trabalho matematicamente mais produtivo, mas sem redistribuir a renda, pois não se constrói o mercado de trabalho do pleno emprego. Por outro lado, parece que essa produtividade do trabalho é alcançada, justamente, pelo crescimento da informalidade, de modo que, a superexploração (vide dados referentes a remuneração, gráficos 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13) a que são submetidos os trabalhadores permite a produção do capital, manifesta no aumento do PIB. Em virtude deste paradoxo, afirmamos que o crescimento econômico da América Latina, conforme gráfico 2, nas últimas décadas, está sendo oportunizado pela interconexão das múltiplas formas de exploração e superexploração da força de trabalho realizadas no setor de alta, média e baixa produtividade. Em suma, o crescimento que deveria permitir a diminuição das taxas de desemprego e da informalidade – pleno emprego e trabalho decente – parece ser oportunizado, justamente, pela existência e produção do que deveria suprimir: um contingente de trabalhadores (pauperizados ou não) dispostos a exercer quaisquer atividades laborais que possibilite rendimentos que garantam a (re)produção da vida, isto é, pela existência e aumento quantitativo do exército de reserva.

A circularidade argumentativa postulada – redução das disparidades econômicas entre os distintos grupos sociais imprescindível de crescimento econômico, não atenta para uma característica essencial do modo de controle antagônico do sociometabolismo da humanidade, qual seja: o movimento de acumulação, concentração e centralização do capital que somente ocorre por meio da apropriação privada do trabalho social. Deparamo-nos, portanto, com os limites das soluções apresentadas pelos órgãos internacionais em virtude das “fronteiras intelectuais” (LÖWY, 1994) oriundas da defesa dos interesses necessários à classe capitalista, a perpetuação das condições de sua dominação. É possível mencionar que alguns grupos pertencentes à classe trabalhadora, em curto prazo, beneficiam-se com o crescimento econômico resultante das políticas públicas que incentivam os investimentos privados, mas, como vimos, os interesses contingentes de um grupo de trabalhadores, não prescindivelmente coincide com os interesses necessários da classe. Eis um caso concreto da distinção entre interesses contingentes e interesses necessários envolvidos na constituição da consciência de classe e tensionadores da luta entre as classes.

Em virtude da luta entre as classes, ao longo dos últimos três séculos, instituíram-se distintos direitos que o vendedor da mercadoria força de trabalho possui devido ao fato de que o consumo dessa mercadoria está intrinsecamente relacionado ao consumo da vida biológica e psíquica do vendedor, que teoricamente, já é considerado tão humano quanto o comprador. Sendo assim, a comercialização do trabalho, no século XX, manifestou-se de uma forma particular: ela ganha contornos jurídico-institucionais que formalizam a situação do vendedor da força de trabalho garantindo a estes determinadas seguridades sociais – direitos conquistados pelos trabalhadores que forçaram concessões dos capitalistas em um longo e conflituoso embate entre as classes. Estes direitos estão na base de toda a discussão elencada pelos organismos internacionais acerca da definição de um trabalho decente e de um mercado de trabalho dual composto por trabalhadores formais e informais, bem como de autores que questionam a validade desta dicotomia (OLIVEIRA, 2003; PICCININI, ROCHA DE OLIVEIRA, 2006; HOLZAMAN, 2006; CAMPOS, PONCE E LAGO, 2008; SOUSA, 2009, dentre outros).

Nogueira (2002) menciona que uma maneira de não reduzir o mercado de trabalho à dualidade formal-informal é considerar as múltiplas dimensões de análises que podem ser agrupadas da seguinte forma: microssocial, mesossocial, macrossocial e hipermacrossocial. Contudo, destacamos que este recorde não assegura a compreensão das relações estabelecidas no mercado de trabalho, apenas distinguem os campos de ação dos diferentes agentes que compõem os espaços de luta e que determinam reciprocamente a ação dos demais, sendo essas relações recíprocas que determinam, ao longo da história, os critérios da compra do trabalho, ou seja, as conquistas do trabalho frente ao capital (que assegura o qualitativo formal) e as derrotas (qualitativo informal).

Piccini, Rocha de Oliveira e Rübenich (2006, p. 110) explicam que, segundo recomendação da OIT, a classificação do emprego enquanto formal ou informal deve considerar “o grau de solidez do vínculo e da estabilidade gerada pelo tipo de relacionamento existente”. Pereira et. al. (2008, p. 59) destacam que a percepção dos trabalhadores quanto ao emprego está sustentada na “memória do contrato rígido de trabalho e, conseqüentemente, com a noção de garantias e relativa estabilidade”. Atualmente, em virtude das alterações de algumas leis trabalhistas, a formalização da compra da força de trabalho, por meio de um contrato, garante a legalidade da negociação, mas não os mesmos direitos conquistados pelos trabalhadores brasileiros ao longo do século XX que eram assegurados pela “carteira assinada”. Deste modo, a classificação de formal ou informal não pode usar como critério a

existência de contratos legalmente reconhecidos, tal como a abordagem legalista sobre o tema sugere, pois o que está envolvido nesta classificação ultrapassa o julgamento legal. Como lembra Piccinini et. al. (2006), o trabalho temporário (lei n. 6019/74), o trabalho em tempo parcial, o trabalho compartilhado, os estágios (lei nº 6494/77) são modalidades contratuais legais no Brasil, mas estão na contramão da garantia dos direitos e deveres do trabalhador.

Para compreender melhor o fenômeno da informalidade, alguns autores utilizam-se de uma abordagem marxista, por acreditarem que a discussão deve centrar-se na maneira de inserção da força de trabalho na estrutura produtiva de mercadorias e serviços (SOUSA, 2009; ESCOBAR e MAIA, 2009, dentre outros). Compartilhamos da visão destes autores, sobretudo em virtude da discussão que faremos adiante, demonstrando como os trabalhos efetuados por trabalhadores considerados informais estão colaborando para o movimento de produção, acumulação, concentração e centralização do capital, ou seja, como os trabalhos informais são funcionais ao capital.

Em uma discussão bastante profícua sobre o assunto, Tavares (2004, p. 52) sugere uma definição do que pode ser entendido como trabalho informal.

Toda relação entre capital e trabalho na qual a compra da força de trabalho é dissimulada por mecanismos, que descaracterizam a condição formal de assalariamento, dando a impressão de uma relação de compra e venda de mercadorias consubstancia trabalho informal, embora certas atividades desse conjunto heterogêneo divirjam no comportamento. Como as referências conhecidas para regular o emprego estão perdendo sua pertinência, a tipologia formal/informal se torna insustentável, a não ser que se tenha um conceito de formalidade, cuja base para ser trabalhador formal seja tão-somente estar diretamente empregado por meios de produção tipicamente capitalistas, embora submetido à mesma desproteção social que o trabalhador informal.

Concordamos com a autora sobre a pseudo-venda de mercadorias travestir a venda da força de trabalho, mas acrescentamos que há situações em que não ocorre tal mascaramento e, nem por isso, a contratação do trabalho ocorre nos ditames da formalidade, assegurando a proteção social conquistada pelos trabalhadores. E, como referencia a própria autora, considerar para a tipologia formal/informal critérios tipicamente capitalistas é reduzir a discussão, pois o modo de reprodução do sociometabolismo do capital manifesta-se de inúmeras formas, sendo superficial conceber a valorização do valor segundo formas produtivas estáticas e que remetam ao século XIX. Contrapor distintas formas de valorização do capital à uma forma “tipicamente capitalista” é reproduzir outra dualidade que, nas teorizações da década de 1970, imputavam o “descompasso econômico” de países latino-

americano em relação aos “países desenvolvidos” à existência de um setor atrasado, que freava o avanço econômico protagonizado pelo setor moderno.

Outro ponto levantado por Tavares (2004) é a relação direta entre informalidade e pobreza. A autora problematiza essa questão defendendo a posição de que há também informalidade sendo “bem remunerada”. Como demonstraram os números anteriores, tendemos a concordar com a autora. Trabalhadores altamente especializados também encontram-se sob condições informais de relações de trabalho. Contudo, este é o sintoma de que a classe trabalhadora em sua totalidade está regredindo em suas conquistas, uma vez que as condições de contratação do trabalho, que eram, em geral, realizadas apenas em grupos populacionais menos qualificados, devido às desregulamentações das leis trabalhistas, estão perpassando todas as especialidades do trabalho.

As desregulamentações do mercado de trabalho são responsáveis pelo fenômeno da precarização das relações trabalhistas, o que confirma a necessidade de acrescentar à discussão da (in)formalidade o reconhecimento da perda de direitos conquistados. Essa relação é subestimada pelos autores supracitados. Em geral, eles tratam o formal como algo que sempre esteve posto nas relações entre capital-trabalho e que a informalidade resulta, em um primeiro momento, de relações de trabalho que ocorriam na franja do desenvolvimento capitalista em países periféricos, e que, posteriormente, foram incorporadas aos setores “tipicamente capitalistas”. Na prática, as relações entre capital-trabalho foram sendo “formalizadas” conforme contingências históricas. A existência de contratos escritos, a regulamentação da jornada de trabalho, a estabilidade no trabalho (que é maior ou menor conforme os custos advindos do descarte do trabalhador), o direito à férias, ao décimo terceiro, à licença maternidade e paternidade, à aposentadoria, ao seguro desemprego, etc. foram conquistas advindas de lutas políticas específicas, portanto, se há perda desses direitos a despeito do grau de produtividade do setor, o que está em pauta na elaboração da definição da (in)formalidade é a manutenção ou não das conquistas da classe trabalhadora.

Delimitamos assim, uma das dimensões concretas na relação de compra e venda da força de trabalho: a manutenção ou não dos direitos do trabalhador conquistados no embate entre as classes. São estes direitos que determinam o que denominamos neste estudo de critérios de sociabilidade (in)formal ou de (in)formalidade. As relações de trabalho que não concretizam tais critérios estariam concedendo à ofensiva do capital e efetuando um movimento de regressividade nas conquistas históricas da classe trabalhadora, regressividade que intensifica a pauperização da classe e a submete à condições de trabalho prejudiciais à

saúde física-psíquica. Pauperização que não se determina apenas em virtude da miserabilidade ou de rendimentos que garantam apenas a satisfação das necessidades básicas, mas pelo aumento do trabalho não pago.

Não se trata de estipularmos a dualidade entre trabalhadores de um setor formal e de um setor informal, pois as relações de trabalho não são delimitadas pelas fronteiras entre os setores de atividades produtivas e de comercialização. Todos os setores da economia conseguem a maximização do lucro em virtude da exploração do trabalho que se manifesta, no Brasil, por uma simbiose entre distintas formas de contratar a compra desta mercadoria. O mercado de trabalho atual é caracterizado, assim, por diferentes graus de formalidade que variam conforme a efetividade dos direitos do trabalhador. Uma separação meramente didática pode afirmar que o grupo de vendedores da força de trabalho que consegue vendê-la garantindo em seu contrato o respeito à luta histórica da classe trabalhadora possui alto grau de formalidade enquanto que trabalhadores que estão submetidos às condições precárias e instáveis, aliás, muito parecida com as condições dos trabalhadores do século XIX relatada em vários trechos d'O Capital (MARX, 1996a), podem ser considerados trabalhadores informais, que nos escritos de Marx aparecem como superpopulação consolidada. Entre estas duas formas de ser trabalhador contemporaneamente, há distintas graduações que devem ser consideradas, que por homologia, podem ser comparadas às descrições das condições de vida dos trabalhadores definidos por Marx (1996a) como sendo a superpopulação fluente, latente e estagnada.

Na concreticidade das relações de trabalho, a condição de trabalhador empregado com carteira assinada e os funcionários públicos estatutários no Brasil representariam o mais alto grau de formalidade nas condições de compra e venda da mercadoria, pois têm assegurado juridicamente que o comprador acate com seus deveres durante a vigência do contrato como também compromete o Estado, enquanto provedor de renda, em caso de interrupção involuntária, por parte do trabalhador, da cessação da venda da mercadoria. Outrossim, o emprego com carteira assinada permanece sendo parâmetro de classificação social – empregado/desempregado – e possibilidade concreta que alimenta o desejo comum da mobilidade vertical rumo ao topo da pirâmide, mobilidade que é considerada como “inclusão social” por autores como Pereira et.al. (2008).

Contudo, os números apresentados anteriormente, apontam que esta possibilidade de mobilidade social pelo emprego tem escasseado. No ano de 2009, considerando as regiões metropolitanas brasileiras estudadas, o número de trabalhadores sem carteira, por conta

própria, sem remuneração e desempregados supera o número de trabalhadores com carteira. Os indicativos da CEPAL, que se por um lado alimentam um discurso tautológico, por outro permitem comprovar o crescimento dos contratos que não seguem os critérios de formalidade, indicando pauperização da classe trabalhadora, pois os rendimentos dos chamados trabalhadores informais são inferiores aos dos trabalhadores com carteira assinada, conforme gráfico 9.

Verificamos ainda que, no Brasil, conforme dados apresentados anteriormente sobre o cenário do mercado de trabalho, temos o crescimento do número de trabalhadores que efetuam contratos de trabalho que não seguem os critérios de sociabilidades formais. O *quantum* de trabalhadores nessa situação supera o número dos oficialmente considerados desempregados em aproximadamente 1 milhão e 200 mil pessoas, segundo estimativas do IBGE, demonstrando, portanto, que este último indicador apenas nos revela a superfície das condições concretas de pauperização dos trabalhadores, como também as vitórias da classe capitalista.

Posto isso, o que nos parece estar tornando-se desnecessário não são os trabalhadores desempregados, mas a efetivação da compra da mercadoria força de trabalho segundo os critérios formais que foram estabelecidos enquanto mecanismos minimizadores da produção de mais-valia. A possibilidade de estabelecer relações segundo critérios de sociabilidades informais alavanca os processos demissionais e impõe a maioria dos trabalhadores condições cada vez mais instáveis de manutenção da venda da sua força de trabalho. Apesar da leitura neo-clássica, Sabóia (1986, p. 2 e 4), ao analisar a transformação no mercado de trabalho brasileiro em virtude da crise econômica de 1981 a 1983, já indicava que:

Não recessão, [...] os trabalhadores que perderam seus empregos no setor formal passam a fazer parte das estatísticas de desemprego ou são absorvidos pelo setor informal da economia. [...] O setor formal não conseguiu absorver essa mão de obra. Portanto, o setor informal constituiu-se no escoadouro para onde se dirigiram os novos trabalhadores que chegaram ao mercado de trabalho, assim como os desempregados do setor formal.

Atualmente, o setor informal permanece sendo o escoadouro para os novos trabalhadores e para os que perderam seus empregos, mas não porque os setores de alta e média produtividade não conseguem absorver a mão de obra, mas porque não necessitam; não se trata de não poder, mas de não querer. Em virtude do interesse da classe capitalista, a condição de desemprego apontado por Pliopas e Tonelli (2006) e por Pereira et. al. (2008, p. 66) gesta “novos sujeitos” que, em geral, se encontram em condições de trabalho de super-

exploração e regidos por regras que estão na contramão dos critérios de sociabilidades formais.

Deste modo, com o objetivo de compreender a rede de intermediações e interrelações do mercado de trabalho, do qual o desemprego é uma de suas manifestações concretas, consideramos imprescindível partir de uma abordagem conceitual, com caráter preponderantemente político, realizada a partir do movimento de avanço na progressividade (sociabilidade formal – garantia dos direitos adquiridos no embate entre as classes) e de regressividade na progressividade avançada (sociabilidade informal – perda desses direitos na concretude das relações de trabalho) e como essas alterações complexificam as discussões dos limites entre exército ativo e exército de reserva. Assim, atendemos também a reivindicação de Pereira et. al. (2008, p. 66) que frisa a necessidade de realizar “avanço nas formas clássicas de estudo do desemprego, principalmente no campo da administração”.

Sustentados por esta abordagem crítico-política, mencionamos que a categoria desemprego não revela em si o trabalho enquanto supérfluo. Ser um indivíduo desempregado pode demonstrar a este que, especificamente, sua mercadoria não tem mais as qualidades necessárias ao processo de produção e reprodução do capital, segundo determinadas especializações da divisão social do trabalho que ainda necessitam estabelecer contratos segundo as regras formais. Assim, o caráter supérfluo do trabalho vivo é subjetivado individualmente em virtude da não capacidade concreta, do modo de produção, gerar um mercado de trabalho pleno e decente e, em uma sociedade de indivíduos encapsulados (ELIAS, 1994), o problema do desemprego é um problema social vivenciado individualmente. Contudo, na perspectiva do capital social total, o conjunto de trabalhadores desempregados e sua força de trabalho não são supérfluas, pois eles são funcionais ao capital mesmo quando estão temporariamente sem exercer algum trabalho e na iminência de introduzir-se no exército ativo (sendo superpopulação fluente) ou trabalhando na informalidade (seja como exército ativo, seja como superpopulação estagnada e ou consolidada) – conforme discussões posteriores, sustentadas nas reflexões de Oliveira (2003). Estas ficarão mais evidentes à medida que identificarmos como se manifesta esse conjunto de desempregados na relação entre capital e trabalho, – pois a condição de desemprego gesta outras formas do trabalho colaborar com a valorização do valor, de modo que existe uma reciprocidades entre desemprego, (in)formalidade e pauperização da classe trabalhadora.

Marx considerava que as necessidades de valorização do capital eram mutáveis e, como a valorização ocorre pela exploração – expropriação da força de trabalho, produção de

mais-valia – esta pode também sofrer alterações em suas formas em virtude das mudanças qualitativas da composição orgânica do capital. Atualmente, a valorização do capital constitui-se de uma simbiose entre vários setores – industrial, comercial, financeiro – possibilitada por uma alteração na base tecnológica da composição técnica³⁴ do capital que é aplicável a totalidade dos setores econômicos e rapidamente absorvida por estes, condicionando a obsolescência programada e forçada dos produtos de modo que propicia a expansão do mercado sem a equalização social do poder de consumo. A possibilidade de intercambiar as técnicas de produção e as informações possibilitou fragmentar a produção sem descentralizar o mando³⁵, complexificando o percurso de criação das mercadorias e da circulação das mesmas, de tal modo que o trabalho é incorporado à elas, sob a forma de valor nas diferentes etapas do processo de produção, distribuição e comercialização de produtos e serviços, retroalimentando a intensificação e complexificação da simbiose entre capital industrial, comercial e financeiro.

Visualizamos a complexificação do percurso de criação das mercadorias pelo espraiar das atividades produtivas, que diminuiu a necessidade de trabalho vivo no interior dos setores e das empresas que possuem as tecnologias mais avançadas, mas não necessariamente diminuiu a necessidade global do trabalho e a necessidade da realização do sobretabalho para a valorização global do capital. Deste modo, ao capitalista é imprescindível pôr em ação toda a forma de exploração extensiva e intensiva do trabalhador individual, em suma, comprar menos trabalho e expropriar mais, assim, conforme Mészáros (2007, p. 152), temos nas últimas décadas “a volta da mais-valia absoluta em grau crescente” culminando em uma espécie de fusão com a mais-valia relativa, como demonstrou Oliveira (2003) e, com isso, oportunizou-se o aumento no decréscimo da absorção do exército de reserva em momentos crescentes do ciclo econômico.

Em virtude das considerações realizadas, o conceito de exército industrial de reserva, será doravante aqui mencionado apenas como Exército de Reserva, pois o que cumpre entender é a *função* que um contingente de indivíduos-trabalhadores não utilizados diretamente ou utilizados esporadicamente e segundo critérios de sociabilidades informais pelo capitalista no processo de produção (seja industrial, agrícola, cultural, de serviços, etc.),

³⁴ Alteração denominada por Oliveira como revolução molecular-digital, denominada por Faria como introdução de tecnologia de base eletrônica.

³⁵ Salientamos também que estas alterações estão sustentadas por técnicas utilizadas para fazer do trabalhador um dócil servo do capital – capturar sua subjetividade -- como também para “produzir” consumidores, dualizando os indivíduos que a sendo, concomitantemente, trabalhador e consumidor, advoga, sempre em nome do cliente. Cliente que é condicionado por todo um aparato midiático desde a infância, de modo que sua primeira forma de consciência é a subjetivação afetiva do ser consumidor.

distribuição e comercialização cumpre estruturalmente no sociometabolismo do capital, como colaboram para a acumulação deste, como suas condições de vida são determinadas pelas mudanças na composição orgânica do capital, pois independente da produção de um país ser majoritariamente agrária, ou industrial, ou de serviços; há, em maior ou menor número a existência dessa superpopulação relativa, há, portanto um exército de reserva cumprindo pelo menos a função de regulador de salários – do preço da força de trabalho.

A aparente diminuição da demanda de trabalho não liberou o homem para o lazer e o ócio. Por exemplo, a jornada laboral legal permaneceu quase inalterada na maioria dos países, fazendo com que tanto a mais-valia absoluta quanto a relativa continuasse permitindo auferir ganhos ao capital e eliminar a demanda por trabalhadores. Contudo, essa condição de ociosidade forçada, não necessariamente significa o não-trabalho. Lembrando Iasi (2006), a espécie humana tem alguns hábitos prosaicos (beber, comer, vestir-se) que necessita satisfazer e, para tanto, efetua (quaisquer) trabalhos, mesmo estando na ociosidade, mesmo sendo considerado um segmento supérfluo, ou como menciona o DIEESE exercem alguma atividade visto que lhes sobrou tempo (DIEESE, 2009). Assim, o que presenciamos é que a absorção do trabalho vivo no processo de (re)produção do capital é realizada, geralmente, em ocupações precárias, sem acesso a seguridade social e com decréscimo dos rendimentos auferidos pela venda da força de trabalho, de modo que, a pauperização da classe trabalhadora não está apenas na condição de desemprego, mas também na condição de ocupados em trabalhos precários, sub-remunerados e sem garantias de acesso aos direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora. Ou seja, na constante pertença ao Exército de Reserva independente da movimentação entre o grupo dos desempregados e o dos ocupados segundo avaliação dos órgãos de pesquisa; pois conforme análises realizadas por Marx (1996, p. 271) “todo o trabalhador faz parte dela [da superpopulação relativa] durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente”, isto é, enquanto desempregado ou trabalhador com o mais alto grau de informalidade. Vejamos, as condições concretas de tal afirmação, analisando o caso do exército de reserva no Brasil.

4.2.1 O Tamanho do Exército de Reserva Brasileiro

Os índices divulgados pelos institutos de pesquisa no Brasil não permitem estimar o tamanho da população fluente, por mais que a taxa do desemprego aberto seja um indicativo,

ela não informa se os trabalhadores aí considerados anteriormente estavam contratados segundo os critérios formais³⁶. A despeito disto, é visível a existência desse contingente populacional pelo rápido preenchimento das ofertas de trabalho e pelos índices de rotatividade nas empresas do país. Segundo Keck (1988), no Brasil, após o fim da estabilidade do emprego e da implantação do FGTS, as empresas utilizam-se da dispensa da mão de obra como mecanismo de redução do valor trabalho, uma vez que a reposição não possui custo significativo e permite a redução do valor/hora da mercadoria comprada de outro vendedor.

Não há conhecimento também de estudos que indiquem o tamanho da superpopulação latente no país. Há quem possa até questionar a existência dela. Contudo, a partir do apresentado por Marx e de reflexões sobre a conjuntura social do trabalhador rural, consideramos que um conhecido movimento social pode dar indicativos do tamanho do exército latente. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra agrega um conjunto de indivíduos que resiste à transferência para o proletariado urbano. Mais do que isso, este movimento evidência a transferência contrária, ou seja, trabalhadores urbanos que compõem a superpopulação estagnada e que possuem origem camponesa³⁷ organizam-se em acampamentos à beira de estradas como forma de manifestar sua vontade de regresso.

Por sua vez, a superpopulação estagnada é relativamente de mais fácil apreensão numérica. Podemos inferir que nela estão inseridos os trabalhadores informais, sobretudo, aqueles que estão vinculados direta ou indiretamente aos setores de baixa e média produtividade segundo definição da OIT. Ou ainda, de forma mais visível, os trabalhadores que possuem como renda valores inferiores a mediana (50% da população ocupada) dos quais 16,7% recebem por hora de trabalho menos do que o valor da hora estipulada pelo salário mínimo. Ou, ainda, o que a CEPAL e a ONU consideram como trabalhadores vulneráveis – pessoas com baixos ou sem rendimentos que não possuem acesso a seguridade social e que, na América Latina, nos aglomerados urbanos chegam a casa dos 30% da população ocupada – que, no Brasil, em geral, são homens e mulheres afro-descendentes e de baixa escolaridade, mas não somente, que se ocupam de atividades que vão desde a prestação de serviços domésticos à coleta de material reciclado pelas ruas das cidades. Em resumo, a realidade concreta de vida desse segmento do exército de reserva é o pauperismo em seu mais alto grau,

³⁶ O questionário utilizado pelo IBGE coleta essa informação, mas não a considera no cálculo.

³⁷ A despeito de uma discussão sobre ser esses retirantes da periferia das cidades terem ou não origem camponesa, nós questionamos: quem não o teria? Há 60 anos a população rural no Brasil era começou a diminuir. Apenas na década de 1960 a população urbana foi quantitativamente maior do que a rural. Ou seja, muitos dos 80% que hoje residem nas cidades, sobretudo nas periferias, vieram do campo ou são filhos do êxodo.

decorrente da informalidade nas transações da venda da força de trabalho. Temos nesse grupo populacional a manifestação da superpopulação consolidada.

Indivíduos que participam da superpopulação consolidada, mas que estaria apto para o trabalho, segundo Marx, poderiam vir a ser inseridos no exército ativo em momentos de crescimento do capital. Hoje, para que isso fosse possível, carecemos de sucessivas “décadas de milagres econômicos”. Estenssoro demonstrou que um aumento de 6% no PIB (aumento que efetivamente não se concretiza), durante os próximos anos, quando muito, apenas garantiria o aumento do número de postos de trabalhos suficientes para ocupar os indivíduos que ainda não ingressaram na população em idade ativa. E dados da CEPAL demonstram que tal milagre não viabilizaria a produção de um mercado de emprego pleno e decente capaz de erradicar a pobreza, conforme já discutido.

Por sua vez, as mulheres e crianças, o que Marx considerava como candidatos ao trabalho, no Brasil, já vêm sendo incorporado tanto ao exército ativo quanto sendo super-explorados em trabalhos precários e sem estabilidade. As próprias agências de pesquisas comprovam isto, ao ter que considerar com pessoas em idade economicamente ativa os infantes de 10 a 14 anos. As mulheres, conforme dados dessas mesmas agências, são incorporadas ao processo de produção, como substitutas baratas da força de trabalho masculina, tanto que os relatórios do CEPAL indicam a necessidade de diminuir a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, tendo em vista que as mulheres são as que estão em situações mais vulneráveis e com menores rendimentos, conforme gráfico 12.

No grupo dos indivíduos inválidos que pertencem à superpopulação consolidada, estariam aqueles indivíduos que não seriam mais aproveitados segundo o modo hegemônico de produção de mais-valia (discutiremos outras formas de utilização desses indivíduos em prol do capital em capítulo subsequente), por já terem esgotado suas forças de trabalho ou por não possuírem uma mercadoria que atenda qualitativamente as demandas do capital – tratava-se, em Marx, dos inválidos, degradados, incapazes, etc. Contudo, destacamos que nem toda “deficiência” é sinônimo de invalidade de aproveitamento da força de trabalho pelo capital, basta lembrar-se da inserção de deficientes no mercado laboral que, a despeito de ser uma imposição legal, acabou trazendo mais ganhos do que os esperados, pois estes, tal como as mulheres, geralmente, ingressam recebendo um valor por sua mercadoria inferior a que era auferida ao trabalhador não-deficiente anteriormente contratado.

No Brasil, as atividades efetuadas pelos membros do exército de reserva, sobretudo pelos da população consolidada, sejam homens, mulheres ou crianças contribuem para o

processo de (re)produção e acumulação do capital em virtude de estarem submetidos a superexploração do trabalho. Afirmamos isto, partindo das considerações de Oliveira (2006). Segundo a tese deste autor quanto ao modo de produção e acumulação capitalista no Brasil, a existência da economia de subsistência transfere mais-valia para os setores de corte exclusivamente capitalista. Deste modo, tem-se que a acumulação do capital é duplamente beneficiada, se por um lado o capitalista expropria parte do trabalho daquele que vende de forma estável a força de trabalho (formal ou com algum grau de informalidade), por outro há uma expropriação social da mais-valia de trabalhadores que não estabeleceram um contrato estável de compra e venda da força de trabalho, ou seja, do trabalhador informal que compõe a superpopulação consolidada. Este, apesar de não vender sua força de trabalho a um capitalista individual, colabora para a acumulação do capital, indiretamente, de várias formas. Uma dessas formas, pontuamos aqui: o trabalho efetuado nas regiões periféricas das cidades pelos membros do exército de reserva, em sua manifestação de superpopulação consolidada, que atuam como mecanismo *subsidiador* do movimento global de acumulação do capital. Acerca dessa realidade, algumas ponderações devem ser feitas, sustentadas nas teorizações de Oliveira (2003). Princípios apresentando as colocações deste autor e, a seguir, exemplificaremos as atividades subsidiadoras do movimento de acumulação, concentração e centralização do capital.

4.2.2 As Manifestações da Lei de Acumulação no Brasil: Oliveira e a Crítica a Razão Dualista

Schwarz (2003, p. 18-9), no prefácio do livro *Crítica à razão dualista e o Ornitórrinco*, de Francisco de Oliveira, afirma que:

A tese célebre da 'Crítica à razão dualista' dizia algo inusitado sobre o padrão primitivo da agricultura brasileira da época, bem como sobre a peculiar persistência de formas de economia de subsistência no âmbito da cidade grande, ou sobre o desmoralizante inchaço do terciário etc. Para o autor, contrariando o senso comum, estes não eram vestígios do passado, mas partes funcionais do desenvolvimento moderno do país, uma vez que contribuíram para o baixo custo da mão-de-obra em que se apoiava nossa acumulação. O lance era dialético e de mestre, com repercussão em duas frentes. Por um lado a responsabilidade pelo teor precário da vida popular era atribuída à dinâmica nova do capitalismo, ou seja, ao funcionamento contemporâneo da sociedade, e não à herança arcaica que arrastamos mas que não nos diz respeito. Por outro, essa mesma precariedade era essencial à

acumulação econômica, e nada mais errado que combatê-la como uma praga estranha ao organismo.

Para sustentar esse ponto de vista, Oliveira (2003) discutiu o processo de industrialização do país a partir da década de 30 do século XX, momento em que a indústria gradualmente passou a desempenhar papel chave no desenvolvimento econômico brasileiro, ou seja, o desenvolvimento capitalista após 1930 e suas formas de acumulação.

Para o autor “A revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira”, ocorrendo uma substituição gradual da hegemonia da estrutura produtiva agrário-exportadora pela estrutura produtiva de base urbano-industrial, uma substituição que se constituía menos de uma dependência da classe burguesa nacional em relação a internacional do que de uma luta entre setores da classe burguesa brasileira. “Trata-se, em suma, de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substantivamente de uma *realização parcial interna crescente*” (OLIVEIRA, 2003, p. 35).

Para efetuar essa transição fez-se necessário destruir as regras anteriores e criar as condições institucionais necessárias para o desenvolvimento da nova estrutura produtiva - para a introdução de um novo modo de acumulação. Para tanto, o autor destaca três aspectos que desempenharam papel significativo, quais sejam: 1) a regulamentação dos fatores, isto é, os componentes envolvidos na relação entre trabalho e capital, mais especificamente, a relação entre a oferta e a demanda da força de trabalho e do preço desta mercadoria; 2) a intervenção do Estado na economia; e, 3) a organização da agricultura brasileira.

Ao que se refere ao primeiro ponto, Oliveira (2003) chama a atenção de que a implantação do salário mínimo regulariza o preço da força de trabalho, impedindo oscilações do valor desta mercadoria em virtude da variação quantitativa do exército de reserva. Para o autor, a condição de implantação ou expansão do modelo de desenvolvimento industrial era a conversão da população que afluía para a cidade em exército de reserva – ou seja, de superpopulação latente³⁸ à superpopulação líquida. Nesta mudança, o Estado institucionaliza as regras do jogo nivelando o salário mínimo por baixo, uma vez que este é estipulado em referência ao preço mínimo das mercadorias que supririam às necessidades básicas do trabalhador – custo de (re)produção da força de trabalho –; e por submeter até mesmo os trabalhadores especializados ao preço institucionalizado, não podendo, portanto, estes

³⁸ Segundo o autor, a inviabilidade da reforma agrária passa pela necessidade dessa transformação que beneficia a acumulação do capital.

valerem-se da relação oferta/procura para definirem o valor dos seus salários. "A legislação trabalhista iguala reduzindo" e assegura em médio prazo o "cálculo econômico empresarial" (OLIVEIRA, 2003, p. 38). Em suma, as leis trabalhistas – conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modelo de acumulação – são condições necessárias para transformar a população, em geral, em exército de reserva, salvaguardando a relação capital trabalho da "concorrência perfeita" e para "controlar" a definição do preço da mercadoria força de trabalho.

Quanto ao segundo aspecto Oliveira (2003, p. 40) menciona:

O segundo aspecto refere-se a intervenção do Estado na esfera econômica, operando na regulamentação dos demais fatores, além do trabalho: operando na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direto ou indiretamente produtivos, na esfera da produção com fins de subsídios a outras atividades produtivas. Aqui, o seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir.

O Estado é um agente ativo da implantação desse novo modelo de desenvolvimento que tem como premissa colocar a empresa industrial no centro do sistema de acumulação. Para tanto, necessita articular de modo satisfatório o ponto crítico dessas mudanças, qual seja: o papel de agricultura. Ressaltamos, portanto, que a indústria torna-se setor central. A maneira que isto ocorre é a manifestação de uma particularidade do movimento geral do capital; particularidade que condicionará outras, tais como o ser-classe-do-trabalho.

A agricultura cumpre um duplo papel na acumulação de capital no Brasil. É necessário manter ativo o subsetor dos produtos de exportação, mas não estimulá-lo como setor central do sistema. Quanto ao subsetor de produtos destinados ao consumo interno, estes necessitavam manter os custos de produção baixos, pois fundamentalmente, não poderiam encarecer o preço dos produtos necessários a reprodução da força de trabalho urbana, além de fornecer matéria-prima a baixos preços à indústria.

Em torno desse ponto girará a estabilidade social do sistema e de sua realização dependerá a viabilidade do processo de acumulação pela empresa capitalista industrial, fundada numa ampla expansão do "exército industrial de reserva". (OLIVEIRA, 2003, p. 42).

Oliveira (2003), baseado nas reflexões de Rosa Luxemburgo sobre a acumulação primitiva ser uma forma de acumulação estrutural e não apenas gestante do modo de produção capitalista, afirma que no Brasil, na fase de passagem da acumulação do capital com base nas atividades agro-exportadoras para a fase da urbano-industrial, haviam três pilares fundamentais, quais sejam: um enorme contingente de mão-de-obra, em outra palavras, a

superpopulação relativa; a oferta elástica de terras; e, a construção da infra-estrutura (estradas, portos, ferrovias, etc.) efetuadas pelo próprio Estado.

Assim, por exemplo, encontramos o proprietário agrário expropriando o trabalho vivo do arrendatário que está incorporado como trabalho morto na terra preparada pelo segundo, por via de consequência, diminui o valor do produto que o primeiro colocava em circulação. Ou seja, havia, na relação entre proprietário da terra e arrendatário, a expropriação de um trabalho não pago ou como Oliveira (2003, p. 43) expressa “a *expropriação do excedente* que se forma pela posse transitória da terra”. Ademais, como o trabalhador rural produzia tanto para o capital quanto cultivava os alimentos necessários para sua subsistência e de sua família, ele contribuía num duplo sentido para o rebaixamento e manutenção do preço da mercadoria força de trabalho. Por um lado, o custo de sua força de trabalho vivo ficava defasado em relação ao operário urbano, pressionando relativamente o preço da mercadoria desse último; por outro, o proletário rural abastecia a cidade com o seu excedente de produtos alimentícios a baixo preço. Nas palavras do autor:

A manutenção, ampliação e combinação do padrão 'primitivo com novas relações de produção no setor agropecuário têm, do ponto de vista das repercussões sobre os setores urbanos, provavelmente maior importância. Elas permitiram um extraordinário crescimento industrial e dos serviços, para o qual contribuíram de duas formas: em primeiro lugar, fornecendo os maciços contingentes populacionais que iriam formar o 'exército de reserva' das cidades, permitindo uma redefinição das relações capital trabalho, que ampliou as possibilidades da acumulação industrial na forma já descrita. Em segundo lugar, fornecendo os excedentes alimentícios cujo o preço era determinado pelo custo de reprodução da *força de trabalho rural*, combinaram esse elemento com o próprio volume da oferta de força de trabalho urbana, para rebaixar o preço desta. Em outras palavras, o preço de oferta da força de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: custo da alimentação - determinado este pelo custo de reprodução da força de trabalho rural - e os custos de bens e serviços propriamente urbana, que se descreverá mais adiante, tudo forçando para baixo o preço da oferta da força de trabalho urbana e, conseqüentemente, os salários reais. Do outro lado, a produtividade industrial crescia enormemente, o que, contraposto ao quadro da força de trabalho e ajudado pelo tipo de intervenção estatal descrito, deu margem à enorme acumulação industrial das três últimas décadas. nessa combinação é que está a raiz da tendência à concentração da renda na economia brasileira (OLIVEIRA, 2003, p. 46-7).

Em resumo, a tese de Oliveira é que por trás da aparente dualidade entre setor agrário e setor industrial existe uma integração dialética. A agricultura fornece tanto o contingente da mão-de-obra quanto o alimento a um custo baixo ao setor industrial, este, por sua vez, permite a introdução de novas relações de produção no campo, criando um proletariado rural que está submetido à uma alta taxa de exploração de sua força de trabalho.

Outra dualidade contestada pelo autor foi a tese sustentada pelos cepalianos de que existe no país um setor industrial atrasado obstaculizando um desenvolvimento de setores

industriais modernos. Para o autor, há uma redução do entendimento do processo de acumulação do capital à chamada "substituição de importações" (OLIVEIRA, 2003, p.48). A dificuldade de acesso aos bens de consumo em virtude do contexto internacional incentiva a produção em solo nacional; medidas fiscais de proteção ao mercado produtivo interno dificultam as importações, o que permite que o setor industrial possa fabricar a um preço maior e com menor qualidade. Entretanto, essa forma cepaliana de descrição do processo resulta na dualidade moderno-atrasado. Como as demandas são quantitativamente pouco volumosas, as empresas trabalham com capacidade ociosa, provocando o rebaixamento da relação produto/capital. Na análise cepaliana, essas medidas levariam, em longo prazo, na redução da taxa de lucro. Essa conclusão é contestada por Oliveira (2003), ao afirmar que, se for introduzido na análise o conceito de mais-valia, perceber-se-ia que a taxa de lucro pode aumentar, mesmo quando o capital fixo esteja subutilizado, pois é necessário atentar tanto para o aumento da mais-valia relativa e absoluta quanto para o caráter monopolístico das empresas. Ampliando o debate com a introdução dessas questões, Oliveira demonstra que a industrialização substitutiva de importações não se baseia em uma necessidade de consumo, mas sim, na necessidade de acumulação.

A industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, às necessidades de acumulação e não às de consumo. [...] No Brasil, também foi assim: começou-se a produzir internamente em *primeiro lugar* os bens de consumo não-duráveis destinados, primordialmente, ao consumo das chamadas classes populares [...] e não o inverso, como comumente se pensa. [...] O fato de que o processo tenha desembocado num modelo concentracionista, que numa segunda etapa da expansão vai deslocar o eixo produtivo para a fabricação de bens de consumo duráveis, não se deve a *nenhum fetiche ou natureza dos bens*, a *nenhum 'efeito-demonstração'*, *mas a redefinição das relações trabalho-capital, à enorme ampliação do 'exército industrial de reserva'*, *ao aumento da taxa de exploração, às velocidades diferenciais de crescimento de salários e produtividade que reforçam a acumulação* (OLIVEIRA, 2003, p. 50)

O autor argumenta que os altos preços dos produtos internos estão a serviço da acumulação e concentração, uma vez que é necessário que os produtos que não são fundamentais a reprodução da força de trabalho sejam altos mesmo que não competitivos, visto que o mercado está protegido por leis alfandegárias, leis estas que também tornam os produtos destinados à exportação competitivos, ou seja, reduzem seus preços no mercado internacional.

Francisco de Oliveira considera também falaciosa a tese da existência, no Brasil, de um setor terciário inchado. Para ele, o crescimento do terciário faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista. Assim, o setor de serviços

cumpra um triplo papel: 1) absorve parte da força de trabalho não necessária à indústria – uma força de trabalho barata, que permite que este setor fundamente suas taxas de lucro na exaustiva exploração da mais-valia absoluta; 2) abastece as indústrias fornecendo infraestrutura e serviços de modo que a indústria brasileira exterioriza seus custos de produção, aumentando a taxa de lucro; e, 3) esse setor, na periferia das cidades, permite a co-existência de uma economia de subsistência, fornecendo à força de trabalho produtos necessários à reprodução com um preço que não altere o valor do salário real o que, por via de consequência, encareceria o preço da força de trabalho vivo.

A análise desse autor refere-se aos anos de 1960 e início de 1970, mas conforme destaca Holzmann (2006, p. 87), “continua válido para o início do século XXI, acrescido de elementos novos que fazem acentuar a presença desses trabalhadores informais no cenário econômico e social brasileiro”.

O próprio autor atualizou seu escrito no início dos anos 2000, começando por uma análise da vantagem dos países de “desenvolvimento tardio”, o autor vai discorrer acerca do ornitorrinco que se tornou o Brasil. Oliveira (2003, p. 67) considera que um dos fatores que influencia na diminuição dos postos de trabalho é a vantagem que o modelo de expansão em países de “desenvolvimento tardio” tem, (ao que se refere à internalização, no processo produtivo, de tecnologias que aumentam a mais-valia relativa sem antes dispensar os ganhos da mais-valia absoluta):

Assim, na verdade, o processo de reprodução do capital 'queima' várias etapas, entre as quais a mais importante é não precisar esperar que o preço da força de trabalho se torne suficientemente alto para introduzir as transformações tecnológicas que economizam trabalho (OLIVEIRA, 2003, p. 67)

Segundo o autor, esta vantagem, somada aos processos descritos até o momento fizeram do Brasil um “ornitorrinco”. As características mais gerais que dão forma a esse ser indefinido são: um alto índice de urbanização, a hegemonia do *agro business*, a concomitância de modos de produção – a persistência do modo produtivo característicos da segunda revolução industrial sendo acompanhado pelo desenvolvimento de setores da economia onde prevalecem as novas formas técnicas de acumulação do capital (revolução molecular-digital), uma estrutura do setor de serviços diversificado, um setor financeiro atrofiado e uma distribuição heterogênea da população economicamente ativa ocupada entre os diversos setores da economia.

Para efetuar essas transformações oportunas à acumulação do capital, fez-se necessário novamente destruir as regras anteriores e criar as condições institucionais necessárias para o

desenvolvimento da nova estrutura produtiva. Exemplos dessas transformações é o término do regime ditatorial e sua substituição pela democracia burguesa que pôde implantar, de forma mais “legítima”, a abertura do mercado brasileiro, as privatizações das empresas estatais, a flexibilização das leis trabalhistas, etc. Medidas que já vinham sendo gestadas ainda sob a ditadura e que puderam ser implementada no decorrer das décadas de 1980 e 1990.

Oliveira (2003) afirma que se agravou a passividade brasileira frente aos países centrais. Além desta constatação o autor elabora outras argumentações teóricas e conclui que, trata-se de transformar todo o tempo de trabalho em tempo de trabalho não-pago, trata-se da fusão da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa e que isto é possível em virtude da plenitude do trabalho abstrato. É o aumento da produtividade do trabalho pela introdução da moderna maquinaria que permite estender a efetuação do trabalho para além da antiga jornada de trabalho, que permitiu coincidir tempo de trabalho com tempo de produção, eliminando, teoricamente a porosidade do trabalho, transformando todo o *quantum* de tempo socialmente necessário para a produção-circulação-comercialização, ou seja, o movimento de K a K' (K-T-K') em tempo de trabalho não-pago. São as novas formas de produção baseada na alta tecnologia que permite fundir a mais-valia relativa e absoluta³⁹. Nas palavras do autor:

Aqui, fundem-se mais-valia absoluta e relativa: na forma absoluta, o trabalho informal não produz mais do que uma reposição constante, por produto, do que seria o salário; e o capital usa o trabalhador somente quando necessita dele; na forma relativa, é o avanço da produtividade do trabalho nos setores *hard* da acumulação molecular digital que permite a utilização do trabalho informal (OLIVEIRA, 2003, p. 135-6).

Deste modo, a dicotomia trabalho formal/informal perde força explicativa, como já demonstramos, pois, novamente, não temos um setor avançado em contraposição com um setor atrasado que freia o desenvolvimento do primeiro, mas este concretiza o movimento do valor apropriando-se da super-exploração efetuada no segundo. “Combina-se, pois, a

³⁹ **Subsunção** - nota de rodapé página 35 da introdução e 13 do capítulo I. “ Arriscaríamos alguns conceitos novos. Diríamos que pode haver uma espécie de *subordinação intelectual* (ou espiritual) do trabalho ao capital. Teríamos assim a subordinação formal, a subordinação formal-material (em sentido próprio) e a *subordinação formal-intelectual* (ou espiritual) do trabalho ao capital. As duas últimas seriam reais (na nossa versão; na de Marx, só a segunda é real, a primeira e a terceira são formais). E, se no caso, da subordinação formal, o trabalhador é formalmente *suporte*, sem ser (materialmente) apêndice, se no caso da subordinação formal-material ele é *apêndice*, além de ser suporte, na subordinação formal-intelectual ele é de certo modo *servidor* do novo mecanismo, um autônomo espiritual). **Subsunção** – desdobramento do conceito em formal e real. “[...] o que é específico é que a força de trabalho, além de ser um dos elementos constitutivos da relação social que a aprisiona e 'submete', é também um elemento que nega aquela relação e por isso mesmo sua 'subordinação' precisa ser reiteradamente afirmada. É neste processo que o capital visa a superar uma subordinação (melhor: subsunção) meramente formal, transformando-a em real (subsunção real)”.

acumulação molecular-digital e o puro uso da força de trabalho” (OLIVEIRA, 2003, p. 140). Assim, num movimento dialético, a ciência e a técnica como um dos múltiplos fatores para a super-exploração da mais-valia, criam uma massa de pessoas cada vez maior que vivência o aumento de sua exploração ser diretamente proporcional a sua pauperização. Sendo que é na concretude da relação que esses indivíduos estabelecem com o trabalho que eles fornecem um subsídio que assegura a manutenção da relação que outros trabalhadores desenvolvem diretamente com quem se apossou do trabalho alienado. Trata-se de uma relação dialética em que a exploração da mais-valia absoluta e relativa em determinados setores da economia é subsidiada pela exploração da mais-valia absoluta de outros e esta oportunizada por aquela.

Ademais, estamos produzindo mais-valia quando concretizamos nossa força de trabalho física-mental-afetiva transferindo-a para um produto-serviço que comporta o valor, mas também produzimos mais-valia quando supostamente cremos estar apenas consumindo aquele produto-serviço. Quando, como o exemplo apresentado por Oliveira, acessamos de nossas casas nossas contas bancárias e efetuamos trabalhos que antes eram realizados por um profissional. Os exemplos de trabalhos que efetuamos na forma de consumo proliferam-se e produzimos mais-valia agradecidos pelo desenvolvimento da técnica e da ciência que possibilitaram tamanho controle, comodidade e exploração da mercadoria força de trabalho. Eis o desenvolvimento das forças produtivas, eis a transformação do tempo de trabalho em tempo de trabalho total não pago.

O resultado desse avanço, para Oliveira (2003, p. 145-6), trouxe conseqüências para a constituição do *ser-classe*; nas palavras do autor:

As forças do trabalho já não têm “força” social, erodida pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato-virtual e “forças” políticas, posto que dificilmente tais mudanças na base técnico-material deixariam de repercutir na formação da classe. [...] A representação de classe perdeu sua base e o poder político a partir dela estiolou-se. Nas específicas condições brasileiras, tal perda tem um enorme significado: não está à vista a ruptura com a longa “via passiva” brasileira, mas já não é mais o subdesenvolvimento.

Presenciamos, portanto, que o desenvolvimento das forças produtivas nas últimas décadas, resultantes do que o autor chamou de revolução molecular-digital, alterou as formas de organização do trabalho social, condicionando as formas de manifestação do ser-classe-do-trabalho. Assim, os esforços científicos estão imediatamente sendo introduzidos no meio produtivo, seja para desenvolver as forças produtivas, seja para tornar o novo obsoleto, seja para cooptar os trabalhadores que suas distintas formas de gestão da mão de obra. Corroboramos, portanto, que a técnica e a ciência estão, em geral, à serviço do capital; como

também têm gerado um movimento que Oliveira expressa da seguinte forma: “o conjunto dos trabalhadores é transformado em uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente” (OLIVEIRA, 2003, p. 136).

Salientamos que esse intercâmbio diagnosticado por Oliveira, ocorre tanto da superpopulação fluente para o exército ativo quanto daquela para a superpopulação estagnada e, segundo dados apresentados anteriormente, esse último movimento tem sido o mais significativo. Voltamos, portanto, à invalidação do argumento da necessidade de crescimento econômico, este impulsionado pelo desenvolvimento das forças produtivas, e a possibilidade da criação de um mercado de emprego pleno e decente, uma vez que aquele produz justamente um de seus limites: uma população relativamente supérflua, subsidiária e subsidiadora que, de distintas formas, manifesta-se como mecanismo que alavanca o movimento de acumulação do capital e torna-se sua condição de existência. Discutiremos a pertinência das considerações de Oliveira elucidando melhor suas análises e relacionado-as com algumas manifestações do trabalho na atualidade.

4.2.3 Exemplificando algumas formas de superexploração da população constituinte do ER

Problematizaremos, nesse item, alguns exemplos que evidenciam como as atividades da superpopulação estagnada alavancam o movimento de acumulação do capital, atuando como mecanismo de depressão do valor da força de trabalho.

O primeiro exemplo que pontuamos são os trabalhos efetuados por mulheres que compõem a superpopulação estagnada e que são *supérfluas* para determinados segmentos da produção de valor por não possuírem uma mercadoria qualitativamente necessária a estes, mas atuam como mecanismo de barateamento da força de trabalho, pois o trabalho vivo efetuado por elas, na periferia das cidades, funciona como um mecanismo que alavanca a exploração por via da diminuição dos custos de produção e reprodução da força de trabalho. À guisa de exemplo, a prestação de serviços como “cuidar de crianças” efetua um rebaixamento no valor real dos salários devido ao ínfimo custo que as famílias tem com os cuidados na criação dos seus filhos e reprodução da força de trabalho – segundo a lei do valor,

mantêm-se os salários em patamares mais baixos. E também desonera o Estado dos custos de prestação daquele serviço, que então pode livremente alocar as verbas que deveriam estar destinadas à educação para o fomento dos setores industriais da economia. Percebemos, portanto, que atividades desenvolvidas pelo setor estagnado do exército de reserva, além de efetuar pressão no valor do preço da força de trabalho, ainda retiram do cenário da disputa por investimentos públicos todo um setor das camadas ditas populares.

Além disso, essas mulheres das periferias também auxiliam na manutenção do rebaixamento dos salários dos segmentos dos trabalhadores que possuem um rendimento mais elevado – aqueles que, segundo Alves (2005), pertencem ao lado especializado e qualificado do novo e precário mundo do trabalho. Holzmann (2006, p. 84), demonstra isso ao mencionar que:

Esses trabalhadores [domésticos] recebem precária remuneração, têm baixa formalização da relação de emprego, são social e espacialmente segregados nos domicílios onde prestam serviços e onde, muitas vezes, também residem. O espaço que lhe é reservado é, comumente, exíguo e apartado dos espaços de vivência dos moradores⁴⁰. Trabalhadores com pouca visibilidade são fundamentais na manutenção de um estilo de vida dos segmentos médios e superiores da hierarquia social brasileira, que não dispensam a delegação das tarefas cotidianas a pessoas que lhe servem, privadamente, em troca de pouca remuneração e, quase sempre sem nenhuma proteção social.

Essas mulheres ainda auxiliam na circulação do capital ao efetuarem atividades como autônomas, mas especificamente como revendedoras de roupas, de cosméticos, etc. A indústria da beleza é um exemplo clássico da circulação de produtos por meio do uso da força de trabalho feminino. Pastore e Maciel (2006) destacam que, no Brasil, o mito da beleza perpassa todas as classes, sendo que os setores populares garantem um mercado relativamente estável em virtude da proximidade das relações estabelecida entre consumidora e revendedora. Por esta razão, a logística utilizada pelas indústrias do setor é apontada como uma das mais eficazes. Contudo, pontuamos outra razão para o sucesso deste modelo de distribuição de mercadorias: a precarização do trabalho, pois além do baixo custo da mão de obra o contrato entre empregador-revendedora não segue os critérios formais. Estas mulheres – que conforme estudo das autoras supracitadas, possuem um renda familiar média de 2

⁴⁰ Empreendimentos imobiliários veiculados na imprensa constituem relevante fonte de informação das condições que são destinadas a esses trabalhadores na concepção do espaço dos domicílios. O exame dessas edificações revela a visão da sociedade brasileira sobre os trabalhadores domiciliares (ocupantes de novas “senzalas”), das quais recente lançamento é indicador: uma apartamento com área de 260 m², as dependências do empregado (dormitório e banheiro) ocupam área aproximadamente de 6 m², pouco mais de 2% da área total. O terraço mede 55m², ocupando 21% da área total do imóvel. Esse exemplo não é a exceção, mas a regra na organização dos espaços residenciais.

salários mínimos e baixa escolaridade –, não receberam mais do que R\$ 150,00 mensais ao longo do ano de 2005. As empresas procuram “compensar” esse baixo investimento distribuindo brindes para as trabalhadoras e desconto nas compras de produtos. Desta forma, além da empresa estar investindo na imagem da marca, por meio da melhor aparência da vendedora, ela fideliza clientes ao oferecer cotas de descontos e ainda garante uma ampla cobertura do mercado consumidor a um custo relativamente baixo, valendo-se do “trabalho ‘invisível’ das mulheres que alimentam e movimentam a indústria de cosméticos” (PASTORE e MACIEL, 2006, p. 321).

Pensamos não ser necessário elencar outros exemplos para afirmar que estas mulheres, por realizarem pelo menos uma hora de trabalho na semana de referência – retomando o questionário do IBGE –, em geral, figuram nas taxas dos ocupados, portanto, reduzem os índices de desemprego, sem, contudo, revelar o *quantum* de indivíduos que demandam por postos de trabalho que atendam as metas da ONU. Com isso, para a sociedade, de um modo geral, para os trabalhadores, de modo específico, falseia-se o cenário do mercado laboral e é atenuada a necessidade de reivindicações que tensionariam um enfrentamento entre as classes. Para a classe capitalista, o trabalho vivo dessas mulheres é trabalho inscrito no processo de produção, circulação e comercialização de mercadorias, mas não pago pelo capitalista.

Outra atividade desempenhada por membros da superpopulação estagnada que contribui com o movimento de acumulação de capital são as atividades efetuadas pelos denominados catadores de materiais reciclados. Segundo Bosi (2008), geralmente, estes são entendidos pelas Ciências Sociais como indivíduos que não participam do circuito econômico. Todavia, o autor defende a hipótese de que, no Brasil, os catadores estão integrados ao processo de acumulação de capital e que a qualificação necessária para a produção deste tipo de atividade está justamente na suposta condição de exclusão⁴¹. Para sustentar seus argumentos o autor apresenta algumas reflexões que reproduziremos. A primeira delas destaca a relação entre as tecnologias necessárias para o reciclo e a existência de uma mão-de-obra barata.

[...] a reciclagem no Brasil só tornou-se possível em grande escala quando o recolhimento e a separação dos resíduos se mostraram uma tarefa viável e de baixo custo, isto é, realizável por trabalhadores cuja remuneração compensasse investimentos de tecnologia para o surgimento do setor de produção de material reciclado. Qualquer que fosse a organização desse tipo de trabalho, sua taxa de lucro deveria competir com preços determinados, por exemplo, pelo mercado mundial

⁴¹ Ferraz e Cavedon (2008) demonstraram em um estudo sobre artesãs ligadas à Economia Popular Solidária como o discurso de “ser excluído” é utilizado como forma de fidelizar clientes. Ressalta-se, deste modo, a existência da pseudo-exclusão social.

responsável por derivados de petróleo (PET, PVC e demais embalagens plásticas) e pela produção de alumínio e de celulose. Nestes termos, explica-se por que essa força de trabalho surgiu composta de trabalhadores sem contrato e com uma produtividade que pudesse ser definida pelo pagamento por produção: uma população desancada do mercado de trabalho e sem atributos para retornar às ocupações formais. [...] Assim, ao contrário do que se pode pensar, foi uma força de trabalho numerosa de catadores que tornou tais tecnologias viáveis para serem empregadas, possibilitando a expansão do negócio da reciclagem no Brasil. (BOSI, 2004, p. 104).

A segunda reflexão relaciona o montante do produto reciclado ao faturamento das empresas recicladoras, à renda e à jornada de trabalho dos catadores. No ano de 2003, por exemplo, o faturamento auferido com a reciclagem de plástico situou-se na casa dos 1,22 bilhões de reais. No setor de alumínio, a comparação dos preços pagos pela tonelada do material limpo e prensado decaiu no período que se estendeu de 2000 a 2005⁴². Os motivos disso estão relacionados ao aumento no número de catadores e a queda na cotação do dólar; isto fez com que as empresas produtoras de embalagens preferissem o material reciclado em relação a importação do alumínio, reduzindo em 40% a demanda. Quanto aos trabalhadores, o estudo de Bosi (2008, p. 111-2) demonstra que seus rendimentos não ultrapassam o salário mínimo, e que a 90% deles trabalham mais do que 6 horas diárias e 65% mais de 8 horas diárias durante 6 dias por semana. Relacionando os dados, o autor concluiu que:

A realidade dos catadores aqui examinada e discutida ajuda a esclarecer sobre a natureza do seu trabalho. Subordinado, integrado e requerido pelo processo de acumulação de capital, o trabalho dos catadores traz, como força produtiva, a marca das relações capitalistas de produção. Sua organização acontece determinada pelo capital envolvido no negócio da reciclagem, embora a relação social de exploração sobre o trabalho não apareça formalizada em contratos que fixem jornadas e salários (BOSI, 2008, p. 113).

Outro exemplo de atividades efetuadas nas regiões periféricas das cidades e que sustentam o movimento do capital é encontrado no setor têxtil. Campos, Ponce e Lago (2008) realizaram um estudo nas oficinas de costuras que utilizam trabalho de imigrantes não-legalizados, principalmente mão-de-obra boliviana. Nelas, as jornadas de trabalho são exaustivas e o pagamento é feito por peça. Os imigrantes trabalham de 16 a 18 horas por dia, efetuando três pausas de 30 minutos para alimentação, isto de segunda à sábado. No domingo é dia de folga, mas como a maioria deles reside nas próprias oficinas e o ganho semanal é ínfimo, o descanso é substituído pelo trabalho. A renda auferida com o labor depende da produtividade diária, sendo que o valor das peças variam entre R\$ 0,30 e R\$ 1,00, o salário

⁴² Em 2000 pagava-se R\$ 1750,00 por tonelada do produto, em 2005 esse valor era de R\$ 3000,00. “Contudo, se deflacionados os valores referidos ao período de 2003 a 2005, verifica-se uma queda nesses preços pagos pelo alumínio reciclável” (BOSI, 2008, p. 109).

mensal não ultrapassa a casa dos R\$ 400, e deste valor é descontado o aluguel e a comida. O produto dessas oficinas possui pelo menos dois destinos, as lojas de departamento tais como C&A, Marisa e Riachuelo e os centros comerciais conhecidos como camelódromos (CAMPOS, PONCE e LAGO, 2008). A Comissão de Inquérito Parlamentar realizada em São Paulo para averiguar as condições de trabalho nas oficinas de costuras não desvendou a complexa rede de produção-circulação-comercialização dos produtos e a distribuição do capital efetuada nela, diferente das investigações efetuadas em Buenos Aires (Argentina). Segundo Campos, Ponce e Lago (2008, p. 12):

Além da identificação das empresas, foi calculada a divisão do lucro da cadeia produtiva a partir da divisão dos preços: 75% ficam com as marcas, 15% com as tecelagens, 3% com as oficinas e 2% com o intermediário. As roupas produzidas pelas oficinas foram divididas em quatro categorias de lojas. O primeiro conjunto de roupas é vendido nos Shopping Centers e tem o preço mais elevado, o segundo tipo é vendido nas grandes avenidas, à terceira categoria são roupas vendidas por camelos e nas lojas da Rua Rio de Janeiro (uma rua de comércio popular em Buenos Aires) e o quarto grupo são as de roupas falsificadas. A Puma vende uma peça na sua loja oficial por \$250 pesos e paga \$1,50 pesos para a oficina. A Cheeky comercializa uma roupa no shopping por \$32 pesos e paga ao costureiro que confeccionou \$0,30 centavos de pesos. A Montagne vende jaquetas térmicas no shopping por \$400 pesos, dos quais \$1,50 pesos são repassados ao trabalhador.

No caso dos produtos de primeiro e segundo tipo, temos empresários beneficiando-se tanto com a superexploração indireta quanto com a exploração direta do trabalho. Indireta por meio dos contratos de compra dos produtos têxteis e direta pelas relações trabalhistas efetuadas em suas lojas. Os funcionários desses estabelecimentos possuem condições de trabalho privilegiadas, se comparadas a dos bolivianos, mas estão longe de deixarem de ser trabalhadores-explorados, pois em geral, estão sujeitos às precarizações provenientes da flexibilização nas relações de trabalho, conforme apontaram estudos de Brandão et. al. (2008). A superexploração da mão-de-obra boliviana alimenta também o trabalho informal nos camelôs. Entre estes há outra rede de inter-relações-informais que possibilita que alguns possuam uma renda superior aos trabalhadores que estabelecem contratos respeitando aos critérios formais, todavia isto se dá em virtude da super-exploração dos imigrantes e da exploração dos prepostos que auxiliam na venda nos pontos populares de comercialização. Nem preposto nem camelo possuem os direitos adquiridos pelos trabalhadores, sendo a renda do primeiro, geralmente, inferior a do segundo.

Apesar de esses imigrantes terem a personificação de um capitalista e um contrato (ilegal) de trabalho, eles podem ser considerados como exército de reserva, pois nesta parte do exército ativo o “máximo do tempo de serviço é o mínimo de salário”, no caso, uma condição

de semi-escravidão. Eles são a manifestação mais contundente da necessidade de migração dos trabalhadores pela busca por trabalho, revelando a existência de um contingente populacional de reserva em seu país de origem. As atividades que eles desenvolvem, sob tais condições auxiliam no decréscimo do custo da força de trabalho, pois as roupas comercializadas nos camelódromos, além de minimizarem o custo destinado à satisfação das necessidades dos trabalhadores, ainda sustenta o consumo *kitsch* (CROCI e VITALE, 2000, p. 124), possibilitando a este estrato social a concretização de um modelo de consumo possível apenas aos que estão localizados em posições estruturais onde o trabalho é mais bem remunerado em função da divisão social do trabalho. Sem considerar que é em virtude da existência quantitativa desse contingente populacional que é possível efetuar tal nível de exploração da força de trabalho, uma vez que a impossibilidade de outras atividades obriga os trabalhadores à submissão.

Em suma, é o trabalho vivo dos trabalhadores informais da periferia (catadoras e catadores, costureiros e costureiras) cristalizados nos produtos (materiais recolhidos, prensados e entregue aos atravessadores; roupas confeccionadas e comercializadas em grandes magazines; crianças bem-cuidadas; o batom entregue em casa) que funciona como um mecanismo subsidiador da produção e acumulação de capital, beneficiando os setores de alta produtividade da economia. Além disso, estes trabalhadores constroem uma realidade oficial do mercado de trabalho (índice de desemprego) que pouco corresponde a concretude deste mercado.

Trazendo outro exemplo, agora aventado pelo próprio Francisco de Oliveira (2006), podemos perceber a importância dos trabalhos/serviços realizados nas regiões periféricas das cidades para a manutenção dos salários a patamares que intensificam a exploração da mais-valia. Trata-se dos mutirões para a construção de casas, que aparentemente, apresentava ao autor um paradoxo: como um vendedor de uma mercadoria com baixo preço possui sua própria casa? Esse suposto paradoxo efetiva também a baixa dos salários, pois há uma diminuição no custo da reprodução da força de trabalho vivo.

Radicalizamos um pouco essa discussão problematizando as atividades efetuadas na dita economia subterrânea, cuja informalidade dos contratos de trabalho é traço marcante justamente em função do caráter de sociabilidade ilegal que regem tais relações de produção, circulação e consumo. Como menciona Salama (1999), as atividades ligadas a esses setores são de difíceis delimitações devido às diferentes leis que regem a legalidade de determinadas mercadorias nos diferentes países. E, por serem ilegais, não há dados precisos ou se quer

confiáveis sobre o tamanho e a taxa de lucratividade deste setor. Arbex Júnior (1993) compara o faturamento anual do narcotráfico no EUA com o de grandes empresas como a General Motors, a Ford, a IBM, dentre outras. Segundo o autor, apenas a primeira alcança os 125 bilhões de dólares movimentados pelo tráfico naquele país. Utilizando as estimativas da movimentação financeira dos negócios vinculados a produção, comercialização e consumo de drogas da ONU (que no ano de 1998 seria de cerca de 500 bilhões de dólares), Estenssoro (2003, p. 97-8) afirma que:

Trata-se não apenas de algumas máfias, mas de uma atividade agro-industrial-comercial e financeira integrada verticalmente, de alcance planetário, que não paga impostos e gera os maiores lucros, ou seja, a “face oculta do capitalismo neoliberal de nosso tempo” [...] Na verdade, deixando de lado os custos e a ética, trata-se sim de uma atividade que gera renda em países pobres.

O autor considera que esta atividade gera renda em países pobres por ser nestes que, em geral, ocorre a produção *in natura* e a transformação em substâncias sintéticas como também parte do consumo. O setor de produção de substâncias que causam dependência química é duplamente lucrativo para o modo de produção capitalista, pois além de gerar resultados financeiros positivos ilegalmente, produz uma necessidade social que gera lucro no mercado legal, qual seja: a recuperação da saúde dos consumidores dessas substâncias consideradas ilícitas, pois conforme destaca Andrade Neto (s/d) a recuperação dos dependentes químicos ocorre via tratamentos médicos de elevado custo. Assim, vemos a proliferação de clínicas especializadas e de medicamentos da moderna indústria farmacêutica.

Outra atividade ilegal que aumenta as taxas de lucro tanto do mercado legal quanto no ilegal é, segundo Estenssoro (2003), o uso do trabalho infantil. A produção de mercadorias lícitas encontra na pauperização social a possibilidade de empregar mão-de-obra infantil. Marx (1996a) no capítulo da maquinaria discute a introdução da força de trabalho infantil nas indústrias têxteis como uma forma de baratear o preço da força de trabalho. Essa forma, hoje ilegal, continua sendo realizada. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, no Brasil, em 2002, estimava-se que 2.988.294 crianças entre a idade de 5 a 15 anos estavam desempenhando alguma atividade considerada pelos órgãos governamentais como sendo laborais; destas cerca de um milhão setecentos e dezenove mil e quarenta e seis (1.719.046) crianças não recebiam nenhum tipo de rendimento financeiro, por estarem realizando trabalho “em proveito próprio ou para a família”. O relatório do MTE (2005) menciona que “As ações de combate ao trabalho infantil no período de 2001 a 2003 resultaram na localização de 23.725 crianças e adolescentes trabalhando ilegalmente com idade abaixo da mínima,

considerando os setores formal e informal da economia”. Essa é a realidade que justifica a redução da idade ativa para a mensuração populacional de indivíduos aptos para a venda da força de trabalho.

Estes dados tanto corroboram as considerações de Marx ainda no século XIX, quanto permite afirmarmos que a força de trabalho infantil originalmente compreendida no estrato populacional da *superpopulação estagnada dos candidatos ao trabalho* pode ser duplamente utilizada pelo capital. Por um lado, parte dessa força de trabalho é atraída ao exército ativo, conforme a necessidade de acumulação do capital, desempenha atividades consideradas legais, na forma de aprendizes ou estagiários, exercendo funções a um preço inferior ao pago aos trabalhadores em idade adulta, portanto, exercendo pressão no valor da força de trabalho. Outra parte mantém-se no exército de reserva, em sua manifestação estagnada, mas agora assumindo ser apta ao trabalho e desenvolvendo atividades informais e ou ilegais, contribuindo igualmente para o rebaixamento da mercadoria da força de trabalho, e para a super-exploração da mais-valia, em virtude dos baixos rendimentos adquiridos pelos menores. No caso do não recebimento de rendimentos, ou seja, na execução de atividades para proveito próprio ou familiar, essas crianças indiretamente repassam a mais-valia aos setores da economia capitalista ao suprirem o exército ativo de serviços por eles demandados, conforme as teorizações de Oliveira (2003). A Organização Internacional do Trabalho destaca ainda um lado mais cruel dessa exploração do trabalho infantil, apontando que cerca de 200 milhões de crianças são submetidas diariamente ao trabalho e, destas, três a cada quatro desenvolve atividades ligadas, sobretudo ao tráfico e a exploração sexual.

Quanto ao tráfico, pontuamos apenas que essa é mais uma forma de super-exploração desse setor ilegal da economia capitalista acrescentado a discussão anterior. Quanto à exploração sexual mencionamos que essa espécie de serviço tanto fornecida por crianças quanto por adultos pode ser considerada como um trabalho produtivo, a despeito das discussões morais que são efetuadas. Exemplo que evidencia isso é a venda já oficializada desses serviços em certas regiões sob o nome de turismo sexual. Sobre isso o antropólogo e professor da Universidade de Córsega, Franck Michel, comentada em artigo intitulado: “Pobres Prazeres: Rumo ao Turismo Sexual de Massa” e publicado no Jornal *Le Monde Diplomatique* de agosto de 2006 a seguinte constatação⁴³.

⁴³ Acrescentamos apenas que a prostituição apontada pelo antropólogo não se restringe aos países do sul, tampouco, quando ocorre nos países do norte, os profissionais não são oriundos somente dos países comumente denominados “do lado de baixo do equador”.

A prostituição “turística” atinge muitos países do Sul: neles, as garotas (ou os rapazes) são jovens, pobres e pouco educados e, portanto, facilmente exploráveis. Elas aderem de maneira mais ou menos forçada à prostituição, uma “profissão” que não têm, contudo, nenhuma vontade de exercer. À procura de sexo fácil e barato, os turistas sexuais estrangeiros afluem, atraídos por essa carne fresca, disponível e submissa. Nesses Estados, depois da expansão do turismo de massa, o setor informal da prostituição desenvolveu-se com o afluxo mais importante de turistas individuais. Tornou-se possível estabelecer uma espécie de cartografia do turismo sexual: as mulheres vão a Goa, à Índia, à Jamaica, a Gâmbia, enquanto os homens preferem os países do sudeste asiático, o Marrocos, a Tunísia, Senegal, a República Dominicana, Cuba, Panamá, o Suriname, o México – sem esquecer o Brasil onde teriam sido recenseadas não menos de 500 mil crianças que praticam a prostituição.

Apesar do autor não mencionar as cifras movimentadas por essa atividade, não cometemos equívoco ao afirmar que as atividades ilegais efetuadas por adultos e crianças, principalmente em países periféricos, configuram-se como uma forma eficiente de acumulação do capital. A ilegalidade é um dos fatores determinantes das altas taxas de exploração de mais-valia. Sendo assim, pontuamos que as mesmas não podem mais ser consideradas, como em Marx, atividades efetuadas por indivíduos do *lumpemproletariado*. Argumentamos, portanto, que em virtude da pauperização das sociedades periférica e da forma que o capitalismo apropria-se das relações sociais, ao descrevermos o ER não podemos mais abstrair “[...] vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o *lumpemproletariado* propriamente dito” (MARX, 1996b, p. 273) uma vez que este não deve ser caracterizado pela forma de ocupação dos indivíduos, ou seja, pela especialização da divisão social do trabalho, mas sim como estão sendo produtos do capital, alavanca de sua acumulação e condição de existência mesma.

Pontuamos, resumidamente, que as atividades por Marx consideradas como sendo específica do *lumpemproletariado* trata-se, no contexto aqui estudado, de um setor produtivo da economia a despeito de ser ou não ilegal, ao mesmo tempo em que se mantém sendo espaço de atuação para agiotagem, lavagem de dinheiro, etc. Os indivíduos que se beneficiam com essas atividades, explorando a força de trabalho, tendem a compor o grupo denominado *lumpem* quando as lutas de classe tornam-se manifestas, isto porque uma possibilidade de transcendência da auto-alienação inviabilizada a exploração legal e ilegal. Em suma, o que objetivamos demonstrar é que se essas atividades, por um lado, intensificam a pauperização, por outro, intensificam o acúmulo de capital formando assim um contingente de indivíduos que enriquecem explorando ilicitamente a outros. O que queremos destacar é a inserção de atividades ilícitas na discussão do trabalho produtivo – trabalho fornecedor de mais-valia – de tal modo que essas não podem qualificar seus trabalhadores como um *lumpemproletario*. A qualificação que cabe aos indivíduos que têm parte de seu trabalho ilegalmente explorado de

formas irregulares e precárias é o de ER em sua manifestação estagnada. Quando essa exploração é efetuada de forma permanente, ponderamos que esses indivíduos contratados pelos setores ilegais da economia, são também parte do Exército Ativo em extrema condição de informalidade e sobre estes, recaem a concorrência daqueles.

À essas reflexões acrescentamos a afirmação de Oliveira (2003)⁴⁴:

Daí derivou uma explicação para o papel do “exército de reserva” nas cidades, ocupados em atividades informais, que para a maior parte dos teóricos era apenas consumidor de excedentes ou simplesmente *lumpem*, e para mim, fazia parte também dos expedientes de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana (OLIVEIRA, 2003, p. 130).

É neste sentido que não consideramos *lumpemproletariado* esse conjunto heterogêneo de indivíduos que só possuem a força de trabalho para vender e não ingressam nas atividades produtivas que utilizam as mais novas técnicas na organização da produção e são juridicamente legais; esses trabalhadores que vivem em condições cada vez mais pauperizadas. As reflexões sobre os textos históricos desenvolvidos por Marx e a consideração de Oliveira acerca da produção da mais-valia, da super-exploração da mesma a partir dos trabalhos efetuados nas regiões periféricas das cidades, permite-nos afirmar que a categoria *lumpemproletariado* é uma categoria antes de tudo política, sem deixar de ter desdobramentos econômicos, e só é possível definir se estes ou aqueles setores sociais manifestar-se-iam como *lumpemproletariado* em momentos históricos específicos em que as lutas de classes deflagram-se na arena político-econômica. Por sua vez, o exército de reserva é uma categoria econômico-política que é produzida pelo movimento de acumulação do capital, manifesta-se como sua alavanca, é a condição de existência desse modo de produção e, por ser intrínseca ao capitalismo, autonomiza-se, submetendo os trabalhadores a tentativa de evitar permanecer nela durante períodos muito longo, sob o ônus de perder suas próprias vidas, condicionando-os a concorrência pelos minguados e precários postos de trabalho.

Com os exemplos arrolados indicamos que o exército de reserva, em suas múltiplas manifestações, colabora com a valorização do valor, pois estar neste contingente populacional não é sinônimo de estar sem trabalho, mas de estar sem emprego, esta categoria social que engloba as normas de sociabilidade formal. O trabalho medeia as relações sociais dos indivíduos do exército de reserva tanto quanto do exército ativo e, por aquele tratar-se de uma mercadoria, reproduz as contradições da relação entre capital-trabalho, sem a necessária

⁴⁴Possivelmente, Oliveira usa o termo exército de reserva entre aspas por estar usando uma categoria marxiana clássica, atribuindo-lhe um papel explicativo no movimento de acumulação do capital em países periféricos sem realizar a releitura adequada para esta categoria. Atividade que objetivamos realizar neste trabalho.

personificação do primeiro na forma de um capitalista. Todavia, a ausência de tal personificação não é suficiente para superar tais contradições, o que presenciamos é o deslocamento dos embates entre as classes do lócus tradicional do ente jurídico empresa.

Iniciamos este texto afirmando que o exército de reserva, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, cumpriria um duplo papel: agente regulador do preço da força de trabalho e sujeito contestatório do sociometabolismo do capital. Quanto à primeira função, afirmamos que o exército de reserva (ER) cumpre sua função estrutural econômica e ideológica de regulador devido, basicamente, a dois fatores: 1) manifestando-se, sobretudo, como superpopulação fluente, é uma reserva de força de trabalho – atuando como um mecanismo econômico e ideológico – tende a rebaixar o preço desta mercadoria a níveis inferiores ao valor da mesma; 2) enquanto força de trabalho não utilizada diretamente pelo capitalista no processo de produção, os membros do exército de reserva, em sua manifestação como superpopulação estagnada, tendem a efetuar trabalhos, seja na considerada economia informal seja na economia doméstica ou ainda na economia subterrânea, que satisfazem as necessidades dos membros do exército ativo (EA) e do exército de reserva em sua manifestação fluente. Ao oferecerem produtos e serviços à baixo custo aos trabalhadores colaboram para o rebaixamento do valor da mercadoria força de trabalho, tendo em vista que esta, segundo a lei do valor, deve equivaler ao valor dos produtos necessários a sua reprodução.

Pensamos que as contribuições teóricas, problematizações e exemplificações até aqui expostas permitem confirmarmos assim, parte da tese inicial: o ER não se manifesta como desnecessário ao movimento de (re)produção do capital e, portanto, concluímos que este contingente populacional manifesta-se como superpopulação *supérflua* em função do trabalho vivo de um número cada vez maior de pessoas ser desnecessário para pôr em movimento determinada massa dos meios de produção segundo as regras de sociabilidades formais – segundo os direitos adquiridos pelos trabalhadores ao longo da história; que o exército de reserva manifesta-se como superpopulação *subsidiadora* quando o trabalho vivo efetuado pelos indivíduos segundo as mais diversas formas de sociabilidades informais permite o barateamento da mercadoria força de trabalho, bem como quando o sobretrabalho é repassado indiretamente ao capitalista via cristalização deste, sob a forma de trabalho morto, na mercadoria que será incorporada ao processo produtivo; e, manifesta-se como superpopulação *subsidiada* quando torna-se, por exemplo, cliente dos programas sociais financiados pelas empresas em nome da responsabilidade social, em suma, quando o criador

precisa manter sua criatura. Mas, seja enquanto manifestação supérflua, subsidiadora ou subsidiada, este contingente populacional não deixou de ser, fundamentalmente, *produto* do modo de produção capitalista, *alavanca de acumulação* do capital e *condição necessária* a perpetuação do modo antagônico de controle do sociometabolismo da humanidade, ou seja, um grupo populacional que Marx denominou exército (industrial) de reserva.

O aumento quantitativo dessa superpopulação e as alterações qualitativas ocorridas nas relações de trabalho são alterações determinantes na manifestação do ser-classe-do-trabalho, conforme aponta Alves (2008). Se a ofensiva do capital na produção, via reestruturação produtiva, determinou a manifestação do ser classe trabalhadora uma vez que fragmentou as relações de solidariedade entre os trabalhadores e condicionou a formação de um sindicalismo de cariz corporativo, por outro lado, ela está impondo a um número cada vez maior de indivíduos a estagnação em um segmento populacional “supérfluo”, subsidiário e subsidiador empobrecido. Segundo nossas discussões, a condição comum dos membros do ER é inegavelmente um lugar na estrutura de produção. Os membros da superpopulação relativa produzem, têm sua força de trabalho sendo superexplorada em condições precárias e instáveis e contribuem para o enriquecimento de uma classe em oposição ao seu pauperismo independente ou não de figurarem nos índices oficiais de desemprego. Essa condição comum também é um fator determinante na manifestação do *ser-classe-do-trabalho*, manifestação que tende a ser o limite absoluto do capital, pois conforme já destacava Marx (2007): a classe que cabe a tarefa de alterar radicalmente o modo antagônico de controle do metabolismo do social é a classe explorada, assim, passamos a problematizar o que consideramos a possibilidade de uma segunda função do ER, seu papel de sujeito contestatório à medida que as condições concretas de seu pauperismo e sua superexploração tendem a manifestarem-se como condições necessárias para o movimento de constituindo da consciência de classe em um processo mediado por momentos de negação e de consentimentos ao sócio-metabolismo do capital. Para tanto, analisaremos um caso particular de manifestação desse sujeito radical, a organização de um movimento de trabalhadores desempregados, o MTD.

5 A POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÕES QUALITATIVAS NO EXÉRCITO DE RESERVA: A CONSTITUIÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE MEDIADO PELO GRUPO

Pelo arrolado anteriormente, destacamos que há uma alteração quantitativa no exército de reserva em escala mundial, mas esta não alterou sua função estrutural de regulador do preço da mercadoria força de trabalho. O ER cumpre essa função de distintas maneiras, sendo a atividade da superpopulação estagnada um exemplo de super-exploração do trabalho que revela as vitórias da classe capitalista. Contudo, cabe destacar o movimento contraditório do desenvolvimento das forças produtivas, pois, se por um lado, a acumulação do capital produz um contingente populacional que alavanca o movimento de acumulação, esse mesmo contingente também pode vir a negar seu criador. A possibilidade do ER negar o capital nos indica uma possível segunda função deste mecanismo, sua *práxis* enquanto sujeito histórico. Eis o que denominamos de mudança qualitativa da superpopulação relativa.

Ao nos depararmos, no Rio Grande do Sul, com um Movimento dos Trabalhadores Desempregados que professa uma crítica radical do capitalismo e propugna pela construção de novas relações de trabalho negando as relações vigentes ao mesmo tempo em que reclama para si a condição de classe trabalhadora, descartando, assim, o rótulo de *lumpemproletário* que certa versão de marxismo costuma atribuir aos “sem” – questionamo-nos sobre que processo permitiu a tal mudança e quais seus condicionantes. Analisar o movimento de constituição de uma consciência de classe e as contradições inerentes ao processo de totalização da negação são os objetivos deste capítulo.

5.1 OS DETERMINANTES DA CONSTITUIÇÃO DE UM MOVIMENTO DE TRABALHADORES DESEMPREGADOS



Foto 1: MTD em Caminhada no 08 de março de 2009

Foto: João Menna-Barreto

O processo dialético de totalização em que os membros da superpopulação estagnada dirigem-se à classe possui pelo menos duas determinantes de impossibilidade: a de fluir para o exército ativo e a de manter-se na nova serialidade da organização burocrática. Há, assim, simultaneamente, o rompimento com serialidades distintas. Um grupo rompe com a serialidade de indivíduo encapsulado em sua primeira forma de consciência e outro rompe com o consentimento ao capital que o movimento de constituição da classe trabalhadora estava efetuando ao institucionalizar a organização burocrática, isto é, com a alienação de sua “livre *práxis*”.

Os múltiplos determinantes que desencadearam o movimento de negação da serialidade são encontrados no contexto econômico-político e ideológico nacional, regional e local da referida década. Na impossibilidade de capturar todos os movimentos do real, procuramos destacar as manifestações particulares conseqüentes do movimento geral de produção e reprodução do capital no campo da economia e da política. Para tanto, daremos destaque às transformações econômicas ocorridas, especificamente, no Rio Grande do Sul, como também para o processo histórico do movimento da classe-do-trabalho no Brasil recente. Esta descrição torna-se relevante em virtude de apreendermos os movimentos de amoldamento ao capital que ocorrem após um período de grande mobilização da classe trabalhadora – meados de 1970 a início de 1990 – que revelam o momento da nova serialidade protagonizada por algumas organizações (sobretudo o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores enquanto representante do “novo sindicalismo”) que, àquela época, se constituíram rumo à classe e que, em meados de 1990 apresentavam limites

quanto à organização em que a classe se reconhece em face da nova ofensiva do capital. Iniciaremos com a conjuntura econômica gaúcha.

5.1.1 A conjuntura econômica tensionando o rompimento com a primeira forma de consciência

A estabilidade econômica obtida na primeira metade da década de 1990 via controle da inflação e paridade do Real com o Dólar Americano causava, por um lado, a sensação de que o Brasil finalmente “acertava o passo”, por outro, induzia instabilidades no setor das exportações. Este é um dos fatores que compõem a abertura acelerada da economia brasileira a partir do início da década e que condicionou sua crise, não estando o Rio Grande do Sul a salvo⁴⁵. A balança comercial do estado sofreu oscilações em virtude da alteração na relação de competitividade resultante de um câmbio sobrevalorizado. Essa crise agrava a situação de desaceleração do crescimento do setor secundário⁴⁶.

No período de 1994 a 2004 eventos importantes ocorreram na economia brasileira e gaúcha. [...] cabe mencionar [...] a reestruturação da indústria nacional em função da abertura comercial, a sobrevalorização do Real (até 1999). Setores como o de calçados no RS, tiveram no final da década de 90, uma das maiores crises da sua história. A indústria de transformação gaúcha como um todo, esteve praticamente estagnada no período 1994 a 1996, com crescimento médio zero (KAPRON e LENGELER, 2006, p. 11-12).

Nos primeiros anos da década de 1990, o poder executivo estadual encontrava-se sob o comando do Partido Democrático Trabalhista, na pessoa de Alceu Collares, mais especificamente de 1991 a 1995. Em 1993, com a estabilidade da moeda e a paridade do real,

⁴⁵ Segundo Mattos (1998), o Rio Grande do Sul vê ameaçada sua posição de estado economicamente mais importante da região sul desde meados de 1975. A implantação do pólo petroquímico de Triunfo na década de 1980 rendeu algum fôlego, mas foi insuficiente para manter o crescimento da região, que acumulava perda no dinamismo da atividade secundária, sobretudo de máquinas agrícolas (setor metal-mecânico) e no setor químico (devido a queda de preços das *commodities* no mercado internacional. Uma rápida análise acerca do Produto Interno Bruto (doravante, PIB) corrobora essa afirmação. Com um PIB, em 2008, de cento e noventa e três milhões e quatrocentos e oitenta e cinco mil reais, o estado possui uma participação no PIB brasileiro de 6,82%, sendo o quarto estado mais rico da União – à sua frente estão São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esta participação vem caindo: por exemplo, em 2002 era de 7,14%, apesar de ter sido apresentado crescimento positivo no PIB estadual, conforme dados do Atlas Econômico do RS – o estado apresentou um crescimento positivo de 2,36% no PIB no período de 1990-2002. E o crescimento se mantém no período de 2003-2008, apresentando um percentual de 1,5.

a classe capitalista no RS, sobretudo os exportadores, contabilizaram perdas. Um dos casos sintetizadores dessa crise é vivido pelo setor calçadista.

Um dos maiores pólos de produção de calçados do sul Brasil, o pólo do Vale do Rio dos Sinos, é atingido por uma crise que, segundo Costa (2008), ocorreu devido a dois fatores fundamentais: a paridade real/dólar e a ascensão, no mercado internacional, dos calçados produzidos nos países asiáticos.

De acordo com dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho), no período 1994-1998 o número de trabalhadores na indústria de calçados em âmbito nacional reduziu-se em cerca de 56 mil, passando de 240,6 mil para 184,7 mil empregados naquele período. O setor calçadista do Rio Grande do Sul contribuiu com mais de 33 mil nessa queda, tendo reduzido o emprego de 128,9 mil trabalhadores em 1994 para 95,5 mil em 1998 (COSTA, 2008, p. 15).

Costa (2008) apresenta dados relativos aos contratos que seguiam as regras de sociabilidade formal. Mas, se considerarmos as demais formas de contratos, intuímos que o número de pessoas que perderam a possibilidade de continuar vendendo sua força de trabalho no caso em questão foi muitíssimo superior – fato que costuma ser omitido de grande parte das análises de economistas e cientistas sociais em geral, principalmente quando se encontram a serviço do Estado. Ora, sabe-se que no setor calçadista a terceirização da confecção de partes dos calçados é prática habitual das empresas, fazendo uso, sobretudo, de mão-de-obra feminina e infantil.

Constatamos que, ao longo do desenvolvimento da industrialização brasileira, houve o emprego massivo de crianças e que, paradoxalmente, havia uma preocupação em regulamentar essa mão-de-obra amparada por legislação específica. Hoje observamos uma desregulamentação dessas conquistas, tendo em vista que as crianças trabalham no setor informal, de forma precarizada, no chamado processo de terceirização da produção, que não protege esses trabalhadores em relação aos benefícios previdenciários nem os ampara através de uma legislação específica (SOUZA, 2005, p. 7).

Vê-se como o desenvolvimento do capitalismo beneficia-se das condições de miserabilidade da população para fazer uso dos “candidatos aptos ao trabalho” (MARX, 1996, p. 262), bem como a facilidade de descartá-los em momentos de retração da economia. A propalada crise no setor calçadista fez migrar indivíduos do exército ativo para o exército de reserva (uma manifestação da *superpopulação fluente*), assim como também intensifica a pauperização da *superpopulação estagnada*, pois eliminou parte da demanda por trabalhos precários e informais realizados sob o manto da atividade domiciliar.

As alterações econômicas conduziram algumas empresas à falência – que não se resumem ao setor calçadista – como também possibilitaram que outras efetuassem reestruturações produtivas, sobretudo, as que foram agraciadas pelo Fundo Operação Empresa (Fundopem). Com a necessidade de atender as reivindicações dos empresários, a política econômica adotada incentivou o investimento privado via desoneração fiscal através do Fundopem. Com isso, o investimento público via apropriação privada geraria empregos, ou seja, reduziria o quadro formado pelos números do mercado de trabalho que começavam a ser conhecidos e que revelavam, ainda que de modo superficial, o aumento do descarte da força de trabalho (a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre ocorreu pela primeira vez em junho de 1992, e em 1993, apontou uma taxa de desemprego total de 12,2%).

O Fundopem é um instrumento de renúncia fiscal, especificamente de renúncia do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o mais expressivo na receita total de arrecadação do estado – corresponde à aproximadamente 75% das receitas. O Fundo foi aprovado pela Lei Estadual Nº 6.427, de 13 de outubro de 1972, alterada por duas vezes. Em 1997 perde o caráter de fundos perdidos e, em 2003, este retorna a incidir em parte do valor financiado. Segundo Kapron e Lengler (2006, p. 4-5)

As empresas devem recolher o tributo em função da comercialização de seus produtos ou serviços. De fato, o tributo é cobrado do consumidor, cabendo à empresa repassar os respectivos valores aos cofres públicos. O Fundopem consiste em permitir que a empresa fique com o tributo (ou parte dele) em troca de investimentos que incrementem a produção e o emprego. [...] Um novo formato da legislação aprovado no ano de 1997 introduziu a modalidade de financiamento. As empresas agora deveriam devolver os recursos aos cofres públicos (até então era a fundo perdido) após um período de até 05 anos de carência e com 08 anos de amortização, com juros de até 6% ao ano e com a possibilidade correção de no máximo 90% da inflação. A modalidade de fundo perdido retorna na legislação de 2003, agora sob a forma de um abatimento em parte do retorno do valor financiado, mas dirigido a investimentos que fossem realizados em regiões com menores índices de desenvolvimento social, salvo exceções que fossem julgadas durante a concessão.

Na década de 1990, tem início a intensificação do uso deste Fundo. Como as empresas, uma vez tendo seu projeto aprovado, devem deixar de recolher o montante (% aprovado) referente ao valor que deveriam ser destinados aos cofres públicos durante um período de oito anos, a arrecadação do estado começará a sentir o impacto desta política no final daquela década, quando o poder executivo estadual está sob o comando de uma aliança entre o Partido Movimento Democrático Brasileiro e do Partido Progressista; mas é nessa mesma época em que são concedidos os maiores incentivos. A agudização do déficit na arrecadação será percebida na gestão do Partido dos Trabalhadores, que em 1999

praticamente zero o número de concessões oferecidas pelo estado⁴⁷, mas nos anos consecutivos do mandato deste partido, é gradualmente retomada essa modalidade de financiamento da iniciativa privada. A quantidade de projetos aprovados voltará a crescer substancialmente a partir do retorno do PMDB ao governo.

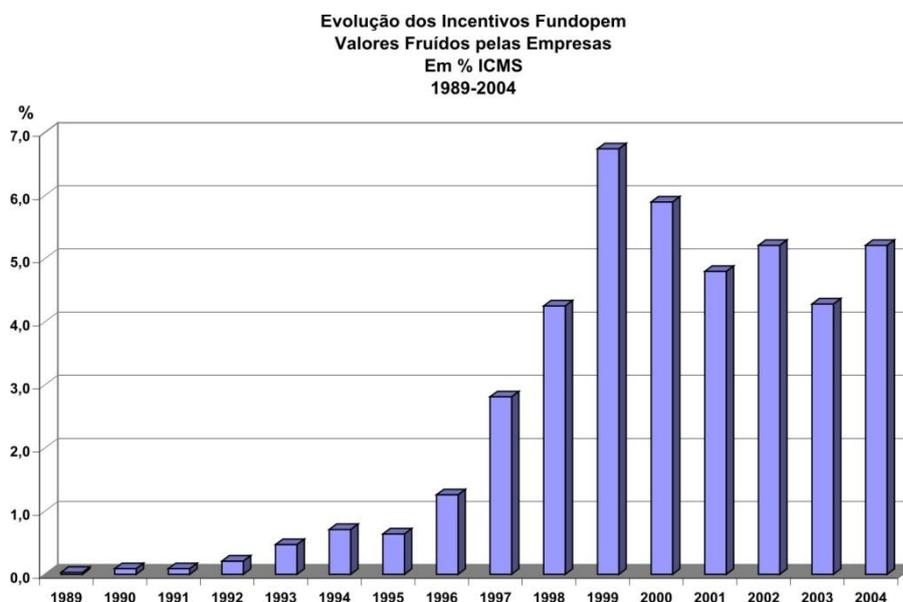


Gráfico 19: Evolução dos incentivos Fundopem valores fruídos pelas empresas em % ICMS 1989 - 2004
Fonte: Kapron e Lengler (2006)

Segundo dados apresentados por Kapron e Lengler (2006), os setores que receberam os maiores incentivos entre os anos de 1997 e 2004 foram: Fumo/Cigarro (24,7%), Petroquímico (19,0%), Bebidas (10,6%), Metais (10,1%), Calçados (6,0%), Plásticos (5,4%), Borrachas (4,5%). Os restantes 19,6% são distribuídos entre diversos setores. Este autores ponderam que o uso do Fundo para incentivar o investimento privado com verbas públicas, além de efetivar uma concorrência “desleal” – estabelece-se a concorrência entre as empresas que não tributam e as que tributam – não altera o quadro do mercado de trabalho. Gielh (2001), por sua vez, acrescenta que não há se quer a desconcentração industrial, uma das justificativas para a aprovação da lei, pois 74% das empresas beneficiadas pelo Fundo, até o ano de 2000, eram da Macro-Região Nordeste, eixo mais industrializado do estado⁴⁸.

⁴⁷ O Palácio Piratini, sede do setor executivo do RS, foi ocupado pelos seguintes partidos durante o período de 1991 a 2011: PDT (1991 a 1995 – governador: Alceu Collares); PMDB e PPS (1995 a 1999 – governador: Antonio Britto); PT (1999 a 2003 – governador: Olívio Dutra); PMDB (2003 a 2007 – governador: Germano Rigotto) e PSDB (2007 a 2011 – governadora: Yeda Crusius).

⁴⁸ Há no RS grande concentração regional das atividades industriais. Em 2006, a agropecuária representou 9,27% do PIB, a indústria 28,16% e o serviços 62,57%. A base do setor secundário no RS é a indústria de transformação que se estruturou sobre quatro eixos: o agroindustrial, o coureiro-calçadista, o químico e o metal-mecânico, estando alocada principalmente no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul. O mesmo percebe-se com o setor

O setor de bebidas é um exemplo emblemático, pois não efetuou a industrialização descentralizada. Aliás, pelo contrário, de certa forma efetuou uma relativa desindustrialização de algumas regiões, bem como não gerou empregos – as duas grandes justificativas utilizadas para obter apoio público no que tange à importância da concessão do fundo. No caso desse setor, a Brahma recebeu o incentivo, acrescido de outras vantagens, para instalar uma planta produtiva em Viamão, região Metropolitana de Porto Alegre (convênio assinado em 1996). A vinda de mais uma unidade desta empresa para o estado prometia a criação de centenas de postos de trabalho diretos e indiretos. Em 1998, a cervejaria é inaugurada tendo em sua folha de pagamento 400 empregados. No mesmo ano, duas empresas do setor encerram suas atividades: a Skol, localizada em Passo Fundo, e a própria fábrica da Brahma localizada em Porto Alegre. Juntas demitiram 700 pessoas, sem considerar os empregos indiretos. Os anos que seguiram foram de mais falências, fusões e demissões. No total, sete cervejarias fecharam entre os anos de 1996 e 2006 em todo estado, demitindo aproximadamente mais de 500 trabalhadores. Kapron e Lengler (2006) destacam que dois dos setores mais incentivados entre os anos e 1994 e 2004, fumos e bebidas, receberam juntos 1,3 bilhões de reais em incentivos, mas acumularam uma alteração de 2,4 pontos percentuais negativos nos postos de trabalho, o que significa, em números absolutos, 2117 desempregados. Os autores demonstram, após análise comparativa entre os setores incentivados e não-incentivados, que:

Ou seja, não se verifica nenhuma mudança estrutural significativa na participação nos empregos totais entre os setores mais incentivados pelo Fundopem. [...] Portanto, tampouco os setores mais significativos nos empregos do RS foram os que receberam maiores incentivos fiscais do Fundopem, quanto estes sequer aumentaram sua participação nos empregos totais. Se considerados os anos inicial e final, a maioria reduziu sua participação. Na soma dos sete setores a participação total nos empregos caiu de 34% para 32,6%. Enquanto os setores pouco ou nada incentivados aumentaram de 66% para 67,4% sua participação (KAPRON e LENGLER 2006, p. 11-2).

Se por um lado, o incentivo público destinado ao setor privado não tem gerado os empregos esperados, por outro, tem permitido a redução dos investimentos público em função da diminuição da receita. Quando considerado os investimentos efetuados pelo governo do estado sem a mediação da apropriação direta pela iniciativa privada, percebemos que eles, ao longo do período aqui considerado, decrescem enquanto as renúncias fiscais aumentam. Em 2004, por exemplo, o investimento público reduziu-se à aproximadamente 650 milhões de reais, enquanto que a renúncia fiscal era da ordem de aproximadamente 500 milhões. Kapron e Lengler (2006) concluem que o não recolhimento do ICMS aos cofres públicos além de

terciário, uma vez que este está diretamente relacionado com aquele (dados divulgados pelo IBGE).

diminuir a capacidade de investimento do estado, ainda não gera os respectivos empregos prometidos.

Ponderamos, a partir dos dados apresentados pelos autores supracitados, que o dinheiro público apropriado por empresas privadas de diferentes setores da economia gaúcha, ao invés de gerar empregos via ampliação da produção, foi destinado ao aumento da produtividade do trabalho, por meio da introdução de novas tecnologias e formas de organizar o trabalho, uma vez que, o período que se estende de 1994 a 2003 é caracterizado, sobretudo, pela conhecida reestruturação produtiva. Temos, desta forma, um Fundo que funciona como mecanismo de financiamento da reestruturação, de aumento da produtividade, que impacta negativamente sobre a demanda por trabalhadores.

Beneficiando-se do quadro de desemprego, que viabiliza pesadas pressões deprimentes do preço de compra da força de trabalho humana, as empresas concretizaram, sem enfrentar maiores resistências, “enxugamentos” de seus quadros funcionais, bem como pressionaram a revisão (leia-se, “flexibilização”) de certas leis trabalhistas. Houve também as que migraram para outras regiões do país ou do mundo, em busca de preços menores da força de trabalho e de incentivos fiscais, contribuindo para a desaceleração da atividade do setor secundário no estado.

Para tomar um exemplo comparativo emblemático que ocorre com uma pequena diferença temporal, temos por um lado a Azaléia – maior empresa brasileira produtora de calçados – e por outro a General Motors (GM), que inaugurou sua uma filial na região metropolitana de Porto Alegre em 2000. Em 2005, a empresa calçadista encerra, concomitantemente, as atividades em uma de suas plantas produtivas localizada na região do Vale do Rio dos Sinos e inaugura outra em solo chinês. Segundo o presidente desta empresa desde 2003 e governador do estado do RS de 1995 a 1999, Antônio Brito: “o Brasil começa a exportar empregos” (Entrevista a Isto é Dinheiro de 15/03/2006)⁴⁹. Qual o significado dessa exportação de empregos realizadas por empresas brasileiras para a China e por empresas norte-americanas para o Brasil?

Não é necessário muitos esforços para demonstrar que o fator determinante para a migração de uma planta produtiva é o valor da força de trabalho bem como a taxa de mais valia. Lembramos que aquele valor não se resume ao pagamento de salários, mas a eles estão acrescidos também todos “benefícios” que um grupo de capitalista, por força da lei, deve

⁴⁹ Reparem que o fim da exportação de empregos foi um dos lemas da candidatura do atual presidente americano e prêmio Nobel.

fornecer ao seu contratado – respeito aos critérios de sociabilidade formal –, bem como as dificuldades de flexibilizar as leis que regem a contratações dos trabalhadores. Verificamos que o preço do trabalho nos EUA, no Brasil e na China, segue uma escala respectivamente decrescente. O que determina a transferência de empregos de um país para outro nessa seqüência⁵⁰.

Acrescidos aos fatores econômicos determinantes, temos também os fatores condicionantes: no caso da GM, a possibilidade de implantar uma nova forma de organização do trabalho com indivíduos que desconheciam as formas anteriores e, por isso, seriam menos resistentes à reestruturação, bem como a ausência de uma tradição sindical. O mesmo pode ser dito em relação à Azaléia. A GM, nos EUA, além de preço mais elevado da mão-de-obra, ainda se deparava com uma tradição sindical e com trabalhadores resistentes a implantação de novas tecnologias por intuírem, a partir da experiência, que isso diminuiria a demanda por trabalho vivo. A Azaléia, no Brasil, enfrentava a mesma realidade no setor calçadista. Assim, transferir uma planta produtiva para um *greenfield* (MARTIN E VEIGA, 2002) tem sido uma estratégia muito utilizada pelo capital para recrudescer seu controle sobre o trabalho após décadas do fortalecimento da classe proletária sob o modelo keynesiano (MENELEU NETO, 1998). Em médio prazo, possibilita também, liberar o capitalista das amarras que ainda o prendiam aos “custos” dos direitos adquiridos por essa “velha classe”, como fez a empresa GM dez anos após ter se estabilizado em seus *greenfields*, como fez a Azaléia e demais empresas do setor, segundo relato de Élcio Jacometti a Isto é Dinheiro em 21/12/2005:

“O que a Azaléia está fazendo é o que Nike, Adidas já fazem há mais de dez anos”, diz Élcio Jacometti, presidente da Abicalçados e dono de uma fábrica em Franca, no interior paulista. “Nos anos 80, grandes empresas gaúchas como a Azaléia e a Grendene, transferiram a produção para cidades fora do Vale dos Sinos (RS), e dez anos mais tarde, para o Nordeste. Agora o destino é a China. Depois disso, não sabemos o que irá restar da empresa nacional de calçados”, analisa Jacometti. Segundo ele, já era previsível que esse fenômeno poderia acontecer. “Há 30 anos, o Brasil fez exatamente o que a China faz hoje. Com custos baixos e mão-de-obra barata, roubou a produção de países como a Espanha e Portugal, tornando-se um grande centro internacional de produção terceirizada.

O presidente da Abicalçados relatou como as empresas beneficiam-se primeiro de um exército de reserva nacional já existente, ao transferirem-se para outras regiões nacionais e, depois, avançam para além das fronteiras geopolíticas, com o objetivo de intensificar o

⁵⁰ Ou como relata Michael Walker, president da Fraser Institute, no documentário *The Corporation: “Sweatshops like Nike’s factories help the world’s poor get plump and healthy”*.

movimento de acúmulo do capital. Valendo-se, portanto, da existência de um exército de reserva no país de destino e aumentando o do país de origem.

No caso da GM, os vendedores brasileiros da força de trabalho mantiveram um comprador que preteriu os vendedores americanos (discutiremos mais detalhadamente este caso específico quando elaborarmos a discussão da constituição do MTD); no caso da Azaléia, os compradores da força de trabalho preferiram a mão-de-obra asiática à brasileira, demonstrando que, para o movimento de acúmulo do capital, a nacionalidade dos entes envolvidos na transação é irrelevante.

Lembrando que segundo as análises da sociedade do século XIX efetuadas por Marx, mesmo em momentos de ascensão do capital a expansão quantitativa do exército de reserva cresceria, pois sua absorção segue uma relação direta crescente. A lógica exposta por este autor quanto a ampliação/redução do exército de reserva considera que a variação está intrinsecamente relacionada aos ciclos econômicos de expansão ou retração do capital. Meneleu Neto (1998) realiza uma leitura contemporânea desta relação e menciona que, no neoliberalismo, essa lógica não se reproduz diretamente, visto que há uma reposição invertida do exército de reserva proporcionada pela introdução da tecnologia de base microeletrônica, que, ao possibilitar uma fase de ascendência de acumulação do capital, não efetuou a retração daquele. Portanto, o alerta que Marx (1996, p. 271) fazia no século XIX de que, em momentos de crescimento, o número de ocupados cresce, mas “em proporção decrescente em relação à escala de produção”, culminou na concreta inversão da relação, havendo, portanto, um crescimento negativo da absorção do exército industrial de reserva em relação ao aumento da escala de produção.

O uso da microeletrônica no capitalismo possibilitou uma reorganização dos processos de trabalho (FARIA, 2004). Tal reorganização, ao necessitar de um menor dispêndio de energia humana para a execução do trabalho, permite que o capitalista aumente cada vez mais a exploração da mais-valia e careça cada vez menos de mão-de-obra – reduzindo o contingente do exército ativo e aumentando, sobremaneira, o contingente do exército de reserva – alterando a composição orgânica do capital (relação ou proporção entre a parte constante – valor das matérias-primas, máquinas, equipamentos e instalações – e a parte variável – força de trabalho).

Em suma, a mobilidade das fábricas e a implantação de novos modo de organização do trabalho reduzem o exército de reserva de uma região mas o faz crescer em uma proporção maior em outra. Há, nesse processo, possibilidades de gestação de sujeitos radicalmente

contestatório do sociometabolismo do capital, como veremos adiante.

Para o trabalhador que perdeu o comprador de sua mercadoria, a migração para outro ramo da atividade e a volta ao exército ativo é impossibilitada em virtude de “algumas barreiras de entrada”. A grande oferta da força de trabalho – o ER em sua expressão quantitativa, acrescida da especialização resultante da divisão social do trabalho, permite que o contratante estipule as mais diversas exigências para assinar o contrato. Assim, a regra nas seleções de pessoal é exigir sobretudo tempo de experiência na função. E o trabalhador fica amarrado a sua antiga atividade laboral e *à mercê* de trabalhos eventuais e precários, fixando-se na superpopulação estagnada. O paradoxo é que esta realidade sustenta a retórica da necessidade de qualificação profissional, tão bem conhecida pelos profissionais em Administração.

A GM não necessitava de trabalhadores “qualificados” para as suas novas plantas produtivas, necessitava de indivíduos menos resistentes ao treinamento, ou seja, mais maleáveis às qualificações que seriam impostas pela empresa em seus cursos de preparação para o trabalho. O mesmo é verdade para a Azaléia e para outras empresas, como demonstra o estudo de Neves et. al. (2002).

[...] não mais aquele [trabalhador] que demanda de modo maquinal e repetitivo uma tarefa, mas um trabalhador cooperativo, inventivo, capaz, sobretudo, de solucionar problemas. [...] um trabalhador mais jovem, sem “vícios” das fábricas tradicionais parece ser mais adequado. [...] A meta da empresa é ter uma média [de idade] de 25 anos. [...] As mulheres também têm espaço nessa indústria masculina. Elas representam 16% do total dos empregados e 16, 5% dos trabalhadores de produção (NEVES et. al., 2002, p. 163-4).

Em suma, o que está sendo demandado não são trabalhadores com qualificações diferenciadas, especialistas, como muitas vezes os discursos que sustentam a qualificação profissional nos fazem crer, mas jovens que não conheçam as rotinas de trabalho para que as mesmas possam ser moldadas segundo necessidade da empresa, ou que foram “moldados” nos inúmeros cursos superiores de menor reflexividade e maior tecnicidade. Necessitam de mulheres que, de um modo geral, ingressem nos espaços masculinos recebendo menos e desempenhando as mesmas atividades que os homens, ou seja, atuando enquanto mecanismo de barateamento da mão de obra. Mas os autores ainda apresentam um dado que contraria todo o discurso da qualificação profissional baseado no ensino formal. Conforme constatado pelos estudiosos, dos trabalhadores que atuam diretamente na produção da Mercedes-Benz,

77,4% possuem ensino médio completo e a meta da empresa é de alcançar os 85%. Entretanto, segundo gerente entrevistado, essa meta pode não vir a ser alcançada, pois:

Nós começamos aqui com um grupo grande de segundo grau e esse pessoal não ficava muito tempo na fábrica. O pessoal de primeiro grau também trabalhava mais. Então começamos a abrir mais para o pessoal de primeiro grau. Temos que ter pessoas para carregar o piano (gerente). (NEVES et. al., 2002, p. 163-4).

Os autores apontam os possíveis motivos para que os trabalhadores com maior formação não permaneçam na empresa. Dentre as causas, eles destacam: “seja por causa do trabalho repetitivo ou de ritmo intenso e praticamente sem pausa para o descanso, seja porque as expectativas [...] quanto ao salário, foram frustradas” (NEVES et. al., 2002, p. 163-4). Traduzindo, a rotatividade de trabalhadores e a necessidade da empresa de reduzir as exigências quanto ao ensino formal está relacionada a questão de coincidir a real demanda do cargo à exploração da força de trabalho. Uma vez que, ambas as justificativas apresentadas pelos autores referem-se à produção de mais-valia, sobretudo, a absoluta. Ademais, o trabalho intelectual, em contraposição aos “carregadores de piano” demandado por essas empresas, geralmente é efetuado por equipes já selecionadas e independentes do local onde será efetuada a produção material da mercadoria, atendendo, portanto, o imperativo da acumulação do capital intermediado pela possibilidade de fusão da mais-valia absoluta e relativa, conforme pontua Francisco de Oliveira (2003).

Outro exemplo quanto aos reflexos das alterações nas relações de trabalho tanto para a mão de obra especializada, quanto para os “carregadores de piano”, pode ser vista na implantação do setor de celulose, que também foi beneficiado pelo Fundopem. Entre as empresas beneficiadas destacamos: Aracruz, Stora Enso, Votorantim Papel e Celulose (VCP). O caso das “papeleiras” é bastante polêmico e mobiliza grupos ambientalistas e movimentos camponeses de todo o estado. Sucintamente apresentaremos as polêmicas que cercam esse setor que são monopólio do capital estrangeiro amplamente apoiado pelo governo do estado.

A presença das empresas de celulose no estado elabora duas versões bastante distintas a respeito de seus resultados para a economia gaúcha. À guisa de exemplo, a expectativa oficial é de que somente a VCP geraria oito mil empregos durante o período de construção de sua planta produtiva e, depois da conclusão das obras, haveriam dois mil empregos diretos e indiretos. Por outro lado, movimentos ambientalistas questionam esses números. As controvérsias começam pelos danos ambientais⁵¹ e continuam no plano do mercado de

⁵¹ Pesquisas relacionam a redução no tempo para o corte da planta ao consumo de água. Enquanto na

trabalho. Quanto ao mercado de trabalho, ocorrem quatro movimentos: a contratação sazonal de mão-de-obra pouco qualificada, a contratação de profissionais especializados, a terceirização de certas atividades e a transformação do pequeno agricultor em um dependente direto da empresa.

O corte das plantas é realizado por trabalhadores contratados por apenas três meses, cuja dispensa desonera a empresa de inúmeros encargos tributários e outros direitos que um trabalhador com carteira assinada teria. Os trabalhadores cujas contratações respeitam as regras de sociabilidades formais são os que estão envolvidos com pesquisas, seguido pelos do setor administrativo da sede da empresa no estado. No caso da terceirização das atividades, presenciamos, por exemplo, a contratação de mão-de-obra especializada, mas sem os devidos direitos dos trabalhadores sendo respeitados. Como exemplo, há o caso do serviço de publicidade e propaganda. Este era desenvolvido por uma empresa gaúcha de comunicação, cujos trabalhadores, em sua maioria, eram contratados por períodos determinados e/ou por projeto ou, ainda, submetiam-se a sucessivas renovações de estágio, postergando a conclusão de sua formação. Outra forma de terceirização é realizada com a plantação do eucalipto. A empresa efetua parcerias com pequenos agricultores. Em geral, essa parceria baseia-se na compra das toras. Como se trata de uma relação onde quem compra define o quanto e o preço que deseja pagar, o pequeno produtor submete-se as “leis” do mercado, para evitar a perda do produto, e possível falência. Nessa descrição, vemos a “dualidade” do novo e precário mundo do trabalho apresentado por Alves (2005). Os casos citados são exemplos da baixa capacidade de geração de postos de trabalho sendo que os poucos criados estão cada vez mais caracterizados por não seguirem as regras de sociabilidade formais. Em suma, corrobora-se a perda das conquistas dos trabalhadores, evidencia-se o movimento de regressividade na progressividade avançada.

Uma análise geral, a partir dos casos específicos apresentados neste texto, permite inferirmos que: 1) o determinante na transferência e/ou implantação de empresas é o valor da mercadoria força de trabalho; 2) o desenvolvimento das forças produtivas entrelaçado com a abundante oferta de força de trabalho impossibilita a mobilidade dos trabalhadores de um setor a outro da economia – usando termos econômicos, são as barreiras de entrada que o trabalhador encontra – a despeito da base tecnológica atual permitir a livre intercambialidade

Escandinávia um pé de eucalipto levaria 50 anos para entrar na linha de produção das empresas de celulose, no Brasil este tempo é de apenas 7 anos, um ganho bastante alto de produtividade. Para tanto há um consumo extra de água, não é coincidência as novas terras adquiridas pelas “papeleiras” localizarem-se sobre o aquífero guarani. Ademais, a planta causa desertificação e acidez do solo.

dos trabalhadores; 3) o discurso da qualificação profissional revela-se uma retórica para a maior parte da população trabalhadora, considerando especialmente os que, no novo e precário mundo do trabalho, não ocupam os postos de trabalho especializados; e, por fim, 4) “empresas globais” produzem “exércitos de reservas globais”.

Em suma, o que quisemos demonstrar com o arrolado quanto à economia gaúcha a partir da década de 1990 é que o movimento do capital impulsionou alterações concretas mundiais nas relações sociais revelando a existência de um exército de reserva geograficamente disperso, mas submetido ao mesmo imperativo da superexploração. A mobilidade das plantas produtivas impõe a competição local, regional e internacional entre os trabalhadores. Em um caso, o valor da força de trabalho do exército ativo é pressionado para baixo pelo exército de reserva, este pode estar literalmente aqui e acolá – vide o uso da mão-de-obra chinesa como mecanismo ideológico para a flexibilização das leis trabalhistas no Brasil, conforme propugnado na retórica do presidente da Azaléia: “Isso mostra que se rapidamente não forem adotadas algumas medidas, o Brasil vai começar a exportar parte dos 500 mil empregos da indústria de calçados para o sul da China”.

Em outro caso, o próprio exército ativo atua como amortecedor das manifestações dos trabalhadores empregados, como vimos ocorrer na greve do setor automotivo francês, cujo aumento da produtividade dos trabalhadores brasileiros pressiona o fim das manifestações dos trabalhadores grevistas daquele país, aumentando a letargia dos trabalhadores empregados e decrescendo a possibilidade de mobilização dos sindicatos. Ou ainda, o exército ativo também age como forma de pressão para aumento da produtividade, como relata gerente de qualidade de uma das empresas do consórcio modular da GM em Gravataí:

Nós mudamos esse layout e conseguimos fazer com que os dois operadores dali pudessem transitar nessa máquina. Aí contratamos mais um para a equipe e com três pessoas duplicamos a capacidade produtiva do setor. Daí esse setor pode ser fechado na outra filial da empresa. [E o que aconteceu com os trabalhadores daquele setor?] Eles foram demitidos. É, foram cinco demissões lá. Mas antes lá do que aqui. (Entrevista cedida em outubro/2007)

Em esfera mundial, o ER funciona mais como mecanismo ideológico do que econômico de regulação do preço do trabalho, mas sem deixar de efetuar este último; em esfera regional e local atua tanto como mecanismo ideológico quanto econômico.

A desaceleração no desenvolvimento das atividades do setor secundário no RS, como a que ocorreu na década de 1990, causando um crescimento exponencial no desemprego, seja pela falência das empresas, seja pela migração das atividades para outras regiões, seja pela

reestruturação produtiva, repercutiu diretamente e em grandes proporções nas condições concretas de produção e reprodução da vida de milhares seja pela perda do emprego (como no caso dos cervejeiros), seja pela perda dos rendimentos oriundos do trabalho precário (como no caso dos trabalhadores informais do setor calçadista), seja pela pseudoliberalidade do produtor agrícola.

Em meados da década de 1990, a conjuntura econômica impôs a impossibilidade da aceitação da impossibilidade de manter-se empregado, ou de apenas perpetuar o desejo da carteira assinada. Eis a situação comum que um grupo de indivíduos-trabalhadores da região metropolitana de Porto Alegre negou, permitindo o rompimento com o campo inerte por eles vividos. Como essa conjuntura não está sendo alterada, perpetua-se a condição concreta de inquietude necessária para o rompimento com a primeira forma de consciência. Como destacamos, essa inquietude social pode ser vivida individualmente, mas também pode tornar-se revolta e possibilitar a criação de uma nova ação que coloca em movimento o processo dialético de totalização da classe. No caso dos trabalhadores gaúchos, a nova ação encontrou espaço para ocorrer quando encontra a nova ação dos militantes de movimentos sociais e partidários que rompiam com a seriedade da organização burocrática.

Destacaremos, agora, o contexto político da década de 1990 que condicionaram o amoldamento da classe-do-trabalho tensionando a ruptura da nova serialidade.

5.1.2 A conjuntura política que tensiona a constituição da fusão do grupo

Para compreender os múltiplos sujeitos que participam da gênese do MTD, fazem-se necessários alguns comentários acerca dos movimentos sociais brasileiros – que serão realizados aqui sob a forma de breves notas sumárias – nas duas décadas que precederam os anos de 1990, pois “o que se viveu no final da década de 1970 e início dos anos de 1980 foi uma incrível confluência de lutas sociais mais diversas [...]” (IASI, 2006, p. 374) que não poderiam deixar de marcar a história e condicionar o devir do movimento das manifestações sociais no Brasil.

No tocante à produção, o chamado “novo sindicalismo” que então adveio remonta a uma tradição de movimento operário que se contrapunha ao sindicalismo pré-golpe de 64. Neste, as atividades sindicais estavam intrinsecamente ligadas a atividades partidárias,

principalmente do PCB e do PTB, ocorrendo relativo afastamento dos dirigentes com relação às bases sindicais – que preteriam a mesma diante de negociações políticas com os governantes do Estado. Além do mais, os sindicatos pré-64 encontravam-se bastante burocratizados em função da gerência de programas sociais de corte populista que foram repassados a eles pelo Estado, e que “gabinetizaram” os dirigentes (KECK, 1998).

Em contraposição ao sindicalismo pré-64, temos um discurso sindical oriundo dos trabalhadores do “milagre econômico”. Na década de 1970, a taxa de empregos foi superior a taxa de crescimento da PEA, de modo que a indústria – sobretudo a da região do ABC paulista – atraiu para o EA todo um extrato jovem da população (cerca de 50% dos trabalhadores tinham menos de 30 anos) que não vivenciou o sindicalismo pré-64. Segundo Santana (1999), esses trabalhadores formavam uma “ala combativa” e criticavam as alianças trabalhistas-comunistas estabelecidas entre sindicatos e governos populistas, bem como as lógicas burocráticas dos “sindicatos oficiais” com que se deparavam. O paradoxo dessa ala combativa é que ela nasce, conforme aponta Iasi (2006, p. 362), justamente de um

[...] setor da classe que corresponde exatamente àquele no qual a ação do capital havia apostado suas fichas, ou seja, um novo proletário divorciado da experiência das décadas de luta passadas, recrutado entre imigrantes, localizado fora da cidade de São Paulo em um novo pólo industrial (o ABC), plenamente convicto da separação prolifática das lutas econômicas reivindicativas e a dimensão política, tratada com um misto de saudade desconfiança e puro preconceito.

Qualquer similaridade com a movimentação do capital na década de 1990 e 2000, com a alocação de novas plantas produtivas nos *greenfields*, não pode ser tratado com mera coincidência. O capital, na necessidade de dar continuidade ao movimento de acumulação, privilegia espaços sociais menos resistentes aos imperativos de acumulação. Entretanto, no caso do “novo sindicalismo”, dois fatores podem ser considerados determinantes para a formação de uma consciência de classe neste grupo proletário que encontrou, no interior da fábrica, a concreticidade da negação do seu ser: um exército de reserva que em muito pouco efetuava sua função ideológica, permitindo a efetivação de lutas concretas por melhorias nas condições de trabalho e aumentos salariais e, a constituição de um consenso social sobre a necessidade de redemocratizar o país.

Optamos por omitir aqui toda uma discussão repleta de polêmicas sobre até que ponto o “novo sindicalismo” foi efetivamente alheio a partidos e governos, bem como sobre em que medida é desejável e/ou possível uma desconexão entre tais esferas. Entretanto, é inegável e impossível ignorar a intrínseca relação entre o “novo sindicalismo” e a formação do Partido dos Trabalhadores.

Neste sentido, a criação do PT em 1980 só pode ser explicada como um momento de emergência das lutas sociais que encontrou na retomada da luta sindical e operária um ponto de fusão de classe cuja expressão política foi a formação de um partido que buscava representar estes setores que naquele momento se levantavam em lutas que eram ao mesmo tempo específicas e que confluíam para uma questão maior na medida em que se contrapunham à ditadura, mudando, assim, o caráter da abertura restrita e sob controle que estava nas intenções iniciais dos militares (IASI, 2006, p. 375).

Convergiam para a formação desse partido também a emergência de lutas sociais camponesas. As lutas pela reforma agrária eram realizadas desde antes do advento da ditadura. Entretanto, foi em função da “revolução verde” levada a cabo durante os governos autoritários que se intensificou a situação de desigualdade no campo. Com isso, a demanda por terra para o trabalho das famílias camponesas que estavam sendo expulsas de seus *lócis* de vida intensificou a luta pela reforma agrária. Nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, cuja fundação data de 1984, mas esse é apenas um marco na consolidação de um processo que havia começado em 1979. (A formação desse movimento pode ser compreendida enquanto mobilização de *superpopulação relativa – manifestação latente* – que luta contra sua entrada no ER em manifestação fluente ou estagnada nas regiões urbanas.)

A migração da superpopulação latente para o exército de reserva teve múltiplos desdobramentos. As cidades não foram preparadas para o crescimento populacional de modo que afloraram problemas estruturais. Nas periferias das grandes cidades gestaram-se grupos que passaram a reivindicar junto ao Estado o direito ao “teto”; o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) é um exemplo da luta pela reforma urbana.

No contexto de enfrentamentos contra o regime civil-militar autoritário e de mobilizações reivindicatórias ligadas às demandas por moradia, terra, educação, melhores salários, contra a carestia dos alimentos, etc., cabe ressaltar também o papel de algumas instituições fomentadoras dos debates políticos. Nas décadas de 1970 e 1980, houve amplo engajamento político e financeiro de setores da Igreja Católica (por meio da formação de grupos eclesiais de base, sobretudo, das pastorais operária e do campo) e de organismos internacionais (principalmente do leste europeu) para a formação de uma base política de maior militância e que mobilizasse parcelas expressivas da população. Portanto, pode-se dizer que as mobilizações sociais emergiram não somente da conjuntura interna, mas também por políticas de instituições exteriores que visavam auxiliar na “libertação” dos povos sofridos da América Latina. (GOHN, 2006, p. 18).

Uma vez libertada da ditadura, tais povos passaram a carecer de outro auxílio, pela avaliação dessas instituições. Houve, ao longo dos anos 1990, profundas mudanças internas

na Igreja Católica e foram sistematicamente desmontadas a maioria das ações ligadas às pastorais sociais e comunidades eclesiais de base, que tão importante haviam sido nos ciclos de mobilização das duas décadas anteriores. As que subsistiram tiveram seu perfil de atuação radicalmente modificado. Os grupos redimensionaram sua atuação passando a ter um cunho predominantemente assistencialista, com forte inserção no terceiro setor.

Sucintamente, demonstramos que múltiplos foram os acontecimentos que condicionaram a formação e as ações políticas dos movimentos da superpopulação latente e do exército ativo, e a tarefa histórica que se impôs a eles de forma convergente: a democratização do país. A ameaça geral da continuidade da ditadura tensiona a fusão da classe. Esta não é uma particularidade brasileira. Segundo Dagnino (2000), muitas das lutas sociais na maioria dos países latino-americanos se manifestam devido às reivindicações de projetos alternativos de democracia.

[...] o que está fundamentalmente em disputa são os parâmetros da democracia, as próprias fronteiras do que deve ser definido como arena política: seus participantes, instituições, processos, agenda e campo de ação. Os movimentos sociais participaram profundamente dessa luta desde o começo da resistência ao regime autoritário, no início dos anos 70 (DAGNINO, 2000, p. 79).

A tarefa de democratização do Estado tanto determinava o movimento de formação de manifestações populares quanto era condicionada por outras demandas reivindicatórias das mesmas. Houve, portanto, convergências para momentos de sínteses, em que se manifestaram mudanças qualitativas ao nível da consciência e da organicidade política. Essas mudanças manifestaram-se de formas distintas, porém, interdependentes; dentre elas, como já destacamos a democratização institucional do Estado, a constituição da Central Única dos Trabalhadores, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e do Partido dos Trabalhadores.

Menciona Camacho (1987, p. 219) que, sendo os movimentos sociais conseqüências expressivas de descontentamento com relação a algumas estruturas e ações do Estado, o maior triunfo que podem alcançar, “em seu benefício, [é] uma modificação no âmbito do Estado”, de maneira que dificilmente estariam em condições de propugnar transformações societárias radicais. No caso brasileiro, muitos movimentos sociais, analisando a grande efervescência democratizante, chegaram a acreditar que estavam inaugurando um Estado novo. Entretanto, o que houve foi uma mudança de regime político onde o novo regime não configurou um novo Estado.

Reformado o regime, embora ainda fortes instabilidades econômicas persistissem por mais algum tempo, os ciclos de mobilização política popular das décadas de 1970 e 1980 atenuaram-se na década de 1990.⁵² (E, ainda nessa mesma década, principalmente em sua segunda metade, iniciou-se um ciclo de alguma estabilidade econômica relativa que não só segue perdurando como talvez se encontre no seu auge, ou nas adjacências dele). Iasi (2006), com pesar afirma quanto ao movimento de consentimento do Partido dos Trabalhadores diante do capital:

É triste, profundamente triste, que o PT tenha se transformado no exato retrato daquilo que queria negar. É com um misto de “desespero e resignação” que não mais reconhecemos esta estranha “versão de um pavão real”; apenas temos certeza, pedindo emprestadas as palavras de Silvio Rodríguez, que “já não é mais o que queria ser”. O desfecho da trajetória do PT como capítulo da tragédia da classe trabalhadora no século XX – lamentavelmente não será um dos capítulos mais gloriosos – não nos remeteria diretamente a angústia existencialista prisioneira entre duas alienações? Mais uma vez devemos afirmar que não. Novamente a classe trabalhadora viu o produto de sua ação distanciar-se, objetivar-se em algo que se tornava cada vez mais estranho a ela. No entanto, é esta a sina desta classe quando submetida à sociedade do capital (IASI, 2006, p. 563).

Não muito diferente é o amoldamento do “novo sindicalismo”, como nos aponta Santana (1999) – apesar de ele introduzir evidentes mudanças, o “novo sindicalismo” mostrou-se pouco capaz de dar conta das tarefas a que se propôs. O objetivo de mudança radical da estrutura sindical, tão cara ao seu discurso, cedeu lugar a certa acomodação e a um discurso da negociação, passando da “confrontação” a “cooperação conflitiva”, de “movimento” a “instituição”, de ser “oposição” para *vir-a-ser* “situação” – e a CUT é o caso paradigmático nesse sentido.

Numa conjuntura em que, sob o manto do Estado democrático, “normalizado”, os mesmos setores “de sempre” seguem hegemônicos, (apesar do Partido dos Trabalhadores encontrar-se no poder⁵³), temos os sindicatos de cariz propositivo (ALVES, 2005), com base reduzida, esvaziados de relevância política para além da própria categoria profissional (isso quando possuem alguma relevância efetiva na categoria que representam), burocratizados,

⁵² Em 1992, houve mobilizações populares pró-Impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo voto direto desde 1960. Contudo, se tratou de um ciclo de mobilização muito diferente dos precedentes, caracterizando-se antes por uma “comoção nacional” quase (ou praticamente) consensual – ou seja, uma ampla aliança inter-classista pela “normalização” da vida política –, do que por uma situação de conflitos tensos, fortemente polarizados. (Evidentemente esta é uma indicação bastante pontual que mereceria melhor discussão, mas que optamos por não efetuar).

⁵³ Seria interessante aqui alguma discussão quanto ao período mais imediatamente recente, cujo dado bastante importante de ser considerado é a ascensão eleitoral do Partido dos Trabalhadores e o governo chefiado pelo ex-sindicalista Lula da Silva, uma situação que comprometeu na gestão do Estado justamente a geração do “novo sindicalismo”. Contudo, não o faremos, seja porque reconhecemos tratar-se de ciclo que exige mais estudos e amadurecimento de algumas reflexões, seja porque esta análise estrapolaria o objetivo deste estudo.

quando não em vias de extinção ou de metamorfose em grêmios beneficentes.

Tais processos de amoldamento à ofensiva do capital implicam toda uma série de questões, principalmente relativas aos rumos a seguir em um momento em que o sindicalismo no plano mundial se vê enfraquecido e ameaçado em sua própria existência; em que os partidos de direita assumem o comando na maioria dos países desenvolvidos; em que os países pós-capitalistas “rendem-se ao neoliberalismo”.

As alterações mundiais ocorridas nos movimentos que se opõem ao capital, que foram vivenciadas como uma crise de ideologias, acrescido da letargia em que se encontrava a mobilização social de massa em inícios da década de 1990 no Brasil e os problemas no campo econômico que se colocava para a classe trabalhadora são condições concretas que tensionaram a inquietude em alguns militantes da região metropolitana de Porto Alegre. A fala de um dos representantes do sindicato dos metalúrgicos da cidade de Canoas (região metropolitana de Porto Alegre) reflete um questionamento que não era apenas dele:

Aí o desemprego bateu. E era todo dia gente chegando aqui [na sede do sindicato da cidade de Canoas] querendo saber o que fazer. E agora? Até ontem ele era nosso associado. Até ontem vinha aqui como empregado, participava das lutas por aumento de salário. E hoje? Hoje, aquele cara que foi meu colega, que é meu amigo, é um desempregado. Nós não sabíamos o que fazer com essa gente toda. Nós tínhamos as assistências [médica e jurídica], mas não era isso que eles precisavam. As reivindicações era por ter trabalho novamente, emprego! Nós não tínhamos como resolver isso, porque nós ainda tínhamos que resolver os problemas dos que estavam empregados também e queriam manter o que emprego que tinham. (Entrevista com sindicalista – Canoas)

As dúvidas deste sindicalista coincidiram com dúvidas similares em militantes das Pastorais Operárias e do Movimento Nacional da Luta pela Moradia. O desemprego e a perda da remuneração pela prestação de trabalho precário estava fazendo parte da concretude de suas relações sociais, apesar de serem eles empregados. Todos moravam ou trabalhavam nos bairros periféricos das cidades da região metropolitana de Porto Alegre e atuavam, por meio de suas organizações, com trabalhadores da superpopulação fluente, estagnada e consolidada.

Os poucos trabalhos que as pastorais sociais – sobretudo a Pastoral Operária – vinham desenvolvendo, de cunho predominantemente assistencialista, já demonstravam necessidades e potencialidades latentes de organização política dos desempregados, ao mesmo tempo em que indicavam dificuldades peculiares desse tipo de *práxis* política.

Os militantes da pastoral, com o reposicionamento da Igreja Católica, desde 1994, estavam focando sua atuação para as demandas dos desempregados, mas de forma assistencial e pontual, como relata o militante Caneca do MTD:

A PO mudou seu público, deixou de ser formadora de militantes que pudessem atuar nas construções sindicais, ou seja, sindicatos combativos e passou a elaborar ações mais assistencialistas e educativas voltada para preparar os jovens da periferia para o mercado de trabalho ou para a inserção na Economia Solidária.

Mas, segundo a informante Rosa, muitos militantes da pastoral perceberam o limite dessas ações

E vamos aprofundando o tema desemprego. Nós então, em Viamão [cidade da RMPA] começamos a fazer uma experiência concreta com trabalhadores desempregados onde nós organizamos vários grupos de desempregados e logo fracassamos com eles, porque [...] vínhamos das pastorais, uma visão muito assistencialista. E, a gente começou a se comover com a história da fome, também o desempregado sabe fazer seu teatro, acostumado com ganhar a coisa da Igreja, começou a associar. Quando começou a se fazer a arrecadação do Quilo e a distribuir cesta básica acabou o que era para ser. Na verdade restou apenas um grupo que nós conseguimos depois transformar em uma serigrafia. Um grupo de trabalhadores que acabou fazendo um grupo de economia solidária. Não rendeu muito também, porque tem toda a limitação da economia solidária, mas pelo menos avançou um pouco mais.

Descontentes com os resultados iniciais efetuados pela Pastoral Operária, alguns indivíduos-orgânicos buscaram outros locais de atuação, pois o que eles haviam subjetivado quanto as relações sociais postuladas pela teologia da libertação entrava em contradição com a objetivação do trabalho exigido pelos novos projetos assistenciais da Igreja. A participação em um novo contexto social entra, portanto, em contradição com as idéias e valores internalizados anteriormente, estes levaram a negação do primeiro e a procura por novas organizações onde poderiam tencionar o movimento de constituição da identificação com a classe trabalhadora em luta com a classe capitalista – esta não mais incentivada pela Igreja em virtude da banalização da teoria da libertação e das práticas questionadoras de um setor desta instituição.

O “teatro do desempregado” mencionado pela militante é resultante direto da nova *práxis* da pastoral. Se o objetivo não é mais criar quadros de militantes para a atuação política e sim efetuar doação de alimentos, atrelada a resignação da salvação futura da alma, um dos *vir-a-ser* condicionados é a resignação, mas não é o único. Encontramo-nos em face do campo de possibilidades, em que os indivíduos podem negar o campo inerte – situação de assistido – ou perpetuá-lo. Ou ainda, em virtude da necessidade naturalmente humana de suprir as carências do corpo com alimentos-mercadorias, os quais são impossibilitados de comprar devido a condição de pauperização, é possível efetuar tanto a primeira quanto a segunda possibilidade. Apesar de parecer contraditório, a situação de assistido e sua negação

não são auto-excludentes, mas a primeira pode se manifestar como uma possibilidade de efetuar a segunda. E, assim a teatralidade do desempregado é uma ação determinada reciprocamente pela teatralidade dos agentes da assistência. Ou, como pondera uma representante do grupo dos assistidos, em entrevista, referindo-se a relação entre estes e os assistentes sociais:

A gente tem que parecer pobre, tem que parecer sujo, porque se a gente vai lá arrumadinho, limpinho com um batonzinho, aí a assistente já diz: “mas tu não tá precisando, tem até dinheiro pra batom”. Aí se a gente vai desajeitada, é chamada de relaxada, mas ganha a assistência.

A perpetuação de ações assistencialistas é possibilidade concreta de manutenção dessas relações. Mas, se por um lado, a teatralização garante as condições de reprodução biológica da vida, ela nega a constituição do auto-desenvolvimento e, os indivíduos assistidos ao contar e recontar sua teatralidade destroem o que eles denominam de “gente”, e essa destruição é a impossibilidade da impossibilidade que é posta subjetiva e objetivamente para os indivíduos-assistidos que tomam parte do MTD.

A inquietude sentida por alguns militantes dos movimentos supracitados impulsionou alterações em suas formas de atuação, e um grupo de militantes das pastorais sociais e setores sindicais, apoiados por um parlamentar do Partido dos Trabalhadores, reuniu-se em torno da debate sobre o desemprego. Buscando saber mais acerca dessa realidade efetuaram uma pesquisa nos bairros periféricos de Porto Alegre e cidades adjacentes, na qual entrevistaram mais de 2000 desempregados e desempregadas. No estudo, investigaram a percepção dos trabalhadores sobre as origens do desemprego e inquiriram quanto a disposição do indivíduo de organizar-se para alterar as condições em que viviam. Segundo a militante Rosa do MTD:

[...] as pessoas diziam que alguma coisa de concreto tinha que ser feito. [...] Isso era que as pessoas estavam dispostas ir para a luta. E quase 100% das respostas era que sim. Que as pessoas estavam dispostas a ir para a luta (Militante Rosa).

Esta pesquisa impulsionou militantes e desempregados para a ação. Num primeiro momento, realizavam reuniões nos bairros, os denominados núcleos de base. Onde discutiam os problemas cotidianos da superpopulação consolidada, tais como: acesso a saneamento básico, água potável, moradia, energia elétrica, etc. As condições concretas para o rompimento com a primeira forma de consciência estavam postas, mas seu rompimento necessitava também da elaboração de uma nova internalização partilhada pelo grupo que permitisse romper com os valores subjetivados afetivamente que garantem a reprodução do indivíduo encapsulado e resignado com uma vida de privações.

A nova subjetividade, como menciona Fernandes (1975), é construída na luta. As reivindicações acerca de isenção de taxas de água e energia elétrica, as demandas imediatas que poderiam ser atendidas pelo Estado sem a mediação da iniciativa privada, mantinham os núcleos em luta e possibilitaram tensionar as discussões do desemprego e de suas conseqüências, potencializando a força de ação política dos trabalhadores, ainda numa relação *militantes de várias instituições ↔ povo desempregado urbano*. Estava se constituindo as possibilidades do movimento de formação da consciência de classe em parte do ER pelo rompimento com a serialidade vivenciada até então.

A *práxis* nos núcleos de base aparece como uma das possíveis respostas à inquietude de outros militantes que não estavam atuando nesta iniciativa, mas encontravam-se envolvidos na reflexão quanto ao devir das organizações das quais faziam parte, perante o contexto político-econômico de meados da década de 1990. Não esqueçamos que, conforme arrolado, a implantação do neoliberalismo agravava a situação do desemprego e que a mobilização social estava arrefecida.

No processo de ofensiva do capital, comumente vê-se a eliminação de eventuais mobilizações populares através de táticas de cooptação política, seja pela “desmoralização-desligitimação” das causas, seja através da “boa e velha” violência física. Exemplo disso foi a campanha dos petroleiros entre os anos de 1994 e 1995, duramente derrotada, ou ainda o massacre de trabalhadores rurais sem-terra em Eldorado dos Carajás, 1996. Ambos os casos descritos a seguir são relatados no sítio eletrônico da Federação Única dos Petroleiros e no sítio da Wikipédia, respectivamente.

Apesar da legitimidade da greve – a direção da Petrobrás e o governo haviam desrespeitado três acordos coletivos assinados com os petroleiros em 94 –, FHC não titubeou ao enviar tropas de choque e tanques de guerra às refinarias. Usou o TST ao seu bel prazer, impondo multas milionárias aos sindicatos... Demitiu e puniu centenas de trabalhadores... E, mesmo condenado pela OIT por violação dos direitos de greve e de livre negociação, ainda vetou parte do projeto de lei que anistiaría em 1998 os sindicatos dos abusos cometidos pelo TST. (FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS, 2009)

O Massacre de Eldorado dos Carajás foi a morte de dezenove sem-terra que ocorreu em 17 de abril de 1996 no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, Brasil, decorrente da ação da polícia do estado do Pará. Dezenove sem-terra foram mortos pela Polícia Militar do Estado do Pará. O confronto ocorreu quando 1.500 sem-terra que estavam acampados na região decidiram fazer uma marcha em protesto contra a demora da desapropriação de terras, principalmente as da Fazenda Macaxeira. A Polícia Militar foi encarregada de tirá-los do local, porque estariam obstruindo a rodovia PA-150, que liga a capital do estado, Belém, ao sul do estado. O episódio se deu no governo de Almir Gabriel. A ordem para a ação policial partiu do Secretário de Segurança do Pará, Paulo Sette Câmara, que declarou, depois do ocorrido, que autorizara "usar a força necessária, inclusive atirar". De acordo com os sem-terra ouvidos pela imprensa na época, os policiais Chegaram ao local jogando

bombas de gás lacrimogêneo. Os sem-terra revidaram com foices, facões, paus e pedras. A polícia, acuada pelo revide inesperado, recuou atirando – primeiramente para o alto, e depois, como os sem-terra não se intimidaram e continuaram o ataque, a polícia atirou na direção dos manifestantes. Dezenove pessoas morreram na hora, outras duas morreram anos depois, vítimas das seqüelas, e outras sessenta e sete ficaram feridas. (WIKIPÉDIA, 2009).

Esses dois eventos tensionaram um processo de reflexão nacional protagonizado por indivíduos envolvidos em instituições que no movimento de totalização rumo a classe estavam consentindo ao capital. Porquanto indicaram que os rumos do país após os episódios da democratização estavam a exigir reavaliações da conjuntura e elaboração de novas táticas políticas, ações que fizessem convergir trabalhadores urbanos e camponeses.

A nova serialidade vivenciada por membros de diferentes organizações que negaram o campo inerte efetivado em época da ditadura acrescida das amarras que a serialidade impunha a eles em face do novo contexto socioeconômico tensionaram uma nova negação. Assim, visando pensar estrategicamente novas tarefas para atuação em tal conjuntura, uma das iniciativas desses grupos foi a constituição, em 1997, da Consulta Popular. Um dos militantes do MTD assim sintetiza a gênese da CP:

A última ação forte, de massa, assim, que desequilibrou o sistema no Brasil, foi em 94, com a greve dos petroleiros e ali, com o aniquilamento dessa greve houve uns três anos de muito refluxo, muito forte. Com isso se cria um movimento de tentar fazer uma ação, em 97, uma marcha e essa marcha resulta em outras marchas e em um seminário, um encontro em Itaici [São Paulo]. Nesse encontro que surge a Consulta. Num primeiro momento, Consulta seria uma consulta ao povo, consulta popular. (Militante Ernesto do MTD)

O ponto comum nas reflexões era o questionamento da institucionalização da esquerda brasileira. Urgia, portanto, rearticular os setores mais críticos com a finalidade de consolidar um projeto popular para o país, como relatado pelo próprio Movimento da Consulta Popular na internet.

Na **Consulta Popular** se aglutinaram militantes de movimentos sociais que não aceitavam a lógica da política imposta pela esquerda eleitoral. A proposta organizativa do **Movimento Consulta Popular** nunca foi uma contraposição aos movimentos sociais existentes. Ao contrário, sempre se definiu como um instrumento de articulação dos lutadores e lutadoras do povo que propõe contribuir para mudar o padrão da luta de classes, incorporando no projeto político o ensinamento de Florestan Fernandes: “Frente à intolerância das classes dominantes contrapor a intransigência das classes oprimidas”. (grifos da CP) (CONSULTA POPULAR, 2009).

Dessas reflexões, concluíram que o desemprego, em suas distintas manifestações, configurava-se como uma questão central. Ora, em 1986, no quarto encontro nacional do PT,

os militantes presentes, ao analisarem a estrutura das classes, concluíram que o campo da classe trabalhadora brasileira era constituído por uma “classe média”, os “assalariados urbanos”, os “assalariados rurais” e um grande setor de “marginalizados formados pela não-inserção no mercado de trabalho depois de sofrerem a expropriação rural, ou engrossado pelas levas de desempregados que cresciam nos últimos anos” (IASI, 2006, p. 397), ou seja, o exército de reserva, seja em sua migração do exército de reserva agrícola para a superpopulação estagnada, seja esta última resultante também do fluxo do exército de reserva fluído em seu processo de pauperização. Contudo, o partido da classe trabalhadora optou por ignorar este setor “marginalizado” enquanto sujeito político-econômico e resignaram-se em apontar um devir determinístico bastante negativo: “um dos destinos prováveis é a criminalidade, o tráfico de drogas, a prostituição e a violência de formas 'anti-sociais' que acabariam atingindo as próprias camadas assalariadas e os setores inferiores das classes médias” (IASI, 2006, p. 397). Em suma, o PT ao analisar a situação econômica-política do Brasil em 1986 percebe a constituição crescente do exército de reserva e sua pauperização, mas desconsidera a potencialidade desse sujeito histórico e o rechaça, “acusando-o” de “*lumpemproletariado*” no sentido comum atribuído a esse termo por grandes parte dos críticos do sociometabolismo do capital.

Dez anos depois, uma reavaliação desse contingente pauperizada da população é realizada e, como pondera o militante Caneca,

Na época [meados da década de 1990] o desemprego tava mais em pauta na ata política, não que o desemprego hoje não seja tão significativo, é aquela coisa, *tem épocas em que não interessa a sociedade pautar algumas coisas, como hoje não interessa pautar em boa parte da esquerda o desemprego*. Naquela época, pelo menos na esquerda tinha o interesse de pautar o desemprego, então o movimento debatendo também essa questão do modelo do desenvolvimento do RS.

Para o PT de 1986, não era necessário discutir a questão do desemprego e as condições do setor da classe trabalhadora que vivia a concreticidade da ausência de um comprador para a sua força de trabalho ou a situação precária da venda esporádica. Já em meados de 1990, como mencionamos, alguns setores dessas organizações seriais, inclusive setores do PT, acrescido do MST, não ignoram mais o fator desemprego e colocam em pauta, por meio deste tema, o modelo de desenvolvimento implantado no país.

Fazia-se, assim, necessário conhecer melhor esse fenômeno que para os sindicatos aparecia na forma de demissões – que também passa a ser investigado nas Ciências Administrativas; para o movimento campestre, manifestava-se no ingresso de indivíduos da superpopulação estagnada (desejosos de melhora nas condições de vida mediante o retorno às

atividades no campo) ao MST; para as pastorais eclesiais, na forma de crescente demanda por doações; para os partidos, na forma de percepção sobre o quanto promessas de combate ao desemprego eram propensas a conquistar apoio eleitoral, sobretudo se sustentada pelo discurso de organismos internacionais. Esse conhecimento intuitivo das formas de manifestação do desemprego determinou a necessidade de saber quem são e o que pensam os desempregados, pois como menciona Florestan Fernandes (1975, p. 31), “a maioria esmagadora dos pobres não pode ser banida eternamente da história”.

Para saber quem é e o que pensa a *superpopulação estagnada* e os que estão fluindo para ela, organizou-se debates nas reuniões da CP e um grupo de trabalho que unia pessoas de diferentes movimentos sociais nacionais, donde os militantes que vinham atuando nos núcleos de base da região Metropolitana de Porto Alegre tomaram parte, agregando o conhecimento construído por meio da pesquisa e das reuniões nos núcleos. Durante os anos de 1997 a 2000, o grupo de indivíduos-orgânicos da CP intensificou as discussões e sua atuação junto aos núcleos de base, aprofundando reflexões junto aos desempregados.

No ano de 1999, desempregados de diversos núcleos congregaram-se em um grupo para participar do Grito dos Excluídos⁵⁴. Essa participação foi o momento síntese de uma problematização que se desenvolvia em ambos espaços – núcleos de base e CP –, e deflagrou a necessidade efetiva de formar um instrumento de organização política de desempregados que superasse as limitações dos núcleos, imposta pelas ações em nível local. Concretizou-se, portanto, a necessidade de um movimento social urbano que aglutinasse as reivindicações da superpopulação relativa que não parava de crescer⁵⁵.

Essa reivindicação que emanou dos núcleos de base já era aventada pelos membros-orgânicos da CP, que ponderavam não ser a Consulta o instrumento para o trabalho de base, de “massificação” (entende-se por *massa* o conjunto geral da sociedade diferenciada em suas múltiplas posições na estrutura social; no caso do MTD, a massa que o constitui é formada por indivíduos da superpopulação consolidada ou que tende a ela após sua entrada no exército

⁵⁴ “O Grito dos Excluídos constitui-se como um espaço de voz e protagonismo dos excluídos e excluídas. Quer mobilizar toda sociedade para mudanças estruturais e conjunturais. A organização do Grito é de responsabilidade das Pastorais Sociais e da Coordenação dos Movimentos Sociais. Acontece anualmente, no dia 7 de setembro, e o público participante são pessoas que almejam mudanças sociais e estruturais.” (ZERBIELII, 2005, p. 24). Atentamos para o nome da manifestação. Ela revela a também um movimento de conscientização da classe trabalhadora, pois se no início da primeira década do terceiro milênio os “Sem” denominavam-se excluídos em oposição aos trabalhadores que possuem condições concretas de (re)produção da vida relativamente melhores, em 2009, essa mesma manifestação já é denominada Marcha dos Sem.

⁵⁵ Esse processo de construção de um instrumento da classe trabalhadora constituído por desempregados já está a ocorrer concretamente em nove estados brasileiros, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Ceará, Rondônia e Distrito Federal.

de reserva), pois foi construído para congregar múltiplas reflexões acerca do contexto socio-político-econômico da sociedade brasileira efetuadas pelos membros-orgânicos e intelectuais de esquerda, cujas *práxis* – sobretudo a efetuada durante as décadas de 1970-1980 em organizações como o MST, PT e CUT – permitiria certa compreensão da totalidade, esta ainda não desenvolvida pelo conjunto dos desempregados que se agregavam aos núcleos. Estes, por sua vez, demandavam a constituição de uma organização própria, nos quais o juramento fosse definido por eles e com eles, cujas ações fossem por todos os membros do grupo deliberados e, eles deixassem assim de atuar como agentes consultivos e passassem a atuar na formação do grupo-jurado.

Num primeiro momento, a colocação da necessidade de constituição de um movimento de massa parece reproduzir a discussão sobre massa *versus* vanguarda, desempregados *versus* CP. Em ambos espaços, há um esforço para desnaturalizar a idéia comumente aceita que alega uma necessidade histórica de existir “a” *vanguarda*, um grupo de indivíduos que serão reconhecidos por serem sujeitos ativos na construção da história, por serem “sujeitos iluminados” que conduzirão a “massa” à uma terra onde haverá “leite e mel para todos”. Tal idéia é sustentada, sobretudo pelo ideário liberal, como demonstra Iasi (2006), cujo desejo individual de se tornar “um Ernesto Guevara” não se diferencia do desejo de ser “um Bill Gattes”.

Todavia, como discutido anteriormente, o senso comum é alimentado e fortalecido pela tripla correspondência entre as relações concretas, as idéias aceitas pelo grupo imediato e a substância dos valores que compõem o psiquismo. Assim, a necessidade de uma vanguarda se confunde com o fato concreto de que existem indivíduos que possuem uma ciência menos parcializada das relações sociais em virtude de estarem, há mais tempo, vinculados aos múltiplos instrumentos da classe trabalhadora, ou seja, tal confusão sustenta-se numa ação não reflexiva acerca dos diferentes graus do movimento de rompimento com a compreensão parcial concreta em que os distintos grupos e indivíduos se encontram em função de suas relações sociais imediatas.

Posto isto, reconsideramos a colocação da militante Rosa. O trabalho inicial realizado pelos militantes da pastoral operária não “fracassou”, pois na concretude da vida diária, na experiência prática e reflexiva efetuada com o apoio da CP, um grupo da população estagnada e outro da superpopulação fluída acessaram e construíram uma *práxis* que avançou no movimento de rompimento com a parcialidade concreta. O momento síntese em que este grupo em fusão juramenta-se ocorre em uma ação pública de protesto no ano de 2000, quando

ocorre a convergência das realidades negadas por ambos os grupos condensadas em um só momento: a inauguração de uma empresa de capital estrangeiro, com sua nova forma de organização do trabalho (demandando um número menor de trabalhadores do que nas sedes do ABC, para uma produção de igual magnitude) sendo recepcionada pelo Partido dos Trabalhadores, que há um ano encontrava-se no poder executivo de estado e cujas ações, segundo avaliação dos militantes, em pouco atendia os interesses necessários da classe trabalhadora.

5.1.3 O momento síntese da fusão do grupo

O grupo em fusão, resultante da demanda da união dos núcleos de bases com a intencionalidade de manter-se em negação com impossibilidade da impossibilidade e de perpetuar a possibilidade de criação e recriação da nova *práxis*, elabora, ainda que não formal e sistematicamente, seu estatuto. Este sintetiza um salto qualitativo no movimento operado com e por membros do exército de reserva e tem seu momento representativo em um ato público realizado no dia 22/5/2000, quando membros do exército de reserva ocuparam parte do pátio da General Motors, ainda não inaugurada, no município de Gravataí, RS. Eis a ação concreto-simbólica que sintetiza um movimento de negação que ocorria desde meados de 1994.

O setor automobilístico alavanca todo um complexo produtivo, determinando o ritmo das atividades na cadeia que vai desde a extração de minérios até a produção discursivo-simbólica do fetiche da mercadoria por meio das publicidades. As montadoras de veículos automotivos são consideradas lócus da inovação tecnológica e de técnicas de gestão; delas emanam importantes diretrizes do modelo produtivo social. A ação do MTD se prestava justamente a problematizar que a capacidade de produzir mais valor com menos trabalhadores significava.

A intencionalidade do MTD com a ocupação que começou em maio e teve seu ponto culminante no dia da inauguração da fábrica, ao ser acompanhada e divulgada pela imprensa regional, foi atingida. Contudo, há distintas formas de ler e escrever a relação antagônica entre o capital e o trabalho. Vejamos como ela foi narrada pela mídia à época e recontada pelos integrantes do MTD nas entrevistas.

A reportagem publicada no dia 2/6/2000 (48 dias antes da inauguração da GM) no veículo impresso de maior tiragem do estado, informa a desocupação da área pública, em virtude de ordem judicial, e uma nova ocupação, desta vez, de uma “propriedade privada”. Segundo reportagem, essa propriedade faz parte das terras desapropriadas pelo governo estadual e destinadas à empresa, mas quem mantém a posse da mesma são os antigos proprietários. “A invasão” desta área foi facilitada, segundo noticiado, pela ausência da Brigada Militar. Ausência que não ocorreu na data de inauguração da planta produtiva, dia 20/7/2000.

Em 21 de julho de 2000, o jornal Zero Hora também noticiou – em virtude de reportagem sobre inauguração da nova planta da GM – a existência do “Movimento dos Trabalhadores Desempregados, recém-criado” que “invadiu um terreno da GM no mês passado”. À época da reportagem em questão, a conjuntura política do estado caracterizava-se por polarizações acirradas. Durante as solenidades de inauguração do complexo automotivo, diversas organizações políticas realizaram manifestações – “pegaram carona na inauguração da montadora”, no dizer da reportagem, PMDB, PTB, PPB (hoje, PP), PFL (hoje, DEM) e PSDB, partidos que faziam oposição ao então governador do estado, Olívio Dutra (PT),

[...] realizaram a maior manifestação do dia, em apoio ao governo federal [então chefiado por Fernando Henrique Cardoso (PSDB)] e à conclusão da fábrica. Reivindicavam o crédito ao governo Britto [hoje filiado ao PPS, e antecessor de Olívio Dutra] pela instalação da montadora e cobraram de Olívio Dutra a ‘perda da Ford’ [na ocasião a Ford havia desistido de também instalar uma unidade no estado após o governo de Olívio Dutra ter recusado conceder os incentivos fiscais exigidos pela montadora].

Já CUT, MST, o “recém-criado” MTD, bem como PT, PSB, PCdoB, PSTU e PDT,

Criticavam o governo de Fernando Henrique, pediam mudanças econômicas e sociais. Criticavam a presença do exército e o uso excessivo de policiais – inclusive os estaduais – para conter as manifestações.

Note-se que a ocupação de terreno ocioso realizada pelo MTD é apresentada enquanto “invasão”, num esforço de deslegitimar o mérito do movimento, associando-o à prática criminosa. Discurso esse que ignora posicionamento da 6ª turma do Superior Tribunal de Justiça, quando pondera que não há de confundir-se o “direito de reclamar a eficácia e a efetivação de direito, cujo programa está colocado na Constituição” com crime contra o direito privado, considerando, assim, que ocupação para fins de denúncia pública não é crime, mas “expressão do direito de cidadania” (SOUZA, 2007, p. 115).

Oportuno indicar que os trechos da reportagem aqui apresentados estão publicados em duas páginas, sendo que $\frac{3}{4}$ da área total de uma delas é ocupado por grande anúncio publicitário da “Rede Chevrolet”, revendedora oficial dos veículos produzidos pela GM. A alocação desse anúncio, em hipótese alguma, pode ser considerada despropositada. O veículo de comunicação mencionado, apoiado financeiramente pela GM, vale-se da antítese, enquanto figura de linguagem, para suscitar a imagem representacional dos conceitos bom/ruim para o desenvolvimento econômico do estado.

O ruim está contido nas ações contestatórias efetuadas por movimentos sociais e partidos políticos que foram relacionadas à palavras como: “guerra”, “conflito”, “tensão”. Ações que foram contidas por um grande aparato militar, como descrito, passo-a-passo, pela reportagem.

[...] 07:00 A Brigada intensifica a presença com cerca de 500PMs, distribuídos no pátio interno da GM à cidade. Ao longo da RS-030, 80 policiais rodoviários formam quatro barreiras, das quais duas nas interseções de acesso ao complexo automotivo e as demais nos Kms 4 e 10

10:15 Dois blindados Urutu, **nove caminhões** carregados de militares e duas caminhonetes do Exército chegam à GM por um acesso lateral, anterior à entrada principal, pela RS-030

11:00 Em **Gravataí**, a movimentação das polícias Militar, Civil e Federal e das tropas do **Exército** surpreende o acampamento do MTD.

15:30 A freeway é parcialmente bloqueada pelo comboio de segurança do presidente FH, que Chega de helicóptero. (ZH, 21/07/2000, p. 14 – grifos originais) [...]

No relato jornalístico, contrapondo-se às ações efetuadas pelos movimentos sociais e partidos políticos, refreadas pelo aparato policial, está a campanha publicitária da Rede Chevrolet, cujo *slogan*, posto sobre a foto aérea da nova planta, é: “As melhores condições para inaugurar seu carro zero”, seguido logo abaixo pela frase “enquanto a GM corta a faixa de inauguração a Rede Chevrolet corta os preços”. Com estas afirmações, reproduz-se a idéia de que há uma relação direta entre o preço da mercadoria e a localidade em que é produzida, realimentando o senso-comum da sociedade gaúcha que acreditava na possibilidade tanto de adquirir automóveis a um valor reduzido após iniciadas as atividades produtivas desta planta no estado, quanto de conquistar um emprego na empresa ou em alguma outra do sistema modular instalado.⁵⁶

⁵⁶ Estimava-se que haveria uma redução no valor do modelo produzido em Gravataí. Essa redução não seria limitada aos consumidores do estado da região sul, pois ela ocorreria em virtude da adoção do sistema modular no complexo produtivo da GM no RS. Neste, tanto a empresa central quanto as fornecedoras beneficiaram-se dos incentivos fiscais estaduais, o que permitiu que a montadora exigisse a redução dos preços das peças adquiridas junto a seus sistemistas, conforme destaca Pereira-Filho (2009). Adiante, discutiremos os impactos

Neste ínterim, constatamos que nessa figura de ênfase estilística que aproxima os contrários utilizada pela Zero Hora, há reforço ideológico da criminalização das manifestações sociais (o ruim) e apoio às empresas privadas multinacionais e à política neoliberal (o bom). Encontraremos a retroalimentação ideológica oportunizada pelos meios de comunicação em muitas outras reportagens. Em algumas, o ataque é direto, como no relato abaixo:

É impossível calcular o montante dos prejuízos ocasionados por esses protestos, especialmente os capitaneados pelos movimentos sociais. Claramente ilegais, além de atropelar o ordenamento jurídico pelo qual se regem os demais cidadãos, causavam transtornos e dissabores sem preço a milhares de pessoas alheias e a seus pleitos corporativos (Editorial do Jornal Zero Hora de 09/08/2001, p. 18).

Em outras é mais sutil, como por exemplo, a alocação das informações referentes aos protestos (denominados invasões) efetuados pelos movimentos sociais ao lado de notícias que colocam em pauta o sistema penitenciário, apreensão de drogas, fraudes, dentre outras⁵⁷. Como já destacavam Marx e Engels (2007) n'A Ideologia Alemã, os proprietários dos meios de produção material são também os proprietários dos meios de produção das idéias.

As idéias [*Gedanken*] da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que dispõe do meio de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, o que faz com que sejam a elas submetidas, ao mesmo tempo, as idéias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual (MARX e ENGELS, 2006, p. 78)

As idéias da classe dominante presentes nessa antítese, e que tendem a ser reproduzidas como sendo também as idéias dos dominados, são as de que: 1) junto à inauguração da GM nasce um movimento social que efetua atos criminosos; e, 2) tal movimento criminoso se opõe ao desenvolvimento do estado e aos interesses dos consumidores. Ambas as idéias não são totalmente desprovidas de conteúdo verídico, pois a condição de desempregados e de trabalhadores explorados que os indivíduos negaram e que impulsionou o movimento de fusão do grupo é resultante não exclusivamente da GM, mas da nova forma de organização da produção também adotada por esta empresa, do movimento de reestruturação geral do capital pós 1970. O MTD, enquanto resultante da contradição capital/trabalho, se opõe ao movimento de acumulação do capital e ao modelo de

econômicos da instalação deste novo modo de organização da produção para a economia local/regional/nacional/internacional.

⁵⁷ Zero Hora – 09/12/2000; 12/08/2003; 28/05/2008.

desenvolvimento que estava sendo adotado pelo Estado, modelo que atendia aos interesses particulares de uma classe, apesar de soar como interesses universais. Assim, na fala dos militantes a ocupação ganha a qualidade de reivindicação. Um dos militantes do Movimento explica porque escolheram o terreno cedido à GM para efetuar aquilo que foi sua primeira “aparição pública” de destaque:

[...] o movimento vinha debatendo também essa questão do modelo do desenvolvimento do RS. Essa é uma questão importante no surgimento do movimento. Porque nós estávamos em plena fase de debater que modelo de desenvolvimento que queremos para o estado. E o governo Britto foi um que apontou claramente que queria o modelo neoliberal, com concessão às multinacionais, que na época eram as montadoras. E que se consolida aqui com a GM. Então, o fato de ser Gravataí, de ser aqui, tem toda essa discussão de modelo. [militante Caneca do MTD]⁵⁸.

Os números divulgados sobre o custo total da implantação da GM no estado são controversos. Há autores que mencionam um total de investimento de 550 milhões de dólares (ZAWISLAK e MELLO, 2002), e outros citam valores que alcançam a casa dos 700 milhões (NABUCO e MENDONÇA, 2002). A discordância reside no fato de considerar ou não os 130 milhões de dólares provenientes dos cofres públicos como parte do montante final; e, além dos valores destinados à infra-estrutura, os governos locais (estadual e municipal) ainda concederam diversos incentivos fiscais⁵⁹.

O motivo alegado para justificar tamanho investimento público em função de uma única planta produtiva, como não poderia deixar de ser, era o combate ao desemprego que, à época do anúncio da instalação da montadora (março de 1997), atingia aproximadamente 13,5% da População Economicamente Ativa na região metropolitana do estado. Em 2000, quando as atividades da planta iniciaram-se, o índice de desemprego alcançou 16,8%. Nos dois anos subsequentes houve quedas nesse indicador ao longo dos meses, sendo que o menor índice registrado então foi a de 14,2% – superior, portanto, aos 13,5% do mês de março de 1997.

⁵⁸ O governador Antonio Brito (PMDB) durante seu mandato, 1995-1999, estabeleceu negociações com o grupo Ford e GM. As concessões oferecidas a ambas eram similares, mas a primeira não instalou sua planta produtiva em Águas Claras, pois com o governador sucessor retirou do acordo, ainda não assinado, várias isenções. O mesmo não pôde ser feito com a GM em virtude do adiantado estágio em que se encontravam as negociações.

⁵⁹ A prefeitura municipal de Gravataí concedeu os seguintes benefícios: Isenção do Imposto Predial, Territorial e Urbano (IPTU); do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); da taxa de limpeza pública; da taxa de controle de incêndio; da taxa de iluminação pública; da taxa de contribuição e melhorias; da taxa de obtenção do alvará de localização, licença e funcionamento; da taxa de licença para publicidade; da taxa de obtenção do alvará de construção e “habite-se”; e de outras existentes ou que vierem a ser criadas (ZAWISLAK e MELLO, 2002). As isenções foram concedidas por um período médio de 20 anos.

O aumento do desemprego verificado na região metropolitana contradisse as expectativas da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), que mencionava que os efeitos positivos “do grande investimento realizado em um setor que se constitui na espinha dorsal do setor industrial de uma economia” não se esgotam com a passagem do tempo. Entretanto, conforme menciona Zawislak e Mello (2002, p. 119), superestimaram-se os “indicadores de renda e de emprego para o Rio Grande do Sul” pois estes foram previstos com base na matriz produtiva anterior e estudos demonstram que nesta, em 1980, um trabalhador produzia 8,8 unidades em média. Esse quantil subiu para 15,9 em 1999 (DIEESE).

O investimento na planta produtiva da GM causou um impacto positivo nos índices de desemprego por um curto espaço de tempo, mas não foi o suficiente para manutenção desses índices e para impulsionar a geração significativa de novos postos de trabalho no mercado da região metropolitana. Os números do desemprego desse período demonstram que a demanda pela mercadoria força de trabalho permanecia em queda, que a implantação da montadora amenizou o aumento dos índices de desemprego, mas não o paralisou. O que esse caso da GM ilustra é a tendência atual do desenvolvimento das forças produtivas, onde a ascensão de maquinaria tecnologicamente sofisticada libera força de trabalho humana, ou seja, diminui a demanda por *trabalho vivo*, altera a relação orgânica do capital.

Esses dados corroboram análises anteriores, cujas conclusões afirmam que o problema do desemprego, no atual estágio do capitalismo, não se apresenta como um problema conjuntural, mas *estrutural*. Não sendo, portanto, resultado apenas de crises econômicas, mas da introdução de novas formas de organização do trabalho e da produção que atendam às necessidades de aumento nas taxas de lucro do capital.

Localmente, a implantação desse novo modo de organização da produção não impactou de forma significativa na redução quantitativa do ER. Todavia, permitiu a reorganização da estrutura produtiva e financeira da transnacional capacitando-a para transformações de maior magnitude para enfrentar a crise global do capital no ano de 2009 e que, conseqüentemente, operou, então, uma alteração quantitativa do ER em outros locais do planeta.

Cumprе ressaltar⁶⁰, resumidamente, como a nova organização do trabalho pós-reestruturação produtiva, além de não diminuir significativamente os índices de desemprego

⁶⁰ Apenas à guisa de exemplo, lembramos que implantação de fábricas totalmente reestruturada, demandando um número menor de trabalhadores e “financiada” com dinheiro público permitiu que a empresa – em face de uma crise financeira global –, se reorganizasse completamente a fim de impulsionar seu acúmulo de capital. Nos

na região em que se instala, ainda permite aumentá-los em outras regiões do mundo onde as empresas ainda encontram-se relativamente mais “atadas” ao modelo precedente (leia-se, onde o preço da força de trabalho humana atende à imperativos da época keynesiana). De tal modo que, como lembra Mészáros (2007, p. 85), fenômenos de aparência local, ao serem analisados “têm de ser relacionados à totalidade objetiva de um estágio determinado do desenvolvimento socioeconômico”.

A manifestação de negação local de um fenômeno mundial oportunizou a fusão em um grupo de indivíduos do exército de reserva. O acampamento ao lado da GM e o projeto-ideado de transformá-lo em assentamento, possibilitaram a convergência de vários núcleos de base e a instituição da primeira negação da livre *práxis*, o grupo que funda o MTD estabelece suas primeiras regras, estabelecendo uma organização interna, que se por um lado nega as possibilidades da livre *práxis*, por outro permite a continuidade no movimento de negação de indivíduos encapsulados.

A organicidade do Movimento pode ser resumida pela formação de núcleos com até 10 famílias. É considerado um integrante do MTD quem participa efetivamente de um núcleo. Em um material elaborado pelo MTD, denominado cartilha do militante, os núcleos são definidos como espaços onde:

Discutiremos detalhadamente todos os passos do movimento as propostas de luta; unificaremos os entendimentos; eliminaremos as dúvidas; iremos para as ações conscientes; discutiremos as tarefas entre todos os membros; estabeleceremos normas e disciplinas; qualquer conquista que o movimento dos desempregados alcançar, só será beneficiado aquele que estiver participando de um núcleo (Cartilha dos desempregados, nº 1, p. 7).

Em cada núcleo, são eleitos dois representantes para comporem o grupo que representa o assentamento ou acampamento ou conjunto de núcleos de base de um bairro. Assim, periodicamente, os representantes de uma determinada região se encontram para discutir assuntos referentes ao movimento como um todo e a realidade da sua região. A mesma lógica é seguida para os demais níveis (representação municipal, regional, estadual). Os representantes escolhidos são denominados dirigentes ou coordenadores do Movimento. A

Estados Unidos da América a GM fechou e/ou vendeu as unidades produtivas que lhe geravam “custos”, fazendo fluir em torno de 21 mil indivíduos do Exército Ativo ao Exército de Reserva (Folhaonline de 27/04/2009), mas em seu sítio oficial, divulga o nascimento da nova GM. Esta “será uma companhia enxuta, forte, com produção global e líder em tecnologia automotiva”. Faz parte desta nova pessoa jurídica a GM do Brasil, isso porque, “Lucrativa desde 2006, a empresa tem hoje uma situação financeira sólida que lhe permite manter todos os investimentos em curso, com muita confiança no seu futuro”.

referida cartilha indica alguns critérios que deve ser usados como parâmetro para os núcleos na escolha de seus coordenadores, conforme segue:

Estes devem ser pessoas que tenham o reconhecimento perante os participantes do núcleo, deve ser: responsável, ter disciplina, saber ler e escrever, ter capacidade de coordenar e ser escolhido pelos elementos do núcleo (Cartilha do Movimento, 2000, p. 9)⁶¹.

A cartilha e suas diretrizes são exemplos da constituição do grupo organizado. Nele aparecem a negação da negação da *práxis* livre. Lembramos que esta, por mais contraditória que possa parecer, é o que possibilita que o grupo continue seu processo de totalização, pela negação do campo inerte do qual partiu em função da impossibilidade da impossibilidade primeira que, enquanto não superada, segue tensionando seja a continuidade do movimento seja o retorno à serialidade; em suma, o avanço na progressividade ou a regressividade na progressividade avançada.

A disciplina é um dos critérios destacados porque, uma vez o grupo constituído, a ação dos membros só tem razão de ser no grupo mediador da reciprocidade da interdependência entre os membros do Movimento. Nas palavras dos militantes: “se você escolhe alguém para te representar, essa pessoa é responsável não só por te representar, na verdade é nós que representa a chance dela poder falar pelo núcleo”. A cartilha pontua a reciprocidade da interdependência afirmando que:

Nosso movimento será de massa, permanente e de luta se tivermos capacidade e disciplina para darmos organicidade interna. Isso só será possível com a organização dos núcleos. Nosso empenho de militantes será indispensável para concretizarmos nossa tarefa. Só seremos um movimento forte no futuro, se formos capaz de construí-lo a cada momento de nossa vida (Cartilha do Movimento, 2000, p. 1).

A continuidade da constituição do Movimento, portanto, se dá pela ação diária dos membros de cada núcleo, assinalando a questão de que o Movimento é a objetivação das múltiplas subjetividades mediada pelas inter-subjetividades, objetivação que ainda não se alienou em relação ao grupo, uma vez que os integrantes reconhecem que o Movimento se objetiva pala construção diária, ou seja, ele ainda não se encontra naturalizado posto que os integrantes do grupo não estranhem o que objetivam. Ponderamos que, passados nove anos da

⁶¹ Em virtude da realidade do ensino público no Brasil, saber ler e escrever, para a maioria dos integrantes do MTD é ser analfabeto funcional. Segundo dados do IBGE referente ao ano de 2008, o Brasil possui 10,0% (cerca de 19,1 milhões) de analfabetos e 21,0% (cerca de 40 milhões) de analfabetos funcionais. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais AnísioTeixeira divulgou em um estudo denominado Mapa do Analfabetismo no Brasil, que as “taxas de analfabetismo estão diretamente relacionadas à renda familiar [...]. Nos domicílios que possuem renda superior a 10 salários mínimos, o índice é de apenas 1,4%, enquanto nas famílias que possuem renda inferior a um salário mínimo o índice alcança 29%.

elaboração desta cartilha, encontramos indivíduos no Movimento que, de certo modo, naturalizaram o mesmo; no entanto, de um modo geral, ainda percebem que o Movimento é o que eles fazem de sua *práxis*. Isso pode ser verificado em várias entrevistas e depoimentos que abordam de formas distintas o mesmo conteúdo da transcrição abaixo proferida pelo militante Paulo do MTD:

Nós sabemos que é assim que se dá [o enfrentamento dos problemas nas distintas regiões] e nós também queremos aprender com isso. Então, vamos reunir hoje com o pessoal de Caxias pra ver como eles estão lá. Ver concretamente quais as experiências que tem ali. O que avança. Que avanço eles tiveram, onde não conseguiram avançar, pra então a gente pode fazer uma síntese, uma observação pra cruzar com as coisas que nós fazemos aqui e que não fizemos avançar. Aí seria uma solução e não um problema. Então, têm coisas que estão acontecendo em Pelotas que estão indo de vento e polpa por causa da forma de fazer e que a gente não aproveita porque não sabe, não fez um momento de cruzamento da coisa. Então quando não há uma intencionalidade por trás sistematizando a coisa aí demora muito mais tempo pra chegar o dia da reviravolta.

Em paralelo à organização dos núcleos e de sua representatividade local, municipal, regional, estadual e nacional, há também grupos de trabalho, denominados setores, que pautam temas específicos. Dentre eles, destacamos o Setor de Educação, Setor Trabalho e o Setor Frente de Massa. Estes permeiam todos os níveis da organização, enquanto há outros setores que são organizados somente conforme demanda de cada município e/ou região. Um exemplo dessa forma de organização municipal é o Setor da Mulher que existiu até recentemente em um assentamento do Movimento localizado na cidade de Eldorado do Sul. A organização desses setores locais é resultante das discussões dos núcleos de base que pontuam ou não a necessidade de um setor. Eis mais um exemplo de que os membros, em geral, do MTD ainda não se encontram estranhados na objetividade da organização. Os momentos de problematização e sistematização que ocorrem nos núcleos de base e nas reuniões dos coordenadores dos núcleos têm possibilitado que sua objetivação não se naturalize, que a livre *práxis* do grupo não seja enquadrada na serialidade institucional.

Descrevemos a organização interna para elucidar como ocorrem as discussões e deliberações no Movimento, uma vez que são por meio dela que as contradições da relação entre capital-trabalho são problematizadas e onde as tentativas de superá-las são constituídas, ainda que em projetos. Embasando os projetos do Movimento está a reflexão já efetivada entre os núcleos e a CP, e o desejo consensual presente nessa reflexão é o de alteração do caráter do trabalho: de submetido à lógica do capital à sua realização enquanto atividade humana emancipatória. Na imediaticidade, intenciona-se concretizar os objetivos emancipatório dos projetos por meio de uma produção organizada coletivamente. Deste

modo, o MTD apresenta inicialmente propostas concretas que, através do processo de luta, possam:

[...] elevar as condições de vida de homens e mulheres em situação de desemprego a um patamar onde sejam sujeitos autônomos, onde superem a situação de desempregado individual em função da situação de pertença e apropriação a um grupo de produção para que coletivamente aconteça a produção, comercialização e divisão igualitária da renda gerada (ZERBIELLI, 2005, p.32-3).

Estas propostas operam como mediadores entre o indivíduo-serial e a classe e, em sua concretude, demonstram os momentos de consentimento e de negação ao capital ao longo da história do MTD. Adiantamos, portanto, que a despeito dos membros do Movimento dos Trabalhadores Desempregados serem, em sua maioria, superpopulação estagnada, suas relações sociais dão-se mediadas pelo trabalho, e as contradições presentes no modo antagônico de controle do sociometabolismo do capital são experienciados por esses desempregados, a despeito de eles não estarem nas fábricas, “reduto clássico da classe”. Por meio dessas sociabilidades existem possibilidades de constituição de uma consciência de classe, para formação de um *ser social* radicalmente crítico ao capital, conforme veremos a partir da análise da objetivação dos projetos ideados.

5.2 A SOCIABILIDADE PELO TRABALHO: AS CONTRADIÇÕES VIVENCIADAS PELO MOVIMENTO

Várias foram as lutas e reflexões efetuadas pelos membros do exército de reserva durante este movimento específico de totalização que completa 15 anos de existência. Os integrantes do movimento se reúnem em núcleos onde discutem a conjuntura política e econômica e formas de tencionar a luta de classes, além de maneiras de obter conquistas contingentes e de perpetuar o movimento de constituição da consciência de classe em seus locais de moradia, buscando agregar novos membros a esse instrumento que rumo em direção à identificação com a classe trabalhadora.

Durante os 10 anos de existência concreta do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, agregaram-se ao grupo um número relativamente grande de indivíduos que compõem a superpopulação consolidada, ao contrário do que ocorria nos primeiros anos quando este era composto pelos recém-desempregados que recorriam aos sindicatos e não encontravam espaço para discutir suas demandas. Indivíduos da superpopulação fluída ou

estagnada também se identificam com as demandas do Movimento e romperam sua primeira forma de consciência, contudo, o próprio ingresso no processo de totalização rumo à classe já condiciona o seu vir-a-ser superpopulação consolidada. Desse grupo populacional, o que presenciamos é a predominância de mulheres e jovens, estes antes mesmo de ingressarem no PEA, dificilmente vislumbram como possibilidade concreta um espaço no exército ativo.

O militante Caneca do MTD menciona que, à despeito dessa alteração, algo se manteve: os indivíduos-trabalhadores, apesar de não atentarem para o complexo conjunto de determinantes de suas condições objetivas, compreendiam as conseqüências diretas da implementação da nova forma de organização da produção. Nas palavras do militante: “É um grau de consciência, não muito problematizado, não muito elaborado, mas as pessoas sabem dizer que eles não vão conseguir emprego nessas grandes empresas”.

Cientes de que o desemprego não é conjuntural, mas estrutural; de que o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Estado nem se quer acenava com a possibilidade de um desenvolvimento social mais equânime (ou, como defendem os organismos internacionais, a constituição de um mercado de trabalho com pleno emprego decente), os desempregados que ocuparam parte das terras cedidas à GM e os que ingressam no Movimento ano após ano não reivindicam empregos, mas sim condições de criarem estruturas produtivas próprias.

Dessas discussões resultaram algumas propostas concretas de organização da produção, dentre as quais destacamos duas que discutiremos: os Assentamentos Rururbanos e as Frentes Emergenciais de Trabalho. Essas propostas são efetuadas de distintas formas, sendo que, no contexto de cada uma delas, decorrem reflexões e adendos que permitem aos membros do movimento dar continuidade e expandirem o processo de constituição da consciência de classe dessa parcela da *classe trabalhadora*.

Essas duas grandes propostas do MTD constituem-se como noções embrionárias de práticas de trabalho que possibilitem a emancipação humana. São, segundo os militantes, formas de dizer “não” ao atual modo de produção. Contudo, na objetivação desses projetos as contradições existentes entre possíveis formas alternativas de labor e o modo capitalista manifestam-se. Lembramos, aqui, uma passagem de Marx e Engels (2007, p. 32), quando estes criticam as reflexões de Feuerbach e afirmam que é preciso entender o homem “em sua conexão social dada, em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que eles são” porque uma geração de homens e de mulheres ingressa, ao nascer, na história da humanidade. História que:

[...] em cada um de seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação histórica estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que em cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a essa última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial (MARX e ENGELS, 2007, p, 43).

A negação de um modo de produção somente pode ser efetuada a partir deste modo de produção; é condicionada pelo que nega e, ao mesmo tempo em que é o pólo negativo da contradição, também reflete, internamente, tal contradição. Sendo que é a manifestação da contradição no interior do pólo que o nega, que mantém tensionado o movimento de constituição da consciência-de-classe, do movimento do interesse contingente ao necessário.

A objetivação desses projetos tem, pelo menos, dois desdobramentos contraditórios: se, por um lado, alavancam o processo de totalização rumo à superação da auto-alienação do trabalho, por outro alavancam o movimento de produção e reprodução do capital, pois recriam a superexploração do trabalho no âmbito do movimento global do capital, colaborando para a diminuição do preço da mercadoria força de trabalho. Ou seja, os membros do MTD, ao objetivarem seu desejo de projetos mediadores na construção da emancipação humana, continuam a ser *produção necessária* para o movimento de acumulação, *mecanismo que alavanca* a valorização do capital, e a própria *condição de existência* do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que o negam.

Vejamos, agora, como essas contradições são vivenciadas pelos membros do exército de reserva que constituíram e constituem o MTD e como, por meio da tentativa de superação do trabalho alienado, seja pela objetivação do Projeto Frentes de Trabalho, seja pelo Projeto Rururbano, este Movimento manifesta-se como possibilidade concreta de organização da classe trabalhadora, a despeito de seus membros serem, por vezes, considerados como *lumpemproletariado* por militantes de outros setores da classe.

Em ambos os projetos manifesta-se o mesmo conjunto complexo de contradições; por motivos didáticos e para evitar repetições, optamos por dar ênfase às contradições do campo econômico ao analisarmos as experiências das Frentes de Trabalho e destacarmos as contradições culturais ao discutirmos os Assentamentos Rururbanos. Iniciaremos pelo primeiro.

5.2.1 Projeto de Alternativas de Trabalho na Periferia das Cidades como Meio de Organização da Classe trabalhadora

Nem todos os membros dos núcleos de base, ao fundirem-se em um grupo constituindo o MTD, participaram do acampamento ao lado da GM. Os que permaneceram em seus locais de moradia, pautaram a possibilidade de organizar suas estruturas produtivas sem necessitar deixar seus bairros. Segundo os integrantes do MTD, o importante é que Movimento negue o trabalho enquanto mercadoria, por meio da negação de suas condições de desempregados e efetuando propostas positivas que permitam a reprodução da vida. Um dos integrantes do movimento assim descreve o objetivo do grupo:

Mas a gente não tem lutado pra ajudar as pessoas a conseguir emprego, mas a gente tem a questão de que as pessoas, precisam, devem e têm o direito de trabalhar. Então, buscar meios de que as pessoas possam desenvolver seu próprio trabalho (Militante Bartolina).

A fala de Bartolina pontua uma das bases reivindicatórias do Movimento: o direito ao trabalho, e a negação ao emprego. E uma das formas encontradas para tanto foi dar continuidade ao Projeto de Lei que já estava sendo proposto pela Subcomissão do Trabalho na Câmara Legislativa antes da fusão do grupo. A aprovação da lei, no ano de 2001, foi conseguida depois de muita pressão popular efetuada pelo grupo já organizado. Da primeira experiência deste projeto naquele mesmo ano à última alteração na forma de concretizá-lo no ano de 2009, proposta pelo Movimento, presenciamos o movimento de ruptura com o amoldamento ao sociometabolismo do capital. Estes movimentos de consentimento e negação podem ser analisados tomando como referência as mutações que ocorreram no projeto inicial e que podem ser resumidas em três pontos, quais sejam: as Frentes Emergenciais de Trabalho, doravante FETs; os Grupos de Trabalho e os Pontos Populares de Trabalho. O primeiro projeto, como veremos a seguir, pode ser considerado como sinônimo de trabalho precário e carrega em si a contradição entre os objetivos de emancipação do movimento e a necessidade de submissão ao capital dos indivíduos que imprescindem suprir necessidades básicas para fazer história.

5.2.1.1 As Frentes Emergenciais de Trabalho: a lei do trabalho precário

Segundo reflexão dos militantes, o emprego é a concretização da submissão do trabalho ao capital pela manifestação personificada dessa relação entre um contratante burguês e de um contratado proletário. Por sua vez, a realização de “seu próprio trabalho” é uma alternativa de ruptura com essa relação, tendo a possibilidade de construir alternativas de labor que condicionariam o devir da concretização de um trabalho não estranhado. Contudo, dessa concepção idealizada de organizar o trabalho “sem patrão” à efetivação das FETs, revelam-se limites e possibilidades dessa proposta.

As análises conjunturais realizadas pelos militantes à época da inauguração da GM apontavam para a impossibilidade do modelo de desenvolvimento econômico adotado no RS gerar emprego e condições dignas de trabalhos a todo homem e mulher que só possuem como mercadoria de troca sua força de trabalho. Os altos índices de desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre em meados da década de 1990 (aproximadamente 20%), causados, principalmente, pela crise nos setores calçadistas e metal-mecânico e pela reestruturação produtiva efetuada por empresas desses ramos, tensionaram o debate sobre o desemprego e possíveis soluções para ele. A experiência de vida dos recém-desempregados (superpopulação fluente) e dos muitos indivíduos que esporadicamente vendiam sua força de trabalho (superpopulação estagnada) permitiu que eles concluíssem que o investimento do estado efetuado para a atração de grandes empresas não trazia resultados concretos para a maioria da população, uma vez que a abertura de novos postos de trabalho demanda um investimento muito alto de capital fixo, devido a moderna organização do trabalho sustentado pela revolução micro-eletrônica⁶².

Em face desse diagnóstico, os membros do MTD depararam-se com um interesse contingente dessa parcela da classe trabalhadora: *disputar as verbas públicas*. Um raciocínio tornou-se consensual: se o estado possui 130 milhões de dólares (ZAWISLAK e MELLO, 2002) para financiar a instalação de uma multinacional, caberia aos desempregados fazerem valer suas vontades e cobrar do estado apoio para a concretização do trabalho que permitiria a

⁶² O caso da GM é um exemplo contemporâneo de como a introdução da maquinaria libera força de trabalho. Estudos acerca do setor automotivo no RS indicam que é necessário um investimento de cerca de 538 mil dólares para abrir um novo posto de trabalho (NABUCO e MENDONÇA, 2002), em virtude da grande introdução da tecnologia, em decorrência, portanto, do desenvolvimento das forças produtivas. A GM possui um total de 120 robôs, sendo 90% automatizados (ZAWISLAK e MELLO, 2002).

eles satisfazerem suas necessidades. Intensifica-se, com o apoio de membros do legislativo estadual, o debate do projeto das Frentes Emergenciais de Trabalho.

Segundo uma das militantes que está envolvida no processo desde 1995:

E as frentes de trabalho. As frentes de trabalho, nós iniciamos ela e fomos aperfeiçoando bastante. A idéia que nós tínhamos: bom o estado é responsável! É responsável e, nós queremos trabalhar, nós não queremos cesta básica. Contra a história de cesta básica, nós queremos trabalhar. No início era isso, prestar serviço (Militante Rosa).

No início, o rompimento com a primeira forma de consciência dessa parcela da população permitia verificar que o modelo de desenvolvimento econômico não garantiria oportunidade a todos de satisfazerem suas necessidades. Era, portanto, uma consciência de auto-interesse do grupo, mas de suma importância para o movimento de constituição da consciência que se iniciava, pois, apesar de na prática eles não negarem o trabalho como mercadoria, negavam a satisfação via assistencialismo teatralizado. Romper com essa “cultura do assistencialismo”, que apenas garante a reprodução biológica do indivíduo, mas não seu desenvolvimento “enquanto gente”, apresentou-se como uma tarefa urgente. Para tanto, condições objetivas de trabalho que permitiriam, no mínimo, a produção e reprodução da vida, foi a bandeira levantada pelo movimento, por meio da proposta da compra da mercadoria força de trabalho pelo Estado, essa instituição por eles considerada como a responsável pelo bem-estar social, à despeito de proteger os interesses privados de uma classe, a do capital.

Após as ações efetuadas às vésperas da inauguração da GM, o governo do estado (Olívio Dutra, 1999-2002) abriu espaço para o diálogo. Por sinal, a abertura ao diálogo foi a principal característica distintiva entre o mandato do PT e dos demais partidos que ocuparam o Palácio Piratini nesses últimos 15 anos. Exemplos dos campos abertos para a participação foram a implementação em todo o estado da experiência do Orçamento Participativo já efetuado na capital gaúcha; a organização da secretaria estadual de Economia Solidária e o apoio à Subcomissão do Trabalho que atuava na esfera do legislativo. Através dessa “abertura à participação cidadã”, a classe trabalhadora teve possibilidades de organizar-se e apresentar suas demandas por meio de propostas concretas que eram analisadas e discutidas conjuntamente. Segundo o militante Caneca, o “fator diálogo” foi um dos múltiplos determinantes no fortalecimento do Movimento.

Na minha avaliação, o Movimento surge em um momento político que tinha um clima favorável no estado ao diálogo e a elaboração de novas propostas (Militante Caneca).

Durante o período em que o Partido dos Trabalhadores esteve no comando do estado, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados encontrou espaço para atuação, ainda que limitado. A possibilidade de objetivação do desejo dos indivíduos do exército de reserva que se organizavam nos núcleos de base do MTD teve significativa importância na intencionalidade da perpetuação do processo de totalização.

Foi organizada, junto a Subcomissão do Trabalho, uma comissão para debater e propor um projeto de lei que garantisse uma verba anual para contratação temporária de desempregados e, concomitantemente, a requalificação dos mesmos. Essa comissão formada por diversas secretarias passou a debater, junto com os membros-orgânicos do Movimento, a proposta já elaborada e apresentada à Assembléia Legislativa Estadual ainda em 1999, e que havia sido aprovada por unanimidade em 2000.

Essa aprovação foi conseguida devido à articulações políticas e pressões públicas realizadas pelo movimento. Segundo a informante Rosa, o movimento organizou-se, mobilizou todos os integrantes em uma caminhada e ocupou a praça em frente a Assembléia no dia da votação. Nas palavras dela: “[...] mas foi aquela força, nós estávamos todos mobilizados, nós fizemos uma marcha bem grande no dia que ia ser votada as frentes, pra votação dos deputados nós chegávamos com um marcha”. Entretanto, pelo fato do legislativo não poder aprovar leis que gerem despesas para o poder executivo, o governador Olívio Dutra vetou-o em janeiro de 2001 e reapresentou uma nova proposta, denominada Coletivos de Trabalho. “A diferença entre os dois projetos [...] ficam restritas ao nome e à quantidade de vagas previstas” (Zero Hora, 02/02/2001, p. 6).

Na fonte referida acima, tanto as FETs quanto os Coletivos são assim resumidos:

O programa Coletivos de Trabalho e as Frentes Emergenciais de Trabalho têm o objetivo de reduzir o desemprego. Ambos oferecem uma bolsa de um salário mínimo, cesta básica de alimentação, vale-transporte e realização de cursos de qualificação tendo como contrapartida a prestação de serviços à comunidade. Os recursos seriam oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) dos governos federal e da abertura de créditos especiais concedida pelo Executivo (ZH, 02/02/2001, p. 6)

Em suma, a lei aprovada, independente de ser chamada de Frentes Emergenciais de Trabalho ou de Coletivos de Trabalho – “nós falamos ‘frentes’, mas entra o tal do ‘coletivo de trabalho’, o nome acaba sendo ‘coletivo de trabalho’” (Militante Bartolina) – criou a obrigatoriedade de o estado destinar recursos ao exército de reserva, tendo como contrapartida

a prestação de serviços. Em um primeiro momento isso significa que o estado pode contratar desempregados para a execução dos mais diferentes de trabalhos.

Após várias manifestações públicas, marchas, ocupação de prédios públicos, a lei estadual das Frentes de Trabalho, como continuou sendo chamada pelos integrantes do MTD, foi aprovada e o projeto pode ser posto em prática ainda no governo do PT. No primeiro ano da efetivação das FETs, em 2002, cerca de 500 integrantes do movimento foram contratados pelo período temporário de seis meses para “faxinar a cidade” (militante Bartolina).

As reivindicações do Movimento, a partir da aprovação da lei, passaram a focar também as prefeituras. Assim, muitas foram as manifestações no estado com o objetivo imediato de vincular os municípios à relação do Movimento com o poder executivo estadual. São nas cidades em que o movimento está mais organizado que ocorrem as maiores reivindicações, como em Caxias do Sul, Canoas, Porto Alegre, Bagé e Pelotas. Por exemplo, em 2002 os membros do movimento em Bagé pressionam o governo municipal, presidido pelo Partido dos Trabalhadores, à implantar o Programa Coletivo de Trabalho. Em reportagem da Zero Hora, de 10/01/2002, está frisado em negrito que o estado e o município de Bagé “investirão” no programa o montante total de 175 mil. Em troca, os membros do movimento devem efetuar os seguintes trabalhos: manutenção das escolas, construção de rampas de acesso a prédios públicos e limpeza de boca-de-lobo.

A experiência vivenciada pelos militantes do MTD na concretização do trabalho sob o comando do capital mediado pela contratação da instituição Estado tensionou uma reflexão quanto aos limites desse projeto. As FETs proporcionavam a satisfação de necessidades básicas, mas não se diferenciavam do trabalho sobre o comando direto do capitalista. Os militantes saíam de suas casas pela manhã com a tarefa de varrer as ruas, lavar as praças, limpar as escolas, recolher os resíduos sólidos recicláveis, como menciona a informante Joana do MTD: “aí, saíamos pela manhã, faça chuva, faça sol, puxando o carrinho e batendo nas casas pedindo se tem garrafas e coisas assim”. Além das atividades serem precárias, os cursos de requalificação profissional previstos nos projetos não ocorreram de forma simultânea à execução dos trabalhos.

O movimento, que nasceu negando o emprego, nesse contexto reflete sobre a alternativa que ajudou a construir. A fala da militante Bartolina revela novos questionamentos acerca do contexto social construído a partir dos trabalhos efetivados no âmbito dos projetos das FETs: “Nós não queremos terceirização. Nós também não queremos que as Frentes tirem o trabalho de pessoas contratadas”. A reflexão posta ao movimento é a da condição de super-

exploração a que os membros do exército de reserva estavam submetidos, como também a atuação específica deles como substitutos de força de trabalho que deveria ser contratada pelo Estado segundo as regras de sociabilidade formal.

Segundo os dados analisados quanto ao mercado de trabalho, vimos que os trabalhadores do setor público são os que, em média, possuem os melhores rendimentos, como também o acesso garantido à seguridade social. Contudo, as atividades destinadas às FETs, de um modo geral, tendem a não ser mais totalmente efetuadas por servidores públicos, pois parte delas é repassada a outras empresas via contratos de concessão a terceiros, sejam estes entes privados ou cooperativas. Como demonstra o trabalho de Santos et. al. (2009), a terceirização da limpeza urbana trouxe inúmeras mazelas à saúde do trabalhador, além de precarização jurídica, social e econômica. Para os autores, as empresas contratadas pelo poder público diminuem seus custos reduzindo a remuneração dos trabalhadores, os gastos com treinamentos, com planos de saúde e com o monitoramento da mesma. O que presenciamos, portanto, é que as atividades de limpeza e manutenção dos espaços públicos, que são em parte efetuadas por funcionários públicos e em parte por trabalhadores de empresas privadas ou de cooperativas (tendo estes menores rendimentos, piores condições de trabalho, maiores dificuldades de acesso a seguridade social), encontram seu mais alto grau de precarização quando realizadas através das FETs.

As atividades efetuadas na primeira experiência concreta da FET submeteram os membros do MTD a um trabalho precário e desregulamentado, operando, portanto, como uma forma de diminuir os custos dos serviços públicos efetuados pelo Estado através da eliminação de contratações de indivíduos concursados, com direitos previstos em lei. O Movimento, mesmo sem a intencionalidade, ao efetuar os trabalhos nas Frentes acaba barateando o preço da força de trabalho e, se no plano do projeto ideado, os militantes do MTD não querem viver em uma sociedade onde o trabalho seja mercadoria, na prática, as atividades que eles efetuaram concretizaram-se por meio da venda da força de trabalho a um baixo valor de troca. Independente de negarem-se enquanto indivíduos na busca de um comprador para sua mercadoria, de afirmarem-se como não concorrentes de outros indivíduos do exército de reserva, mais especificamente da superpopulação estagnada, nas relações sociais estabelecidas por meio das FETs eles concretizaram a superexploração da força de trabalho e integram um mecanismo que pressiona o salário para baixo.

Quanto à qualificação profissional prevista na lei, os membros do Movimento avaliam que, na prática, ela funciona como um entrave à legitimação dos repasses de verbas públicas

para o movimento. Segundo relatos, o estado contratou os integrantes do MTD para efetivarem as atividades de limpeza urbana e, em paralelo, os contratados deveriam fazer um curso de requalificação profissional para que, após a conclusão das atividades, estivessem aptos para inserirem-se no mercado de trabalho ou empreenderem alguma atividade no âmbito da economia solidária. Contudo, os cursos não ocorreram junto à prestação dos serviços em função de problemas na licitação de entidades educadoras. Quando estas foram contratadas, os membros do Movimento já não estavam mais prestando serviços para o estado, uma vez que as FETs duram um tempo máximo de seis meses, renovável por mais seis. A participação nos cursos ficou inviabilizada para a maioria dos indivíduos que participaram das Frentes, pois estes já não contavam como um rendimento fixo que permitiria o deslocamento até os locais das aulas. Com isso, grande número de pessoas não iniciaram os cursos, outros iniciaram, mas não conseguiram ser assíduos, e, assim, o investimento em requalificação da mão-de-obra dos membros do movimento social é avaliada como uma política sem retorno social, permitindo o questionamento da mesma.

E tudo isso, para realmente não fazer os processos de qualificação profissional no mesmo tempo, que é um absurdo né? Na verdade só pra dizer que as frentes emergenciais não têm credibilidade, porque o Estado, a medida que assinou o convênio era obrigado a fazer a qualificação, por força da lei, assinou o convênio. O próprio estado teria mecanismo de cobrar, como depois cobrou. Então, não tem explicação não fazer o processo como deveria ser. Ou seja, qualificação profissional junto com as bolsas. Mas, acabou não fazendo. Incompetência, ou mesmo tática política para dizer que o programa não funciona. E, nessas idas e vindas vai se caminhando, vai se tendo (Militante Caneca).

A primeira contratação dos membros do MTD foi realizada no período de transição do governo Olívio Dutra (PT) para o governo de Germano Rigotto (PMDB). Essa alteração ocorrida no poder executivo acarretou inúmeros questionamentos aos integrantes do Movimento, pois, em virtude das diferentes concepções dos partidos, alterar-se-iam as relações estabelecidas entre o estado e os movimentos sociais. Os entraves burocráticos e a morosidade na contratação da entidade para a realização dos cursos de requalificação foram os primeiros sinais, segundo os integrantes, de que haveria maior dificuldade em efetuar conquistas sob o novo comando do estado. Segundo militante Antônio: “O governo Rigotto usou muito dos mecanismos burocráticos para segurar o movimento”.

Com a efetivação parcial do projeto das Frentes de Trabalho, o Movimento necessitou criticar o estado pela sua inoperância em efetivar justamente o que era negado pelo Movimento. Disso decorreram muitas reflexões e práticas reivindicatórias. Marchas, ocupação de prédios públicos, vigílias, etc. E dessas, os resultados são reuniões com o poder

executivo, mas poucas reivindicações atendidas. O governador ou sua equipe recebiam as comitivas do Movimento para saber quais eram suas demandas, mas apenas quando os mesmos faziam as mobilizações. A participação dos membros do MTD em grupos de trabalho para discutir projetos de políticas públicas junto às diversas secretarias não ocorria como no mandato do governador anterior. A relação entre estado e movimentos sociais estava fragilizada.

Os indivíduos-orgânicos do Movimento perceberam que o rechaço público ao governo colocava-os em face de um dilema: o que fazer se os trabalhos da FETs dessem certo? Se a requalificação permitisse que os membros do MTD se tornassem pequenos empreendedores? Eles já haviam refletido e estavam cientes de que as Frentes nada mais eram do que trabalho precário, tratava-se da terceirização precária de atividades públicas. Mas, o que fazer se o governo expandisse o programa? Esse era, para os membros da superpopulação estagnada, um meio de garantir a satisfação de algumas necessidades sem depender dos programas assistencialistas. Mas, perpetuar-se nele era se tornar um pseudo-servidor-público, era ter o que negavam: um patrão.

E quanto aos cursos de qualificação, isso permitiria a recolocação ou até mesmo a entrada no mercado de trabalho? E se a requalificação permitisse aos grupos organizarem suas empresas? E se começarem a gerar lucro? O Movimento produziria o opressor?

Porque se não, daqui a pouco, o grupo [de produção] até avança e começa a virar boas capitalistas. Aí é o pior dos mundos! Tu fazer tudo isso para [...] as pessoas a serem capitalista. Não dá! Então, tu entende, então é um processo muito doido e é uma das pautas nossa, de ir onde? (Militante Bartolina do MTD)

Se a dificuldade de implementar o projeto das FETs aparece como uma derrota do Movimento na luta de classes mediada pela e na relação com o Estado, ela intensifica a impossibilidade da impossibilidade que fez o indivíduo fundir-se em grupo, isto porque, demonstra: 1) a limitação do instrumento elaborado pelo Movimento em conjunto com as secretarias como um mediador para a superação da auto-alienação do trabalho; 2) que, se no plano do desejo, o Movimento busca tal superação, na prática ele nega apenas as decisões políticas de alocação das verbas públicas; 3) que a proposta de uma destinação diferente, tende, se efetuada em sua plenitude, a submeter os membros do MTD a um trabalho precário e a deprimir os salários; 4) que a requalificação efetuada pelas entidades contratadas colabora para o reforço do senso comum, da superação individual da condição de desemprego.

Com isso, o Movimento, de espaço de negação à ordem vigente transformar-se-ia em um agente fornecedor de mão-de-obra barata e requalificada – seria o amoldamento à ordem

negada. Mas a impossibilidade posta pelo governo de concretizar as Frentes atuou como um catalisador nas reflexões entre os integrantes do MTD e, conforme destacam os militantes,

[...] a medida que tu vai tendo o governo que, ou não quer investir nisso ou dê contra o projeto, não tem condições de andar. Então acaba sendo espaço de resistência e o projeto vai modificando (Militante Caneca do MTD).

[...] não faz muita diferença [a requalificação]. Você pode até conseguir um emprego ou trabalho porque estuda, mas serão ainda milhares que não conseguiram mesmo tendo estudado na mesma escola que você (Militante Rosa do MTD).

E, aí que eu te digo, então se as pessoas da base conseguem ter visão dessa dificuldade. As pessoas que estão desde o ano passado e que se mantiveram, e que ficaram na renovação, muitas se deram conta de tudo isso (Militante Bartolina do MTD)

A *práxis* do Movimento, seja na participação nos grupos de trabalho para elaboração da lei das Frentes de Trabalho; seja na prestação dos serviços de limpeza e manutenção da cidade; seja na tentativa de manter-se no curso de requalificação; seja nos momentos de reivindicações públicas para que o reivindicado fosse concretizado, refletiu na constituição da consciência do grupo de indivíduos da superpopulação estagnada que se agregou no MTD. Tal consciência ruma ao desvelamento das contradições essenciais do controle antagônico do sociometabolismo da humanidade. Mas, nesse movimento haverá ainda a regressividade na progressividade avançada e o tensionamento desta por inúmeros questionamentos em função dos múltiplos fatores condicionantes da *práxis* dos trabalhadores submetidos ao capital.

Desta primeira experiência com as FETs, corroborou, para o Movimento, algo já intuído pelos membros do MTD: o problema social do desemprego ou a existência de um contingente populacional excedente não é eliminado pelo aumento da qualificação individual nem por projeto assistencialistas ou políticas públicas paliativas efetuadas por instituições representativas da classe capitalista, como o Estado burguês, de tal modo que essas não devem ser desejadas como uma forma de superar a auto-alienação no trabalho, mas como um meio de mantê-los vivos para dar continuidade ao movimento do grupo à classe, para romper com a consciência parcializada do grupo dirigindo-se ao universal.

Com o objetivo de aprimorar o projeto mediador, eliminando algumas contradições presentes nas FETs, sobretudo, a contradição que aflorou entre a negação da venda da força de trabalho a um “patrão” e a concretização dessa venda ao Estado enquanto personificação do capital, o grupo tenta elaborar uma outra forma de organizar a produção e, pela possibilidade aberta pela Lei que levou o nome de Coletivos de Trabalho, organizou-se os grupos de produção.

5.2.1.2 Os Grupos de Trabalho: a superexploração mediada pela “auto-exploração” e a concorrência

A proposta do MTD é que as FETs não sejam mais a contratação temporária do desempregado para a prestação de serviços públicos eventuais, mas sim um aporte financeiro repassado ao Movimento para a organização de grupos de produção. Com essa nova prática, pretendeu-se negar, por meio da possibilidade de organizar a produção coletiva, a realização de uma atividade com caráter individual e precário submetido à lógica do capital mediado por um contrato estabelecido com o poder público. Deste modo, o MTD apresenta propostas concretas que possam

[...] elevar as condições de vida de homens e mulheres em situação de desemprego a um patamar onde sejam sujeitos autônomos, onde superem a situação de desempregado individual em função da situação de pertença e apropriação a um grupo de produção para que coletivamente aconteça a produção, comercialização e divisão igualitária da renda gerada (ZERBIELLI, 2005, p. 32-3).

Nas reuniões dos núcleos de base do Movimento emergem as discussões sobre as condições precárias de trabalho, a morosidade dos órgãos públicos em colocar em prática as poucas conquistas alcançadas via aprovação da lei das FETs, as possibilidades das reivindicações públicas, e com isso inicia-se o processo de construção da nova proposta de organização do trabalho.

Na concepção dos desempregados do MTD, uma forma concreta de eliminar a venda da força de trabalho seria a formação de grupos de produção, onde coletivamente poderiam ser proprietários dos meios de produção, decidir quando e como seria a organização do trabalho, qual seria o produto resultante deste e como seriam distribuídos os ganhos financeiros adquiridos com a comercialização dos mesmos. Segundo material produzido pelos membros do Movimento e distribuído à sociedade para o esclarecimento das demandas destes desempregados, lemos, novamente, a negação do emprego pela reivindicação de alternativas de concretização do trabalho.

Fomos para a luta mostrar que não somos só estatísticas, números, mas que somos seres humanos que temos necessidades. [...] o desemprego é uma questão estrutural, não conjuntural. Não queremos emprego, mas condições de criar nossas próprias estruturas produtivas (Informativo nº2 do MTD).

Em 2003, após uma seqüência de reivindicações públicas, ocupações de secretarias de trabalho e de prédios privados desocupados, o MTD conseguiu que o governo estadual cumprisse o previsto em lei: a destinação anual de um determinado percentual da receita pública para o Programa Coletivos de Trabalho, doravante PCT. Essa conquista foi efetuada em conjunto com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR).

A concretização do projeto-ideado dos grupos de produção por meio do Programa tensionou a reflexão dos militantes do MTD em pelo menos dois pontos: a concorrência e os limites do empreendedorismo na periferia. Atentamos para ambos.

5.2.1.2.1 A concorrência fragmentando a classe

A reivindicação do MTD e do MNCMR era que 2500 famílias integrassem o projeto, por meio da formação de grupos de trabalho; no entanto, apenas 576 foram incorporadas. A efetivação desse PCT não foi muito diferente da experiência das Frentes, no que tange à relação com o Estado. A delonga na liberação das verbas, na distribuição das cestas básicas, na realização do curso de requalificação dificultava as atividades dos grupos de produção e ainda fragilizava a relação entre o MTD e o MNCMR.

Com o governo liberando as bolsas-auxílio e as cestas básicas com atraso, a maneira de pressionar era a mobilização pública. As primeiras manifestações surtiram resultados, pois os representantes do governo comprometeram-se em liberar parte dos recursos e assim o fizeram: distribuíram as cestas básicas para o MTD. Para os militantes, essa foi uma tática utilizada pelo governo para enfraquecer a solidariedade de classe.

E a força do movimento impôs, impôs. Forçou a continuação, não deixar, enfim de ter que implementar o programa. Ali a gente acaba tendo um momento muito bom, muito importante que é a aliança com o Movimento dos Catadores, que eu acho ser muito significativa [...] mas também teve crueldade que o governo fez tudo para negociar individualmente, implementar o programa separado. Inclusive, muitas vezes, por exemplo, teve grande problemas com o pagamento, com os auxílios, chegava a pagar as bolsas antes e não pagava a dos catadores. Tá, e daí? Como é que nós iríamos lutar junto com os catadores, sabe, é uma coisa cruel, uma coisa de tática da guerra, da guerra não declarada (Militante Caneca do MTD).

Se a ação do governo ressaltada pelo militante Caneca, por um lado dificulta a mobilização pública conjunta, por outro tensiona reflexões internas acerca da necessidade de alianças entre os distintos setores (Movimentos) da classe trabalhadora para pressionar o

Estado com a intencionalidade da luta de classes, bem como sobre as formas que ambos utilizam para fragilizar a mobilização social, intensificando a concorrência.

Quanto a necessidade da pressão pública e de seus desdobramentos para a continuidade do movimento de conscientização, ponderam as militantes Dorcelina e Bartolina:

Então tu sempre diz, as conquistas foram sempre baseadas na luta, na nossa, dos desempregados. Tudo que a gente conquistou aqui em Caxias também foi na luta, na negociação, na pressão. Mas é sempre assim, nossas conquistas é sempre luta, pressão é organização nossa enquanto desempregados e povo da vila (Militante Dorcelina do MTD).

Depois para garantir que o Rigotto cumprisse a promessa foram quatro anos a fio de luta, né? 2004, 2005, 2006, assim uma luta em cima da outra. Saíndo as conquistas, mas sempre muito pingadinho, 200 vagas, 150. Mas foram sendo conquistas importantes porque foi mostrando para o povo que com a luta, mantendo a luta, as conquistas iam sendo conseguidas. Acho que isso foi o principal processo que consegui firmar o movimento (Militante Bartolina do MTD).

A luta e as conquistas da luta possibilitam a continuidade da constituição do MTD enquanto instrumento da classe trabalhadora, pois a concretização dos desejos coletivos intensifica a identificação do e no grupo, mas, por outro lado, as ações necessárias para tal concretização alimentam, devido à mediação da mídia, a relação estabelecida, no senso comum, entre o questionamento da ordem e o estabelecimento da desordem, do caos, da selvageria. Tanto a morosidade na implementação do PCT quanto a liberação das verbas em lotes auxiliam na construção da imagem pública dos Movimentos como grupos organizados de vândalos, pois se por um lado há “normas burocráticas” que obstaculizam a efetivação dos projetos, por outro há a agilidade da mídia em informar a população os últimos acontecimentos.

O Movimento dos Trabalhadores Desempregados e o Movimento Nacional de Catadores Recicláveis encontravam-se sob um impasse: o governo apenas cumpria as determinações da lei do PCT mediante pressão política, mas esta despertava animosidade contra os Movimentos por parte da população em geral. Assim, se por um lado as ações garantiam a possibilidade de continuidade da reprodução dos Movimentos mediado pelos grupos de trabalho, por outro reforçavam a campanha ideológica, operada, sobretudo, pela mídia impressa e televisiva, que apresenta os Movimentos enquanto vândalos que atacam o “sagrado” direito à propriedade e a ordem social. Reivindicações pela liberação das bolsas-auxílio e cestas básicas são noticiadas como sendo invasões, perturbações da ordem pública que trazem prejuízos ao cidadão comum, etc. conforme as manchetes a seguir:

Mais de 120 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados invadiram há fábrica desativada [...] O radicalismo está no método: “não pedem licença para entrar, vão se instalando” (ZH, 11/08/2003 p. 05).

300 manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) ocuparam o local [Sine de Caxias do Sul] e impediram a entrada de outros desempregados que não pertencessem ao grupo. [...] eles querem que o governo distribua cesta básica aos desempregados ligados ao MTD e monte frentes de trabalho. [...] essa foi a segunda invasão do MTD na FGTAS/Sine. (ZH, 4/11/2003, p. 23).

Trabalhadores desempregados e catadores de material reciclável invadiram ontem a sede do Sistema Nacional de Emprego (Sine) em Viamão para pressionar o governo do Estado a liberar recursos para a reabertura de frentes emergenciais de trabalho. (ZH, 11/11/2003)

Movimentos invadem prédios na Capital. Pequenos agricultores, sem-terra e desempregados invadiram órgãos públicos da União e do Estado. [...] houve tensão e corre-corre quando militares cercaram os manifestantes [...] (ZH, 21/11/2003).

Os integrantes do MTD se questionam: o que seria dito das reivindicações se a verba até já foi entregue, se já recebemos as cestas básicas? A ação do governo retira de um dos Movimentos o argumento público imediato para reivindicar conquistas para a classe trabalhadora e fragiliza a aliança entre Movimentos distintos.

A reflexão do Movimento sobre esse fato indicou que em uma conjuntura onde o governo do estado adota a política do diálogo limitado, negociando com parte da classe trabalhadora e condicionado a fragmentação da mesma (tal como tendem agir os empresários nas negociações de contratos coletivos) não haveria condições favoráveis para o MTD reivindicar junto com o MNCR pelas bolsas-auxílio, uma vez tendo já recebido suas cotas, pois os membros do MTD temiam o corte do programa se fossem às ruas novamente reivindicando algo que já havia sido obtido... E ainda, o Movimento ficava impossibilitado de reivindicar por outras demandas suas, uma vez que entendiam que o MNCR carecia tanto quanto eles de receberem as bolsas-auxílio e as cestas básicas para continuarem sua constituição enquanto grupos de trabalho. Entre o medo da perda das conquistas, por mais que limitadas, e a solidariedade com os membros do MNCR, o MTD isentou-se, o que gerou cizânia entre ambos, restando as lutas conjuntas por determinado tempo.

Na luta de classes, mediada pelo Estado sob o comando de Germano Rigotto, este procede como um dissociador. A forma de concretização das pequenas conquistas alcançadas foi insuficiente para alterações qualitativas no processo de constituição dos Movimentos como também auxiliaram na produção da concorrência entre os membros do exército de reserva.

Os Movimentos refletiram sobre as ações públicas serem reduzidas, no senso comum, à uma disputa intra-classe, como frisa a reportagem de Zero Hora de 4/11/2003: “eles [integrantes do MTD] querem que o governo distribua cesta básica aos desempregados ligados ao MTD e monte frentes de trabalho”.

A concorrência é uma das funções efetuadas pelo exército de reserva, que atua como alavanca que deprime o valor do trabalho e intensifica a exploração da mais-valia do exército ativo. No caso dos “desempregados” e “catadores”, a concorrência apresentada pela reportagem obstaculiza uma identificação entre os membros do exército de reserva, mais especificamente, da superpopulação consolidada, criando dualidades.

Por um lado, reproduzem a dualidade entre os “desempregados” que querem emprego e os “desempregados” que querem cesta básica ou programas do estado, ou seja, assistencialismo, e para tanto realizam atividades ilegais, de vandalismo, em suma, de um modo geral, os últimos são casos de polícia.

[...] Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) ocuparam o local [Sine de Caxias do Sul] e impediram a entrada de outros desempregados que não pertencessem ao grupo [...] (Zero Hora de 4/11/2003).

Por outro, as ações do Estado geram a dualidade entre os membros do ER que se identificaram com os distintos grupos em questão, pois tornou as verbas públicas de objeto de disputa deles em um objeto de disputa entre eles, possibilitando a fragilização da solidariedade de classe. As Frentes de Trabalho ou os Coletivos do Trabalho, de mobilização para a luta contra o capital, tornaram-se, momentaneamente, paralisantes dessa luta, seja porque instalaram a concorrência, seja porque demonstram que, na *práxis* diária dos grupos de trabalho, há limites quanto a construção de propostas viáveis. Vejamos este último ponto.

5.2.1.2.2 *A superexploração mediada pela auto-exploração*

O MTD vislumbrava, com a efetivação dos grupos de trabalho, proporcionar uma alternativa à condição de submissão ao capital. Tratava-se de uma proposta concreta do desejo da negação do trabalho enquanto mercadoria, como já discutido. Sob a prática das frentes de trabalho, os membros-orgânicos do Movimento observaram que a negação do emprego viabilizada pelas Frentes apenas alterava o “patrão”: da personificação do capital enquanto

empresário à sua personificação enquanto Estado. A organização dos grupos de trabalho pressupunha a eliminação dessa personificação, pois o que estava sendo reivindicado é a possibilidade dos trabalhadores que constituem o ER e que compunham o MTD possam organizar sua própria produção, sem estar sob o mando de alguém. Com a liberação das bolsas-auxílio, os grupos já constituídos puderam começar suas atividades.

Nós tínhamos o grupo de produto de limpeza. Aí a gente fazia e saí vender nas ruas, batendo de porta em porta. Tinha dias que a gente só fazia e dias que a gente só vendia. E tinha também o coletivo que plantava. Primeiro a gente pensava em vender, mas depois a gente viu que devia usar a horta para consumo interno, ter uma alimentação certa, claro que quando dava bastante, a gente vendia pra vizinhança, não deixava estragar, né? (Integrante do MTD – Região Metropolitana de Porto Alegre/Gravataí)

A gente queria a usina de triagem. Então foi uma luta até conseguir, mas depois, a gente ganhou a permissão de coletar o material reciclado nos bairros. Aí tinha um grupo que saía de manhã para bater nas casas e conseguir o material, lá pelas 15 horas voltava para o galpão e ajudava o outro que tinha ficado no galpão separando. Só que no início foi difícil, pois tinha que conscientizar as pessoas da importância de separar o lixo. Aí a gente decidiu que precisava formar uma equipe que pudesse ir nas casas e conversar com as pessoas diretamente, explicando o nosso trabalho, de como eles ajudariam inúmeras famílias se separassem o lixo, essas coisas. Agora, a gente já tem os lugares certos para ir buscar. As pessoas se sensibilizaram e a gente já tem garantido o material. (Integrante do MTD – Região Metropolitana de Porto Alegre/São Leopoldo).

Aqui [bairro de Caxias do Sul] a gente produz artesanato. Agora está só no artesanato, na época que eu tava era confecção e artesanato. E tem pessoas da época do estado ainda [FETs do Estado]. E agora é pelo município. E tem gente que estão organizadas desde 2002. Tem companheiras desde 2002 no mesmo grupo. (Integrante do MTD – Região Caxias do Sul).

Destes relatos, destacam-se dois pontos: a natureza do trabalho desenvolvido e as decisões coletivas. A realidade concreta de pauperização dos trabalhadores membros do MTD é refletida na qualificação dos mesmos que, na oportunidade de desenvolverem uma atividade “autônoma”, ingressam nos setores menos especializados da economia. São, em suma, atividades que demandam mais habilidades físicas do que mentais; contudo, a organização da execução dessas tarefas exige dos membros do MTD algo que não era requerido deles em outras experiências profissionais: decidir. Mais que isso, decidir coletivamente.

O que vamos produzir? Quando vamos produzir? Para quem vamos vender? Quanto vamos cobrar? Como vamos comprar a matéria-prima? Quem vai produzir e quem vai vender ou todos vão fazer tudo? É melhor vender ou consumir internamente? Todas essas questões tensionam alterações nas relações entre os membros e evidenciam os limites do projeto. Dois são os primeiros limites identificados pelos trabalhadores: a falta de infra-estrutura para o

desempenho das atividades e a submissão ao capital pelas determinações concorrenciais de mercado.

O PCT repassa aos grupos as bolsas-auxílio no valor de um salário mínimo, mais cestas básicas e passagens para os cursos de requalificação durante o tempo de seis meses, com possibilidade de renovação para mais seis meses. Em princípio, a bolsa-auxílio deveria ser destinada a satisfação das necessidades das famílias envolvidas no programa. Contudo, para fazer artesanato, detergente, plantar, etc. é necessário alguns meios de produção e matéria-prima que não estavam previstos no convênio. Assim, a bolsa passa a atuar como capital de investimento. Não é o caso de avaliar grupo por grupo, mas vamos destacar como, em geral, os grupos resolviam um problema e, concomitantemente, encontravam outro.

Após conseguir uma quantidade de matéria-prima para iniciar as atividades, os grupos verificavam que não tinham onde produzir, que não tinham instalações nem maquinário (leia-se: agulhas de costuras, máquinas de costura, misturadores para produtos químicos etc.). Algumas saídas: conseguir com vizinhos, produzir na casa de um dos membros do grupo ou conseguir espaços públicos via desapropriação.

Uma das ações públicas que demandavam por espaço para produção foi bastante veiculada na mídia e ganhou destaque sobre o título: “Prédio abandonado vira fábrica de sonhos e de realidades”. Especificamente, nesta reportagem, é relato a ocupação do antigo prédio da empresa Ughini⁶³, desativado há mais de dez anos e que é usado pela Academia da Polícia Civil, que fica ao lado, para o treino de tiros. O MTD reivindica o uso do prédio tanto para moradia como para espaço de trabalho. A idéia era dividir a área de 20 mil metros quadrados em três grandes espaços. Um seria destinado a moradias dos 120 integrantes (homens, mulheres e crianças) do Movimento envolvidos nesta ocupação, o segundo seria utilizado pelos grupos de produção, como local para efetuar os trabalhos de costura, de produção de material de limpeza e o cultivo de legumes e hortaliças; o terceiro deveria compor um espaço para lazer e educação, onde haveria uma praça para as crianças e salas de estudo para a alfabetização de jovens e adultos do Movimento. Esse projeto não é relatado na reportagem, mas a ocupação, a radicalidade do método e as ligações clandestinas à rede de abastecimento de energia elétrica são associadas à palavra “socialismo” ao longo do relato da jornalista (ZH, 11/08/2003, p. 5).

⁶³ “A Ughini [comercializa em suas lojas artigos] esportivos, moda masculina, moda feminina, infantil, calçados, cama, mesa e banho. Na área industrial, a empresa mantém a Usacon Indústria de Confecções Ltda, [atualmente, na cidade de] Tapejara, com produção média mensal de 50.000 peças de jeans masculinos, femininos e infantis”. (Informações disponíveis em: <http://www.ughini.com.br/>)

O prédio, que já estava adjudicado pelo Estado, não foi destinado ao Movimento e continua abandonado, ou seja, sem utilidade pública. Sem esta reivindicação atendida e no contexto relatado acima com o MNRC, o MTD busca resolver os problemas internamente. Alguns grupos, segundo depoimento, conseguiam efetivar suas atividades e concretizar os primeiros produtos do grupo, outros não avançavam.

Então na real, na real, contra os grupos, paga por mês as pessoas, mas não dá nenhuma ferramenta de trabalho, não dá nenhuma matéria-prima. Não paga um educador para o grupo aprender a fazer alguma coisa. Então, o que aconteceu, as pessoas passavam os seis meses fazendo de conta que tava fazendo alguma coisa. Alguns grupos até conseguiram se juntar, catar doações de retalho, de não sei o quê, de uma máquina velha [...] Então, era um estresse. Então, tinha os grupos que tinha a questão da horta, então, tendo a terra, a inchada tu cata e faz uma coisinha. Mas, tinha outros [que] era só faz de conta. A lei exige que as pessoas fiquem oito horas por dia envolvida em atividades. Então as pessoas se reuniam e faziam de conta, com o pouco que se tinha.

Se, por um lado, o “fazer de conta” alimenta o senso comum de que a destinação de verbas públicas para as atividades do projeto era investir em “fundo perdido”, por outro possibilita alguns questionamentos: por que temos que ficar aqui produzindo coisas que não vamos conseguir vender? Costurando algo que não vai chegar ao mercado? Por que o governo dá incentivos para as empresas, mas não concede máquinas de costura para o projeto? O que está errado nisso tudo? Foram questões que os membros dos grupos de trabalho contratados pelo projeto levavam para os demais membros do Movimento. A essas indagações, foram acrescentadas as que estavam sendo realizadas nos grupos que “deram certo”, aqueles que conseguiram, por doação ou empréstimo, certa infra-estrutura que possibilitou a realização das atividades. Nestes grupos, a concretude concorrencial entre os capitalistas determinavam a falência futura dos grupos de trabalho ou sua sub-reprodução, como também reflexões sobre esse devir.

Claro junto com isso, a gente vai sempre se questionando: produzir o quê? Então por isso que ainda volta com muita força essa coisa das hortas urbanas. Porque se tu produz comida, no limite as pessoas comem. Vender verdura no bairro sempre vende, não tem aquilo de tu vai produzir e não vai ter para quem vender. É diferente de tu ficar produzindo roupa, coisa assim. Que às vezes tem um preço que se torna mais caro do que o preço das lojas, porque tem toda a lógica né, dos grandes fabricantes que conseguem fabricar por menos custo, né? (Militante Bartolina do MTD)

Os grupos que definiram, no início da implementação do PCT, que realizariam atividades como confecção de roupas ou de móveis e fabricação de detergentes, encontraram a limitação do mercado concorrencial. O resultado do trabalho não é escoado para os centros de comercialização, pois isso aumentaria o custo do produto e, em face dos importados *made*

in China, não conseguiriam compradores. Assim a comercialização fica restrita aos bairros periféricos, à vizinhança, que possuem rendimentos quase tão ínfimos quanto os membros do MTD. Enquanto a bolsa-auxílio é fornecida, os produtos são vendidos a um baixo preço, mas o que fazer quando terminar o projeto? Manter o preço traria como ônus uma redução significativa dos rendimentos familiares; aumentá-los, impossibilitaria a venda, zeraria o rendimento. Entre o pouco e o nada, os grupos persistem na produção e comercialização. Vemos um exemplo das discussões efetuadas anteriormente sobre as atividades desenvolvidas pelos membros da superpopulação estagnada auxiliaram na reprodução do capital por meio do barateamento de produtos de subsistência da força de trabalho “da ativa”. Ou seja, as atividades realizadas pela superpopulação estagnada que estabelece contratos de trabalho que não respeitam as regras de sociabilidade formal (no caso, com o próprio Estado), subsidiam a reprodução da força de trabalho do exército ativo, deprimindo o preço da força de trabalho.

Os militantes não possuem ciência desse subsídio que o trabalho efetuado por eles fornece ao movimento de produção e reprodução do capital, mas esboçam questionamentos que podem ir ao encontro dessa manifestação das relações sociais sob o modo capitalista de produção, ao ponderarem quanto a repartição dos valores auferidos com a venda dos produtos, conforme destaca Bartolina militante do MTD:

E a própria questão da remuneração. Porque ah! Daí nós não estamos dando lucro para um capitalista, nós estamos repartindo tudo. Só que esse repartir é menos, porque você não tem o direito trabalhista garantido (Militante Bartolina do MTD).

Bartolina pondera a perda de direitos por parte da classe trabalhadora. Menciona que as atividades desenvolvidas no e pelo Movimento, que negam o trabalho enquanto mercadoria, na *práxis* correspondem ao trabalho desenvolvido por muitos membros do exército ativo e de reserva, trabalhos que não garantem a seguridade social, nem rendimentos suficientes para a satisfação de todas as necessidades do ser humano. O que diferencia, é a possibilidade do controle na concepção do trabalho que ocorre no MTD, a despeito das dificuldades de objetivá-lo. Sendo que é a possibilidade da concepção do trabalho nos grupos e a sua impossibilidade de concretização que tensionam o processo de constituição do devir da consciência-de-classe pela reflexão da limitação de sua consciência contingente enquanto mediadora da necessidade histórica de transcendência da auto-alienação do trabalho. A militante segue afirmando:

Pra tomar mais consciente tudo isso. Primeiro, isso, a lógica do capitalismo o quê que é? Estudar mesmo, a economia, a política. Como se dá esse processo? Como é que se dá a questão das empresas, a concorrência, como se barateia custo? Para as

peças terem bem presente isso: tá, e nós? Pra caírem a ficha de dizer assim: oh! Nesse sistema não tem alternativa! Como é que então assim, bom, então quer dizer que a gente não tem que fazer nada. E vamos viver de quê? Nós temos que usar essa experiência dos empreendimentos, da cooperação e tal como forma de ir sobrevivendo, de ir se juntando, de ir vendo, mas tendo presente todos esses limites. E tendo presente que não tem que entrar na lógica do capitalismo, tem que ver como é que se pega para produzir em coisas mais alternativas, que as pessoas mesmo necessitem, ali mesmo no bairro, pra comer. Usar isso como um meio e não como um fim, né? Sabe?

Reflexões como a desta militante são mencionadas por todos os entrevistados. Contudo, cabe destacar que a alternativa de produzir alimentos, como aventado, reduz os riscos de zerar os rendimentos dos grupos, além de garantir as necessidades biológicas, mas este contingente populacional segue contribuindo para deprimir o preço da mercadoria força de trabalho, a despeito do posicionamento crítico.

O relato da militante reflete o pensamento de pessoas que vivenciam a constituição do Movimento, que começou negando discursivamente o trabalho enquanto mercadoria, mediado na *práxis* pela negação do trabalho enquanto emprego. Que partindo desta negação mediadora estabeleceu projetos de trabalho que, ao serem efetivados, mostraram os inúmeros momentos de consentimento ao capital. As limitações das alternativas efetuadas sob o modo de controle antagônico do metabolismo da humanidade mantiveram a impossibilidade da impossibilidade primeira, que, portanto, continua tensionando o movimento de avanço na progressividade. Avanços que encontram mediação nos novos projetos elaborados reflexivamente no e pelo Movimento, que, estando cada vez mais ciente dos limites, supera as contradições de um projeto, mas sabe que, no outro, novas contradições surgirão, pois não se superou a contradição essencial. No atual contexto sócio-histórico, superar as contradições de cada projeto torna-se o meio de continuar avançado rumo à superação da contradição capital-trabalho.

O novo projeto elaborado pelo MTD em 2008 parte da reflexão final dessa militante:

E tendo presente que não tem que entrar na lógica do capitalismo, tem que ver como é que se pega para produzir em coisas mais alternativas, que as pessoas mesmo necessitem, ali mesmo no bairro, pra comer.

O que ela pondera é que o Movimento necessita elaborar grupos de produção que atendam as necessidades locais, que o resultado do trabalho seja consumido/utilizado nas comunidades em que os membros do MTD residem e atuam. Não entrar na lógica do capital é não alimentar o desejo de “subir na vida”, “ascender na estrutura social”, “ser exemplo de que é possível a mobilidade” por meio de um empreendimento do tipo Economia Solidária. Para

tanto, a nova proposta do Movimento a ser apresentada ao governo federal foi definida enquanto Pontos Populares de Trabalho – PPTs.

5.1.1.3 Os Pontos Populares de Trabalho (PPTs): a Fronteira com a Economia Popular Solidária

Os PPTs enquadram-se na política pública fomentada em âmbito nacional pelo Partido dos Trabalhadores denominada Economia Popular Solidária (EPS). A discussão sobre a efetividade dessa política para a classe trabalhadora é bastante polêmica no Movimento, mas é consensual que ela possibilita reivindicar, através do Ministério do Trabalho e Emprego, justamente o que se apresentou como limitador da realização das atividades no Projeto Coletivos de Trabalho: a infra-estrutura e o maquinário, em suma, os meios de produção.

O Movimento, a partir das experiências dos coletivos de trabalho que estão sendo realizados em Caxias do Sul, cuja lei municipal prevê a concessão de maquinários, de matéria-prima e de equipamentos de proteção individuais para o trabalho, elaborou um programa negociado no âmbito daquela política, buscando conciliar o que eles denominam de dimensões estruturais, econômicas e sociais.

A dimensão econômica refere-se às condições objetivas de trabalho, pois desempregados estruturais necessitam diariamente criar as condições de reprodução da vida, diante deste quadro faz-se necessário: subsídio econômico/bolsa mensal por família beneficiada, condicionada a participação no conjunto do projeto, infra-estrutura para desenvolver as atividades produtivas, de qualificação, incluindo reformas e construções, podendo estas ser legalmente usadas na forma de concessão de uso por parte dos governos, equipamentos, máquinas conforme o projeto de cada grupo, matérias-primas para o processo de qualificação e produção (Projeto MTD, 2007, p. 1).

A justificativa para reivindicarem a realização do projeto demonstra a ciência dos membros do Movimento sobre suas posições no mercado de trabalho: desempregados estruturais que necessitam trabalhar para reproduzirem a vida. O desemprego estrutural é um dos fatores que determina o *quantum* de indivíduos que não estão inseridos presencialmente no locus produtivo que se manifesta enquanto ente jurídico empresa; como também condiciona a possibilidade dos indivíduos estabelecerem, ou não, contratos de trabalho que seguem as regras de sociabilidade formal.

Os valores monetários destinados à concessão da infra-estrutura, maquinário e matéria-prima possibilitam a realização de atividades que deprimem o preço da força de trabalho, de modo que o capital usufrui das verbas públicas via concessões diretas, como no caso do Fundopem, e indiretas, como no caso do projeto de Economia Solidária.

No que tange às dimensões estruturais e sociais, o Movimento menciona que, em virtude dos membros dos grupos de trabalhos serem, em sua maioria, mulheres, faz-se necessários que os mesmos englobem creches e cozinhas comunitárias, bem como a efetivação de um projeto educacional que vise a possibilidade delas “reconstruírem sua dignidade, sobrevivendo do seu próprio esforço” (Projeto Pedagógico MTD, 2008, p. 2).

A proposta dos Pontos Populares objetiva a elaboração de uma lei nacional que assegure os itens elencados acima. Tal lei possibilitaria, concomitantemente, intensificar a organização do Movimento em outros estados da União, e deslocar o eixo de negociação, uma vez que o ingresso do Partido da Social Democracia Brasileira no comando do poder executivo no Rio Grande do Sul impossibilitou o diálogo.

Nós não temos ilusões de ter conquistas com o governo Yeda, não temos ilusões de ter conquistas com o governo Lula, sabe? Porque é difícil essa conjuntura. Além dos nossos próprios limites, que não temos organização em nível nacional, o que dificulta muito (Militante Ernesto do MTD).

A avaliação do Movimento, sintetizada na fala de Ernesto, pontua as reflexões quanto às limitações do instrumento da classe trabalhadora que está se constituindo a partir da organização do exército de reserva, como demonstra também o consentimento dessa classe ao capital no que se refere tanto ao poder executivo estadual quanto federal. Se, por um lado, os gaúchos elegem o representante de um partido que mantém em suas diretrizes a defesa dos interesses da classe capitalista, por outro, os brasileiros depositam seus votos em um político que encabeçou a formação do Partido dos Trabalhadores, mas que, como destaca Iasi (2006), em seu processo de totalização rumo à classe institucionalizou-se em uma seriedade cujos indivíduos-trabalhadores não se reconhecem mais. Nessa conjuntura, onde os postulados do capital estão naturalizados, os membros do MTD consideram que, para a efetivação de alterações estruturais, não há distinção significativa entre o poder político ser exercido por um partido essencialmente burguês ou por um partido que consente aos interesses destes. Contudo, não desconsideram que há possibilidades de uma nova negação do campo inerte por parte do último – por mais que sejam negações contingenciais – quando a classe trabalhadora tensiona sua serialidade. Em virtude disso, o Projeto dos Pontos Populares planeja tanto estabelecer tal tensão quanto potencializar a constituição do MTD nacionalmente.

Após 2007, ano em que inicia o mandato do PSDB, as verbas destinadas aos Coletivos são suspensas. O militante Caneca do MTD menciona:

Eu acho que o governo Yeda, ele tem, vai se tendo essa diferença porque ele é um modelo com muito mais clareza neoliberal e o Rigotto fez a tarefa de fazer a transição [entre o modo de governar do PT e o do PSDB]. E agora ela [a governadora] consegue fazer [beneficiar o capital estrangeiro], com toda a clareza neoliberal e todas as conseqüências que [isso] vai ter. Não há mais diálogo com os pobres, agora, as transnacionais têm muito mais liberdade para se apropriar dos recursos do estado, do município. E para a população acaba-se não construindo nenhuma política pública.

A política econômica posta em prática pelo PSDB gaúcho segue na colaboração com a classe capitalista, pois continua incentivando o investimento privado via Fundopem⁶⁴. Ao mesmo tempo, diminui drasticamente os investimentos em bens públicos e reprime com violência qualquer manifestação efetuada por movimentos sociais do campo e da cidade. As tentativas de criminalização dos movimentos sociais no RS foram avaliadas por uma comissão ligada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Fernando Mattos, relator da Comissão Especial, divulgou relatório em 30/11/2009 no qual concluí que:

[...] há um avanço da repressão por parte da Brigada Militar nos últimos quatro anos [no estado do RS]. Na conclusão de seu relatório, Mattos aponta que há, de fato, indícios de criminalização dos movimentos sociais do campo e da cidade por parte dos poderes locais. Ele afirmou ainda que os fatos mais recentes, as torturas registradas na ação de reintegração de posse da Prefeitura de São Gabriel e o assassinato do sem-terra Elton Brun, mostram a gravidade do problema. Mattos disse que desde a tragédia de Eldorado dos Carajás, em 1996, ninguém havia sido morto pela polícia em operação semelhante⁶⁵.

⁶⁴ Um exemplo: “A governadora Yeda Crusius assina, nesta segunda-feira, 23, decretos regulamentando a lei gaúcha de Inovação e o Programa Pró-Inovação-RS. O Pró-Inovação-RS reúne requisitos para o incentivo à inovação em produtos, processos e serviços, com a concessão de incentivos fiscais. A iniciativa funcionará nos moldes do Fundopem-RS, que concede apoio fiscal para ampliação de parques industriais, garantindo incentivos para a pesquisa aplicada ao desenvolvimento de novos produtos” (<http://baguete.com.br/noticiasDetalhes.php?id=3512244>)

⁶⁵ No sitio oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra há uma nota de denuncia da ação em que o agricultor foi morto. Nela consta: “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vem a público manifestar novamente seu pesar pela perda do companheiro Elton Brum, manifestar sua solidariedade à família e para: 1. Denunciar mais uma ação truculenta e violenta da Brigada Militar do Rio Grande do Sul que resultou no assassinato do agricultor Elton Brum, 44 anos, pai de dois filhos, natural de Canguçu, durante o despejo da ocupação da Fazenda Southal, em São Gabriel. As informações sobre o despejo apontam que Brum foi assassinado quando a situação já encontrava-se controlada e sem resistência. Há indícios de que tenha sido assassinado pelas costas. 2. Denunciar que além da morte do trabalhador sem terra, a ação resultou ainda em dezenas de feridos, incluindo mulheres e crianças, com ferimentos de estilhaços, espadas e mordidas de cães. [...]” Informação disponível em <http://www.mst.org.br/node/7977>.

O relatório corrobora o que seres humanos submetidos à relações de classe, quando se manifestam como tal em uma luta contra a classe capitalista, vivenciam na pele: o lado de violência físico-simbólico do poder dos que se apropriam do trabalho alheio. A violência descrita no relatório aponta para a efetivação de uma das estratégias historicamente utilizadas pela classe capitalista quando condições de impossibilidade da produção e reprodução impulsiona o questionamento da ordem estabelecida. Em 2003, Cattani, ao mencionar o grande interesse do capital em desenvolver atividades no chamado terceiro setor, afirma:

Como demonstrou Bronislaw Geremek em *A piedade e a força* (1978), ao longo da história ocidental, as elites se valem ora da força, ora da piedade. Atualmente, a ofensiva caritativa conservadora disputa terreno com as verdadeiras iniciativas do solidarismo emancipador, mas se não der resultados, a estratégia poderá ser outra (CATTANI, 2003, p. 12-13).

O relatório de Mattos (2009) tende a confirmar as “previsões” do autor. Para assegurar a livre desenvolvimento do modelo neoliberal no estado, a estratégia da força está sendo utilizada para apartar qualquer tipo de mobilização.



Foto 2: Manifestação pela Não-Criminalização dos Movimentos Sociais
Foto: João Menna-Barreto

A violência atinge desde os “grupos do Sem” (sem-terras, sem-teto, sem-emprego) até os bancários, passando pelos professores estaduais. A violência física é um fato concreto que alimenta o senso comum da população em geral, intensificando a violência simbólica, lembrando que para este perpetuar-se é necessário encontrar relativa correspondência com a *práxis* social. Tal correspondência é encontrada pela forma com que o estado vem se

relacionando com os Movimentos, cujos representantes não são “dignos” nem de serem recebidos no Palácio Piratini para discutir suas demandas. Estas, manifestam-se de forma turva aos olhos da sociedade devido à prática violenta da Brigada Militar (BM) e pela violência simbólica exercida pelo discurso midiático.

A gente só, quando a gente faz ação nossa aqui em Caxias [do Sul], a gente sofre muito, porque a sociedade vê como um bando de baderneiro. A gente escuta o cara da rádio falando: vão trabalhar vagabundo! Sabe? [...] Quando a gente fez a avaliação dessa luta, muitas pessoas diziam assim oh: que o mais difícil para elas, que elas acharam, que elas sentiram, que o mais difícil de tudo durante os oito dias, era assim, sair de manha cedo, ir para a parada de ônibus ouvindo a vizinhança escutando a rádio Viva [emissora local], que a rádio [...] que chama de vagabundo direto. O que esses vagabundos querem, porque não vão trabalhar bábã! Então, as vizinhas ouvindo o cara lá xingando a luta, e as vizinhas sabendo que elas tava indo pegar o ônibus para vir para a luta. Olhando para elas com os olhos desse tamanho, sabe, que essas mulheres tão pensando, se deixando levar por todo o discurso da rádio Viva e, daí elas se sentiam super constrangidas. Ter que encarar os outros e assumir que tu tá num processo (Militante Bartolina do MTD).

Como relata a militante Bartolina, a violência simbólica é exercida pelas pessoas mais próximas, aquelas com as quais dividimos o mesmo local de moradia, as mesmas condições pauperizadas de vida, mas cuja primeira forma de consciência ainda não foi tensionada e, por isso, reproduz o rechaço às ações do movimento e/ou a aprovação à violência física. E, assim na periferia, também há quem reproduz o raciocínio ironizado pelo militante Caneca:

Quem tem tempo para acampar nas beiras de estradas, de protestar em pleno horário de expediente ou ficar incitando greves e paralisações só pode não gostar de trabalhar, só pode ser vagabundo. Se vadiagem é coisa de malandro, malandro é caso de polícia. Logo, movimento que organiza sem-terra, desempregado ou grevista é caso de polícia (Militante Caneca do MTD).

Contudo, outras práticas vivenciadas nesses locais permitem ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados tensionar a ruptura com tal produção discursiva, pois, os moradores das regiões periféricas das cidades estão diariamente submetidos à violência simbólica e física por parte do poder policial. Os seus relatos dos militantes estão repletos de histórias que descrevem o abuso de poder policial. Segundo uma dessas histórias narrada por uma militante do núcleo de base da região de Pelotas:

Lá é comum acontecer isso. Se alguém no centro [da cidade de Pelotas] diz que foi assaltado, a polícia vai entra na Vila e já vai mandando encostar na parede. Se te olha e não vai com tua cara, vai parar na parede. Se for jovem e negro então, já era. Pra eles, é tudo ladrão, morou na Vila, é ladrão. Não diferencia o trabalhador do ladrão.

No MTD, os militantes problematizam a relação dos moradores dessas regiões mais pauperizadas com a polícia e, ao compartilharem situações comuns de humilhação,

desestruturaram o mecanismo de culpabilização permitindo o resgate da auto-estima. Deste modo, as ações concretas da classe capitalista, seja pela mediação do Estado que possui o “monopólio legítimo do uso da força”, seja pelos seus instrumentos de reprodução ideológica, afetam a integridade físico-psíquica, mas também serve de veículo para a “reconstrução psíquica” que está se constituindo pelo movimento do indivíduo à classe.

No contexto histórico em que a classe capitalista intensifica a luta de classes imobilizando violentamente os que procuram se organizarem, os “autênticos trabalhadores” (bancários e professores grevistas) são violentados em seu direito de manifestação, os “sem” encontram-se numa conjuntura dantesca. A lei estadual das Frentes de Trabalho não foi efetuada nenhuma vez durante o mandato do PSDB; as mobilizações públicas para pressionarem a consecução da lei foram violentamente dissolvidas, com vários membros presos sob alegação de perturbação da ordem e formação de quadrilha.



Foto 3: Repressão policial
Fonte: Acervo MTD



Foto 4: Repressão policial 2
Fonte: Acervo MTD

Mediante a falta de conquistas econômicas em virtude da política de redução de investimento públicos estatais, a possibilidade posta é buscar negociar com os poderes municipais e com o federal. Nos municípios onde existe a lei das Frentes de Trabalho, como em Caxias do Sul e Canoas, o Movimento efetuou durante o ano de 2008 várias mobilizações para renovação do convênio que havia terminado em 2007. No final de 2009, houve concessão de verbas nas duas cidades e, atualmente, os grupos de trabalho seguem atuando.

Nacionalmente, a forma de realizar conquistas para a classe trabalhadora está condicionada pelo projeto da Economia Solidária. O Movimento, tencionando acrescentar elementos na discussão sobre a Economia Solidária, em julho de 2008 convidou inúmeras organizações para debater o Projeto dos Pontos Populares de Trabalho e a viabilidade daquela forma de economia que, para alguns autores manifesta-se como uma alternativa ao capitalismo (SINGER, 2000, 2003), para outros, como uma alternativa no capitalismo

(FRANÇA-FILHO, 2002, 2004). Neste encontro, estiveram presentes representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, de universidades (UFRGS e Unisinos), de pastorais da Igreja Católica, de Organizações Não-Governamentais, de cooperativas da Economia Solidária e membros do MTD de todas as regiões do estado que estavam envolvidos nos grupos de produção. Ao todo, cerca de 300 pessoas participaram do evento e múltiplas opiniões e exemplos foram postos em pauta a partir dos depoimentos dos representantes de cada instituição.

O debate mais polêmico emergiu do depoimento do representante de uma das cooperativas de trabalho ligadas à economia solidária, que buscou ressaltar como a experiência em questão estava “dando certo”. As palavras dos cooperados podem ser resumidas nos seguintes pontos: 1) a cooperativa especializou-se na fabricação de determinado produto e, por meio das políticas de responsabilidade social empresarial, fidelizou duas grandes empresas; 2) a remuneração de cada cooperada varia de 500 a 800 reais/mês, elas trabalham de oito a dez horas por dia, dependendo da demanda produtiva; 3) em virtude da complexificação dos contratos de compra e venda e da exigência da qualidade dos produtos, foram contratados técnicos para organizarem a produção, cujas responsabilidades são de definição e distribuição das tarefas, equalização entre demanda e carga horária de trabalho, etc.; 3) os técnicos, por sua maior qualificação, recebem uma remuneração superior a das cooperadas; 4) assembléias acontecem anualmente, onde se define o ano produtivo seguinte.

A descrição desta cooperativa contrasta com outras experiências narradas, cujos rendimentos individuais mensais estão aquém de um salário mínimo e cuja organização produtiva não se encontrava tão “profissionalizada”, segundo palavras dos cooperados dos demais empreendimentos da EPS. Para o MTD, manifesta-se empiricamente um problema elencado na elaboração do Projeto dos Pontos Populares: a economia solidária, para ser auto-sustentável, necessita reproduzir *ipsis literis* as relações capitalistas de produção – o que não é desejado pelo Movimento –, caso contrário, não passa de mais uma forma de trabalho para a sobrevivência que não tensiona reflexões sobre as limitações da política pública para a luta de classes. Ferraz e Dias (2008, 114), em estudo sobre as experiências da Economia Popular Solidária e a prática da autogestão nos empreendimentos, destacam que, de um modo geral, trata-se mais de uma alternativa reformista do que revolucionária, uma vez que

[...] tende a não problematizar a submissão dos indivíduos que só possuem sua força de trabalho para vender diante daqueles que dominam o capital. Os empreendimentos de EPS são práticas marginais que pouco têm contribuído para a

construção de uma “livre associação de homens iguais numa sociedade sem classes”, preceituada pela corrente marxista (GUILLERM e BOURDET, 1976). No entanto, nessa sociedade em que o hegemônico é o individualismo, pode parecer utópico pensar que, em curto prazo, a sociedade excluída do núcleo do setor produtivo pudesse se organizar e eliminar o sistema capitalista de modo a romper com as classes sociais. Contudo, percebemos que pode haver uma tentativa, ainda que frágil, de um novo fazer econômico, político e social. Para tanto, precisamos buscar entender a autogestão desses empreendimentos como uma maneira de fazer algo diferente do que está sendo feito no seio do sistema hegemônico.

Na avaliação dos membros do MTD, uma das limitações do projeto dos grupos de trabalho pode ser superada com o ingresso nos programas de Economia Solidária por meio do Pontos Populares, ainda que este se mantenha amarrado às limitações econômicas daquele. O esforço do Movimento seria de romper com as amarras políticas e, para isso, não poderia entender a EPS como um fim e si mesmo, mas como um meio para a continuidade de problematizações que desvelem a contradição essencial do modo de antagônico de controle do metabolismo social, conforme menciona Margarida.

Mas nós, agora, e isso [a reflexão], já tá na base, já tá indo pra vila, de que nós estamos nos organizando hoje não mais, com essa leitura de ser por frente de trabalho, porque não vai ser. O que vai ser? Vai ser os pontos populares de trabalho? A gente vai dar conta? Bom, aí a gente não sabe, mais aí a gente vai continuar em movimento. E seria o meio pra alcançar o fim. Continua sendo o meio, as nossas brigas aí eu acho, pelo que eu entendo, as nossas brigas, todas são o meio. O fim, seria uma nova sociedade. O fim é um novo homem e uma nova mulher. Uma nova sociedade. E que é um novo começo. Então, todas as nossas brigas. (Militante Margarida do MTD).

Uma das maneiras de viabilizar as problematizações estaria contemplada na própria proposta dos PPTs, pois em um fator ele se difere das demais iniciativas da Economia Solidária: seu caráter político-pedagógico. Construiu-se junto a essa proposta de trabalho um programa educacional cujos três eixos centrais são: social, gestão e produção. Os eixos sobrepõem-se em alguns aspectos, visando complementarem-se. No eixo da gestão, o projeto menciona a necessidade de

Fazer acompanhamento político-pedagógico dos Grupos priorizando aspectos relacionados à administração, contabilidade, organização política e relações Humanas, visão à organização autogestionária dos Grupos de Produção. [...] Tarefas [dos educadores e educadoras]: ajudar o GP a fazer combinações coletivas (regimento interno, atribuições dos postos de trabalho e outras combinações que perceber necessárias), implementar uma organicidade nos núcleos e grupos de produção do MTD, criar rotina de controle de fluxo de caixa e prestação de contas, estudo de temas a partir das situações-limite observadas no Grupo de Produção (PROJETO PEDAGÓGICO, 2008, p. 5)

O acompanhamento político-pedagógico também é mencionado no eixo social. Neste, se enfatiza a formação política e humana, aprofundando conhecimentos acerca da constituição

sócio-histórica do “povo brasileiro” em seus embates de classe. Por sua vez, o eixo da produção busca capacitar os grupos para a realização das atividades, tratando tanto das questões técnicas e de qualidade do produto, como na elaboração estoque-contábil.

Em virtude das propostas educacionais, o Movimento acredita que as experiências dos grupos na economia solidária não superam as limitações econômicas de submissão do trabalho ao capital, mas configuram-se como um meio concreto para problematizar com o contingente da superpopulação estagnada que reside nas regiões periféricas dos grandes e médios centros urbanos e que se agrega ao Movimento questões como a situação da mulher, dos negros, dos jovens tanto no mercado de trabalho como nas relações sociais gerais. Por este motivo, o Movimento dá seqüência à elaboração e discussão dos PPTs, desejando também que suas práticas, no âmbito da Economia Solidária, potencializem a problematização nos demais grupos não vinculados ao MTD.

A necessidade da problematização desses aspectos sócio-culturais emerge não apenas da reflexividade acerca das experiências da economia solidária, mas também em virtude das contradições vivenciadas pelos militantes do Movimento em suas *práxis*, seja nos grupos de produção ou nos assentamentos rururbanos.

5.2.2 Projeto rururbano: convergindo as necessidades de trabalho, teto e terra

A proposta do rururbano nasce em paralelo às Frentes de Trabalho. Ambos projetos são entendidos como instrumentos tático utilizados pela classe trabalhadora tanto para reivindicar a destinação das verbas públicas, criando possibilidades concretas de produção e reprodução da vida, quanto como alternativas mediadoras da negação da submissão do trabalho ao capital. A militante do MTD, Bartolina, menciona a mobilização dos desempregados-organizados que pressiona o governo do estado para a efetivação de propostas que coadunam trabalho, terra e teto.

Em 2000, teve o que a gente chama da primeira marcha estadual por trabalho, terra e teto. Eram os três eixos de luta. Daí vai tratar com o governo do estado a criação da lei das Frentes Emergenciais de Trabalho e a criação de um programa desse tipo que ficou sendo chamada de Assentamento Rururbano. E, é uma marcha que consegue avançar na negociação com o governo, então no ano seguinte, 2001, começa a efetivar essas conquistas.

O militante Caneca do MTD pondera que a proposta do rururbano é resultante da convergência de diferentes reivindicações que provinham das experiências de membros de

movimentos do MST e MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), que se agregavam na construção de uma organização urbana do exército de reserva. “Terra, Teto e Trabalho” são os “três” pilares que alavancaram a mobilização da superpopulação estagnada, que por um lado orientava-se pelas formas organizativas dos sem-terra (os assentamentos) e, por outro, intencionava superar uma das limitações do MNLM àquela época, conforme destaca o militante:

Não dá para dizer que o Rururbano não tem elaboração deles, leituras deles [...]. Porque no que resulta quando você reúne pessoas que têm experiência da Economia Solidária, com experiência da Pastoral Operária, do MST, e que tem o camarada do campo e o camarada da fábrica e que ao mesmo tempo ocupa áreas para morar [...] e pessoas bem críticas no movimento de moradia? Eles [os últimos] que tavam tentando superar o problema, que eles conseguiam organizar o povo até que eles tivessem a moradia e, depois não dava seqüência (Militante Caneca do MTD).

A *práxis* do e no MNLM não possibilitava o salto qualitativo: tomar ciência da relação antagonica essencial⁶⁶. Com as limitações deste Movimento, alguns militantes que tencionavam dar continuidade no processo de totalização passam a relacionar a questão da moradia ao do trabalho nos núcleos que gestaram o Movimento dos Trabalhadores Desempregados. Não há nenhuma surpresa a moradia ser uma das reivindicações de ambos Movimentos, pois, de acordo com a forma hegemônica de socialização em que vivemos, ter uma casa, a “casa própria”, é desejo de muitos. Por termos como regra social habitarmos certo estilo de residência, esta se torna uma necessidade individual-familiar compartilhada socialmente e, como tal, trata-se de um fator que entra no custo de produção e reprodução da força de trabalho. Custo que chega a quase zero se considerarmos as condições das moradias em que grande parte da classe trabalhadora, sobretudo, o contingente mais pauperizado da superpopulação estagnada, reside.

Prolifera-se a comercialização, paralela ao mercado imobiliário oficial, de pequenos espaços em áreas periféricas das cidades. A construção de casas nesses locais é realizada, geralmente, sob a espécie de mutirões, como destaca Oliveira (2006). O relato da moradora de um dos bairros onde o MTD possui os núcleos de base demonstra como as ocupações irregulares transformam o sonho da casa própria em realidade, mesmo que passageira.

Aqui é nosso. Cada pedaço de madeira aqui foi a gente que coloco. A gente vem pra cá, arruma o lugar e monta a casa. Pode não ser a melhor casa do mundo, mas é nossa. Tem a minha marca. E quando precisa mudar [devido as ordens de despejo do

⁶⁶ Atualmente, o MNLM tem tensionado várias discussões acerca dos limites das propostas que visavam apenas a obtenção de um teto. As propostas mais recentes problematizam a necessidade de uma reforma urbana, sendo que alguns setores desse movimento pontuam que esta só pode ocorrer pelo combate à propriedade privada. Não nos deteremos nessa discussão por não ser foco do estudo.

poder público], desmonta, põem na carroça e monta em outro lugar. [...] A luz é gato, né? Mas tem que ser, se vai ficar esperando pra ligar, fica sem luz.

A militante Dorcelina do MTD, que reside em uma “área nobre” de um bairro periférico menciona as condições de moradia de outros membros do MTD que moram em seções mais precárias deste bairro. Segundo ela:

E tem um grupo que fica bem no sebo. [O que é um sebo?] É um lugar de esgoto, bem no valo. [...] Daí a gente tava se estruturando [o galpão para os cursos de formação], mas dia de muito frio, a gente não conseguia ficar lá, era muita fresta entre as tábuas, sabe, né? Então a gente ia pra casa de uma delas que era de chão batido. Sabe, né? (Militante Dorcelina do MTD)

Morar na “área nobre” é ter sua residência próxima às vias que dão acesso ao centro da cidade ou a bairros cujas áreas são regulares. Nestes espaços privilegiados há serviços como rede de esgoto e transporte público. Segundo dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe, no Brasil cerca 41,7% das residências não possuem um sistema de escoamento de esgoto, conforme pode ser averiguado no gráfico da distribuição dos serviços básicos nas regiões urbanas do Brasil, onde vivem 80% dos brasileiros.

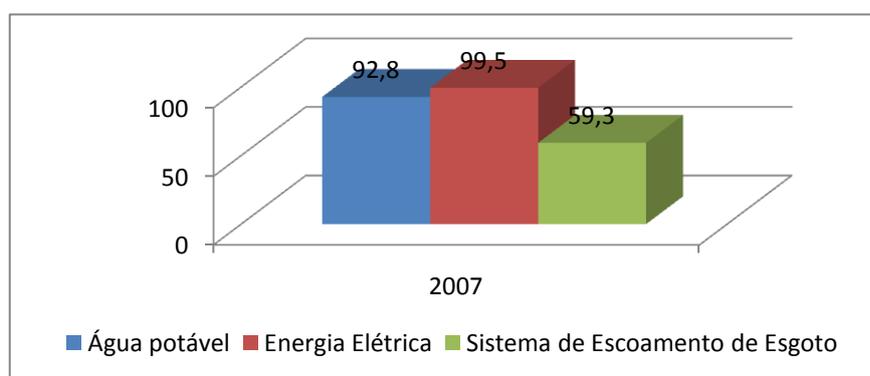


Gráfico 20: Percentual de residências com acesso à serviços básicos no Brasil (região urbana)

Fonte: CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe: División de Estadística y Proyecciones Económicas.

Não há estudos detalhando as condições das moradias da população urbana de regiões periféricas no país, mas o percentual de residências que tem acesso à rede cloacal pode ser considerado um indicador de que são muitos os indivíduos que não possuem condições salubres de habitação. A despeito disso, a realização do sonho da “casa própria” mesmo que de forma precária satisfaz a necessidade de habitação e viabiliza o rebaixamento do preço da mercadoria força de trabalho, decréscimo necessário, sobretudo, porque, em geral, muitos indivíduos que residem nos locais denominados, comumente, de “área verde”, tendo acesso a energia elétrica, mesmo sendo via ligação clandestina, prestam serviços aos trabalhadores que

se encontram no exército ativo – serviços à preços módicos. Este é o caso da moradora citada acima, que quando não está envolvida nos projetos dos grupos de produção, trabalha como diarista, realizando trabalho doméstico nas casas de trabalhadoras das empresas do setor metal-mecânico da cidade de Caxias do Sul.

A reivindicação por teto dos integrantes do MTD é resultante do debate trazido pelos militantes do MNLM, que encontrou ressonância nas condições precárias de habitação em que vivem grande parte dos indivíduos que participavam dos núcleos de base, acrescida das incertezas da permanência nas “áreas verdes”, em virtude de possíveis transferências requisitadas pelo poder público, como a que ocorre em Caxias do Sul, no momento, segundo relato de Dorcelina:

Domingo tem a reunião da associação [dos moradores] pra ver como fica. Eles tão ampliando a estrada de acesso [à Caxias], essa que passa ali. Aí, vai ter que tirar toda uma parte do bairro. Na última reunião foi apresentado o projeto, e pelo que vi, eu não tenho que sair, fui salva por uma rua.

Uma das formas encontrada para efetuar a reivindicação foi a criação de assentamentos em regiões rurais dos centros urbanos, onde poderiam conciliar a satisfação da necessidade de habitação e de alimentação, por meio do plantio de algumas culturas e da criação de animais de pequeno porte, sem afastarem-se dos pólos urbanos, uma vez que se tratam de indivíduos socializados com as formas de viver nos grandes centros, conforme pondera Rosa do MTD:

Nós falávamos rururbano compreendendo que o rural, a parte rural era a produção de comida. Entendendo o urbano como buscar a forma de construir grupos que as pessoas pudessem manter sua identidade mais urbana (Militante Rosa do MTD).

Ademais, outra demanda é satisfeita com a concretização dos assentamentos, qual seja: a fuga da criminalidade. O militante Paulo relata a história de famílias de assentados que optam por morar nos assentamentos para ter a possibilidade de dispor de um ambiente menos violento e mais distante das atividades ligadas ao tráfico de drogas. Realidade que faz parte do cotidiano de grande parte dos membros do Movimento. Como menciona Margarida:

E como é importante você conversar com as pessoas sobre a vida delas. E eu converso muito. Aí uma conta que o marido tem problema do alcoolismo, do filho drogado. A gente enfrenta todos esses problemas. A gente debate com todas essas dificuldades. Tudo que tu pode imaginar de ruim, a gente tem na base (Militante Margarida do MTD).

A proposta dos assentamentos rururbanos visa construir uma nova forma de garantir Trabalho, Terra, Teto e, posteriormente, Educação, as quatro bandeiras que pautam as

reivindicações do Movimento, e assim garantir que os trabalhadores desempregados residam num espaço onde possam desenvolver atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas e ter um “ambiente saudável para criar os filhos” (Militante Salete). As primeiras atividades seguem os princípios agro-ecológicos e as demais podem ser realizadas tanto no assentamento quanto na cidade, conforme o conceito de pluriatividade⁶⁷. Ela é amparada pela legislação nacional (Lei Federal nº 4.132/1962) e estadual (artigo 184, inciso V, VI, VII e o decreto do Estado nº 40.060, de 25 de abril de 2000)⁶⁸.

Quando o Movimento ocupou a área da GM, em 2000, o desejo de ter uma moradia, um lugar para cultivar a terra e estar próximo aos centros urbanos para onde poderiam escoar o produto resultante do trabalho não-agrícola, já era, mas é na objetivação do projeto que a *práxis* revela as limitações da proposta, como menciona Caneca, militante do MTD:

Aquele que tá na origem, no documento, mas o rururbano vai sendo feito pelas pessoas, de modo que hoje a gente tem 5 rururbanos, com as características que as pessoas foram fazendo. Em Gravataí, Belo Monte, Eldorado do Sul, Pelotas, Bagé e Caxias. E com as características de cada local, porque foram as pessoas que foram fazendo isso, de acordo com a situação. Então não é bem aquele modelo que tá escrito lá, mas o rururbano existe (Militante Caneca do MTD).

Não objetivamos destacar as peculiaridades de cada experiência, mas entender os condicionantes gerais que se particularizaram em cada um dos assentamentos e como tais particularizações estão auxiliando no movimento de constituição da classe. Para tanto, partiremos da experiência de Gravataí, após elencaremos as condições do assentado do Belo Monte, localizado em Eldorado do Sul, cidade metropolitana de Porto Alegre, para por fim realizarmos um paralelo deste com a experiência de Caxias do Sul. Vejamos.

⁶⁷ “[...] o termo [pluriatividade] procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e das famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural, como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura. A pluriatividade permite-nos questionar o pressuposto de que a *full-time farming* seja tanto a norma, e, portanto, algo positivo, quanto um estado temporário, ou um mal necessário, no desenvolvimento econômico das unidades produtivas, das famílias ou das áreas rurais. Esse conceito, entretanto, no plano ideal, não é facilmente mensurável por estatísticas oficiais disponíveis (Fuller e Brun, 1988, p. 150, *apud* SCHNEIDER, 2001).

⁶⁸ A Lei Federal nº 4.132/1962 e a Constituição Estadual, em seu artigo 184, inciso V, VI, VII e o decreto do Estado nº 40.060, de 25 de abril de 2000, autorizam a criação de formas viáveis para os órgãos públicos juntamente com as populações organizadas, possam viabilizar estrutura técnica e financeira para a produção, administração e gerenciamento das áreas de assentamento rururbano. Também, a Assembléia Legislativa aprovou, em 2000, o Projeto de Lei nº 201/2000, que dispõe sobre a implementação de agrovilas no Estado do Rio Grande do Sul (ZERBIELLI, 2005, p. 31).

5.2.2.1 Assentamento Portal dos Pinheiros: a interpenetração de múltiplas realidades

A forma de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi parâmetro para o MTD: ocupar uma área improdutiva, montar as barracas de lona com a finalidade de pressionar a desapropriação e destinação da terra ao Movimento; tal foram as ações subseqüentes ao ato de denúncia ocorrido no episódio da GM.

Como a GM não necessitava de toda a extensão de terra da fazenda, localizada na região onde foi acordada a construção da planta produtiva, e o antigo proprietário mencionava que a parte não desapropriada era insuficiente para a manutenção de suas atividades, estabeleceu-se um impasse entre o último e o estado. Este não queria indenizar aquele, pois não se interessava por toda a área da fazenda; o proprietário acionou judicialmente o estado, pois se sentiu lesado e não quis manter-se na região; o Movimento avaliou que a mercadoria preterida poderia ser utilizada por parte dos desempregados que se reuniam no MTD para a efetivação do projeto do rururbano e, em junho de 2000, após ação de desocupação da GM, o Movimento ocupa a área.

As pessoas vieram ali para o acampamento como família, a família toda. Porque já era a idéia de lutar por uma área de terra começando a se discutir essa proposta do assentamento rururbano, então as pessoas vieram com a expectativa de fazer essa luta para conseguir essa área de terra em que pudesse produzir mas também morar, [...] assim que se resolve o problema de moradia e trabalho. E por isso, juntou as famílias. Cerca de 200 pessoas. Não saberia dizer quantas famílias eram, tenho esse dado de que eram 200 pessoas. E era ali que se iniciava esse processo, e logo em seguida começa a se ver que enquanto não saísse essa solução para a questão do assentamento, que as pessoas necessitavam de coisas mais emergenciais e então que surge toda a discussão de lutar pelas frentes emergenciais de trabalho. Então, ali, naquele ano, então se começou o acampamento em maio e aí em dezembro daquele mesmo ano o pessoal faz a, o que a gente chama, da primeira marcha estadual por trabalho, terra e teto. Era os três eixos de luta (Militante Bartolina do MTD).

Passados cinco anos da pesquisa junto aos desempregados que impulsionou a formação dos núcleos de base, as famílias dessa primeira ocupação começam a concretizar uma ação que havia sido ponderada à época: a ocupação urbana, “a formação de uma cidade de lona preta” (Militante Rosa do MTD). Nessa primeira cidade construída pelos membros do MTD ao lado da GM, afloraram os problemas concretos da objetivação do projeto-ideado.

A permanência das famílias no local era condição necessária para pressionar o estado, mas, impossibilitados de trabalhar, cessava o estoque de alimentos que tinham. Nesta situação, o assistencialismo eclesiástico foi o meio que permitiu a continuidade da resistência até a decisão de efetuarem a marcha mencionada anteriormente.

Se as ações assistencialistas da Igreja foram negadas nas primeiras ações dos núcleos de base, por advogarem que queriam trabalho não donativos, na época do primeiro acampamento as doações das pastorais tiveram um duplo papel, conforme menciona o Militante Caneca, quais sejam: o apoio público às ações e a garantia de sustentação econômica. Como já discutido, as ações de movimentos sociais, em geral, são vinculadas ao desrespeito à lei e à ordem pelos veículos de comunicação. O apoio da Igreja às ações reivindicatórias funciona como um contraponto à opinião midiática que tem hegemonia na construção e transmissão do senso comum. Já a doação de cestas básicas para o movimento oportunizou a resistência no local, pois na falta de alimentação, a possibilidade de manter a denúncia via ocupação das terras públicas destinada à GM seria impossibilitada. Aqui, vemos o assistencialismo como fim tornar-se meio, servindo, portanto, como um mecanismo que permite manter aberto o acesso às possibilidades distintas. Mas para não haver retrocesso nessa alteração qualitativa do assistencialismo, os membros do MTD necessitavam continuar exigindo do governo estadual o acesso à terra para a consecução do rururbano. Com isso, objetiva-se uma caminhada. Após sete dias de caminhada, o Movimento, que saiu de Gravataí, chega ao Palácio Piratini. Como resultado da mobilização, o governador Olívio comprometeu-se em viabilizar a desapropriação de terras para fazer o primeiro assentamento de desempregados do Rio Grande do Sul.

Belo Monte foi o nome dado a área desapropriada e destinada ao Movimento. Esta área localiza-se na cidade de Eldorado do Sul, para onde os membros do MTD foram transferidos onze meses após o acordo com o governador. No próximo item, discutiremos sobre a organização deste espaço; por ora, concentramos a análise no período que se estendeu do retorno da marcha à Gravataí aos dias atuais nesta área.

As famílias acampadas em Gravataí retornaram de Porto Alegre e aguardavam a destinação da nova área. Se, durante o início deste período, o auxílio das pastorais foi importante no que tange à carestia de alimento, sua continuidade ao longo dos meses é, posteriormente, avaliada como um obstáculo no tensionamento de reflexões entre os acampados. Rosa, militante do MTD que estava no acampamento, menciona:

Eu fico dizendo, nossa, eu que vivi da terra até 17 anos, e faço qualquer coisa, em termos de preparar a terra, sei plantar e colher, e eu não entendo como, eu não entendo a mim mesma, porque eu era a mais agricultora [...], como é que nós chegamos aqui em maio e eu não tive, não coloquei em xeque o “vamos produzir”. Nós não produzimos. Nós tínhamos uma horta. E assim, numa idéia de que não podia ter animais no acampamento, que era uma idéia do MST. E, imagina, nós poderíamos ter tido vaca, hoje fazendo uma avaliação, né? Poderíamos ter tido vaca, teríamos animais pequenos, teria sido outra história. Nós teríamos feito uma peneira natural das pessoas ao ir para terra.

Do relato dessa militante dois pontos merecem destaque: as práticas sendo condicionadas pelas experiências do movimento campesino e a “seleção natural” dos indivíduos que poderiam estar no projeto rururbano.

O MST por sua organização, abrangência e conquistas, tem sido exemplo para a constituição de outros movimentos sociais. No caso do MTD, a própria idéia da “cidade de lona preta” provém dos acampamentos dos Sem-Terra. Isto reflete a influência dos membros daquele movimento na organização dos desempregados, a inexperiência da organização urbana para além da reunião em partidos ou sindicatos, e, conseqüentemente, a dificuldade de romper com o campo inerte e efetivar a *práxis* livre, demonstra os condicionamentos pelas experiências concretas.

Em princípio, todos estes pontos foram problematizados pelo Movimento ao depararem-se com o fato de que a superpopulação estagnada urbana, apesar de sua origem campesina⁶⁹, é socializada e reproduz as práticas de quem vive na cidade, não tendo, portanto, o conhecimento, os valores e os costumes de proverem a satisfação de suas necessidades da terra. Assim, a ausência do “ethos” camponês apareceu como a justificativa que tenta explicar os obstáculos postos ao projeto rururbano. Contudo, este argumento é frágil, tendo em vista a colocação da militante “eu era a mais agricultura como é que nós chegamos aqui em maio e eu não tive, não coloquei em xeque o ‘vamos produzir’”. O trabalho com a terra não é um “dom”, mas uma técnica que pode ser aprendida, tanto como as atividades laborais dentro das fabricas foram. Mas a ausência do contato com os hábitos do campo é um argumento amplamente utilizado, sendo assim, ele tende a ser inquestionável e aceito como explicativo.

Com a desapropriação do Belo Monte, algumas famílias acampadas em Gravataí se mudaram e o espaço é reocupado por outros membros do Movimento, com o objetivo de manter a luta pela desapropriação deste espaço e de torná-lo a sede estadual do Movimento, usando a casa da antiga fazenda como centro de formação dos militantes – a denominada

⁶⁹ A urbanização no Brasil data das décadas de 1950-1960, de modo que, os moradores dos bairros periféricos das regiões metropolitanas em geral, possuem origem camponesa de, no máximo, duas gerações. No caso do MTD, a maioria ou migraram quando jovens para cidade ou seus pais assim o fizeram.

Escola Estadual do MTD. A casa-sede, com uma sala ampla, lareira, cinco quartos, cozinha, banheiros é utilizada pelo Movimento tanto para os cursos de formações com militantes que se deslocam de outras regiões do estado, como para as reuniões e discussões com os acampados que montaram as barracas de lona preta por toda a extensão da fazenda, demarcando as áreas que iriam cultivar após a oficialização da desapropriação.

Outros indivíduos migraram para as cercanias da GM e do acampamento, ocorrendo um crescimento não planejado desta área rural que, rapidamente, tornou-se mais um aglomerado pauperizado da cidade. Essa alteração da região influenciou a organização do acampamento e este se tornou um espaço de disputa entre Movimento-Estado e Movimento-moradores locais. O Movimento busca agregar os moradores em suas lutas, para isso tenciona a constituição de núcleos de base no bairro, colocando-se como um obstáculo para o livre comércio de drogas, uma vez que problematiza nas reuniões dos núcleos tanto as conseqüências do uso quanto a condição de exploração que crianças e adolescentes submetem-se neste ramo que constitui a “face oculta do capitalismo neoliberal de nosso tempo”, como destaca Estenssoro (2003).

As atividades efetuadas nos núcleos desse bairro foram rechaçadas por parte dos moradores e o Movimento passou a receber ameaças, em forma de provocações verbais ou até de disparos de armas de fogo nas proximidades da casa-sede no meio da madrugada. Conseqüentemente, os militantes repensaram suas atuações, temendo pela segurança dos moradores do acampamento e também apreensivos quanto à saída de alguns integrantes do Movimento, que preferiram não ter envolvimento com as ações que poderiam colocá-los em iminente risco de morte.

Este episódio demonstrou aos militantes do MTD que a organização do “povo da cidade”, como eles costumam se referir, passa por realizar ações que busquem salvaguardar os indivíduos que não estão envolvidos com atividades ilegais, mas não indo de encontro direto com os diferentes grupos que habitam as regiões periféricas, contudo, sem deixar de tentar sensibilizar os últimos, uma vez que tais grupos possuem relativo poder e podem obstaculizar o movimento de constituição da consciência de classe. Para tanto, os integrantes do MTD buscam viabilizar uma rede de relações entre os moradores que torne o Movimento uma referência nas periferias. Essa rede atuaria como um amparo aos moradores que necessitam morar nessas regiões, mas não querem se envolver com as atividades ilegais. A ação das Igrejas Evangélicas Pentecostais é um exemplo de grupo-rede que se constrói nas regiões

pauperizadas da cidade e coabita com a violência e o tráfico servindo de refúgio aos moradores, não apenas espiritual, como narra um militante de Alvorada.

Primeiro eu disse que era da Igreja. Porque eles respeitam. Meu menino tá com 12 anos, eles [traficantes da região] logo já tão recrutando. Se fala que é da Igreja, aí eles deixam passar. Só que tem que ir [na Igreja]. Esse era um problema. A gente tem que fazer o MTD ser uma referência, aí eles respeitam. As pessoas tem que pensar no MTD como um apóio, como um grupo que se apóia. Aí, fica cada um na sua.

Retornando ao caso específico dos acampados de Gravataí. Devido à saída de alguns integrantes do Movimento em virtude dos problemas com os grupos locais, outras famílias que migravam para a região foram ocupando o espaço antes ocupado pelo Movimento, sem, contudo, tomarem parte nele. Os militantes do MTD analisam essa ocupação como uma perda de espaço na comunidade, mas não recriminam as ações individualizadas, pois ponderam que as condições concretas de pauperização são as mesmas, mas o movimento de conscientização da necessidade da ação coletiva para a superação de submissão e exploração não ocorre de forma espontânea, é parte de um processo que pode ser viabilizado pelo convívio em um mesmo local.

Por fim, depois de uma longa espera, o Estado anunciou a destinação da terra ao MTD, mas condicionado a utilização de parte da área para a construção de um loteamento para indivíduos não integrantes do Movimento e que estavam cadastrados nos programas públicos de moradia. Assim, coabitam no assentamento três grupos distintos: 1) algumas famílias que compartilham o desejo de concretização do rururbano; 2) outras famílias que não participaram da formulação do projeto, mas agregaram-se ao ocuparem a área posteriormente; e, 3) as famílias alocadas no loteamento, pelo estado, que utilizam toda a área para a construção de casas, onde acomodam a família ampliada. Após oito anos da ocupação da área, a militante Rosa menciona:

Inclusive hoje [setembro de 2008] eu cheguei aqui e tava refletindo, assim, nós perdemos muito terreno nesse ponto aqui de organização. Aqui, praticamente virou uma favela. Já não existe mais o princípio do movimento, nesse grupo que está ali [na área do loteamento].

Enquanto Rosa proferia esta avaliação, outros militantes assentados no local estavam em reunião na sala da casa – sede da Escola Estadual do MTD.



Foto 5: Reunião na Sede da Escola Estadual do MTD
Fonte: Acervo MTD

Discutiam, dentre outras coisas, os resultados do plantio do ano e a forma que cada assentado estava trabalhado na horta coletiva. A organização interna deste assentamento procura manter a organicidade do Movimento e, no assentamento de Gravataí, o militante e assentado Ernesto tenciona as problematizações com seu núcleo. Após essa reunião, ele pondera que a tarefa de manter todos os assentados vinculados a um núcleo é bastante complexa tendo em vista a concretização do projeto rururbano nesse local, posto que nem todos os assentados partilham do desejo de concretizar o rururbano, e, mais do que isso, nem todo o assentado identifica-se com o MTD.

Machado (2009, p. 6) realizou uma pesquisa com os moradores deste assentamento com o objetivo de identificar quem “são os sujeitos da base” do MTD. Sucintamente, ela assim descreve os assentados em Portal dos Pinheiros:

Tem gente que passa meses sem colocar um pedaço de carne na boca, tem gente que não possui dentes, tem homens machistas de raiz, tem mulheres conformadas com sua condição de vida, tem negro, tem branco, alemão e italiano, *tem tudo e todos* no assentamento de Gravataí. Tem pessoas sentadas esperando o tempo passar numa *espera vã*, como diria Paulo, tem gente sorrindo ao receber a sacola de alimento, tem gente brigando por ela, tem gente vendendo e comprando lote, tem histórias de dor e alegria, junto tem povo e mais povo. (MACHADO, 2009, p. 82)

A autora (2009) relaciona esses assentados, suas histórias de vida, com as múltiplas formas sob as quais a venda da força de trabalho e como chegaram até o assentamento de Gravataí.

Nessa perspectiva, o desemprego irá traduzir-se progressivamente como subemprego, e os indivíduos à procura de emprego, ou simplesmente desejosos de obtê-lo, declaram isso nas entrevistas realizadas no assentamento. Estes, ao longo de suas vidas, ocuparam ofícios de forma precarizada e permanentemente rotativa. Este processo fez com que estes sujeitos construíssem uma subjetividade de desempregados, apesar de que, nenhum dos entrevistados na pesquisa, algum dia chegou a ter suas carteiras assinadas. Os assentados de Gravataí cursaram, no máximo, até a quarta série, todos vivem e viveram de “bicos” e trabalhos sem

proteção social garantidos, traduzidos por faxinas, capinas, empreitadas... enfim, uma série de ocupações e de trabalho precarizado (MACHADO, 2009, p. 43).

No caso dos entrevistados deste assentamento, nenhum acessou ao longo de sua vida os direitos garantidos a quem estabeleceu contratos de trabalho seguindo os critérios de sociabilidade formal. Em outro estudo realizado com integrantes do Movimento, Ferraz et. al. (2008) realizam uma descrição similar, e pontuam que, em geral, as trajetórias de vida dos membros do MTD são marcadas pela exploração da força de trabalho em: 1) atividades precarizadas com carteira assinada, como serviços de limpeza ou trabalhos manuais em empresas de pequeno e médio porte; 2) trabalho com carteira assinada mediante concurso público, como professores de ensino fundamental e médio ou em entidades do terceiro setor, como educadores ou assistentes administrativos – neste caso, a contratação está vinculada à projetos educacionais firmados entre essas entidades e os programas do Ministério do Trabalho ou da Educação que possuem como “público alvo” os integrantes do Movimento; e, 3) trabalhos sem carteira assinada, como faxineiras, babás, pedreiros, carpinteiro, serviços gerais etc.

Vale destacar que grande parte dos integrantes do MTD transita ou transitaram entre o primeiro e o terceiro grupo e que os que estão no segundo grupo, em geral, são os mais jovens, pessoas que possuem entre 20 e 35 anos. Outro ponto relevante a ser lembrado é que estar desempregado, como já discutido, é uma espécie de eufemismo, usado para tornar palatável os números divulgados mensalmente acerca das condições do mercado de trabalho. Na prática, os membros do Movimento não são classificados como desempregados, pois suas condições de vida (sobretudo, em virtude da falta de seguridade social – direito ao seguro desemprego –, e da ausência de amparo familiar – rendimentos de cônjuge e/ou filhos serem mínimos) impossibilitam permanecer uma semana sem realizarem pelo menos uma hora de trabalho. Outrossim, o desalento já é constante, de modo que não procuram emprego ou um melhor comprador para a sua mercadoria – trabalham “onde dá”. Alguns continuam atuando nas atividades listadas no segundo grupo, outros se envolvem nos assentamentos-rururbanos e realizam “bicos”, outros estão contratados pelo Projeto Frentes de Trabalho (Coletivos ou Pontos Populares) que, por oferecerem poucas vagas, não contemplam todos os integrantes do Movimento, os quais permanecem fazendo “bicos”. Com isso, reafirmamos que o Movimento é constituído por indivíduos que compõem a classe trabalhadora que se manifestam,

sobretudo, como superpopulação consolidada, trata-se portanto, da organização do exército de reserva⁷⁰.

O estudo de Machado (2009) pontuou algumas características do assentamento de Gravataí que consideramos relevante relatar. O ponto mais polêmico trazido pela autora foi a contraposição que ela realiza ao estabelecer a díade diálogo/antidiálogo. Nesta, ela contrapõem a abertura dos assentados ao diálogo com o Movimento à uma opressão efetuada pelo antidiálogo dos representantes do Movimento. Vejamos como a autora chega a essa conclusão.

A partir das entrevistas, ela identifica que os assentados ora parecem conformados, ora parecem resistir, ora identificam-se com o movimento, ora se distanciam do mesmo, ora necessitam constituírem-se no coletivo, ora como indivíduos isolados. Com isso, a autora menciona que os assentados de Gravataí possuem uma determinada visão de mundo que pode ser caracterizada pela consciência ingênua. Essa visão de mundo estaria entrando em conflito com a visão de mundo dos militantes-dirigentes do Movimento, criando um hiato entre eles.

Discordamos da definição da autora da consciência ingênua dos assentados, porque não se trata de ingenuidade, mas dos movimentos contraditórios que vivenciamos ao longo do processo de constituição da consciência, uma vez que, mesmo rompendo com a sua primeira forma, permanecemos condicionados pelas relações objetivas em que vivemos e pela formas que as subjetivamos afetivamente ao longo da vida, conforme discussões traçadas a partir das considerações de Freud e Sartre. Portanto, o desejo de ter “a minha terrinha”, que é pontuada

⁷⁰ Machado (2009, p. 121), a partir de suas análises e da descrição da vida de seus entrevistados, sugere: “Aqui, o caso destes sujeitos organizados pelo MTD, estas subjetividades estão associadas sim a elementos como fome, pobreza, miséria, violência, machismo, desterritorializações, desalento, incapacidade de procurar emprego, exclusão - onde o desemprego é o resultado inteligível deste processo. O desemprego é resultado histórico e não identidade destes sujeitos. Portanto aqui a sugestão sobre serem chamamos de Movimento Urbano dos Sem Trabalho (MUST) parece mais lógico e coerente, trabalho a partir do conceito Marxista de Trabalho”. A partir das experiências com o Movimento, afirmamos que de forma alguma as pessoas que o compõem podem ser consideradas “Sem Trabalho”. Se usarmos um conceito restrito de trabalho, diferenciando-o de emprego apenas pela ausência da carteira assinada, talvez alguns membros pudessem ser sem trabalho, mas a maioria, de uma forma ou outra desempenhariam atividades que pressupunha um contrato escrito ou oral, caracterizando, portanto o estabelecimentos de contratos que seguem as regras de sociabilidade informal. Por sua vez, se utilizarmos o conceito marxiano de trabalho, tal como a autora diz ser o balizador de suas reflexões, não há, no Movimento, indivíduo sem trabalho, mais do que isso, não há entre os militantes de um Movimento que nega o trabalho enquanto mercadoria, quem não mercantilize a sua força de trabalho. Em suma, não queremos problematizar o nome do Movimento, mas apenas ponderar que não se trata de indivíduos sem trabalho, nem indivíduos, como pontuamos, desempregados segundo critérios dos órgãos de pesquisa, mas indivíduos que possuem como referência de classificação social os direitos conquistados pela classe no Brasil ao longo do século XX – direito a emprego com carteira assinada e a seguridade que a acompanha – e que, na impossibilidade de estabelecer relações sociais no mercado de trabalho que contemplem essa referência, eles demominam-se como o seu contrário, desempregados. Quem sabe, em uma reflexão acerca dessa denominação, os integrantes do MTD poderiam descobrir-se “não desempregados”, “sem-emprego”, mas, bem mais difícil seria definirem-se “não-trabalhadores” ou “sem trabalho”.

pela autora em seu trabalho, é a manifestação que coaduna a satisfação de uma necessidade objetiva, a forma que a subjetivamos a partir das distintas relações sociais que estabelecemos (família, amigos, vizinhos, trabalho) e que encontra correspondência na concretude das relações sociais sob o modo capitalista de produção. Participar de um Movimento que problematiza a propriedade privada ao negar o trabalho enquanto mercadoria e, concomitante a isso, desejar “a minha terrinha”, é apenas um dos múltiplos momentos do movimento contraditório em que está inserido o indivíduo que busca negar-se enquanto individualidade-individualista em uma sociedade de indivíduos encapsulados. Para nós, não há consciência ingênua nesse movimento contraditório; ingênuo é alimentarmos a crença do abandono total e abrupto de todos os valores, normas e regras aos quais fomos/somos socializados.

Ademais, ao contrapor a visão de mundo dos assentados ao dos “militantes-coordenadores”, Machado (2009) não atentou para os distintos grupos que compartilham o assentamento, permitindo a reprodução discursiva do afastamento entre coordenadores/base em função de a primeira compor o grupo comumente chamado de *vanguarda* – discussão que já efetuamos neste texto –, bem como não problematizou as próprias contradições vivenciadas pelos integrantes que foram eleitos pelo grupo para comporem as distintas instâncias do Movimento.

As famílias que ocuparam a área ocupada pelo MTD e as famílias do loteamento não necessariamente constituem o Movimento, podem vir a pertencer à medida que a subjetivação das relações sociais estabelecidas neste lócus entrarem em contradição com a consciência que possuem de suas condições objetivas anteriores. Vários relatos apresentados pela autora demonstram haver uma tendência para a ciência da existência da contradição, contudo, ela relaciona esse movimento à uma relação de diálogo/antidiálogo, preterindo compreender as múltiplas reciprocidades existentes entre os assentados vinculados ao Movimento apenas por partilharem o mesmo local e os assentados do Movimento. Reciprocidades que tanto condicionam a constituição do ser e do agir dos assentados que: 1) negam o Movimento por relacioná-lo à vagabundagem (senso comum já discutido anteriormente), a despeito de beneficiarem-se das conquistas do mesmo em algumas ocasiões; 2) ao verem as conquistas do Movimento aproximam-se dele, mas ao sofrer a violência física e/ou simbólica, negam-no; 3) quanto condicionam também o ser e o agir dos militantes que ora buscam fortalecer as discussões nos núcleos de base, ora focam suas forças para outras demandas do Movimento e negligenciam o projeto rururbano de Gravataí. Projeto que manifesta de um modo particular o movimento geral, pois os momentos de negação de uma identificação com o Movimento e os

momentos de afirmação desta desvelam os múltiplos átimos de consentimento e negação da classe trabalhadora no seu processo de constituição de classe-em-si e classe-para-si.

Ressaltamos ainda que a contraposição assentados/coordenadores pode vir a obstacularizar duas problematizações importantes, quais sejam: o MTD é o que estão-sendo as relações recíprocas de interdependência estabelecidas entre os coordenadores-militantes, os assentado-militantes, os militantes dos núcleos de base dos bairros, as relações recíprocas de interdependência entre cada um desses grupos e destes com os grupos “exteriores” ao MTD. Os coordenadores-militantes, por mais que apresentem uma maior reflexividade sobre as relações sociais, em virtude do acúmulo de discussões nos múltiplos espaços de manifestação da classe (partidos, sindicatos, CP etc.) também são condicionados pelas subjetividades afetivas que efetuaram ao longo da vida e pelas condições concretas em que vivem. Neste sentido, também são indivíduos que experimentam o movimento contraditório de desvencilharem-se do ideal de ego aprendido afetivamente, conforme veremos ao analisar o projeto do rururbano de Eldorado do Sul.

5.2.2.2 Belo Monte: os limites de conciliar o campo e a cidade

O assentamento Belo Monte, fica localizado na cidade de Eldorado do Sul e foi a primeira área desapropriada e destinada ao Movimento, ainda sob o mandato do governador Olívio Dutra (PT). Nesta, o projeto rururbano tornar-se-ia concreto, permitindo alterações significativas nas condições de vida das 95 famílias do MTD que saíram do acampamento em Gravataí para alocarem-se na terra conquistada.

Com a mudança, deixariam de reivindicar por um lugar para morar e para trabalhar, visto que o projeto propunha a realização do trabalho e da residência em um mesmo espaço. Durante o tempo que aguardavam a desapropriação, ideavam a vida em um assentamento rururbano. Na concretude do assentamento a objetivação do projeto-ideado manifesta as dificuldades econômico-culturais que estão postas para os indivíduos que procuram romper com as formas de relações hegemônicas existentes sob o modo antagônico de controle do sociometabolismo humano. A reconstrução da história deste assentamento problematiza os limites econômicos e a dependência das verbas públicas, bem como a necessidade de romper

com os valores sociais dominantes que se naturalizaram por serem necessários ao modo de produção capitalista. Vejamos esses dois pontos.

5.2.2.2.1 “As questões culturais”: obstáculos ao rompimento com o ideal de ego

No movimento de constituição da consciência de classe, o MTD pontua a discussão de dois aspectos que estão interpenetrados à opressão vivenciada pelos militantes. Dentre eles destacam-se, sobretudo a questão da “raça” e de gênero. O militante Ernesto menciona que estas discussões são possíveis porque o movimento não está pautado na “velha compreensão do determinismo econômico”, pois busca entender as demais “subjetividades” e suas conexões na concretude do modo antagônico de controle do sociometabolismo da humanidade. Abordaremos essas questões, ainda que de forma sumária, na experiência do Assento Rururbano Belo Monte.

As colocações de Paulo pontuam as questões étnicas, conforme segue:

Que há uma diferença étnica nos grupos e que a gente não consegue compreender ela e daí mistura tudo. Por exemplo, quando tu tá lidando com um grupo que etnicamente tá ligado aos italianos ao branco e coisa e tal tem um tipo de compreensão do que é o trabalho, do que é um homem e uma mulher trabalhadora. Quando tu tá lidando com os negros tem outro tipo de compreensão da mesma coisa e os dois tem formas de levar, de trabalhar e momentos de trabalhar que são completamente diferentes. [...] Porque, na nossa perspectiva, trabalho tá muito mais ligado ao que o italiano é, o que ele pensa que é trabalho do que propriamente ele [negro] pensa que é trabalho. Ele tá muito mais perto do que tu tava dizendo, né. Que elas trabalham quando precisam. Agora to precisando de 20 reais para colocar de cartão no meu telefone, será que eu arrumo um biquinho. Aí vou lá arrumo uma carga, arrumo 20 reais e volto pra casa e tá feito. Então pra eles é isso. Não sei se isso é trabalho, que nome se daria, mas pra eles é isso.

As reflexões convergem para a justificativa da inviabilidade econômica dos empreendimentos no assentamento em virtude das distintas etnias. O fato de haver no local famílias de descendência italiana e africana possibilita ao entrevistado afirmar que o ócio das últimas oneram o trabalho duro das primeiras inviabilizando projetos sustentáveis. Dois pontos carecem destaque, quais sejam: a concretude das diferenças culturais e sua limitação enquanto fator explicativo que será realizado ao compararmos a experiência de Eldorado do Sul à do assentamento de Caxias, onde há predominância de famílias de descendência italiana.

Constitui a primeira forma de consciência a idéia dual do “negro vagabundo” *versus* “branco trabalhador”. Conforme mencionamos anteriormente, para que o senso comum não

seja rompido é necessário a correspondência com a realidade social e o compartilhamento das concepções com o grupo.

A relação entre a negritude, o ócio e a criminalidade é explicada historicamente em função da maneira como este é descartado enquanto força de trabalho em preferência ao imigrante europeu, já submetido à mercantilização dessa mercadoria e seguidor dos preceitos da ética do trabalho. A resistência ao trabalho escravo, no século passado, construiu estereótipos de preguiça. Ela passa a ser uma qualidade intrínseca à negritude, em contraposição a imagem que será construída da mão de obra do imigrante. A histórica preferência pelo trabalho do “branco-imigrante-livre” determinou a posição do negro na estrutura econômica. A possibilidade de alteração coletiva desta é tanto menor quanto maior é o contingente de pessoas não-negras pauperizadas.

Vejam os como o conteúdo presente na fala de Paulo acerca das formas de socialização dos diferentes grupos étnicos mediado pelo trabalho carrega consigo a herança histórica da mercantilização do trabalho e da formação da concepção de homem livre no Brasil a partir das considerações contidas no livro *A integração do negro na sociedade de classes*, do sociólogo Florestan Fernandes (1965).

Não cabe digressões quanto ao mesmo, mas destacar pontos como: 1) a europeização do país no século XIX. Em São Paulo, por exemplo, a população branca era constituída por 54,6% de estrangeiros e 45,4 de nacionais, que possibilitou a constituição de um exército de reserva branco já socializado pelas regras de comercialização do trabalho. 2) A sociedade escravocrata não prepara o negro para ser nem trabalhador livre – dificultando a competição com o ER branco – e nem “empresário”, além de salvaguardar os interesses dos grandes senhores rurais ao inviabilizar o acesso à terra por meio da legislação⁷¹. 3) O assalariamento, para o imigrante era um simples meio de “começar vida nova na pátria nova”; para o negro, o “trabalho livre” era uma forma de prover a liberdade e a dignidade. O essencial era: que o

⁷¹ A lei da Terra estabelecida em 1850 tinha como objetivo transformar a posse da terra em propriedade privada. Com isso, os posseiros tinham que comprar o registro da mesma em cartórios da União. Todavia, a cobrança era demasiadamente cara para os pequenos posseiros, que ao não legalizarem a posse, perdiam suas terras, pois essas eram consideradas devolutas. Essas terras devolutas permitiram fomentar a vinda de imigrantes para o Brasil, que trabalhariam para os grandes fazendeiros (estes conseguiram legalizar a propriedade da terra) até conseguirem comprar seus próprios lotes. Além disso, essa lei garantiu que a terra não passasse para as mãos da população negra. Como a escravidão estava em vias de ser abolida, era necessário controlar a terra, pois antes daquele ano, toda a pessoa podia ocupar um espaço de terra e cultivá-lo, desde que esse não estivesse de posse de outro. Assim, antes da libertação dos negros, o Estado providenciou a legalização da propriedade da terra, de modo que, a partir daquele momento, para cultivá-la era necessário pagar para isso. Algo impossível de ser feito por homens e mulheres negras, tendo em vista que no Brasil, eles e elas saíram das senzalas levando somente a liberdade.

trabalho era a “condição moral da pessoa e sua liberdade de decidir como, quando e onde trabalhar”, assim, convertia-se, na avaliação do negro e do mulato, “um fim em si e para si mesmo”. Todavia, impossibilitado de acessar diretamente a proletarização, as possibilidades impostas aos negros foram “a incorporação gradual à escória do operário urbano” ou penosamente procurar, por meio do “ócio dissimulado”, da “vagabundagem sistemática” ou da “criminalidade fortuita”, salvar as aparências e a dignidade de **HOMEM LIVRE**” (FERNANDES, 1965, p. 12). 4) Os trabalhos que permitiam a pertença ao “mundo do operário” eram para os homens os “serviços que italianos não faziam, os serviços pesados e arriscados para a saúde [...] em sua maioria, esses serviços eram mal pagos e requeriam pouca ou nenhuma qualificação”; para as mulheres, os serviços domésticos permitiram que elas se tornassem agentes econômicos importantes em relação aos homens de mesma cor. Por fim, 5) impossibilitados de alterar a condição em que se encontravam, por estarem “excluídos da prosperidade geral, bem como de seus proventos políticos, porque não tinham condições para entrar nesse jogo e sustentar as suas regras” (FERNANDES, 1965, p. 71) vivenciaram o transformar do ócio disfarçado como expediente de auto-afirmação – em desocupação permanente que “desmoraliza o homem e o predispõe para a vadiagem sistemática”. Fernandes (1965) acrescenta:

A mesma coisa acontece em outros níveis do comportamento humano, da exploração do trabalho da mulher à especialização na área do crime. O que soava como uma dramática e altiva forma de protesto, por falta de melhor destino, degrada-se incessantemente, conduzindo seus agentes humanos pelo plano inclinado da miséria, da corrupção e do desalento coletivo (FERNANDES, 1965, p. 106).

O estudo de Florestan Fernandes abrange a história da socialização do negro no mundo do trabalho livre até meados do século XX, incluída em sua análise, encontra-se, portanto, a alteração na matriz produtiva brasileira – da agrícola para a indústria –, mas não as conseqüências dos crescimentos e crises pelos quais passaram este setor ao longo dos últimos cinquenta anos. Entretanto, a base reflexivo-histórica desenvolvida por ele, os dados estatísticos apresentados anteriormente e as manifestações sociais e culturais alavancadas pelos grupos afro-brasileiros, a partir da década de 1970, permitem concluirmos que pertencer ao contingente negro permanece como sendo o pior ponto de partida para a efetivação da idealizada ascensão social, fundamentalmente, porque, conforme verificamos no gráfico 12, a submissão do negro decorre do fato deste continuar sendo prestador de serviços braçais aos que compõem o segmento dominante no Brasil, quais sejam, os brancos.

Os negros são os que recebem os menores rendimentos pelos trabalhos prestados, conforme gráfico 12. Condições históricas específicas determinaram a posição desse grupo na estrutura socioeconômica brasileira. Contudo, não é a cor da pele o fator determinante dessa posição, mas os interesses do capital nacional e estrangeiro que primeiro usufruíram do trabalho escravo do “imigrante capturado”; depois, do trabalho livre do imigrante europeu e, conforme o sociometabolismo do capital avançou sobre solo brasileiro, apropriou-se das distintas qualidades do trabalho vendido pelos descendentes de ambos os grupos, conforme as possibilidades de acesso que tiveram de qualificar a força de trabalho segundo as demandas do desenvolvimento das forças produtivas. Assim, vemos que as atividades que os negros acessam com maior facilidade permanecem sendo aquelas que demandam maior esforço físico e que são contratadas, em geral, sem respeitar os critérios de sociabilidades formais. A inexistência da estabilidade no emprego perpetua a condição concreta “dos bicos” reproduzindo as condições necessárias para a reprodução do estereótipo.

Ademais, ao longo do século XX, no Brasil, o capital interpenetrou todas as formas de organização social concluindo a proletarização da população negra, para seguir os termos apresentados por Fernandes (1965), de modo que não se pode distinguir a existência de uma classe trabalhadora apenas branca ou apenas negra. No máximo, podemos afirmar que a pauperização atinge mais os últimos, mas sem poupar os primeiros. Essa intensidade maior no grupo afro-descendente não é porque é da “natureza” deles o amor ao ócio e a preguiça, e sim, porque a pauperização é inerente ao movimento de concentração, centralização e acumulação do capital e, sob esse modo de controle do sociometabolismo da humanidade, as práticas de trabalho alternativas, por si só, não são viáveis, pois independem da quantidade de trabalho nela incorporada em face da concorrência do capital.

O exemplo do assentamento de Caxias do Sul demonstra que nem mesmo o trabalho do imigrante italiano faz o projeto rururbano ser auto-sustentável, contradizendo, portanto, a explicação encontrada por Paulo, que menciona a necessidade da reprodução das subjetividades dos trabalhadores imigrantes moldados às regras do fordismo.

Gramsci (2001) advoga que o modo de produção capitalista, em determinada fase de seu desenvolvimento, careceu da formação de corpos apropriados para o trabalho, quando então se efetivou a “repressão dos instintos sexuais”. Com isso, se produziu obedientes operários, livres de vícios com corpos saudáveis e horários regradados. Nesse sentido, interessante atentar também, para o estereótipo relacionado à sexualidade dos afro-descendentes, que em virtude de não passarem de forma intensiva por tal regramento e por

partilharem com os membros da família e amigos seus pequenos recintos, conforme menciona Fernandes (1965), cedo são introduzidos nos jogos de sensualidade.

Posto isso, apresentaremos, sucintamente, a experiência de Caxias do Sul, para depois, retornarmos a discussão das implicações do *ethos* do trabalho dos afro-descendentes.

5.2.2.2.1.1 Zumbi dos Palmares II: As diferenças étnicas que justificam, mas não explicam

O assentamento de Caxias do Sul, Zumbi dos Palmares II, é, em sua maioria, composto por famílias de descendência italiana, com exceção de uma integrante afro-descendente de 60 anos que ingressa no MTD após negar a continuidade de sua semi-escravidão em uma casa de família branca, onde viveu desde os 17 anos de idade.

Em meados de 2007, os assentados reúnem-se para a prestação de contas. A responsável pelo caixa apresenta as entradas e saídas e passa a tarefa para o novo tesoureiro eleito. A situação financeira desse empreendimento do Movimento pode assim ser resumida: existem basicamente duas entradas, a renda proveniente da venda das verduras e legumes cultivados no local e o salário de um dos moradores que ocupa um cargo comissionado na prefeitura de Caxias; nas saídas do balancete, são registrados os gastos com a compra de matéria-prima e instrumentos de trabalho, demais necessidades do assentamento e a partilha correspondente às necessidades de cada família. O resultado contábil final demonstra que o valor auferido com a venda dos produtos não seria suficiente para a manutenção das hortas. O capital proveniente do salário daquele assentado, de eventuais trabalhos efetuados por outros membros desse coletivo e a produção interna de parte do que é consumido pelas famílias são os meios que tem permitido a continuidade do projeto. Corrobora-se, assim, a necessidade de fontes externas de financiamento, conforme já ponderado na questão da construção das casas no Assentamento Belo Monte, bem como se desmistifica a possibilidade da viabilidade econômica por meio do trabalho árduo do imigrante branco.

Com isso, nos questionamos se a “tal concepção” que o negro possui sobre o trabalho não se aproxima da relação que os seres humanos tendem a ter em uma sociedade em que ocorre a transcendência da auto-alienação. Se a resistência à submissão do tempo de lazer ao de trabalho não deve ser uma busca de todos os trabalhadores. Bem, seguir nesses

questionamento, pode levar a especulações. Este não é nosso objetivo no momento. Voltamos a experiência do assentamento de Caxias.

Outro fator que possibilita o fluxo de caixa do assentamento de Caxias é o acesso à feira de hortifrutigranjeiros da região, e o relativo poder de compra da população. Caxias do Sul é um pólo industrial, com destaque para o setor metal-mecânico e, como já discutido, concentra, por isso, uma quantidade maior de postos de trabalho que respeitam os critérios formais de contratação da força de trabalho, propiciando uma renda superior ao trabalhador se comparado aos que estão alocados em metrópoles cujo principal setor é o de serviço. A realidade dessa cidade faz com que Margarida, ao comparar os membros do MTD ao de outras regiões, pondere que há uma diferença motivacional que determina o ingresso no Movimento.

Porque o movimento em Caxias, organiza mulheres que vêm para o movimento para enriquecer a sua economia, entram no movimento pra fugir da solidão. Em Eldorado do Sul, o movimento vem pras mulheres como a única saída. O movimento em Alvorada também. Por isso deve mesmo ser diferente. Porque uma coisa é tu lidar com as mulheres de Caxias outra é tu ter as mulheres da periferia de Eldorado do Sul, da favela de Sapiranga. Aí eu acho que a linha que nos une é aonde a gente quer chegar enquanto emancipação, autonomia econômica e também política e social. Tanto que é verdade isso, que não fica só no discurso que por exemplo semana passada. Agora a gente tem um grupo de estudo e a gente tava estudando gênero, raça e classe, porque há todo um conjunto de coisas que a gente deve dar conta. O ser humano não é só o econômico e nem só o subjetivo também. É uma luta de gênero, de raça e de classe. É difícil, não é tão bonitinho assim. É difícil tu pensar tudo isso e não se perder, pelo menos tá sendo feito um esforço pra isso (Militante Margarida do MTD).

A descrição dessa militante necessita ser relativizada, pois a sua comparação entre condições concretas de (re)produção da vida distintas pode estar revelando não a solidão das mulheres, mas o processo de pauperização. A militante compara as condições pauperizadas das mulheres que residem em Caxias, a terceira cidade de maior PIB do estado e com grande concentração de empresas do setor metal-mecânico com as que residem em Alvorada, cuja colocação no *ranking* é o trigésimo primeiro lugar, seguido por Sapiranga em trigésimo terceiro e por Eldorado do Sul que ocupa a posição quarenta e nove (FEE, 2009).

Lembramos que as atividades realizadas pelos integrantes da superpopulação consolidada são contratadas, em geral, pelos membros do exército ativo, de forma que, residir em uma cidade cujo PIB e, sobretudo, com concentração industrial, como é o caso de Caxias, permite que o valor auferido pela força de trabalho vendida aos “vendedores formais” seja relativamente maior se comparado com as demais cidades citadas. Maior é também a demanda por essas atividades, por via de consequência, o acesso à trabalhos esporádicos.

Outrossim, a infra-estrutura das cidades que está disponível, mesmo que indiretamente, aos “desempregados” são quantitativa e qualitativamente melhores. Não cometemos erro ao afirmar que a educação pública em Caxias do Sul supera em qualidade as ofertadas nas demais cidades, como em Alvorada, por exemplo.

Nestes termos, percebemos que as mulheres que ingressam no MTD em Caxias, possuem ou possuíram condições concretas distintas, tanto de acesso à educação e à saúde, como também, possuem ou possuíram outros membros da família tendo rendimentos, seja por ser um trabalhador empregado, seja por ter mais acesso aos trabalhos esporádicos, mas isso não é sinônimo de não haver pauperização desse contingente de trabalhadores, ou melhor, pode justamente identificar que este processo vem intensificando-se, pois a mera vontade de fugir da solidão, não nos parece ser as condições suficientes para essas mulheres ingressarem em um movimento que é rechaçado pela comunidade local, por ser um grupo de “vagabundos” segundo o radialista da rádio Viva, conforme relatado pela militante Bartolina.

Cavedon e Ferraz (2006), ao estudarem um empreendimento da Economia Popular Solidária, identificaram que há mulheres que procuram tais alternativas com o objetivo de socialização, mas há grande diferença entre compor um grupo de artesãs que comercializam seus produtos em lojas no centro de Porto Alegre e participar de um Movimento que sofre repressão física e psicológica em virtude de suas ações.

Outro relato da militante Bartolina, já citado anteriormente, é testemunho de que há membros do MTD que vivem em condições precárias nas regiões de Caxias. Relembrando:

E tem um grupo que fica bem no sebo. [O que é um sebo?] É um lugar de esgoto, bem no valo. [...] Daí a gente tava se estruturando [o galpão para os cursos de formação], mas dia de muito frio, a gente não conseguia ficar lá, era muita fresta entre as tábuas, sabe, né? Então a gente ia pra casa de uma delas que era de chão batido. Sabe, né? (Militante Dorcelina do MTD).

Ponderamos, enfim, que há diferença entre os grupos das distintas cidades, mas à elas não pode ser creditado reflexões parcializadas e que reproduzem concepções embasadas ainda na primeira forma de consciência. As distintas formas de socialização por meio do trabalho condicionam distintas formas de se relacionar com ele, mas estas necessitam também ser problematizadas por meio das discussões dos “por quês” e não naturalizadas em virtude de diferenças fenotípicas.

Assim, atentamos para o movimento com o rompimento dos valores afetivamente subjetivados que fazem parte do processo de socialização de todos os militantes, inclusive dos considerados dirigentes; corroboramos que não basta o ingresso em um movimento de cariz

crítico para desvencilhar-se de pré-conceitos, de modo que as análises das relações sociais estabelecidas no movimento de constituição da classe são bem mais complexa do que a mera reprodução da dualidade assentado-dirigente defendida por Machado (2009).

Cabe, agora, discutirmos possíveis fatores postos aos assentados, independente de sua matriz fenotípica, e que demonstram o limite econômico das atividades no Assentamento.

5.2.2.2.1.2 Os limites econômicos do Assentamento de Belo Monte

A militante Rosa do MTD menciona, em uma análise retrospectiva, que no dia 22 de maio de 2001 “durante o dia e a noite da mudança eu acho que foi a minha elevação na compreensão do povo”. Rosa é uma das pessoas escolhidas para ser coordenadora do núcleo de base que vai para Eldorado. Sua reflexão sobre os militantes que colocavam no caminhão as lonas e poucas coisas que possuíam a preparou para o desafio da objetivação do projeto. Depois de um ano acampados, a conquista da terra abriu a possibilidade para uma volta a serialidade:

Nos primeiros tempos, as pessoas entram e dizem: bom, agora nós estamos no que é nosso. Pra que discutir, pra quê? E no início é um caos. [...] Então, foi um ano de trabalho, de núcleo de discussão, tempo não suficiente para ir colocando outros valores que vêm formado na cabeça das pessoas, pra mudar princípio da organização. Fazendo disputas políticas mesmo, pro individual e pra uma série de coisas, aí tivemos que ir estudando. Aí, nós temos que estudar. Então, eu penso que foi um amadurecimento, mas um período muito sofrido. No assentamento é muito mais difícil. E a gente vai se dando conta que nós não estávamos preparados para a organização do trabalho. Que as pessoas urbanas, não é assim, chegar ver a terra e sair plantando. Foi então um processo longo. Então o assentamento foi colocando todas essas questões, as contradições. (Militante Rosa do MTD)

Rosa chama atenção para as dificuldades de construir o novo. Novas relações de trabalho, nova organização do trabalho, nova forma de dividir o resultado do trabalho. As dificuldades passam por falta de condições concretas para a efetivação do projeto, pela morosidade do Estado e pela intersubjetividade dos assentados. Pontuaremos cada uma delas.

Belo Monte localiza-se à 28 quilômetros do centro de Eldorado do Sul. As famílias que foram assentadas viveram os primeiros anos sem acesso à energia elétrica (concluída em 2006, depois de muitas reivindicações), sem água potável (a maioria das famílias usavam água de um açude ou de poços artesianos, construídos com as verbas destinadas à construção

das casas), sem rede cloacal e com um serviço de transporte público escasso que permanece assim até o momento – durante a semana, há um ônibus matutino no sentido bairro-centro e outro vespertino em sentido contrário; nos finais de semana e feriados, é necessário caminhar cerca de quatro quilômetros até a BR-290, para ter acesso ao transporte público.



Foto 6: Assentamento Belo Monte

Fonte: João Menna-Barreto

Cada família assentada recebeu 100 metros quadrados para construção da moradia; a idéia era a formação de uma agrovila e o uso comum dos duzentos hectares restantes da terra. Mas, para concretizar o projeto rururbano não basta a posse da terra, faz-se necessário também o acesso a matéria-prima, meios de produção, conhecimento técnico etc. O governo estadual destinaria uma verba para o Movimento para que fosse garantido aos assentados as condições necessárias. Assim, em um primeiro momento, cada família recebeu cinco mil e cem reais para a construção de uma casa de alvenaria de 2 ou 3 dormitórios, e em seguida seria liberado um valor para efetivar a produção agrícola. Nem todas as famílias conseguiram construir suas casas conforme planejado; algumas preferiram viabilizar o acesso à água, outras iniciaram a construção, mas o dinheiro não foi suficiente para concluir.

Os assentados elencam três razões diferentes para a não conclusão das casas: alguns pontuam que os R\$ 5100,00 são insuficientes para qualquer tipo de construção, responsabilizando assim o governo por um repasse ínfimo; outros alegam que nas negociações com as lojas de materiais de construção da cidade, os proprietários das madeireiras locais entregavam uma quantidade inferior a que era comprada (no caso de areia, brita etc.) ou quando entregavam a quantidade correta, o material não tinha qualidade, pois vinham quebrados ou rachados (no caso de telhas e tijolos). Assim, aproveitavam-se da inexperiência dos indivíduos quanto ao controle do orçamento e a atribuição de valores à mercadorias, conforme relata o militante Paulo: “ Não conseguem contar bem o que é um

dinheiro o que é isso, o que é aquilo. Com o valor de uma vaca, de um boi”. Um terceiro grupo, os que conseguiram concluir a construção, menciona que os assentados não souberam projetar o material necessário, efetuando compras além ou aquém das necessidades reais, que eles não tinham prática nas atividades de construção civil, acarretando desperdícios de matéria-prima e, muitas vezes, desmotivando-se perante a empreitada, por verificar o não andamento da construção.

Ponderamos que não deve ter sido nem uma nem outra a causa da não conclusão da construção de todas as casas, mas os três fatos acrescidos de outros não mencionados. As dez casas concluídas à época tendem a comprovar que o valor repassado pelo estado era insuficiente, pois as famílias que tiveram êxito contaram com a ajuda financeira de parentes ou transferiram para o assentamento partes da casa que possuíam em seus bairros de origem, servindo estas como base para a nova casa.

Em um curso de planejamento da produção e controle orçamentário realizado com um grupo de assentados do Belo Monte verificamos⁷² na prática a falta de experiência em projetar a quantidade de material necessário para a construção, a realização de orçamentos das matérias-primas e a programação dos gastos. O objetivo do curso era a construção de um galpão que abrigaria a marcenaria de um grupo de produção. O tempo previsto para a realização do projeto ficou muito aquém do que foi o necessário e o valor só foi suficiente porque houve doações de telhas e de madeira para as estruturas principais.

Além dos resultados parciais da construção das casas, os integrantes do MTD assentados em Belo Monte ainda vêem a possibilidade do cultivo da terra esvaír-se conforme passam os meses. O militante Caneca relata: “Há demora nas ações do governo, desde acompanhamento técnico até a liberação de recursos, que geralmente chegam no pós-safra”. Sem os meios de produção adequados e a matéria-prima para o cultivo da terra, os assentados optam pela plantação de melancias, em virtude da viabilidade do acesso as sementes. Na colheita de 2005, eles relatam que as seis toneladas da fruta foram consumidas pelos moradores do local, pois o valor do transporte do produto até a cidade seria maior do que o lucro estimado com a venda.

As melancias foram consumidas pela população local, formada pelos integrantes do Movimento e por alguns moradores da região, mas produtos como artesanatos, móveis em madeira, tijolos⁷³, roupas, tortas e doces não encontraram um mercado consumidor na

⁷² Ministrei o curso “Organização da Produção, Orçamento e Autogestão” durante o ano de 2006, quando então tive o primeiro contato com o Movimento.

⁷³ A produção de tijolos foi uma das saídas encontradas para a conclusão das casas, todavia, após suprir a

localidade. A distância entre o assentamento e regiões mais populosas inviabilizou a produção dos grupos de trabalho. Segundo entrevista do sociólogo Schneider ao jornal Zero Hora (21/02/2005, p. 4), para que experiências de rururbano viabilizem resultados significativos imprescindível que haja, *a priori*, infra-estrutura, capacitação técnica e integração com os centros urbanos complementa o sociólogo, “Fazer um assentamento longe e sem acesso é um convite ao insucesso”. Na mesma reportagem, o secretário especial da reforma agrária no mandato de Olívio Dutra afirma:

A área realmente fica um pouco longe, mas na época não tínhamos outras. O desafio era que se auto-sustentassem, mas o Movimento tinha se comprometido com isso. Como ficamos só mais um ano e meio no governo, não conseguimos implementar todo o programa. Não sei qual foi a continuidade no novo governo (Antônio Maragon).

Apesar de haver indícios das dificuldades de estabelecer relações entre os empreendimentos no assentamento e o urbano, a vontade dos desempregados reunidos em um Movimento de saírem das condições precárias em que viviam nas regiões periféricas das cidades e obterem “a minha terrinha”, viabilizando a formação de grupos de trabalho, foi suficiente para que técnicos e pessoas ligadas ao governo do estado confirmassem a viabilidade do projeto. Contudo, evidencia-se que vontade política sem continuidade e investimento em múltiplas áreas, como infra-estrutura adequada, formação educacional e técnica, orientação burocrática, pode fazer com que o projeto considerado uma “alternativa interessante contra o desemprego” (SCHENEIDER, 2005) torne-se uma proposta divulgada pela mídia como um fracasso que transforma desempregados urbanos em favelados rurais, oferecendo argumentos para a defesa da inviabilidade de experiências coletivas, por não gerar retorno econômico e social.

O Estado alega que as verbas são liberadas com atraso em virtude da falta de documentações dos beneficiados e por problemas nos preenchimentos de formulários e protocolos. O Movimento confirma que há, sobretudo, dificuldades em preencher todos os relatórios demandados pelo poder público; não desconsideram a importância dos mesmos, pois mencionam que o controle do dinheiro público é relevante para a lisura dos projetos, mas acrescentam que o excesso de detalhes e o despreparo dos militantes, em sua maioria considerados analfabetos funcionais, obstaculizam o cumprimento dos prazos e a organização de todos os comprovantes demandados. Segundo Caneca, a cada projeto, os militantes vão

aprendendo pelo erro. “Antes, nem sempre pedíamos notas fiscais. O povo não é acostumado a isso. Agora, pra tudo”.

“Acostumado”, eis uma das palavras comumente repetida para designar um dos fatores de divergência interna que origina um hiato entre os projetos-ideados e a concretude da ação.

Hiato salientado pela militante Margarida

Tinha oito grupos de produção. Era o grupo da pesca, do mel, da horta, do tijolo, da costura. Tinha uma fábrica de fazer tijolo. [...] Tu olhava e dizia, é lindo! Sabe o filme A Vila? Era o filme a vila. Tudo pode ser feito aqui dentro, tu podia comer, tu podia se vestir tu podia, tinha uma fábrica de fazer fraudas descartáveis. Só que quando as coisas vão pra concretude, elas não acontecem como elas acontecem nos projetos (Militante Margarida do MTD).

A militante lembra a dificuldade em colocar esses produtos no mercado consumidor, seja pela distância, seja pela falta de documentação para fechar acordos com comerciantes, seja pelo preço de venda que não compensa os custos. Nos assentamentos, as limitações econômicas do projeto são expressivas, pois a auto-suficiência é inviável em grupos pequenos e o estabelecimento de relação com outros grupos locais inexistente, diferente do que ocorre com os grupos de trabalho na cidade, cujos produtos e/ou serviços prestados são consumidos por outros trabalhadores que suprem suas necessidades pagando pouco por isso, permitindo o barateamento da força de trabalho por meio da super-exploração de uma parcela do exército de reserva. Neste assentamento, a ausência de uma população consumidora-pauperizada inviabiliza a transferência da mais-valia para o movimento global do capital e, com isso, o investimento público em reivindicações da classe trabalhadora não cumpre sua “função contraditória” de fornecer subsídios indiretos à classe capitalista.

O aprender com os erros tem auxiliado a constituição de outras propostas de trabalho, tendo em vista que os grupos de produção, conforme ideado (produzir para vender aos “vizinhos”) demonstrou seu limite. Atualmente, está sendo desenvolvido um projeto de fornecimento de alimentos orgânicos para os Restaurantes Universitários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Este projeto envolve famílias assentadas que estão organizadas no MTD, no MST e no MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). Parte do abastecimento de hortifrutigranjeiros virá de Eldorado do Sul. A produção em escala dos mesmos está sendo viabilizada pelo convênio com a Petrobrás, que oferece verbas e acompanhamento técnico às famílias. Deste modo, projeta-se outra forma de socialização pelo trabalho que pode vir romper com justificativa dos hiatos ser consequência dos diferentes costumes.

O limite desta justificativa que não explica vem sendo problematizado pelos militantes do Movimento, por meio das discussões nos grupos de estudo, eles têm tentado desnaturalizar tais concepções, procurando entender como elas foram construídas ao longo da história. A importância da busca e da construção do conhecimento é, como já mencionado na discussão acerca da EPS, um dos fatores que mantém o grupo em tensão e que permite que eles superem os limites dos projetos, conforme se manifestam na concretude das relações sociais.

No livro *Educação Para Além do Capital*, Mészáros (2005) menciona que a educação assume papel estratégico quando pensada como meio de consolidar a contra-hegemonia – para uma transformação social completa – que rompa com o tripé capital/trabalho/Estado. Seguindo uma linha gramsciana, Mészáros destaca a importância da educação – no sentido amplo do termo – para que se cumpra concomitantemente a tarefa de modificar qualitativamente as condições objetivas da reprodução societal e a transformação progressiva da consciência dos indivíduos que são chamados a se tornarem sujeitos da história, criando “uma ordem social metabólica radicalmente diferente” (MÉSZÁROS, 2005).

O Movimento dos Trabalhadores Desempregados assume a educação como uma de suas bandeiras de luta, pois compartilha com o pensamento do autor, e busca, por meio das experiências da educação popular sustentadas na concepção de Paulo Freire, tensionar a transformação a consciência dos “desempregados”.

As experiências de educação no Movimento têm potencializado as discussões e as superações dos dilemas que são postos aos integrantes do grupo, contudo, a análise delas são um projeto a ser realizado ainda, pois carece de um arcabouço teórico proveniente das ciências da educação, mais especificamente de estudiosos que desenvolvem reflexões marxista nesta área, para entenderem a relação e possibilidades que são geradas por meio da educação popular para a emancipação do homem. Estas reflexões carecem, portanto de um estudo sistemático sobre as formas de ensino que estão na contramão das utilizadas nas políticas educacionais contemporâneas, cujo objetivo é a formação para o trabalho-mercadoria, tal como vemos na expansão do ensino superior tecnicista, das escolas técnicas e da baixa qualidade do ensino fundamental e médio.

6 CONSIDERAÇÕES (AINDA QUE NÃO) FINAIS

Uma das discussões efetuadas no início deste texto foi acerca do tema desemprego nas Ciências Administrativas. Argumentamos que, ao assumirmos o ponto de vista do trabalho, rompemos com a abordagem do desemprego enquanto mera condição de “exclusão social” ou, ainda, como “apenas uma variável” a ser considerada por gestores. Ao nos defrontarmos com os números do mercado de trabalho divulgados por agências de pesquisa (OIT, CEPAL, DIEESE, IBGE, FEEE), questionamo-nos se o desemprego expressa um limite absoluto do capital, como argumenta Mészáros. Ao problematizarmos essa questão, enveredamos pelo caminho da inquietação sobre as possibilidades das mudanças quantitativas do exército de reserva possibilitar também alterações qualitativas em sua função no capitalismo. Essa inquietude possibilitou a elaboração da seguinte questão de pesquisa: **as alterações quantitativas no exército de reserva teriam determinado alterações qualitativas no mesmo? Se ocorreram alterações qualitativas, estas teriam tornado-o desnecessário ao sociometabolismo do capital?**

Antes de seguirmos na sistematização das discussões efetuadas para tentar responder essas questões e defender a tese de que **o exército de reserva, no atual estágio do desenvolvimento das forças produtivas, tende a cumprir um duplo papel: regulador do preço da força de trabalho e agente contestatório do sociometabolismo do capital** precisamos comentar as proposições de Mészáros a respeito do desemprego enquanto um dos limites absolutos do capital.

O diagnóstico do autor é preciso ao relatar que “alcançamos um ponto no desenvolvimento histórico em que o desemprego se coloca como um traço dominante do sistema capitalista como um todo”. A justeza da análise reside em perceber que o desemprego hodierno global configura-se como uma malha de interrelações e intermediações que determina a pauperização de bilhões de trabalhadores. Contudo, necessitamos perceber que o ponto de onde se origina a análise é a realidade do pleno emprego nos países desenvolvidos, cuja classe trabalhadora, após a década de 1970, passa a vivenciar a perda de direitos adquiridos, direitos que em outras regiões do globo nem se quer foram conquistados. Portanto, a diminuição dos postos de trabalho naqueles países e a falência do estado do bem-estar social demonstrou que o desenvolvimento econômico (crescimento e expansão do modo de produção capitalista) não se movimentou rumo à globalização de condições de trabalho e

de (re)produção da vida aos moldes do experimentado pelos trabalhadores franceses, suecos, alemães, etc., mas, ao contrário, o movimento que presenciamos é da mundialização de condições de trabalho cada vez mais precárias, às quais pelos menos metade da população trabalhadora latino-americana, por exemplo, já estava submetida desde os primórdios da implantação deste modo antagônico de produção social, conforme aponta⁷⁴ Nun (1978). Posto isso, consideramos que o desemprego é um dos limites absolutos do capital não porque alcança índices de 10%, 12% ou 15% da população economicamente ativa de cada país; não porque os desempregados consideram-se excluídos socialmente (PEREIRA et al., 2008); não por ser um moderador que a organização deve controlar no processo demissional (CALDAS, 2000; PLIOPAS e TONELLI, 2006) – mas porque as formas de manifestação do desemprego indicam-nos uma malha de interrelações e intermediações que se engendra em escala mundial e condiciona alterações qualitativas nas funções que o exército de reserva cumpre no modo de produção capitalista. Alterações que revelam o movimento contraditório da relação entre capital-trabalho, uma vez que uma das funções do ER é contribuir para a valorização do capital e, a outra, negá-lo enquanto mediador do sociometabolismo da humanidade.

Mészáros (2007, p. 145), ao discutir o aumento global dos índices de desemprego, menciona que “o avanço produtivo desse modo antagônico de controle do metabolismo social lança uma parcela cada vez maior da humanidade na categoria de *trabalho supérfluo*”, os chamados “excluídos sociais”. Este contingente “desnecessário”, possível devido aos padrões sociais de acumulação de valor, via a produtividade do trabalho, aparece nos estudos científicos ora como público-alvo de campanhas de responsabilidade social ou políticas públicas, ora como empreendedores da economia solidária, ora como indivíduos excluídos dos circuitos do consumo de mercadorias. Independente de como são representados, os indivíduos que compõem este exército são concebidos como seres humanos que não possuem as habilidades e conhecimentos exigidos do trabalhador da era do conhecimento ou do novo capitalismo e, por isso, são incapazes de adquirir empregabilidade e engrossam os chamados

⁷⁴ Nun (1978) denomina de massa marginal trabalhadores que desempenhavam atividades por conta própria ou por trabalhadores dos setores menos modernos da economia nos países latino-americanos. Em suma, ele referia-se aos trabalhadores que não possuíam acesso aos postos de trabalhos que estavam surgindo em função do processo de industrialização dos países latino-americanos. Tais trabalhadores, por seus baixos rendimentos, encontravam-se empobrecidos e, dificilmente, alterariam tal condição de vida; ou seja, Nun (1978) refere-se à superpopulação estagnada, conceito que será discutido em outro item deste texto. Não adotamos as reflexões deste autor por considerar que ele efetua, apesar da precisa descrição da situação do mercado de trabalho, uma leitura polarizada do mesmo, indicando a existência de um exército ativo em oposição a um exército industrial de reserva e, à margem desta polarização, uma contingente populacional que se encontra fora do modo de produção capitalista. As reflexões do autor, corroboram, portanto, a dualidade inclusão/exclusão.

bolsões da pobreza por apenas vender esporadicamente e a preços insignificantes a força de trabalho.

Com os exemplos arrolados no capítulo 4, no qual buscamos atualizar as discussões efetuadas por Karl Marx (1996) acerca da existência de uma superpopulação relativa excedente, o exército de reserva, como também as discussões de Oliveira (2003) sobre a manifestação da lei de acumulação do capital e da produção histórica deste contingente populacional no Brasil, demonstramos a interpenetração entre os setores formal e informal da economia. E, pontuamos a defesa de que, ao que se refere à luta entre as classes, o parâmetro para determinar os graus de informalidade ao qual os trabalhadores estão submetidos não deve considerar primordialmente nem os critérios de produtividade do setor, nem a legalidade dos contratos, mas sim as possibilidades de realização de direitos politicamente assegurados outrora.

As nossas reflexões indicam que o contingente de “desempregados-excluídos” trabalha, pois desemprego não é sinônimo de não-trabalho, mas de estar apartado do acesso à uma série de padrões de sociabilidade vigentes – o que, nem de longe, significa estar à margem dos processos de (re)produção social capitalista. A dicotomia excluído-incluído, portanto, encobre a relação entre exército ativo e exército de reserva. A **produção** deste é inquestionável, conforme evidencia o crescimento exponencial da produtividade do trabalho e a mundialização do desemprego que vem agravando o processo de pauperização dos trabalhadores. A impossibilidade de manter-se empregado, se por um lado pode ser subjetivada, conforme demonstrar Pereira et. al. (2008), enquanto “exclusão”, por outro, na concretude da totalidade das relações sociais, **foi e é necessária** para a reelaboração das relações de trabalho e para a implementação de novas formas de expropriação do trabalho que, por sua vez, **alavancam o movimento de acumulação do capital**.

Em suma, trata-se de uma relação dialética em que a exploração da mais-valia absoluta e relativa em determinados setores da economia é subsidiada pela exploração da mais-valia absoluta de outros setores, em uma complexa simbiose do “mercado formal-informal”. Pensamos que as contribuições teóricas, problematizações e exemplificações até aqui expostas permitem confirmarmos, assim, parte da tese inicial: o ER não se manifesta como desnecessário ao movimento de (re)produção do capital e, portanto, concluímos que este contingente populacional manifesta-se como superpopulação **superflua** em função do trabalho vivo de um número cada vez maior de pessoas ser desnecessário para pôr em movimento determinada massa dos meios de produção segundo as regras de sociabilidades formais –

segundo os direitos adquiridos pelos trabalhadores ao longo da história; que o exército de reserva manifesta-se como superpopulação *subsidiadora* quando o trabalho vivo efetuado pelos indivíduos segundo as mais diversas formas de sociabilidades informais permite o barateamento da mercadoria força de trabalho, bem como quando o sobretrabalho é repassado indiretamente ao capitalista via cristalização deste, sob a forma de trabalho morto, na mercadoria que será incorporada ao processo produtivo; e, manifesta-se como superpopulação *subsidiada* quando torna-se, por exemplo, cliente dos programas sociais financiados pelas empresas em nome da responsabilidade social, em suma, quando o criador precisa manter sua criatura. Mas, seja enquanto manifestação supérflua, subsidiadora ou subsidiada, este contingente populacional não deixa de ser, fundamentalmente, *produto* do modo de produção capitalista, *alavanca de acumulação* do capital e *condição necessária* à perpetuação do modo antagônico de controle do sociometabolismo da humanidade, ou seja, um grupo populacional que Marx denominou exército de reserva.

Ao realizarmos esta análise, descartamos a existência de uma relação direta causal entre o pauperismo e a constituição de um *lumpemproletariado*. Esta categoria em Marx não diz respeito a uma função econômica no modo de produção capitalista. Não consideramos que o conjunto heterogêneo de indivíduos que só possuem a força de trabalho para vender, e não ingressam nas atividades produtivas legalizadas que mobilizam as mais novas técnicas na organização da produção, trabalhadores que vivem em condições cada vez mais pauperizadas, compõem um *lumpemproletariado*. As reflexões sobre os textos históricos desenvolvidos por Marx e as considerações de Oliveira quanto a produção da mais-valia, da super-exploração da mesma a partir dos trabalhos efetuados nas regiões periféricas das cidades, permite-nos afirmar que a categoria *lumpemproletariado* é uma categoria, antes de tudo, política. Por sua vez, o exército de reserva é uma categoria econômica-política que é produzida pelo movimento de acumulação do capital, manifesta-se como sua alavanca, é a condição de existência desse modo de produção e, por ser intrínseca ao capitalismo, autonomiza-se, submetendo os trabalhadores à tentativas de evitar permanecer nela durante períodos muito longos, sob o ônus de perder suas próprias vidas, condicionando-os, portanto, a concorrência pelos minguados e precários postos de trabalho. Em esfera mundial, o ER funciona mais como mecanismo ideológico do que econômico de regulação do preço do trabalho, mas sem deixar de efetuar este último; em esfera regional e local atua tanto como mecanismo ideológico quanto econômico.

Por tamanha complexidade, seria impossível elencar em um único estudo todos os determinantes da interpenetração das atividades efetuadas segundo os critérios de sociabilidades formais e informais, mas cremos que os pontos apresentados podem fomentar uma discussão no seio da Administração que contribui para o aumento da produtividade do trabalho, ou seja, para a super-exploração do trabalhador.

O processo de elaboração da *totalidade-do-pensamento* acerca das relações sociais estabelecidas no mercado de trabalho pelos trabalhadores que se encontram num processo de pauperização em virtude das distintas formas contemporâneas da venda da força de trabalho e da expropriação do trabalho, permite-nos concluir que o exército de reserva em países nos quais o modelo de reprodução social é resultante da mundialização do capital, cumpre sua função estrutural econômica e ideológica de regulador devido, basicamente, à dois fatores: 1) manifestando-se, sobretudo, como superpopulação fluente, é uma reserva de força de trabalho que tende a rebaixar o preço desta mercadoria em níveis inferiores ao valor da mesma; 2) enquanto força de trabalho não utilizada diretamente pelo capitalista no processo de produção, os membros do exército de reserva, em sua manifestação como superpopulação estagnada, tendem a efetuarem trabalhos, seja na considerada economia informal, seja na economia doméstica ou, ainda, na economia subterrânea, que satisfazem as necessidades dos membros do exército ativo e do exército de reserva em sua manifestação fluente. Ao oferecerem produtos e serviços a baixo custo aos trabalhadores colaboram para o rebaixamento do valor da mercadoria força de trabalho, tendo em vista que esta, segundo a lei do valor, deve equivaler ao valor dos produtos necessários a sua reprodução.

Por fim, acrescentamos que, de modo algum, queremos suprimir das discussões as questões subjetivas ligadas ao “sentir-se” incluído ou excluído; estas são imprescindíveis, principalmente de um ponto de vista preocupado com a crítica da individualização da exclusão. Para a superação desse sentimento pela via da mediação coletiva, é necessário radicalizar a dicotomia para entendê-la enquanto resultante da relação contraditória entre capital e trabalho, posto que é na (re)produção social enquanto processo dialético de objetivação subjetivamente mediado e passível de crise, que uma classe social está instituída ao mesmo tempo em que se institui pela ação concreta de seus agentes, sendo que o estudo dos processos subjetivos, da consciência de classe, é fundamental à análise da estratificação social. Nenhuma classe está “escrita nas estrelas”. Classes sociais são necessárias no capitalismo, mas – e tão somente – só se realizam concretamente enquanto mediações práticas, ou seja, enquanto mediações contingentes.

O aumento quantitativo da superpopulação e as alterações qualitativas ocorridas nas relações de trabalho são alterações determinantes na manifestação do *ser-classe-do-trabalho*, conforme aponta Alves (2008), que se expressam enquanto mediações contingentes. Se a ofensiva do capital na produção via reestruturação produtiva determinou a manifestação do ser-classe trabalhadora, uma vez que fragmentou as relações de solidariedade entre os trabalhadores e condicionou a formação de um sindicalismo de cariz corporativo, por outro lado, ela está impondo a um número cada vez maior de indivíduos a estagnação em um segmento populacional “supérfluo”, subsidiário e subsidiador empobrecido. Segundo nossas discussões, a condição comum dos membros do ER é inegavelmente um lugar na estrutura de produção. Os membros da superpopulação relativa produzem, têm sua força de trabalho sendo super-explorada em condições precárias e instáveis e contribuem para o enriquecimento de uma classe em oposição ao seu pauperismo independente ou não de figurarem nos índices oficiais de desemprego. Essa condição comum também é um fator determinante na manifestação do *ser-classe-do-trabalho*, manifestação que tende a ser o limite absoluto do capital, pois conforme já destacava Marx (2007): a classe que cabe a tarefa de alterar radicalmente o modo antagônico de controle do metabolismo do social é a classe explorada, assim, passamos a problematizar o que consideramos a possibilidade de uma segunda função do ER, seu papel de sujeito contestatório à medida que as condições concretas de seu pauperismo e sua superexploração tendem a manifestarem-se como condições necessárias contingentes para o desencapsular do indivíduo, para o movimento de constituindo da consciência de classe em um processo mediado por momentos de negação e de consentimentos ao sócio-metabolismo do capital.

A análise do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, enquanto um caso particular de manifestação de um sujeito radical, possibilitou-nos tanto delimitar os determinantes contingenciais que possibilitam o rompimento com o campo de possibilidades quanto o movimento de constituição da consciência de classe por meio das tentativas de superação das contradições entre capital-trabalho que se manifestam de diferentes formas por meio das limitações das propostas de trabalho apresentadas pelo MTD. Os resultados de nossa análise indicam que a condição de desempregados e de trabalhadores explorados que os indivíduos do MTD negaram, que impulsionou o movimento de fusão do grupo, é resultante da nova forma de organização da produção, do movimento de reestruturação geral do capital pós-1970 que, na luta contra a classe trabalhadora, implicou a esta o movimento de regressividade na progressividade avançada, impondo aos desempregados a condição de

assistidos de programas assistencialistas efetuados por integrantes de organizações que em décadas anteriores eram sujeitos que contestavam as relações políticas vigentes. Em suma, a constituição de um movimento de desempregados se processou enquanto uma série de determinações que convergiram pela via da *práxis* de agentes que, em crise diante do campo de possibilidades de (re)produção da existência, reprocessaram suas subjetividades, ressignificando o mundo pela via da identidade com um grupo imediato que comungava da mesma situação de crise; sendo que as contingências objetivas que possibilitaram a fusão de grupos imediatos em uma organização são inúmeras e em grande parte escapam à agência de seus agentes ao mesmo tempo em que o MTD só se tornou possível pela ação de pessoas que construíram uma consciência comum à respeito da situação em que se encontravam – uma consciência de ser uma classe, a classe trabalhadora.

Lembramos que estar desempregado, como já discutido, é uma espécie de eufemismo usado para tornar palatáveis os números divulgados mensalmente sobre das condições do mercado de trabalho. Na prática, os membros do Movimento não são classificados como desempregados, pois suas condições de vida (sobretudo, em virtude da falta de seguridade social) impossibilitam permanecer uma semana sem realizarem pelo menos uma hora de trabalho. E o desalento já é constante, de modo que não se procura emprego ou um melhor comprador para a sua mercadoria – trabalha-se “onde dá”. Com isso, reafirmamos que o Movimento é constituído por indivíduos que compõem a classe trabalhadora que se manifestam, sobretudo, como superpopulação consolidada, trata-se, portanto, da organização do exército de reserva

O movimento de constituição da consciência de classe em parcela da população de trabalhadores desempregados é mantida em movimento durante esses dez anos pós-fusão do grupo por meio das tentativas de superação das limitações dos projetos de trabalho ideado pelos integrantes do Movimento. Ao analisarmos os dois grandes projetos, as Frentes Emergenciais de Trabalho e os Assentamentos Rururbanos, observamos que a negação de um modo de produção somente pode ser efetuada a partir deste modo de produção; sendo ela condicionada pelo que nega e, ao mesmo tempo em que é o pólo negativo da contradição, também reflete, internamente, tal contradição. Sendo que é a manifestação da contradição no interior do pólo que o nega, que mantém tensionado o movimento de constituição da consciência-de-classe, do movimento do interesse contingente ao necessário.

A objetivação desses projetos tem pelo menos dois desdobramentos contraditórios: se, por um lado, alavancam o processo de totalização rumo à superação da auto-alienação do

trabalho, por outro alavancam o movimento de produção e reprodução do capital, pois recriam a superexploração do trabalho no âmbito do movimento global do capital, colaborando para a diminuição do preço da mercadoria força de trabalho. Ou seja, os membros do MTD, ao objetivarem seu desejo de projetos mediadores na construção da emancipação humana, continuam a ser **produção necessária** para o movimento de acumulação, **mecanismo que alavanca** a valorização do capital, e a própria **condição de existência** do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que o negam.

Essa relação contraditória demonstra que o exército de reserva, no atual estágio do desenvolvimento das forças produtivas, cumpriria o papel de sujeito contestatário à medida que a condição concreta tenciona o movimento de formação da consciência de classe e a construção de formas organizativas de luta – sobretudo movimentos sociais –, processos que são mediados por momentos de negação e de consentimentos ao sócio-metabolismo do capital. Portanto, não defendemos a idéia de que o exército de reserva constituí-se como uma vanguarda essencialmente revolucionária – mas que membros desse contingente da classe trabalhadora conseguem, por um complexo movimento de instituição de si enquanto ser-classe, desnaturalizar as relações sociais sob o capitalismo e, portanto, questionar e enfrentar a subordinação do trabalho ao capital. Defendemos, portanto, que no atual estágio do desenvolvimento das forças produtivas opera-se gradativamente uma mudança qualitativa na consciência de classe desta parcela da classe trabalhadora.

Realizadas essas abstrações acerca do exército de reserva, outros questionamentos emergiram, questões que indicamos como balizadoras de futuras pesquisas. Entre elas, destacamos, por exemplo, as questões ligadas ao processo educacional, sobretudo a *práxis* da educação popular sustentada nas considerações de Paulo Freire e seu papel enquanto possibilitadora da continuidade do movimento de progressividade avançada da consciência de classe. Ou ainda, as interpenetrações entre a problemática exploração-opressão, mais especificamente, a opressão de gênero e de raça, que ocorre a despeito da adoção do discurso politicamente correto. Destacamos ainda, que urge problematizar com classe trabalhadora, exército ativo e de reserva, que está reunida em organizações que negam parcial ou integralmente o capital a necessidade de estreitar os laços de solidariedade, e aprofundar as reflexões quanto à distintas manifestações da contradição entre capital-trabalho e de como elas estão repondo intensamente os limites absolutos do sociometabolismo do capital apontados por Mészáros, ou seja, o desemprego, a destruição do meio ambiente e a criação de instrumentos de guerra altamente destruidores. Limites que tensionam o questionamento:

serão apenas limites do capital ou da vida? Seria este modo de controle do sociometabolismo da humanidade o que levaria ao fim da (re)produção da vida humana? Ou os integrantes desta espécie, identificando-se enquanto classe explorada e oprimida, seriam capazes de dar fim as leis nada naturais das relações sociais sob o modo de produção capitalista e transcenderem a auto-alienação do trabalho? O exemplo do Movimento dos Trabalhadores Desempregado, tenta manter a esperança em uma resposta afirmativa para esta última questão, pois ainda que condicionados pelas relações sociais históricas, eles estão cientes de que o devir está a ser construído pelos homens e mulheres, pelos verdadeiros sujeitos da história.

Este estudo, enquanto discussão de um dos limites absolutos do capital intenciona colaborar com o processo reflexivo da classe trabalhadora, pois como coloca Marx na Contribuição para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, a teoria, quando apreendida pelas massas, torna-se também força material.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nico. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. Regime de Acumulação Flexível e Saúde do Trabalhador. In: **São Paulo em Perspectiva**. 2003. pp. 3-10.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. SP: Boitempo, 2000.
- ALVES, Rubem. **A Gestão do Futuro**. Campinas, SP: Papyrus, 1987.
- ANDRADE NETO, Geraldo Dutra de. Determinação ao Poder Público para Custeio de Tratamento do Viciado em Drogas e Emprego de Meios Coercitivos pelo Poder Judiciário na Nova Lei de Tóxicos: Possibilidade de Bloqueio de Valores em Contas Públicas. Resgatado em outubro de 2009 de <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/23226/public/23226-23228-1-PB.pdf>
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Editora Unicamp, 1997.
- _____. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- _____. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ARBEX JR., José. **A Outra América**: apogeu, crise e decadência dos Estados Unidos. SP: Moderna, 1993.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- BESSI, Vânia Gisele. Modos de expressão da resistência no cotidiano do trabalho bancário. Tese de doutoramento apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- BIALAKOWSKY, Alberto; LÓPEZ, Ana; PATROUILLEAU, Mercedes. Práticas governamentais na regulamentação de populações extinguíveis. In: CATTANI, Antonio David; CIMADAMORE, Alberto (orgs). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007. Recuperado em setembro de 2009 de <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/cattapt/07bial.pdf>
- BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol.23 no.67 São Paulo: Junho 2008
- BOTTOMORE, Tom B. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 454 p.

BRANDÃO JUNIOR, Roberto; FERRAZ, Deise Luiza da Silva; BAUER, Márcio; DALBOSCO, Simone. O Trabalho no Centro do Consumo: uma análise das relações laborais em um shopping center de Porto Alegre. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 32, Rio de Janeiro. Anais...

BRITO, Antonio. Entrevista. Recuperada em junho de 2009 de <http://www.terra.com.br/istoedinheiro/443/entrevista/index.htm>

CALDAS, Miguel. Enxugamento de Pessoal no Brasil: pode-se atenuar seus efeitos em empresa e indivíduo? In: **Revista de Administração de Empresa**, vol. 40 nº1, 2000.

CAMACHO, D. Movimentos Sociais: algumas discussões conceituais. In: SHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J. **Uma Revolução no Cotidiano?** Os novos Movimentos Sociais na América do Sul. SP: Editora Brasiliense, 1987.

CAMPOS, Geraldo Adriano Godoy de; PONCE, Felícia Alejandrina Urbina; LAGO, Juliana Senatore. El Trabajo o la Pobreza... quedó la Explotación. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2008, Rio de Janeiro.

CATTANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CAVEDON, Neusa Rolita; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Os diferentes modelos de famílias e de empresas familiares e seus respectivos valores: um olhar sobre empresas comerciais em Porto Alegre. In: **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 10, n. 27, p. 75-91, 2003.

_____. "Tricotando as Redes de Solidariedade": As Culturas Organizacionais de uma Loja Autogestionada de Economia Popular Solidária. In: **Organizações & Sociedade**, v. 17, p. 1-16, 2006.

CHAUI, Marlene. A História no Pensamento de Marx. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALES, Sabrina (Orgs.). **A Teoria Marxista Hoje: Problemas e Perspectivas**. Conselho Latino Americano de Ciências Sociais. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **O que é Ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980

CHEPTULIN, Alexandre. **A Dialética Materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Panorama social de América Latina, 2008. Recuperado em novembro de 2009 de <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/2/34732/P34732.xml&xsl=/dds/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>

_____. Anuario estadístico de América Latina y el Caribe, 2008. Recuperado em setembro de 2009 de [Cuaderno Estadístico N° 37. "América Latina y el Caribe: Series históricas de estadísticas económicas, 1950-2008"](http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/7/35327/LCG2399_notastecnicas-ele.pdf)

_____. Notas Técnicas. 2008. Recuperado em setembro de 2009 de http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/7/35327/LCG2399_notastecnicas-ele.pdf

CONSULTA POPULAR. Recuperado em maio de 2009 de <http://www.consultapopular.org.br/>

COSTA, Achyles Barcelos. Ajuste competitivo de setores intensivos em mão-de-obra em mercados globais: o arranjo calçadista brasileiro do Vale do Sinos. In: XIII Encontro Nacional de Economia Política, 13, João Pessoa, PB, 2008.

- COSTA, Silvia Generali. **Assédio sexual**: uma versão brasileira. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995. v. 2000. 129 p
- CROCI, Paula; VITALE, Alejandra. **Los cuerpos dóciles**: hacia un tratado sobre la moda. Buenos Aires: La marca, 2000.
- D'ADESKY, Jacques. "Acesso diferenciado dos modos de representação afro-brasileira no espaço público" In: **Revista do patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. "Negro Brasileiro Negro" nº 25, 1997.
- DAGNINO, Evelina. Cultura, Cidadania e Democracia. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. BH: Ed. UFMG, 2000.
- DAROS, Patrícia Fagundes. Migrações, Trabalho e Questão Social: elementos para se repensar a categoria Exército Industrial de Reserva. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2003.
- DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DEJOURS, Christophe. **Da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- ECCEL, Cláudia Sirangelo; CAVEDON, Neusa Rolita; CRAIDE, Aline . A empresa familiar cachorro quente do Rosário: entre a Antropologia e a Administração. **Organizações & Sociedade**, v. 14, p. 49-66, 2007
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã. In: **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- _____. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: ANTUNES, Ricardo (Orgs.). **A dialética do Trabalho**: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão popular, 2004.
- ESCOBAR, Leonardo Cardoso dos Santos; MAIA, Thiago Luis Alves. O mundo do trabalho ontem e hoje: a "informalidade" como parte integrante do processo de reprodução do capital. In: Colóquio Internacional Marx e Engels – CEMARX, UNICAMP, São Paulo, 6, 2009. Recuperado em fevereiro de 2010 de: <http://www.ifch.unicamp.br/ce marx/coloquio/Docs/gt9/Mesa3/o-mundo-do-trabalho-ontem-e- hoje.pdf>
- ESTENSSORO, Luis. Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 2003.
- FARIA, José Henrique de. **Economia Política do Poder**. Curitiba: Juruá, 2004a, vol. 1.
- _____. **Economia Política do Poder**. Curitiba: Juruá, 2004b, vol. 2.
- _____. **Economia Política do Poder**. Curitiba: Juruá, 2004c, vol. 3.
- _____. **Análise Crítica das Teorias e Práticas Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.
- FARIA, José Henrique de; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O sequestro da subjetividade. In: FARIA, José Henrique de. **Análise Crítica das Teorias e Práticas Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.

FERRAZ, Deise Luiza da Silva; CAVEDON, Neusa Rolita. A Exclusão e a Inclusão Social: Depoimentos das Praticantes da Economia Popular Solidária. **Cadernos EBAPE.BR** (FGV), v. VI, p. 1-18, 2008

FERRAZ, Deise Luiza da Silva; DIAS, Patrícia. Discutindo Autogestão: um diálogo entre os pensamentos clássicos e contemporâneos e as influências nas práticas autogestionárias da economia popular solidária. **Organizações & Sociedade**, v. 15, p. 99-117, 2008.

FISCHER, Rosa Maria. "Pondo os pingos nos is" sobre as relações de trabalho e políticas de administração de recursos humanos. In: FLEURY, Maria Teresa; FISCHER, Rosa Maria (orgs.). **Processo e relações de trabalho no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1987.

FLEIG, Daniel; PEREIRA, Maria Cecília; GRYBOVYSK, Denize; BRITO, Mozar José. Reestruturação Produtiva e Subjetividade: uma análise interpretativa do significado do desemprego. In: **Organizações & Sociedade**, Salvador/BH, v. 12, n. 33, p. 71-92, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**: o legado da "raça branca". SP: Dominus Editora, 1965

FONSECA, Cláudia. "Ser mulher, mãe e pobre". In: Mary DelPriore. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, v. , p. 510-553.

_____. "Olhares antropológicos sobre a família contemporânea". In: Coleta Rinaldi Althoff, Ingrid Elsen, Rosane G. Nitschke. (Org.). **Pesquisando a família: olhares contemporâneos**. Florianópolis: Papa-livro Editora, 2004, v. , p. 55-68.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 26, 2002. Salvador, Bahia, Anais... [S.I]: 2002. CD-ROM.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FREITAS, Maria Ester de. Por uma ética na demissão?. In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, p. 102-107, 2006.

_____. Quem paga a conta do assédio moral no trabalho? In: **RAE eletrônica**, vol.6 nº.1 São Paulo Jan./Jun. 2007.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Índices de Desemprego. Recuperado em abril de 2009 de <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Perspectivas de la Economía Mundial - Septiembre de 2006 - Sistemas financieros y ciclos económicos. Recuperado em setembro de 2009 de <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2006/02/esl/weo0906s.pdf>

_____. Perspectiva da Economia Mundial: Estudos Econômicos e Financeiros. Recuperado em setembro de 2009 de <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2006/02/esl/weo0906s.pdf>

FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS. Recuperado em maio de 2009 de <http://www.fup.org.br/>

GENERAL MOTORS. Recuperado em junho de 2009 de <http://www.infogm.com.br/blog/default.aspx>

GIANOTTI, Vito. História da luta dos trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GIELH, Pedro Roque. Fundopem: instrumento público de descentralização ou de reforço à concentração industrial no Rio Grande do Sul? Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/1986> (último acesso: novembro de 2009).

GM VAI, cortar 21 mil empregos. In: **Folha Online**. Recuperado em junho de 2009 de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u556753.shtml>

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais**. SP: Edições Loyola, 2006

GORENDER, Jacob. Introdução. In: MARX, Karl. **O Capital Crítica da Economia Política** Volume I, Tomo 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

GORZ, André. **Adeus ao Proletariado: Para Além do Socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **Metamorfosis del trabajo**. Busqueda del sentido. Crítica de la Razón Económica. Madrid. Editorial Sistema, 1997

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. RJ: Civilização Brasileira, 2001, v.4

_____. A Intransigência de Classe e a História Italiana. **Escritos Políticos**. Lisboa: SearaNova, 1976.

GRISCI, Carmem Ligia. Trabalho imaterial bancário e a dinâmica dos dilemas pessoais contemporâneos [recurso eletrônico]. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 33, 2009. São Paulo, Anais... [S.I]: 2009. CD-ROM

GURVITCH, Georges. **As Classes Sociais: o que é uma classe social?** Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1966.

GUTIÉRREZ, Fernando Calderón. Os Movimentos Sociais frente à crise. In: SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J. **Uma Revolução no Cotidiano? Os novos Movimentos Sociais na América do Sul**. SP: Editora Brasiliense, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

HELOANI, Roberto. Assédio moral – um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. In: **RAE eletrônica** vol.3 no.1 São Paulo Jan./June 2004

HIRANO, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais em Marx e Weber**. São Paulo: Alfa Omega, 1974

HOBBSAWM, E. J. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOLZMANN, Lorena. A dimensão do trabalho precário no Brasil no início do século XXI. In: PICCININI, Valmiria; HOLZMANN, Lorena; KOVÁCS, Ilona; GUIMARÃES, Valeska Nahas (Orgs.). **O Mosaico do Trabalho na Sociedade Contemporânea: persistências e inovações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: 2006

IASI, Mauro Luis. **As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a Negação e o Consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Índices de Desemprego. Recuperado em abril de 2009 de <http://www.ibge.gov.br/home/>

_____. **Série Relatórios Metodológicos:** Divulga as metodologias empregadas nas diversas fases do planejamento e execução das pesquisas do IBGE. Recuperado em setembro de 2009 de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/srmpme_2ed.pdf

JACOBI, Pedro. Movimentos Urbanos, Estado e Cultura Política no Brasil. In: LARANJEIRA, Sônia. **Classes e Movimentos Sociais na América Latina**. SP: HUCITEC, 1990.

LUCKÁS, Georg. História e Consciência de Classe: estudo sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JACOMETTI, Élcio. Entrevista à Isto é Dinheiro em 21/12/2005. Recuperado em outubro de 2009 de http://www.terra.com.br/istoedinheiro/432/negocios/azaleia_china.htm – acessado em 17/06/2009

KAPRON, Sérgio Roberto; LENGLER, Fernando;. **Fundopem, Investimentos Públicos e Empregos na Indústria Gaúcha**. In: **3 Encontro de Economia Gaúcha**. Porto Alegre, 2006. Recuperado em setembro de 2009 de <http://www.fee.com.br/3eeg/Artigos/m14t04.pdf>

KECK, Margareth. O “Novo Sindicalismo” na Transição Brasileira. In: STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. SP: Paz e Terra, 1988.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

LADEIRA, Wagner Jr.; COSTA, Silvia. Generali. A Vivência da Dicotomia Prazer/Sufrimento em Vilas de Funcionários. RECADM. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, v. 06, p. 01, 2007

LARANJEIRA, Sonia. **Classes e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: HUCITEC, 1990.

LAZZARATO, Maurizio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

LEMOES, Ana Heloísa da Costa; DUBEUX, Veranise; PINTO, Mario Couto Soares. **Educação, Empregabilidade e Mobilidade Social: Convergências e Divergências**. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 32, 2008. Rio de Janeiro, Anais... [S.I]: 2008. CD-ROM.

LÖWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Um Marx Insólito. In: MARX, Karl. **Sobre o Suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

LUKÁCS, Georges. **História e Consciência de Classe: Estudo sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACHADO, Rita de Cássia Fraga. Demitidos da Vida: Quem são os sujeitos da base do Movimento dos Trabalhadores Desempregados?. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. **Participação no Mercado de Trabalho e no Trabalho Doméstico: Homens e Mulheres têm Condições**

Iguais? In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 32, 2008. Rio de Janeiro, Anais... [S.I]: 2008. CD-ROM.

MALAGUTI, Luiz Manoel. **Crítica à Razão Informal: a Imaterialidade do Salarizado**. São Paulo: Boitempo, 2001.

MARCONDES, Willer Baumgartem et al. O peso do trabalho “leve” feminino à saúde. In: **São Paulo em Perspectiva**, 17 (2): 91-101, 2003.

MARTIN, Scott; VEIGA, João Paulo; Globalização dos Mercados, Localização Produtiva e Relações Interfirmas. In: NABUCO, Maria Regina; NEVES, Magda de Almeida; CARVALHO, Antonio Moreira (Org.). **Indústria Automotiva - A Nova Geografia do Setor Produtivo**. Belo Horizonte: DP & A Editora/PUC de Minas, 2002.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. Coimbra, Portugal: Nosso Tempo, 1971.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996a.

_____. **Para a Crítica da Economia Política**. In: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultura, 1996b.

_____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: LP&M, 2002.

MATTOS, Fernando Augusto. A questão regional no Brasil. Instituto de Economia/UNICAMP. Recuperado em maio de 2009 de http://www.tau.ac.il/eial/IX_2/mattos.html

MENELEU NETO, José. Desemprego e Luta de Classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, Francisco José soares; OLIVEIRA, Manfredo Araújo. (Org.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1998, v. 1, p. 7-252.

MÉSZÁROS, István. Verbete Totalidade. In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. RJ: Zahar, 2001.

_____. **Para Além do Capital**. SP: Boitempo, 2002.

_____. **A Educação Para Além Do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A Teoria da Alienação em Marx**. SP: Boitempo, 2006.

_____. Desemprego e “precarização flexível”. In: MÉSZÁROS, István. **O desafio e o tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. “Consciência de Classe Necessária e Consciência de Classe Contingente”, In: MÉSZÁROS, István. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MICHEL, Franck. Pobres Prazeres: Rumo ao Turismo Sexual de Massa. Recuperada em setembro de 2009 de <http://diplo.uol.com.br/206-08,a1372>

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Relatório sobre o trabalho infantil. Recuperado em janeiro de 2010 de <http://www.mte.gov.br/>

MORENO, Nahuel. **As Revoluções Do Século XX**. Brasília: Câmara dos Deputados do Brasil, 1989.

NABUCO, Maria Regina; MENDONÇA, Marcelo Pereira de. Estratégia de localização do Setor Automobilístico no Brasil: o caso da Mercedes-Benz. In: NABUCO, Maria Regina; NEVES, Magda de Almeida e CARVALHO NETO, Antonio Moreira. **Indústria Automotiva: a nova geografia do setor produtivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NEVES, Magda de Almeida; OLIVEIRA, André Mourthé de; BRANDÃO, Nágela Aparecida. A Complexa Montagem de um Veículo: a Mercedes-Benz em Juiz de Fora. In: NABUCO, Maria Regina; NEVES, Magda de Almeida e CARVALHO NETO, Antonio Moreira. **Indústria Automotiva: a nova geografia do setor produtivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NORONHA, Eduardo. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, nº 53, outubro de 2003.

NOTA TÉCNICA Nº 13. Desigualdade de Renda e Progressividade do Imposto de Renda Pessoa Física. (Unafisco). Recuperado em outubro de 2009 de http://www.sindifisco.org.br/index.php?option=com_content&view=category&id=76:notas-tecnicas&layout=blog&Itemid=172

NUN, José. Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: PEREIRA, Luiz (org.). **Populações ‘marginais’**, São Paulo, Duas Cidades, 1978.

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade. Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da “Sociedade do Trabalho”**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. I, 1989.

_____. **Capitalismo Desorganizado. Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Elo Perdido: Classe e Identidade de Classe**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. **Crítica à Razão Dualista o Ornitórrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS. Indicadores de Desemprego no Mundo. In: Divisão Estatísticas das Nações Unidas. Recuperado em setembro de 2009 de <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/unemployment.htm>

PASTORE, Elenice; MACIEL, Elizabeth Nunes. Trabalho Feminino Informal e a Indústria da Beleza. In: MORETTO, Cleide Fátima. (Org.). **Trabalho e Trabalhadores: significados e significâncias**. Ijuí: Unijuí, 2006, v. , p. 301-324.

PEREIRA FILHO, Arthur. Fábrica da GM terá fornecedor em módulo. Regatado em junho de 2009 de <http://www.cefetsp.br/edu/eso/exemplosreestrut.html>

PEREIRA, Maria Cecília; PEREIRA, José Roberto; BRITO, Mozar José. Cidadania e Desemprego no Brasil Contemporâneo: uma reflexão a partir das categorias de Subjetividade Indivíduo, mero - indivíduo e pessoa. In: **Organizações & Sociedade**, v. 14, p. 45-57, 2007.

PEREIRA, Maria Cecília; BRITO, Mozar José; CARRIERI, Alexandre de Padua; LIMA, Juvencio Braga; CAPPELLE, Monica Carvalho Alves. A Abordagem Sócio-Construcionista e a Produção de Sentidos Sobre o Desemprego: Um Estudo no Setor Industrial da Região Metropolitana, Belo Horizonte (RM-BH). **Organizações & Sociedade**, vol. 15, 2008.

PLIOPAS, Ana Luísa Vilares; TONELLI, Maria José. Doces práticas para matar: demissão e downsizing na perspectiva de demissores e profissionais de recursos humanos. **Organizações & Sociedade**, v. 14, p. 115-131, 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PICCININI, Valmiria; ROCHA DE OLIVEIRA, Sidinei; RÜBENICH, Nilson Varella. Formal, flexível ou informal? - reflexões sobre o trabalho no Brasil. In: PICCININI, Valmiria; HOLZMANN, Lorena; KOVÁCS, Ilona; GUIMARÃES, Valeska Nahas. (Org.). **Mosaico do Trabalho na Sociedade Contemporânea: perspectivas e inovações**. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006, v. 1, p. 93-118.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Tributação que Aprofunda a Desigualdade Carta Social e do Trabalho. In: **Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho** - Instituto de Economia da Unicamp, n. 8, Janeiro a Agosto de 2008. Recuperado em dezembro de 2009 de http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/cesit/boletim8/Versao_Integral_08.pdf

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

RAMOS, Guerreiro. **A redução Sociológica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos**. São Paulo: McGraw-Hill, 1995.

SALAMA, Pierre. **Pobrezas e Desigualdades no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1997.

SABÓIA, João. “Transformações no Mercado de Trabalho no Brasil durante a crise: 1980-1983”. **Revista de Economia Política**, Editora 34, v. 6, n.3, 1986, p. 82-106. Recuperado em agosto de 2009 de <http://www.rep.org.br/pdf/23-7.pdf>

SALIM, Celso Amorim. Doenças do trabalho: exclusão, segregação e relações de gênero. In: **São Paulo em Perspectiva**. vol.17 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2003

SANTANA, M. A. Entre a Ruptura e a Continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 14. n. 41. Out/1999.

SANTOS, Marcelo Cristiano de Oliveira; LIMA, Francisco de Paula Antunes; MURTA, Edimar Pires.; MOTTA, Georgina Maria Veras. Desregulamentação do trabalho e desregulação da atividade: o caso da terceirização da limpeza urbana e o trabalho dos garis. In: **Produção**, v. 19, n. 1, p. 202-213, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001

SCHWARZ. Prefácio. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista o Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003. 150 p.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de distribuição e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-30.

_____. Economia solidária. In: CATTANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 116-125.

SITUAÇÃO DE DESEMPREGO, é 'crítica' na China, diz governo. BBCBrasil. Recuperada em setembro de 2009 de http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/11/081120_chinadesemprego_mw.mp.shtml

SOMAVIA, Juan. Pronunciamento do Direto Geral da Organização Internacional do Trabalho, 2009. Resgatado em setembro de 2009 de http://www.ilo.org/global/About_the_ILO/Media_and_public_information/Press_releases/lang--en/WCMS_113989/index.htm

SOUSA, Cleidianne Novais. Trabalho “Informal”: alavanca e condição de existência da acumulação capitalista. In: 6º Colóquio Internacional Marx e Engels – CEMARX, UNICAMP, São Paulo, 2009. Recuperado em novembro de 2009 de <http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/coloquio/Docs/gt9/Mesa3/trabalho-informal.pdf>

SOUZA, Maria Terezinha Gonzalves. A Exploração do trabalho infantil no setor coureiro-calçadista na região do Vale dos Sinos - São Leopoldo. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2005.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. São Paulo: Cortez, 2004.

TAXA DE DESEMPREGO no Japão, avança para 5,7% em julho. **BBCBrasil**. Recuperada em setembro de 2009 de <http://economia.uol.com.br/ultnot/valor/2009/08/28/ult1913u112434.jhtm>

TAXA DE DESEMPREGO dispara no Reino Unido. Euronews. Recuperada em março de 2009 de <http://pt.euronews.net/2009/03/18/taxa-de-desemprego-dispara-no-reino-unido/>

TRASPADINI, Roberta. Apresentação. In: MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. O Método Dialético na Educação e nas Ciências Sociais: Fases e Aspectos. Documento Preliminar de Trabalho. Porto Alegre, 2007, mimeo.

VIANA, Nildo. A Teoria da População em Marx. In: Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 16, n. 11/12, p. 1009-1023, nov./dez. 2006.

WIKIPEDIA. Verbete Massacre de Eldorado dos Carajás. Recuperado em maio de 2009 de http://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_de_Eldorado_dos_Carajás

ZAWISLAK, Paulo Antonio; MELO, Aurélia Adriana. A indústria automotiva no Rio Grande do Sul: impactos recentes e alternativas de desenvolvimento. In: NABUCO, Maria Regina; NEVES, Magda de Almeida e CARVALHO NETO, Antonio Moreira. **Indústria Automotiva: a nova geografia do setor produtivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ZERBIELLI, Marcos André. A Concepção de Desenvolvimento e Metodologia do Trabalho Popular do MTD: da Experiência do Belo Monte aos Novos Assentamentos Rururbanos. Monografia de Conclusão de Curso Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial apresentado à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. 2005.